

LIVRO DE RESUMOS

2021

**III SEMINÁRIO INTERNACIONAL CAFTE -
CURRÍCULO, AVALIAÇÃO, FORMAÇÃO E
TECNOLOGIAS EDUCATIVAS**

Centro de Investigação e Intervenção Educativas
(CIIE) da FPCEUP

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

TÍTULO

III SEMINÁRIO INTERNACIONAL CURRÍCULO, AVALIAÇÃO, FORMAÇÃO E TECNOLOGIAS EM EDUCAÇÃO: LIVRO DE RESUMOS

COORDENADORAS

CARLINDA LEITE
PRECIOSA FERNANDES

ORGANIZADORES

ANGÉLICA MONTEIRO
CARLA FIGUEIREDO
PAULO MARINHO
LUÍS GROSSO CORREIA
JÚLIA SOARES

EDIÇÃO

CIIE – CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E INTERVENÇÃO EDUCATIVAS, FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PORTO (FPCEUP)

ISBN

978-989-8471-39-0

DATA DE EDIÇÃO

OUTUBRO 2021

ESTE TRABALHO FOI APOIADO PELO GOVERNO PORTUGUÊS, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA, IP (FCT), NO ÂMBITO DO FINANCIAMENTO PLURIANUAL DO CIIE [PROJETOS COM A REF.^a UIDB/00167/2020 E UIDP/00167/2020]; FOI TAMBÉM APOIADO PELO PROGRAMA U.PORTO/SANTANDER UNIVERSIDADES.



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



OS CONTEÚDOS E PERSPETIVAS PRESENTES NESTA PUBLICAÇÃO SÃO DA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES, QUE AUTORIZARAM A SUA PUBLICAÇÃO, E NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A POSIÇÃO DO CIIE, DA FPCEUP, DAS COMISSÕES ORGANIZADORA E CIENTÍFICA DO CONGRESSO E DA COORDENAÇÃO/ORGANIZAÇÃO DESTA PUBLICAÇÃO DE RESUMOS.



TODO O CONTEÚDO DESTA PUBLICAÇÃO, EXCETO ONDE ESTÁ IDENTIFICADO, ESTÁ LICENCIADO SOB UMA [LICENÇA CREATIVE COMMONS](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas



III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

ORGANIZAÇÃO

Comissão Organizadora

Carlinda Leite (coordenadora)

Preciosa Fernandes (coordenadora)

Angélica Monteiro

Carla Figueiredo

Luís Grosso Correia

Paulo Marinho

Comissão Científica

Portugal

Ana Isabel Andrade - UAveiro

Angélica Monteiro - FPCEUP

Amélia Lopes – FPCEUP

Ariana Cosme– FPCEUP

Armando Loureiro - UTAD

Carla Figueiredo - FPCEUP

Carlinda Leite – FPCEUP

Carlos Barreira - FPCEUC

Domingos Fernandes – ISCET

Elisabete Ferreira – FPCEUP

Fátima Pereira - FPCEUP

Fátima de Sousa Pereira – ESE de Viana do Castelo

Isabel Fialho – UÉvora

Isabel Menezes – FPCEUP

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Jesus Maria Sousa- UMadeira

Luís Grosso Correia - FLUP

José Augusto Pacheco – UMINHO

João Filipe de Matos – ULISBOA

Marina Duarte – IPPorto

Paulo Marinho - FPCEUP

Preciosa Fernandes – FPCEUP

Rui Trindade – FPCEUP

Sandra Valadas - UAlgarve

Brasil

António Flávio Moreira – Universidade Católica de Petrópolis

Alice Casimiro Lopes – UERJ

Elisabeth Macedo – UERJ

Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida – UFPE

Maria das Graças Guerra - UFPB

Maria das Graças Soares – FAFIRE

Marinaide Freitas – UFAL

Roberto Sidnei Macedo - Universidade Federal da Bahia

Rodrigo Matos de Souza - UnB

Rosângela Fritsch – UNISINOS

Valdeniza Barra – Universidade Federal de Goiás

Angola

Albertina Lussinga – ISCED do Huambo

Ana Robalo - ISCED do Huambo

Delfino Bartolomeu - ISCED do Huambo

João Sousa – ISCED do Huambo

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Moçambique

Hildizina Norberto Dias – Universidade Pedagógica (Maputo)

Santa Mónica Mugime – ACIPOL

São Tomé

João Carlos Nascimento – Universidade de S. Tomé e Príncipe

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA.....	15
EIXO 1 - POLÍTICAS E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO E DO CURRÍCULO COMUNICAÇÕES	16
PRESERVANDO A EXPERIÊNCIA VIVIDA? EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, MEMÓRIA E CURRÍCULO NO CONTEXTO DA CULTURA VISUAL	17
O ENSINO DE ARTE NOS CURSOS DE PEDAGOGIA DA BAIXADA FLUMINENSE.....	20
PRÁTICAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM AO SERVIÇO DO COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR PRECOCE: A METODOLOGIA DA Escola DE SEGUNDA OPORTUNIDADE DE GAIAGLATTER (1992)	22
DISCUSSÕES E REFLEXÕES SOBRE AS TEORIAS CURRICULARES NA ENFERMAGEM: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	25
EDUCAÇÃO E MIGRAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL: NARRATIVA DE VIDA-FORMAÇÃO	28
EDUCAÇÃO E MIGRAÇÃO NA REGIÃO NORTE: ANÁLISE DOS CURRÍCULOS ESTADUAIS.....	30
O GOVERNAMENTO DAS REPRESENTAÇÕES DA DOCÊNCIA NA REGIÃO DE ENCOSTA DA SERRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL.....	32
O CURRÍCULO ESCOLAR NA FORMAÇÃO PARA AS NOVAS GERAÇÕES: ESTUDO DE CASO NO DISTRITO FEDERAL, BRASIL.	34
POLÍTICAS CURRICULARES E DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: SENTIDOS EM DISPUTA	36
RENOVAÇÃO PEDAGÓGICA E INOVAÇÃO EDUCATIVA NO NOVO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA CURRICULAR.....	38
CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS NAS ANÁLISES CURRICULARES SOB O VIÉS DISCURSIVO NAS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO NO BRASIL	40
PRÁXIS NA PRODUÇÃO DE SENTIDOS DE CURRÍCULO NAS PRÁTICAS CURRICULARES A PARTIR DE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO NO BRASIL	42

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

POLÍTICA Nacional De Alfabetização: Estratégias De Governo Das Práticas Docentes Por Meio Do Programa Tempo De Aprender	44
POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ-RN: ARTICULAÇÕES E DEMANDAS SUSCITADAS A PARTIR DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA.....	45
MARCOS DA TRAJETÓRIA DOCENTE: ENTRE A DIVERSIDADE DE VIVÊNCIAS E A REFLEXÃO DA PRÁTICA	47
A INSURGÊNCIA DAS INFÂNCIAS QUEER: O LUGAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES TRANSVIADAS NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS.....	49
OS PERCURSOS HISTÓRICOS DA ELABORAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS NO BRASIL.....	53
CURRÍCULOS EMPREENDEDORES: A POLÍTICA DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA BAHIA - PEE (2016-2026) E A TENTATIVA DE MERCANTILIZAÇÃO DO SOCIAL	56
NÓS TEMOS VOZ!!????	58
O ENSINO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA À LUZ DO CURRÍCULO DE PORTUGUÊS E DE MANUAIS ESCOLARES DE TERCEIRO CICLO EM PORTUGAL	60
ENSINAR, APRENDER E AVALIAR EM MEIO À UMA PANDEMIA: DISCURSOS DE PROFESSORES SOBRE OS COTIDIANOS ESCOLARES REMOTOS	62
PRÁTICAS PARA A PROMOÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PERSPETIVAS DE PROFESSORES	64
EDUCAÇÃO INTEGRAL NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE CARUARU – PE BRASIL: CONCEPÇÕES E VIVÊNCIAS CURRICULARES.....	66
REFLEXÕES AUTOBIOGRÁFICAS PERFORMATIVAS SOBRE O ATO DE ENLUTAR	68
A ARTE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL: DESAFIOS E INVENTIVIDADES	70
PERCEÇÕES DE PROFESSORES DE HISTÓRIA SOBRE A ÁREA CURRICULAR DE HISTÓRIA, GEOGRAFIA E CULTURA DOS AÇORES (HGCA).	72
O GESTO DE PENSAR O CURRÍCULO A PARTIR DOS DIZERES DAS CRIANÇAS E DA INFÂNCIA.....	75

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

MEMÓRIAS VIVIDAS DO SENTIR: IDENTIDADES E (IN) VISIBILIDADES DE ESTUDANTES AFRO-BRASILEIRAS	77
ESTADO, GLOBALIZAÇÃO E POLÍTICA CURRICULAR: A BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM – BNCC NO BRASIL E SUAS (IN)VISIBILIDADES.....	80
JUSTIÇA SOCIAL, AUTOAVALIAÇÃO E RESILIÊNCIA: ESTUDO EM ESCOLAS TEIP LOCALIZADAS EM REGIÕES DE FRONTEIRA DE PORTUGAL	83
AÇÕES ARTICULATÓRIAS ENTRE A GESTÃO PÚBLICA E PROGRAMAS POLÍTICOS DO SETOR PRIVADO: A QUESTÃO DO PODER DE AGÊNCIA DOS PROFESSORES.....	85
A DOCÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL EM MUNICÍPIO DO AGRESTE PERNAMBUCANO: MOVIMENTOS DA PROFISSIONALIDADE A PARTIR DA RECONFIGURAÇÃO DO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO.	87
MESA REDONDA	89
POLITICAS E CONFIGURAÇÕES DE PRÁTICAS CURRICULARES NO CONTEXTO BRASILEIRO	90
CONHECIMENTO, CURRÍCULO E INCLUSÃO: O CASO DA HISTÓRIA.....	92
POLÍTICAS CURRICULARES EM PORTUGAL NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI: ENTRE LÓGICAS DE REGULAÇÃO COMPÓSITAS E DESLOCAMENTOS DA AÇÃO EDUCATIVA PARA O COLETIVO DA ESCOLA.....	94
POSTERS	96
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O GOVERNAMENTO DAS INFÂNCIAS	97
PRÁTICAS CURRICULARES-AVALIATIVAS: SENTIDOS POLÍTICO-PRÁTICOS QUE PERMEIAM O COTIDIANO ESCOLAR NO AGRESTE PERNAMBUCANO	99
SENTIDOS CURRICULARES PRODUZIDOS NAS PRÁTICAS CURRICULARES DOCENTES NO CONTEXTO PANDÊMICO DA COVID-19 EM PERNAMBUCO.....	103
O NOVO CURRÍCULO DE ENSINO MÉDIO EM PERNAMBUCO: SENTIDOS E HIBRIDISMOS	105
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OS DESAFIOS PARA ELABORAÇÃO DE UM CURRÍCULO INTERCULTURAL	108

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS DA FORMAÇÃO NAS PRÁTICAS CURRICULARES AVALIATIVAS DE PROFESSORES NO AGRESTE PERNAMBUCANO.....	114
A INFÂNCIA E SEUS DIZERES, APRENDERES E FAZERES QUE ATRAVESSAM O COTIDIANO ESCOLAR DAS CRIANÇAS NO TERRITÓRIO ESCOLA-CASA EXPERIENCIADO EM UM CONTEXTO DE PANDEMIA.	117
A CORPORIFICAÇÃO CURRICULAR DE ITINERÁRIOS FORMATIVOS A PARTIR DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO.....	120
EIXO 2 - AVALIAÇÃO E QUALIDADE EDUCATIVA.....	127
COMUNICAÇÃO	127
A AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MACEIÓ: DAS DIRETRIZES DA AVALIAÇÃO DA/PARA A APRENDIZAGEM ÀS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS AVALIATIVAS EFETIVADAS PELOS PROFESSORES	128
A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO COLABORATIVO NA APRENDIZAGEM: PERSPETIVAS DE PROFESSORES.....	130
POLÍTICAS GLOBAIS E ARTICULAÇÕES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL: AVALIAÇÕES EXTERNAS E O BABY PISA	133
AVALIAÇÕES PROCESSUAIS, POR MEIO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS, NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL	136
EVOLUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO UNIVERSITÁRIO DE PORTUGAL E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	138
AVALIAÇÃO COMO ESPAÇO DE TENCIONAMENTOS PEDAGÓGICOS E SOCIAIS: UM OLHAR PARA PRODUÇÕES BRASILEIRAS.....	140
AVALIAÇÃO EXTERNA NO BRASIL: IMPLICAÇÕES PARA A ALFABETIZAÇÃO	142
NEOLIBERALISMO E A AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO BRASIL	146
MESA REDONDA	149
O LUGAR DA AUTOAVALIAÇÃO DE ESCOLAS NA AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS – DOS REFERENCIAIS AOS RELATÓRIOS	150

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

PERCURSOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGENS EM PORTUGAL - POLÍTICAS E CONCEÇÕES	152
ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DO ENSINO SECUNDÁRIO EM MOÇAMBIQUE: TENSÕES E DESAFIOS	154
POSTERS	156
FUNCIONÁRIOS DE ESCOLA E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO – PROPOSTA DE INCLUSÃO	157
POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS: PRÁTICAS AVALIATIVAS DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPOS DE PANDEMIA	160
AVALIAÇÃO NO ENSINO DE FÍSICA NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL.....	163
EIXO 3 - POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES COMUNICAÇÃO	170
O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DIGITAIS DE PROFESSORES: A EXPERIÊNCIA DO CEARÁ - BRASIL.....	171
O PAPEL DA FORMAÇÃO CONTÍNUA NA MUDANÇA DE CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DOS PROFESSORES DE MATEMÁTICA ANGOLANOS ACERCA DA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS E DA AVALIAÇÃO FORMATIVA	174
FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA NO IFAL: PERCEPÇÕES SOBRA A PRÁTICA PEDAGÓGICA..	177
A FORMAÇÃO INICIAL E CONTÍNUA DE PROFESSORES EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NO QUADRO DE UM PROGRAMA DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (PAISE-STP): DA REFLEXÃO SOBRE A AÇÃO À CONTRIBUIÇÃO PARA AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO.	179
AUTO-SUPERVISÃO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA: UM ESTUDO EM TORNO DA APRENDIZAGEM NA NATUREZA NO 1º CEB	181
SUPERVISÃO PEDAGÓGICA ENTRE PARES E TRABALHO COLABORATIVO: CONTRIBUTOS PARA A INOVAÇÃO CURRICULAR E PARA O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE.	183
MOTIVAÇÃO DOCENTE: INTERFACES, DIÁLOGOS E POSSIBILIDADES	185
A CONSTITUIÇÃO DA DOCÊNCIA EM CONTEXTOS EMERGENTES	187

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

A ESCOLA: UMA INSTITUIÇÃO PROMOTORA DE JUSTIÇA E FELICIDADE.....	189
FORMAÇÃO DE PROFESSORES E INCENTIVO À GAMIFICAÇÃO NO ENSINO/APRENDIZAGEM: DESAFIOS EM MOMENTOS DE MUDANÇA NA MEDIAÇÃO DIGITAL EM EDUCAÇÃO.....	194
SAÚDE MENTAL DO PROFESSOR NA PANDEMIA: UM OLHAR PARA O PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL	197
DIFERENCIAÇÃO PEDAGÓGICA EM MATEMÁTICA - PERCEÇÃO E PRÁTICAS POR ALUNOS, DOCENTES E FUTURAS DOCENTES DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO.	201
PRÁTICAS DE DIFERENCIAÇÃO PEDAGÓGICA EM MATEMÁTICA NO CONTEXTO PRÉ-ESCOLAR E NO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO.	203
OS PERCURSOS NARRATIVOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	205
A ARTICULAÇÃO CURRICULAR NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: PERCEÇÕES NO ÂMBITO DE UMA EXPERIÊNCIA COM ESTUDANTES E PROFESSORES DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO BÁSICA.	207
PROJETO DE REVISÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE PEDAGOGIA: UM PROJETO DE EDUCAÇÃO EM DISCUSSÃO.....	209
PRÁTICAS DE PROFESSORES NA REDE MUNICIPAL DE CARUARU EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19.....	211
A CONSTRUÇÃO DE REFERENCIAIS TEÓRICOS DE APRENDIZAGEM EM UMA DISCIPLINA DE PÓS-GRADUAÇÃO UTILIZANDO O SOLE.....	213
(DES)FORMAÇÃO DE PROFESSORES: TESSITURAS DE TERRITÓRIOS CURRICULARES DE OLHARES E VOZES DE CRIANÇAS E PROFESSORES/AS	215
(RE)PENSANDO O FAZER DOCENTE DE PROFESSORES/AS DO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DO ENSINO HÍBRIDO: REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE Formação Continuada Implementadas Pela Secretaria De Educação E Esportes Do Estado De Pernambuco-See/Pe	217
MESA REDONDA	219
PERFIL DOS PROFESSORES, DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS DE HUAMBO, QUE LECIONAM UNIDADES CURRICULARES ESPECÍFICAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSOR	220

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

PERFIS ACADÉMICOS E DE INVESTIGAÇÃO DE PROFESSORES QUE ASSEGURAM, NO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES.....	222
EDUCAÇÃO EM PRISÕES E FORMAÇÃO DOCENTE: EMBATES E POSSIBILIDADES	225
POSTERS	227
UMA REFLEXÃO DIACRÔNICA DA EDUCAÇÃO A PARTIR DA PRODUÇÃO DO MODELO ESCOLAR E SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DA PROFISSÃO DOCENTE.....	228
CRESCER SEM MUROS: UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO COLABORATIVA INOVADOR PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA, EM CONTEXTOS EXTERIOR/NATUREZA E INTERIOR	230
O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: RESSIGNIFICANDO A RELAÇÃO COM A ESCOLA	232
A FORMAÇÃO CONTÍNUA DE EDUCADORES/AS DE INFÂNCIA PARA A TRANSFORMAÇÃO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA.	234
A INTERFACE ENTRE A FORMAÇÃO DO(A) PROFESSOR (A)E SEU (RE) FAZER PEDAGÓGICO FRENTE À FORMAÇÃO CURRICULAR PARA AS TURMAS DE CORREÇÃO DE FLUXO NA REDE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA/MG	237
EIXO 4 - EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS DIGITAIS	239
COMUNICAÇÃO	239
DESAFIOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZÔNIA NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19	240
FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS AUDIOVISUALIDADES: A SOBREVIVÊNCIA DOS VAGALUMES NA PANDEMIA DO SÉCULO XXI.	245
CURRÍCULO E CIBERAPRENDIZAGENS: PERCEPÇÕES SOBRE O ENSINO DA LINGUA PORTUGUESA NO PROJETO “UM MONTE DE LETRAS”	247
A PERSPECTIVA DE PROFESSORES NO ENSINO E APRENDIZAGEM DOS CONCEITOS MATEMÁTICOS A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (DI).....	250

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

TECNOLOGIA DIGITAL APLICADA COMO ENSINO REMOTO NO APRENDIZADO DA DINÂMICA NEWTONIANA	253
APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA POR INTERMÉDIO DO ENSINO HÍBRIDO EM DISCIPLINAS DO CURSO LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO.....	255
O ENSINO REMOTO E A CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS – UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	257
EDUCAÇÃO DIGITAL EM PRISÕES DE PORTUGAL: CAMINHOS E POSSIBILIDADES PARA RE-CONEXÃO SOCIAL E INCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO – BRASIL	259
ENSINO PRESENCIAL OU ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: O QUE PREFEREM E VALORIZAM ESTUDANTES E PROFESSORES DE PROJETO EM ENGENHARIA MECÂNICA.....	261
ADULTIZAÇÃO INFANTIL E SUA RELAÇÃO COM AS MÍDIAS DIGITAIS.	265
EDUCAÇÃO, CIDADANIA AMBIENTAL E DIGITAL EM CONTEXTO PRISIONAL - UM PROGRAMA DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA CIDADÃOS RECLUSOS	268
TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA O ENSINO INCLUSIVO: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES RECENTES APRESENTADAS EM CONGRESSOS BRASILEIROS	270
EXPERIMENTAÇÃO NO ENSINO REMOTO: ATIVIDADES EXPERIMENTAIS VISUAIS E ATIVIDADES EXPERIMENTAIS SIMULADAS	272
MUSEUS VIRTUAIS E SUAS TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA A EDUCAÇÃO.....	274
POTENCIALIDADES DE ENSINO DE MATEMÁTICA UTILIZANDO O APLICATIVO GEOGEBRA: UMA INVESTIGAÇÃO COM FUTUROS PROFESSORES.....	276
UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE O ENSINO HÍBRIDO NO ENSINO SUPERIOR DE LICENCIATURAS DE BIOLOGIA, FÍSICA E QUÍMICA NO BRASIL.	279
MATEMÁTICA INCLUSIVA: MATERIAL DIDÁTICO 3D PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL	281
O CASTELO DE SNELL: UMA PROPOSTA DE SALA DE AULA INVERTIDA E ATIVIDADE BASEADA EM GAMES PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE FÍSICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	283

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

MESA REDONDA	285
CIDADANIA ATIVA E INCLUSÃO DIGITAL	286
EDUCAÇÃO <i>ONLINE</i> EM TEMPOS DE SOBREVIVÊNCIA (COVID-19): PERSPETIVAS DE ALUNOS	289
COMPETÊNCIAS DIGITAIS DE ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR UNIVERSITÁRIO ANGOLANO - HUAMBO.....	291
POSTERS	293
REALIDADE AUMENTADA NA EDUCAÇÃO: HOLOGRAMA NO ENSINO DA MATEMÁTICA.	294
COMUNIDADE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM	299

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

NOTA INTRODUTÓRIA

Este livro abrange os resumos das comunicações a apresentar no **III Seminário Internacional CAFTe - Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas** que se realizará nos dias 7, 8 e 9 de outubro de 2021, na modalidade online.

Este Seminário é organizado pela comunidade prática de investigação CAFTe do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) da FPCEUP. Desta comunidade fazem parte investigadores de Portugal, Brasil, Angola e Moçambique que, conjuntamente, desenvolvem estudos sobre as temáticas que dão nome ao CAFTe e ao Seminário.

Os resumos encontram-se divididos em quatro eixos:

- EIXO 1: POLÍTICAS E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO E DO CURRÍCULO;
- EIXO 2: AVALIAÇÃO E QUALIDADE EDUCATIVA;
- EIXO 3: POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES;
- EIXO 4: EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS DIGITAIS

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

EIXO 1 - POLÍTICAS E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO E DO CURRÍCULO **COMUNICAÇÕES**

PRESERVANDO A EXPERIÊNCIA VIVIDA? EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, MEMÓRIA E CURRÍCULO NO CONTEXTO DA CULTURA VISUAL

Laila Sampaio Lima | Antenor Rita Gomes | Sergio Luiz Pereira da Silva

Universidade Federal Da Bahia (Ufba) | Universidade Do Estado Da Bahia (Uneb) | Universidade Federal Do Estado Do Rio De Janeiro (Unirio)

Resumo:

Este trabalho resulta de um projeto de pesquisa sobre fotografia e patrimônio em risco, do grupo de pesquisa em Cultura Visual, Educação e Linguagem – Cult-Vi, vinculado à Universidade do Estado da Bahia. Assim, buscou-se mapear visualmente no território do Piemonte da Diamantina (BA), problemas de conservação de espaços patrimoniais a partir de uma percepção estética das imagens. Do ponto de vista empírico, este estudo faz uso de fotografias e entrevistas narrativas com os moradores das comunidades do França e Caém, interior da Bahia. As incursões pela região revelaram realidades carregadas de memórias que tomam parte das identidades locais, potencializando a cultura patrimonial como construto de saberes significativos. As narrativas advindas das comunidades denunciaram a degradação patrimonial como um problema de formação, assim como a ausência de políticas educacionais que garantam uma abordagem curricular desse patrimônio local e suas problemáticas. Dessa forma, evidenciou-se que o abandono e a não valorização destes espaços é resultado de uma educação patrimonial inexistente, não apenas no espaço escolar, mas também na formação de professores. Com base nisso, tencionamos neste trabalho um debate sobre relações epistemológicas entre Currículo, Cultura Visual, Fotografia e Patrimônio, a partir da Teoria Etnoconstitutiva de Currículo, pautada em ideais da multirreferencialidade dialética e dialógica, considerando o currículo campo de saberes eleitos para determinada formação. Dessa forma, este estudo sugere um cenário curricular inspirado em perspectivas inclusivas de temáticas propositalmente abandonadas e esquecidas pelos referenciais curriculares tradicionais. Apontamos também contextos em que a imagem seja construto de problematização e inspiração de ações pedagógicas formacionais para realidades pedagógicas de docentes e discentes.

Palavras-chave: Patrimônio; Currículo; Fotografia.

Referências bibliográficas:

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

BRASIL. Constituição. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRITO, Eliana Povoas Pereira Estrela; SANTOS, Amilton; MATOS, Michelle. Pode um currículo aquilombar-se? Caderno de Pesquisa. vol.50 no.176 São Paulo Apr./June 2020 Epub 07-set-2020.

CANEN, Ana. O multiculturalismo e seus dilemas: implicações na educação. Revista Comunicação e política, v. 25, nº 02, p. 91-107. 2015.

DIEHL, Astor Antônio. Teorias da História. Cultura historiográfica (memória, identidade e representação). Bauru: EDUSC, 2002.

_____. Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação. Bauru: EDUSC, 2002.

FLUSSER, Vilén. Filosofia da Caixa Preta. Rio de Janeiro. Relume-Dumara. 2002.

GASTAL, Suzana. Alegorias urbanas: o passado como subterfúgio: tempo, espaço e visualidade na pós-modernidade. Papirus Editora, 2006. Disponível em: . [Acesso em 29/01/2019]

GOMES, Candido Alberto. Introdução por um grilo falante. Ensaio: a-val.pol.públ.Educ. vol.26 no.101 Rio de Janeiro Oct./Dec. 2018

_____. “Conhecimento, ignorância, mistério” Ensaio: a-val.pol.públ.Educ. vol.27 no.105 Rio de Janeiro Oct./Dec. 2019

_____. Escola de qualidade para todos revisitada: desfolhando as camadas da cebola. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. vol.28 no.109 Rio de Janeiro Oct./Dec. 2020 Epub Oct 02, 2020.

IVENICKI, Ana. Diversidade e controle: dilemas da avaliação e do currículo? Ensaio: aval.pol.públ.Educ. vol.26 no.99 Rio de Janeiro Apr./June 2018a .

_____. Multiculturalismo e formação de professores: dimensões, possibilidades e desafios na contemporaneidade Ensaio: aval.pol.públ.Educ. vol.26 no.100 Rio de Janeiro July/Sept. 2018 Epub May 03, 2018b.

KOSSOY, Boris. Fotografia e História. Ateliê Editorial. 5 ed. 2014. 184 p.

LEITE, Carlinda. FERNANDES, Preciosa. Desafios aos professores na construção de mudanças educacionais e curriculares: que possibilidades e que constrangimentos ? Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 198-204, set./dez. 2010

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1981.

MACEDO, Roberto Sidnei. Etnopesquisa Crítica e Multirreferencial nas Ciências Humanas e na Educação. Salvador: EDUFBA, 2000.

MACEDO, Roberto Sidnei. ATOS DE CURRÍCULOS: uma incessante atividade et-nometódica e fonte de análise de práticas curriculares. Currículo sem Fronteiras, v. 13, n. 3, p. 427-435, set./dez. 2013.

MACEDO, Roberto Sidnei. A Teoria Etnoconstitutiva de Currículo. Teoria-Ação e Sistema Curricular Formacional. Curitiba. CRV. 2016. 164 p.

MAGALDI, Cássia. O público e o privado: propriedade e interesse cultural. In: SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. O direito à memória - patrimônio histórico e cidadania. São Paulo, [s.e] 1992

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa . Formação de professores e currículo: questões em debate. Ensaio: aval.pol.públ.Educ., ahead of print Epub Sep 14, 2020.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. Brasília. Memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural. São Paulo: Annablume, 2005.

RIBEIRO, Suzana Barreto. Percursos do Olhar: Campinas no início do século XX. Annablume, 2006. Disponível em: [acesso em 25/09/2011].

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, Milton. Espaço e Sociedade. Petrópolis: Vozes, 1979.

SILVA, Sergio Luiz Pereira da. MEMÓRIA E FOTOGRAFIA: interfaces interdisciplinaridade e desafios metodológicos . Rio de Janeiro, Morpheus, UNIRIO, 2016

TEIXEIRA, Elimário. Estação do França está em ruínas. Primeira Página. Jacobina. Bahia 30/03/2002. p. 2

O ENSINO DE ARTE NOS CURSOS DE PEDAGOGIA DA BAIXADA FLUMINENSE

Massuel dos Reis Bernardi

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio/Brasil)

Resumo:

Como parte da pesquisa de doutorado em Educação/PUC-Rio/Brasil desenvolvida pelo autor, busca-se apresentar um panorama de como e onde as Artes estão sendo abordadas nos cursos de Pedagogia em IES da Baixada Fluminense no estado do Rio de Janeiro (Brasil).

A problemática da pesquisa discute se há consonância curricular entre as quatro linguagens artísticas (artes visuais, dança, música e teatro) a serem incluídas na educação básica por professores polivalentes (PEDROSO et al., 2019). Nesse sentido, para que o pedagogo consiga ensinar todos os conteúdos inerentes a cada uma das áreas artísticas, a sua formação precisará de maior aprofundamento.

A Baixada Fluminense, local onde a pesquisa se desenvolve, é uma região que engloba 13 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, São João de Meriti, Seropédica e Queimados. A escolha pela região se deu por apresentar aspectos geográficos, históricos, políticos e sociais específicos quando comparados a outras regiões brasileiras (CARVALHO, 2015).

A metodologia consiste em uma pesquisa de métodos mistos (CRESSWELL, 2007), com uma parte quantitativa e outra qualitativa. A parte quantitativa compreende o levantamento de cursos e disciplinas nos 13 municípios da região investigada; as disciplinas relacionadas às Artes; as cargas horárias; a formação inicial e continuada dos professores que atuam nas disciplinas artísticas. Já a parte qualitativa se encontra em fase de coleta de dados via entrevistas semiestruturadas (FLICK, 2009) com coordenadores e professores de todos os 10 cursos presenciais de Pedagogia encontrados.

Os principais referenciais teóricos estão divididos por temas e conceitos, tais como: metodologia do ensino de Arte (BARBOSA, 2010); currículo (MOREIRA E CANDAU, 2007); e didática (PIMENTA et al., 2013).

Como resultados já obtidos estão: o levantamento feito em 2 bancos de dados (Censo da Educação Superior de 2019, e site do e-MEC). Foram identificados 103 cursos de Pedagogia, sendo 93 na modalidade à distância (EAD) e 10 presenciais. 90,43% dos cursos encontrados são EAD, todos em universidades privadas, enquanto os presenciais são apenas 9,56% do total.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Isso já mostra que os cursos de Pedagogia da Baixada Fluminense são majoritariamente ofertados pelo ensino privado e à distância.

Referências bibliográficas:

BARBOSA, Ana Mae. A abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais. São. Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Lei n. 13.278/2016 – Altera o § 6o do art. 26 da Lei n. 9.394, referente ao ensino da arte. 2016.

CARVALHO, Liandra Lima. A Baixada Fluminense vista pela academia. In: Revista EDUC, Vol. 01- Nº 03. Duque de Caxias: Jan.-Jun. 2015.

CRESWELL John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto. Tradução de Luciana Oliveira da Rocha – 2ª ed. – Porto Alegre: Artmed, 2007.

FLICK, U. Qualidade na pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Bookman, 2009.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

PEDROSO, C. C. A.; DOMINGUES, I.; FUSARI, J. C.; GOMES, M. O.; PIMENTA, S. G.; PINTO, U. A.; BELLETATI, V. C. F. Cursos de Pedagogia: inovações na formação de professores polivalentes. São Paulo: Cortez, 2019.

PIMENTA, Selma Garrido; FUSARI, José Cerchi; ALMEIDA, Maria Isabel de; FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. A construção da didática no GT Didática – análise de seus referenciais. In: Revista Brasileira de Educação, v. 18 n. 52 jan.-mar. 2013.

<https://emec.mec.gov.br/> Acessado em 22 abr. 2021.

<http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior> Acessado em 29 abr. 2021.

PRÁTICAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM AO SERVIÇO DO COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR PRECOCE: A METODOLOGIA DA ESCOLA DE SEGUNDA OPORTUNIDADE DE GAIAGLATTER (1992)

Joana Vieira | Filipa Costa | Daniela Campos | Sofia Canedo | João Gregório

IDIS/Ministério da Educação

Resumo:

Glatter (1992) defende que a inovação é uma mudança planificada, que nasce de um processo reflexivo que pretende melhorar a Escola e os seus resultados, envolvendo a introdução de novas ideias e práticas que sejam eficazes.

No caso do combate ao insucesso escolar, a inovação curricular surge como veículo para criar melhores métodos de adequação da realidade escolar às vivências dos jovens multidesafiados, que possuem uma relação evitante ou ambivalente com o contexto – Escola.

As orientações curriculares flexíveis e adaptadas à realidade dos/as jovens que frequentam o ensino de segunda oportunidade, é também a chave para a atribuição de elementos de significância ao contexto escolar, sendo capazes de ligar o mesmo ao projeto de vida presente e futuro.

A Escola de Segunda Oportunidade de Gaia (E2OG) aposta numa metodologia própria centrada nas pontes com o mercado de trabalho e em estreita relação com os negócios sociais que a suportam (Padaria e Empresa de Catering). Baseada numa lógica de forte interlocução e serviço à comunidade, o projeto educativo e curricular da E2OG assenta num racional circular de impacto social, que gera valor para os/as jovens e para os interlocutores proximais e comunitários.

Através da dinamização de competências ao serviço da comunidade, a E2OG permite ampliar a aplicabilidade das competências aprendidas ao serviço de outros interlocutores comunitários e sociais, criando novos sistemas de vinculação social e atribuição de significado à realidade através do desenvolvimento de valores.

A avaliação de impacto desenvolvida sobre a metodologia, apontou no sentido de mudanças sociais significativas no projeto de vida dos jovens, das famílias e dos tutores relacionados (jovens em acolhimento residencial), sendo potencialmente indicadora de uma replicabilidade e escalabilidade positiva do modelo de metodologia adotada.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Referências bibliográficas:

Comissão Europeia (2014). Abandono escolar precoce. Disponível em https://ec.europa.eu/education/policies/school/early-school-leaving_pt.

Cabral, I. e Alves, J. M. (2018). Para um modelo integrado de inovação pedagógica e melhoria das aprendizagens. In *Inovação pedagógica e mudança educativa: Da teoria à(s) prática(s)*. Porto: Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa.

Crozier, M. (1990). *On ne Change pas la Société para Decret*. Paris: Grasset.

Elmore, R. (2004). *School reform from the inside out: Policy, practice, and performance*. Cambridge: Harvard Education Press.

Escudero, J. M. (1990). Formación centrada en la escuela. Em *Actas de las Jornadas de Estudio sobre el Centro Educativo*, 7. pp. 78-91.

Foray, D. e Raffo, J. (2012). *Business-Driven Innovation: Is it Making a Difference in Education? An Analysis of Educational Patents*. OECD: Education Working Papers.

Gil, A. (2018). Flexibilidade curricular: a emergência de novos desafios ao modelo organizacional da escola –Um estudo de caso. Dissertação de mestrado em Ciências de Educação – Gestão Escolar. Leiria: IPL.

Glatte, R. (1992). A gestão como meio de inovação e mudança nas escolas. In Nóvoa, A. (Ed.). *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Jesus, S. N. (2018). *Estratégias para motivar os alunos*. Porto Alegre: Educação Brasil.

Ministério da Educação (2019). *NOESIS – Inovação pedagógica*. Disponível em https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/boletim/nota_de_abertura_noesis_boletim_dge_40_julho2019.pdf. Consultado a 21 de junho de 2021.

Lei nº. 46/86, de 14 de outubro

Lei nº. 65/2015, de 3 de julho

Lei nº. 85/2009, de 27 de agosto

Lei nº. 85/2009, de 27 de agosto

Decreto-Lei nº. 176/2012, de 2 de agosto

Decreto-Lei nº. 190/91, de 2 de agosto

Despacho nº. 22/SEI/96, de 6 de agosto

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Despacho Conjunto nº. 279/2002, de 12 de abril

Despacho Conjunto nº. 453/2004

Despacho n.º 3721/2017, de 3 de maio

Despacho nº. 6954/2019 de 6 de agosto

DISCUSSÕES E REFLEXÕES SOBRE AS TEORIAS CURRICULARES NA ENFERMAGEM: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Márcia Jaíne Campelo Chaves I Meyre-Ester Barbosa de Oliveira

UERN

Resumo:

Ao se tratar sobre educação, um dos elementos que vem à tona é o currículo, se demonstrando indispensável para compreender como o processo de formação que vem se delineando. Assim, este artigo objetiva conhecer as teorias curriculares que vêm subsidiando os estudos sobre o currículo no curso de Enfermagem, por também se tratar de um desdobramento de um capítulo de dissertação que pesquisa sobre os processos formativos do enfermeiro para docência através dos discursos que envolve o currículo e suas contingências na Enfermagem, portanto, permeado pela necessidade de aprofundamento nas discussões e reflexões acerca destas perspectivas, este estudo trata-se de revisão integrativa, a qual se volta para artigos originais, teóricos e empíricos, que abordem as teorias curriculares que fundamentam as discussões no currículo de Enfermagem, nos últimos 10 anos, em língua portuguesa. Compõem o corpus desta investigação, oito artigos. No que se refere à discussão foram fomentadas duas categorias: Conceito de currículo e Perspectivas acerca das teorias curriculares. Apenas dois artigos trazem conceito sobre currículo; nos demais essa compreensão fica implícita. As concepções sobre currículo são diversas, desde a sua compreensão apenas como um documento que delinea os conteúdos, bem como concebendo-o como os conhecimentos necessários para o exercício profissional, do que deve ser ensinado, inclusive sobre o cotidiano da sala de aula, na relação pedagógica. Nenhum dos artigos estudados aponta que teoria curricular lhe fundamenta. No entanto, dois dos artigos trazem em seu escopo teóricos: Bernstein e Moscovici, os quais se remetem à teoria crítica do currículo. Constata-se, pois, a necessidade de que, na Enfermagem, os estudos sobre currículo sejam fundamentados à luz teóricos, a fim de compreender as concepções que o perpassam.

Referências bibliográficas:

BARROS, R. M. R.; SANT'ANA, T. C. F.; PIRES, M. M. G. B. As tecnologias digitais e suas intervenções na conformação do currículo brasileiro. In: Currículo: distintas abordagens epistemológicas [recurso eletrônico]. Organizadora Miranilde Oliveira Neves. Ponta Grossa, PR; Atena Editora, 2019. Disponível em: 10.22533/at.ed.607193009. Acesso em: 02 dez 2020.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

BATISTELLA, C. E. C.; LOPES, A. C. A PROMESSA DE INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO NO DISCURSO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EM SAÚDE. Debates em Educação. Maceió; Vol. 12; Número Especial; 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/9975>. Acesso em: 03 dez 2020.

FROTA, M. A. et al. Mapeando a formação do enfermeiro no Brasil: desafios para atuação em cenários complexos e globalizados. Ciênc. saúde coletiva. Vol.2;5 no.1; Rio de Janeiro Jan. 2020. Epub Dec 20, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020251.27672019>. Acesso em: 30 dez 2020.

LOPES, A. C. TEORIAS PÓS-CRÍTICAS, POLÍTICA E CURRÍCULO. DOSSIER TEMÁTICO: "CONFIGURAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL". Educação, Sociedade & Culturas, nº 39, 2013, 7-23. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/cie/sites/default/files/02.AliceLopes.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

LOPES, R. C. Diálogos possíveis entre Teoria das Representações Sociais e Pós-Estruturalismo. II Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Ernesto Laclau e seus Interlocutores. In: Anais [...], Pelotas, v. 01, p. 01-13, 2017. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/legadolacclau/files/2017/10/Ricardo-Cortez-Lopes.pdf> Acesso em: 22 jan. 2020.

LOSSO, C. R. C.; BORGES, M. K. Teorias do currículo: reflexões sobre as suas influências no processo de escolarização. Revista Contrapontos, Itajaí, v. 18, n. 03, p. 296-305, jul.-set., 2018. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/12308/0> Acesso em: 20 jan. 2020.

MAINARDES, J.; STREMEL, S. A teoria de Basil Bernstein e algumas de suas contribuições para as pesquisas sobre políticas educacionais e curriculares. Revista Teias, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 31-54, maio/agosto, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24114> Acesso em: 21 jan. 2020.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: ____ (Orgs.). Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 1994.

OLIVEIRA, Patrícia Peres de. A formação do enfermeiro: estado da arte das publicações científicas no Brasil no período de 1996 a 2010. 2011. 176 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/9552/1/Patricia%20Peres%20de%20Oliveira.pdf>. Acessado em: 18 dez 2020.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

PIZZANE, L. et al. A ARTE DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NA BUSCA DO CONHECIMENTO. Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf., Campinas, v.10, n.1, p.53-66, jul./dez. 2012 – ISSN 1678-765X. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/download/1896/pdf_28/2549. Acesso em: 03 nov 2020.

ROCHA, M. et al. As teorias curriculares nas produções acerca da educação física escolar: uma revisão sistemática. Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte – CONBRACE, XIX, Vitória In: Anais... Vitória: COBRACE, p. 01 – 12. 2015. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss1articles/rocha-tenorio-junior-neira.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2020.

SILVA, T. T. da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOARES, C. B. et al. Revisão integrativa: conceitos e métodos utilizados na enfermagem. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 48, n. 02, p. 335-345, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48n2/pt_0080-6234-reeusp-48-02-335.pdf. Acesso em: 03 maio 2020.

SOUZA, M. T. de; SILVA, M. D. da; CARVALHO, R. de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein, São Paulo, v. 08, n. 0 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102. Acesso em: 05 maio 2020.

XIMENES, F. R. G. et al. Reflexões sobre a formação em Enfermagem no Brasil a partir da regulamentação do Sistema Único de Saúde. Ciência & Saúde Coletiva, 25(1):37-46, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v25n1/1413-8123-csc-25-01-0037.pdf>. Acesso em: 03 dez 2020.

YOUNG, M. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. Cadernos de Pesquisa, São Luís, v. 44, n. 151, p. 190-202, jan./mar., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v44n151/10.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

EDUCAÇÃO E MIGRAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL: NARRATIVA DE VIDA-FORMAÇÃO

Twila Lazarini

Universidade de Brasília

Resumo:

O trabalho de pesquisa é voltado para a relação entre migração e educação, buscando compreender a relação que o migrante estabelece com o Ensino Superior. As indagações da pesquisa se referem à perspectiva do migrante em relação à função do Ensino Superior em sua trajetória de vida, perspectivas de futuro, trabalho e estabelecimento fixo de vida no país. Além da perspectiva do migrante, também será observado como o Ensino Superior está preparado para receber os novos integrantes, que possuem uma narrativa de vida, formação, cultura e expectativas diferentes dos estudantes brasileiros, portanto, demandam uma atenção especializada em determinados aspectos. A integralização da cultura estrangeira, a questão da língua e do ensino do português como segunda língua, acolhimento e integração do migrante na sociedade, são alguns aspectos que merecem atenção de serem discutidos, visando encontrar os pontos fortes e os maiores desafios encarados pelo sistema educacional e pelos professores. O tema aborda a experiência de estudantes migrantes e refugiados (deslocados forçadamente) inseridos no Ensino Superior do Brasil. Ainda são escassos os trabalhos que remetem ao refugiado no Ensino Superior e seus desafios, sendo mais comum encontrar trabalhos que relatam experiências de crianças migrantes na Educação Básica. Entretanto, as experiências em relação a integração, cultura e língua se interseccionam, além dos desafios encontrados dentro das instituições de ensino. Do ponto de vista teórico o estudo entende os Migration Studies como marco analítico e ponto de inflexão para as críticas a serem desenvolvidas. Em termos metodológicos constitui-se como uma pesquisa narrativa. Em seus resultados apresentará o andamento da pesquisa de uma pesquisa em nível de mestrado, que procura entender o processo de inclusão do migrante no ensino superior brasileiro.

Palavras-chave: migração, migrante, ensino superior, cultura.

Referências bibliográficas:

Assumpção, A. M.; Teixeira-Coelho, J. P. R. (2020, dezembro) Crianças migrantes e o direito à educação: leituras e conversas com equatorianos na atuação voluntária do grupo DIASPOTICS.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., 28(60), pp. 167-185. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006010>

Branco-Pereira, A. (2018, agosto) O refúgio do trauma: notas etnográficas sobre trauma, racismo e temporalidades do sofrimento em um serviço de saúde mental para refugiados. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., 26(53), pp. 79-97. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005306>

Matos-de-Souza, R., Lazarini, T., Gomes-Moreira, M. & Marinho, P. (2019a). Os sujeitos invisíveis da Educação de Jovens e Adultos brasileira: um estudo sobre a apropriação do migrante na recente produção acadêmica educacional brasileira. In C. Leite & P. Fernandes. (Eds.). Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas (CAFTe): contributos teóricos e práticos. (PP. 200-209). Porto: CIIE/FPCE/UP

Matos-de-Souza, R.; Lazarini, T; González-Monteagudo, J. & Barroso-Tristán, J. M. (2021) Migração e Educação: um estudo sobre a invisibilização do migrante nas políticas educacionais brasileiras e distrital. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 29 (X). <http://epaa.asu.edu/ojs/article/view/554>

Silva, G. J; Cavalcanti, L; Oliveira, T; Costa, L. F. L; Macedo, M. (2021) Refúgio em Números. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra.

EDUCAÇÃO E MIGRAÇÃO NA REGIÃO NORTE: ANÁLISE DOS CURRÍCULOS ESTADUAIS

Twila Lazarini | Mayara de Souza Batista | Rodrigo Matos-de-Souza

Universidade de Brasília.

Resumo

O seguinte artigo apresenta resultados parciais de uma investigação mais ampla sobre o fenômeno da migração no Brasil, nesse escrito os esforços estão centrados na região Norte. No texto nos propomos a analisar os dispositivos curriculares da região norte do Brasil no que trazem do migrante em termos de apropriação conceitual. A região Norte é a região do país que mais recebe e integra migrantes e refugiados em seus estados, dada a proximidade com os países vizinhos, onde o fluxo de refugiados saindo de seus países é grande (como a Venezuela e o Haiti). A crescente entrada de venezuelanos por Pacaraima, em Roraima, desperta a atenção para a situação educacional da região. Como esta está preparada para a chegada súbita de tantos novos integrantes? Diante dessa especulação, foi feita a análise dos currículos estaduais dos nove estados da região, em busca do termo migrante, refugiado e seus correlatos, vendo qual a importância que o assunto tem gerado dentro da educação e como os estados tem buscado lidar com o fluxo crescente de pessoas, além de suas diferentes necessidades educacionais. Foram analisados os currículos da Educação Básica: Ensino Fundamental I e II, e os resultados são promissores nos estados que recebem grandes remessas de migrantes (como Roraima), mas deixam a desejar em outros estados. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma análise documental, dentro de uma perspectiva de bricolagem hermenêutica. Em termos teóricos, o estudo alinha-se com uma abordagem dos Migration Studies, aos mesmo tempo em que alinha-se com as perspectivas pós-estruturalista e pós-colonial para compreender como o sujeito migrante se encaixa no processo de desumanização, dos corpos que valem menos no arranjo do capitalismo global.

Palavras-chave: migração, educação, refugiado, região Norte, currículo.

Referências bibliográficas:

Matos-de-Souza, R., Lazarini, T., Gomes-Moreira, M. & Marinho, P. (2019a). Os sujeitos invisíveis da Educação de Jovens e Adultos brasileira: um estudo sobre a apropriação do migrante na recente produção acadêmica educacional brasileira. In C. Leite & P. Fernandes.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

(Eds.). Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas (CAFTe): contributos teóricos e práticos. (PP. 200-209). Porto: CIIE/FPCE/UP

Matos-de-Souza, R.; Lazarini, T; González-Monteagudo, J. & Barroso-Tristán, J. M. (2021) Migração e Educação: um estudo sobre a invisibilização do migrante nas políticas educacionais brasileiras e distrital. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 29 (X). <http://epaa.asu.edu/ojs/article/view/554>

Matos-de-Souza, R; & Medrado, A.C.C. (2021) Dos corpos como objeto: uma leitura pós-colonial do 'Holocausto Brasileiro'. Saúde em Debate. 2021, v. 45, n. 128 (pp. 164-177). <https://doi.org/10.1590/0103-1104202112813>

Mbembe, A. (2018) Necropolítica São Paulo: N-1.

Silva, G. J; Cavalcanti, L; Oliveira, T; Costa, L. F. L; Macedo, M. (2021) Refúgio em Números. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra.

O GOVERNAMENTO DAS REPRESENTAÇÕES DA DOCÊNCIA NA REGIÃO DE ENCOSTA DA SERRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL

Cláudio Gerhardt I Rochele da Silva Santaiana

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS | Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

Resumo:

Esse escrito objetiva identificar as estratégias de governo da docência que se constituem nos discursos que são impressos nas páginas dos jornal “O Diário da Encosta da Serra” no estado do Rio Grande do Sul - Brasil. As investigações foram conduzidas pela seguinte problematização: Como os discursos postos em circulação pelo jornal “O Diário da Encosta da Serra”, operam na constituição de determinadas representações da docência, podendo gerar formas de governo das subjetividades entre seus leitores? Os aspectos metodológicos são de ordem qualitativa e toma como campo teórico analítico os Estudos Culturais em Educação, com uma vertente Pós-Estruturalista. O corpus metodológico analítico do estudo é a pesquisa documental, contemplando as edições de janeiro de 2018 a junho de 2021 do jornal “O Diário da Encosta da Serra”. Esse veículo de comunicação entra em circulação em 13 municípios do estado do Rio Grande do Sul. A fundamentação teórica contempla os escritos de Larrosa(1994) sobre “as tecnologias eu” estruturadas pelo pensamento de Foucault(2014). Os significados atribuídos aos fatos ocorridos são compartilhados entre os sujeitos por meio de diversas linguagens, principalmente as de escritas e de imagens. , por dessas, são compostas práticas discursivas que desenvolvem as “tecnologias do eu”, que através das ações de ver, expressar, narrar, julgar os docentes se constituem em estratégias que o jornal se utiliza para exercer certo domínio sobre as representações docentes que são constituídas na região de distribuição deste meio jornalístico. Então, ao recorrer aos processos de identificar e adjetivar características aos professores; Expressar e narrar, através da linguagem e de práticas discursivas essas características em suas páginas; Construir julgamentos sobre essa categoria profissional, o jornal “O Diário da Encosta da Serra” é um dos mecanismos que exercer um certo domínio sobre as representações docentes que são construídas nesta região. Diante disso, seus leitores, inclusive os professores, ao ler seu noticiário, são subjetivados a representar a docência de maneira semelhante às páginas dos jornais.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Palavras-chave: Jornal; Docência; Linguagem; Subjetivação;

Referências bibliográficas:

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Maria Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 23, p. 36-61, maio/ago. 2003.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Maria Hessel; WORTMANN, Maria Lúcia Castagna. Sobre a emergência e a expansão dos Estudos Culturais no Brasil. Revistas Eletrônicas Educação, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 32-48, jan./abr. 2015.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. A análise do discurso: para além de palavras e coisas. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.18-37, jul./dez. 1995.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 59-80, jul./dez. 1997.

FOUCAULT, Michel. Do governo dos vivos. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: a história das prisões. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

FOUCAULT, Michel. Ética, sexualidade, política. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. A hermenêutica do sujeito. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, Michel. O governo de si e dos outros. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014a.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017a.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2017b.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). O sujeito da educação: estudos foucaultianos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p.35-86.

O CURRÍCULO ESCOLAR NA FORMAÇÃO PARA AS NOVAS GERAÇÕES: ESTUDO DE CASO NO DISTRITO FEDERAL, BRASIL.

Cristiane Guinancio I Carla Costa Moreira Guedes

Universidade de Brasília I Centro de Ensino Fundamental Metropolitana,

Resumo:

O artigo apresenta proposta de estruturação curricular para escolas de nova geração, visando ao aperfeiçoamento do ensino básico no Brasil. Em face dos desafios decorrentes das rápidas transformações tecnológicas e sociais, do recente contexto de pandemia, e da necessidade de reconfiguração das práticas pedagógicas para uma educação transformadora, as investigações se direcionaram por modelos de formação interativo-reflexivo (PACHECO, 2014).

Prevê a estruturação do currículo escolar a partir de três eixos de formação: Tecnologia, Equilíbrio Ambiental e Cooperação. O eixo “Tecnologia” remete à quarta revolução industrial, em que a robótica é articulada à exploração espacial, ao desenvolvimento da inteligência artificial, e ao contexto da simultaneidade. É imprescindível a formação que instrumentaliza o estudante a escolher o conhecimento necessário ao desenvolvimento de sua autonomia acadêmica, pois “tornar os nativos digitais digitalmente competentes significa, nesse contexto, desenvolver uma função de ensino moderna, reflexiva e plural” (FUNIBER, 2020a). Entretanto, o risco de um resultante processo de desumanização e degradação ética, moral e ambiental (PACHECO, 2019) suscitou a consolidação dos demais eixos. Nesse sentido, o eixo “Equilíbrio Ambiental” referencia-se à compreensão da sustentabilidade a partir das dimensões social, econômica, ecológica, territorial, cultural e política (SACHS, 2009), visando à promoção da igualdade na sociedade, do equilíbrio ecológico e da valorização das diversidades locais nos modelos de desenvolvimento. No eixo “Cooperação” os processos de aprendizagem se orientam para a singularidade, a partir da interação cognitiva, congregando conhecimentos e práticas para a promoção da cultura da cooperação e o fortalecimento de comunidades (BROTTO, 2018). E para além dos processos cognitivos, desenvolver habilidades sociais que os tornem indivíduos corresponsáveis pelo aprendizado de todos (FUNIBER, 2020b).

Em face das diferenças regionais no país, adotou-se como estratégia metodológica a implementação de uma ação-piloto no Distrito Federal, para posterior regionalização. Será implementada no Centro de Educação Fundamental Metropolitana. O artigo aborda esse projeto-piloto de “Formação para as novas gerações”, em fase de implementação,

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

evidenciando os potenciais de reavaliação de práticas educativas dominantes, questionamento de convicções e revisão da organização das escolas.

Palavras-chave: Currículo escolar; Tecnologia; Equilíbrio Ambiental; Cooperação.

Referências bibliográficas:

BROTTO, F. O. A Pedagogia da Cooperação: para um mundo onde todos podem VenSer. Pós-graduação em Pedagogia da Cooperação & Metodologias Colaborativas – UNIP, São Paulo, v. 4.5, 2018.

FUNIBER, Um mundo digital: uma cidadania digital responsável. Material Impresso, Mestrado em Educação, 2020a.

FUNIBER, As teorias da aprendizagem. Material impresso, Mestrado em Educação, 2020b.

PACHECO, J. Escola da Ponte: formação e transformação da educação. Petrópolis, RJ: 6ª ed. Vozes, 2014.

PACHECO, J. Inovar é assumir um compromisso ético com a educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

POLÍTICAS CURRICULARES E DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: SENTIDOS EM DISPUTA

Clara Wesllyane Morais da Silva | Meyre Ester Barbosa de Oliveira | Vitória Letícia Duarte da Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Resumo:

A demanda por padronizações curriculares é um movimento recorrente em nível internacional. No contexto brasileiro, tal movimento tem sido observado nos discursos políticos desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, sendo ratificado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96) e, posteriormente, nos Planos Nacionais de Educação (2001-2011 e 2014-2024). Em tais documentos é possível perceber a articulação discursiva que conecta o discurso da melhoria da qualidade da educação com reformulação curricular e formação de professores. No presente artigo buscar-se-á, com base em uma abordagem qualitativa, analisar as articulações que se estabelecem entre políticas curriculares e as de formação de professores. Para tanto, apoia-se na abordagem teórico-metodológica do ciclo de políticas proposto por Ball e Bowe, assumindo a concepção de política como texto e discurso, produzida de forma contínua em diferentes contextos (BALL; MAINARDES, 2011); na compreensão de currículo como um discurso que constrói sentidos (LOPES e MACEDO, 2011) e na noção de política curricular como política cultural (OLIVEIRA; DESTRO, 2005). Com base nesse registro explora as articulações discursivas entre currículo e formação questionando os alinhamentos que permitem significar a padronização curricular como garantia de qualidade. O corpus de análise compreendeu os pareceres que antecederam a publicação da Base Nacional de Formação de Professores (BNC – Formação) e a própria Resolução CNE nº 02/2019 que a instituiu. O estudo permitiu refletir sobre as demandas que as políticas curriculares suscitam para a formação de professores; discutir sobre os sentidos de formação e refletir sobre como esses aspectos são significados como potencializadores da qualidade educacional. Considera que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Básica tem atuado como indutora de políticas educacionais, em particular da BNC – Formação; que predomina a ideia de base como guia para a prática pedagógica e a padronização curricular como garantia da qualidade e da equidade. Compreende que as políticas são produzidas num ciclo contínuo em múltiplos espaços, por sujeitos distintos, o que implica a circulação de ideias

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

e a reinterpretação dos sentidos e, ao mesmo tempo, suscita que as dinâmicas dos contextos sejam consideradas como parte do processo de produção das políticas.

Palavras-chave: Políticas curriculares. Ciclo de política. Formação Docente. Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Referências bibliográficas:

BALL, STEPHEN J.; MAINARDES, JEFFERSON (Org.). Políticas educacionais: questões e dilemas. SÃO PAULO: CORTEZ, 2011, 288 p.

BALL, Stephen J., MAGUIRE, M., BRAUN, A. Como as escolas fazem as políticas / tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BOWE, Richard; BALL, Stephen J.; GOLD, Anne. Reforming Education and Changing Schools: case studies in policy sociology. London: Routledge, 1992.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP). Resolução CNE/CP nº 02, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 46-49, 30 de junho.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Teorias de Currículo. São Paulo: Cortez, 2011.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Vol. 27. Campinas: Educ. Soc. 2006.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas e suas contribuições para a análise da trajetória de políticas educacionais. Educ. Soc. 2006.

OLIVEIRA, Ozerina Victor; DESTRO, Denise de Souza. Política curricular como política cultural: uma abordagem metodológica de pesquisa. Revista Brasileira de Educação, nº 28, 2005.

RENOVAÇÃO PEDAGÓGICA E INOVAÇÃO EDUCATIVA NO NOVO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA CURRICULAR.

Shirley Sheila Cardoso | Luthiane M. Valença de Oliveira

Unisinos

Resumo:

O presente trabalho discute os conceitos de renovação pedagógica e inovação educativa na perspectiva democrática, a partir da análise da política curricular do novo Ensino Médio no Brasil (Lei 13.415/2017). Abordaremos o conceito de inovação educativa refutando as racionalidades técnicas e políticas perspectivadas pela lógica de mercado neoliberal (PACHECO, 2003) e vincularemos o tema à dimensão coletiva e contextual da escola. Ancorados em Collet (2020) trabalharemos os cinco elementos essenciais à renovação pedagógica estrutural, quais sejam: caminho, conflito, contexto, coletivo e comum (5C). Dialogaremos com Pacheco (2019b); Sancho-Gil (2018), Sacristan (2017), e Serraboja (2017). A concepção inscrita pelos autores classifica a inovação como transformadora, apontando a modificação de teorias e práticas pedagógicas que irão facilitar a aquisição do conhecimento como também compreendê-lo e torná-lo significativo nas práticas cotidianas dos alunos. A pesquisa qualitativa foi desenvolvida a partir de análise documental e de entrevistas realizadas com professores de escolas do novo ensino médio acerca do que entendem do conceito de inovação educativa e como vinculam o mesmo com essa política (Lei 13.415/2017). Os resultados apontam que: o conceito de inovação educativa ainda é vinculado a tecnologia e oferta de práticas diferenciadas na escola; o novo ensino médio mascara a inovação educativa; a proposta do novo ensino não apresenta inovação no conceito discutido acima; e na maioria das vezes não há vinculação do tema inovação na perspectiva democrática. Concluímos que o currículo inovador será aquele que trará contributo para conhecimentos relevantes aos projetos de vida dos sujeitos e a escola como espaço democrático na busca do comum.

Palavras-chave: Inovação Educativa. Renovação Pedagógica. Ensino Médio. Política Curricular.

Referências bibliográficas:

BRASIL, Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Valorização dos Profissionais da Educação. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n.35, p.1-3, 17 fev. 2017.

COLLET, Jordi. Organización horizontal y dirección compartida para la nueva escuela: bases para una escuela democrática que cuida de lo común. In: FEU, Jordi; PRIETO, Óscar (Orgs.). La renovación pedagógica en España desde una mirada crítica y actual. Madrid: Morata, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

PACHECO, José A. Inovar para mudar a Escola. Porto: Porto Editora, 2019b.

SACRISTÁN, José Gimeno (comp). Los contenidos, una reflexión necesaria. São Paulo: Cortez; Madrid, Espanha: Ediciones Morata, 2017

SANCHO-GIL, Juana. Innovación y enseñanza: de la “moda” de innovar a la transformación de la práctica docente. Educação PUCRS, v. 41, n.1, p. 12-20, 2018.

SEBARROJA, Jaume Carbonell. Las pedagogías innovadoras y las visiones de los contenidos. In: SACRISTÁN, José Gimeno (comp). Los contenidos, una reflexión necesaria. São Paulo: Cortez; Madrid, Espanha: Ediciones Morata, 2017.

CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS NAS ANÁLISES CURRICULARES SOB O VIÉS DISCURSIVO NAS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO NO BRASIL

Maria Angélica da Silva | Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida

UFAL | UFPE

Resumo:

Este artigo apresenta uma discussão sobre as abordagens teórico-metodológicas que ancoram as pesquisas sobre currículo a partir dos dados de um levantamento, do tipo estado da arte, no qual dialogamos com produções científicas brasileiras publicadas na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) nos últimos dez anos. Realizamos o levantamento no GT 12, por ser o grupo de trabalho “que vêm se dedicando ao estudo de questões concernentes ao campo do currículo [...] a partir e através de múltiplos referenciais teórico-epistemológicos e metodológicos, essas questões, entendendo currículo, no mais amplo sentido do termo.” (ANPED, GT 12). Foram analisados 16 trabalhos e neles destacamos, nos discursos (LACLAU, 2000), enunciados que traduzissem (DERRIDA, 2006) as abordagens teórico-metodológicas do currículo nestas pesquisas. Para tanto, as produções foram analisadas a partir das singularidades e recorrências (MARQUES, 2014) dos enunciados, e articuladas aos discursos científicos de autores (as) que dialogam estreitamente com os campos do currículo e da prática curricular (LOPES, 2018; FRANGELLA, 2013), assim como realizamos uma categorização teórica dos núcleos de sentidos (MAINGUENEAU, 1997) dos enunciados presentes nos discursos dos autores. A compreensão do currículo via abordagem discursiva se revelou como uma marca de unidade entre todas as produções analisadas, bem como, ao mesmo tempo se figura como o elemento que vai delinear as especificidades de cada produção, uma vez que os veículos do discurso se diferenciam quanto às suas bases teórico-metodológicas, com ancoragens ecléticas, tais como: a) presença da base teórico-metodológica da Análise do Discurso - nas linhas foucaultiana e pecheuxtiana; e da Teoria do Discurso - via Laclau e Mouffe, b) Presença dos estudos de Ball, via Ciclo de Políticas, nas abordagens sobre as políticas-práticas do campo curricular; e c) Estudos da Recontextualização em Bernstein e da Tradução em Derrida, para compreender os movimentos de transformação e articulação das políticas nas/com as práticas curriculares. Nesta direção, vimos que a abordagem discursiva enquanto unidade teórico-metodológica nas produções da ANPED não significa uma marca padronizadora dos discursos curriculares, pois o discurso enquanto categoria social vai ao oposto desta lógica.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Referências bibliográficas:

DERRIDA, Jacques. Torres de Babel. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. A tarefa da pesquisa como tradução: significando a investigação em educação. IN: GUEDES, Neide Cavalcante; ARAÚJO, Hilda Mara Lopes; IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. (Orgs.) Pesquisa em educação: Contribuição ao debate na formação docente. Teresina: EDUFPI, 2013. V.1. ISBN: 978-85-7463-632-0

LACLAU, Ernesto. Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tempo. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

LOPES, Alice Casimiro. Sobre a decisão política em terreno indecidível. IN: LOPES, Alice Casimiro; SISCAR, Marcos. (Orgs.) Pensando a Política com Derrida -responsabilidade, tradução, porvir. São Paulo. Cortez Editora. 2018. p.83-115.

MARQUES, Luciana Rosa. Contribuições da democracia radical e da teoria do discurso de Ernesto Laclau ao estudo da gestão da educação. IN: MENDONÇA; Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. (Orgs.) Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso em torno de Ernesto Laclau. 2ª Edição. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2014. pp.109-131.

MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em análise do discurso. São Paulo: Pontes. Editora da UNICAMP, 3ª Edição, 1997.

PRÁXIS NA PRODUÇÃO DE SENTIDOS DE CURRÍCULO NAS PRÁTICAS CURRICULARES A PARTIR DE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO NO BRASIL

Maria Angélica da Silval Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida

UFAL | UFPE

Resumo:

Este artigo apresenta uma discussão sobre a práxis como criadora de currículos e práticas curriculares através do ato de pensar-viver dialeticamente e reflexivamente processos de traduções curriculares, a partir dos dados de um levantamento, do tipo estado da arte, no qual dialogamos com produções científicas brasileiras regionais publicadas no Encontro de Pesquisa Educacional Norte e Nordeste (EPENN) nos últimos dez anos. Realizamos o levantamento no GT 12, por ser o grupo de trabalho “que vêm se dedicando ao estudo de questões concernentes ao campo do currículo [...] a partir e através de múltiplos referenciais teórico-epistemológicos e metodológicos, essas questões, entendendo currículo, no mais amplo sentido do termo.” (ANPED, GT 12). Foram analisados 18 trabalhos e neles destacamos, nos discursos (LACLAU, 2000), enunciados que traduzissem (DERRIDA, 2006) as abordagens teórico-metodológicas do currículo nestas pesquisas. Para tanto, as produções foram analisadas a partir das singularidades e recorrências (MARQUES, 2014) dos enunciados, mas também foram articuladas aos discursos científicos de autores (as) que dialogam estreitamente com os campos do currículo e da prática curricular (LOPES, 2018; FRANGELLA, 2013), assim como realizamos uma categorização teórica dos núcleos de sentidos (MAINGUENEAU, 1997) dos enunciados presentes nos discursos dos autores. Seja nos trabalhos focados na análise dos processos de ressignificação dos currículos ou nas produções que tratam das reformas curriculares ocorridas ao longo das últimas décadas do século XX, a marca da especificidade enunciativa funda-se na práxis como dimensão possibilitadora da resistência e ressignificação dos discursos curriculares, compreendidos como movimentos de tradução curricular. Assim, nas trilhas enunciativas das publicações, a práxis, enquanto relação dialética entre a teoria e a prática, integra o palco do saber-fazer curricular contextualmente situado, que coloca em jogo os lugares enunciativos dos sujeitos e as influências que atravessam sua relação subjetiva com os processos pedagógico-curriculares. Nesse ínterim, a práxis é configurada enquanto ação política, individual, pois, leva em conta os horizontes do sujeito que a põem em relação e também coletiva, sendo atravessada pelos discursos de outros sujeitos, práticas e contextos.



Referências bibliográficas:

DERRIDA, Jacques. Torres de Babel. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. A tarefa da pesquisa como tradução: significando a investigação em educação. IN: GUEDES, Neide Cavalcante; ARAÚJO, Hilda Mara Lopes; IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. (Orgs.) Pesquisa em educação: Contribuição ao debate na formação docente. Teresina: EDUFPI, 2013. V.1. ISBN: 978-85-7463-632-0

LACLAU, Ernesto. Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tempo. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

LOPES, Alice Casimiro. Sobre a decisão política em terreno indecidível. IN: LOPES, Alice Casimiro; SISCAR, Marcos. (Orgs.) Pensando a Política com Derrida -responsabilidade, tradução, porvir. São Paulo. Cortez Editora. 2018. p.83-115.

MARQUES, Luciana Rosa. Contribuições da democracia radical e da teoria do discurso de Ernesto Laclau ao estudo da gestão da educação. IN: MENDONÇA; Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. (Orgs.) Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso em torno de Ernesto Laclau. 2ª Edição. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2014. pp.109-131.

MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em análise do discurso. São Paulo: Pontes. Editora da UNICAMP, 3ª Edição, 1997.

POLÍTICA Nacional De Alfabetização: Estratégias De Governo Das Práticas Docentes Por Meio Do Programa Tempo De Aprender

Paula Etyele Barros de Sousa | Rochele da Silva Santaiana

UERGS

Resumo:

Este trabalho tem como tema a Política Nacional de Alfabetização, em especial o Programa tempo de Aprender. Objetiva analisar como as políticas voltadas para alfabetização se articularam na última década de forma a produzir programas que regulam e governam as práticas pedagógicas docentes. O presente trabalho se caracteriza em um estudo de Pesquisa Qualitativa e se utiliza de pesquisa bibliográfica e análise documental, sobre os temas citados, já quanto aos procedimentos ele se apresenta como levantamento bibliográfico e documental. Os dados investigados são compostos dos documentos gerados pela PNA e pelo referido programa, em interlocução com a Base Nacional Comum Curricular. As análises foram realizadas na perspectiva pós-estruturalista e também por autores que discutem práticas de educação, alfabetização e avaliação, como Michel Foucault (1979); LAVAL (2019); VIGANETO (1997). Considerações iniciais nos permitem inferir que as políticas de alfabetização no Brasil têm passado ao longo de sua história por um grande processo de mudanças, rupturas, consensos, limitações e, ainda, permanece com muitos desafios no que diz respeito à organização do atendimento à criança no período compreendido como ciclo da alfabetização. Nesse rumo, as políticas e programas operacionalizam formas de governo na formação docente por meio da articulação com as políticas curriculares também interpostas no cenário educacional tendo como ponto estratégico a alfabetização nacional.

Palavras-chave: Alfabetização. Políticas Educacionais. Programas.

Referências bibliográficas:

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

VEIGA-NETO Alfredo. Governo ou Governamento? Disponível em:

<http://ufrgs.br/faced/Alfredo>, 1997.

LAVAL, Christian. A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público/ Christian Laval; tradução Mariana Echalar.- 1. ed.- São Paulo: Boitempo, 2019. (Estado de Sítio)

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ-RN: ARTICULAÇÕES
E DEMANDAS SUSCITADAS A PARTIR DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO EM
LARGA ESCALA**

Ana Carolina Costa Guimarães | Meyre Ester Barbosa de Oliveira

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Resumo:

O estudo aqui proposto tem como objetivo analisar as articulações e alinhamentos entre os discursos produzidos pelos sistemas de avaliação em larga escala na feitura das políticas educacionais da rede municipal de ensino de Mossoró-RN, focalizando as demandas suscitadas por tais processos e suas influências na produção das políticas curriculares da última década. Trata-se de um recorte do trabalho monográfico intitulado “Influência das avaliações em larga escala na produção de políticas educacionais: um estudo sobre as políticas curriculares do município de Mossoró/RN”, apresentado como requerimento de graduação em Licenciatura em Pedagogia na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, aprimorado em meio aos estudos no Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC) na mesma instituição. Desse modo, o estudo possui caráter qualitativo, bibliográfico e documental, tendo como foco central a Lei Nº 2717, de 27 de dezembro de 2010, que institui a política de Responsabilidade Educacional no Município de Mossoró, o Mapa Educacional e as estratégias previstas pelo Sistema de Avaliação da Educação Municipal (SIAVE) para aferição e certificação de qualidade educacional no município. Para a leitura, mapeamento e análise dos textos que constituem o material empírico da pesquisa, bem como para a compreensão e alcance do objetivo central do estudo, toma-se como referência os estudos de Avelar (2016); Lopes e Macedo (2011); Fischer (2003); apoiando-se no ciclo de políticas apresentado por Ball e Bowe, assumindo um entendimento de política como texto e discurso, produzida em diferentes contextos. O estudo possibilitou compreender as repercussões e alinhamentos discursivos presentes nos textos das políticas analisadas com uma narrativa mercadológica e performática de pensar educação, apresentando um processo amplo de reconstrução do que se tem como ética no setor público, onde o julgamento do profissional docente fica dependente de decisões comerciais ditadas em consonância com avaliadores externos à escola.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Palavras-chave: Avaliação em larga escala; Políticas curriculares; Demandas

Referências bibliográficas:

AVELAR, Marina. Entrevista com Stephen J. Ball: uma análise de sua contribuição para a pesquisa em política educacional. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 24, nº 24, Universidad de San Andrés y Arizona State University, 2016.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (orgs). *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.

BALL, Stephen J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. *Currículo sem Fronteiras*, v.1, n.2, pp.99-116, Jul/Dez 2011

BALL, S, J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2016

LOPES, Alice C.; MACEDO, Elizabeth. *Teorias de Currículo*. São Paulo: Cortez, 2011a.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Contribuições de Stephen Ball para o estudo de políticas de currículo. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson.(Org.) *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011b.

MOSSORÓ (Cidade), Lei nº 2717, de 27 de dezembro de 2010. Institui a Política de Responsabilidade Educacional no Município de Mossoró e dá outras providências. *Jornal Oficial de Mossoró*, Mossoró-RN, 27 dez. 2010

MOSSORÓ (Cidade), Decreto 3.749, de 21 de março de 2011. Institui o Sistema de Avaliação da Educação Municipal – SIAVE e dá outras providências. *Jornal Oficial de Mossoró*, Mossoró-RN, 25 mar. 2011b.

MOSSORÓ (Cidade). *Plano Municipal de Educação: 2004/2013*. Mossoró, RN: Prefeitura Municipal. Gerência Executiva de Educação e do Desporto, 2004.

MARCOS DA TRAJETÓRIA DOCENTE: ENTRE A DIVERSIDADE DE VIVÊNCIAS E A REFLEXÃO DA PRÁTICA

Simone Henriques Gonçalves Lima | Silvana Mesquita

Fundação Osorio | Pontifícia Universidade Católica - Rio de Janeiro (Puc-Rio)

Resumo:

O objetivo dessa pesquisa foi buscar nas trajetórias de professores marcos de diferentes origens que provocaram mudanças em suas práticas pedagógicas na perspectiva do desenvolvimento da profissionalidade. Identificou-se indícios no enriquecimento da formação docente e contribuições para o desenvolvimento da autonomia e do reconhecimento profissional. A pesquisa selecionou um grupo de 16 professores em exercício profissional no segundo segmento do ensino fundamental da educação básica, com formação em diferentes áreas do conhecimento e que atuava nas diferentes redes de ensino (pública: federal, municipal, estadual e privada) da cidade do Rio de Janeiro. Para o desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Para seleção dos entrevistados, foi utilizada a técnica "Snowball, usada para acessar grupos específicos por meio da indicação. Esses docentes deveriam se encontrar na fase entre 7 e 25 anos de carreira e serem reconhecidos por possuírem características que o destacassem profissionalmente. O contributo teórico pautou-se nos estudos de Nóvoa, Roldão, Garcia e Formosinho sobre profissionalidade docente e desenvolvimento profissional. Com relação aos diferentes saberes e sua relação com a prática, os estudos de Tardif, Candau e Lelis apresentaram-se como referência para a pesquisa. Foram evidenciadas influências em relação aos diferentes contextos institucionais de atuação, às práticas pedagógicas, às relações interpessoais, aos conhecimentos considerados relevantes e àqueles pontados como lacunas para a prática docente. Os principais marcos identificados nas trajetórias profissionais dos professores, tanto de origem positiva como negativa, foram categorizados como provocadores de mudanças consideradas construtivas ou não construtivas no desenvolvimento profissional, alcançando diferentes dimensões. Concluiu-se que as trajetórias foram compostas por uma diversidade de experiências, que foram provocando mudanças de acordo com os fatos vividos, as escolhas

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

feitas e as atitudes tomadas, apontando para a relevância do processo continuum de formação e uma prática de reflexão.

Palavras-chave: Profissionalidade; Trajetórias; Formação; Marcos; Reflexão.

Referências bibliográficas:

CANDAU, V. M.; LELIS, I. A. A Relação Teoria-Prática na Formação do educador. In: CANDAU, V. M (Org.). Rumo a uma Nova Didática. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GARCIA, C. M. Formação de Professores: para uma mudança educativa. Trad: Isabel Narciso. Porto: Porto Ed, 1999.

FORMOSINHO, J. Desenvolvimento profissional dos professores. In: FORMOSINHO, J. Formação de professores: aprendizagem profissional e acção docente. Porto: Porto Ed, 2009.

NÓVOA, A. Vidas de professores. 2 ed. Porto: Porto Ed, 2013.

NÓVOA, A. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. Cad. de Pesquisa, SP, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, 2017. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v47n166/1980-5314-cp-47-166-1106.pdf>. Acesso: 12 set. 2018.

ROLDÃO, M. do C. Profissionalidade docente em análise: especificidades dos ensinos superior e não superior. Nuances: Estudos Sobre Educação, v. 12, n. 13, p. 105- 126, jan-dez. 2005. Disponível: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/1692/1601>. Acesso: 17 jul. 2019.

TARDIF, M. Saberes Docentes e Formação Profissional. 17 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2014.

A INSURGÊNCIA DAS INFÂNCIAS QUEER: O LUGAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES TRANSVIADAS NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS.

Eduardo Felipe Hennerich Pacheco

Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR.

Resumo:

Crianças e adolescentes que escapam e fogem da norma cisgênera heterossexual, e dos demais atributos instituídos como adequados a infância, são reiteradamente lembradas que seus corpos não pertencem a esse ou àquele lugar, que não há espaços para suas identidades e principalmente que não são bem-vindas nos espaços educativos. Partindo dessas constatações, o presente trabalho, partindo do conceito queer, elaborado por Teresa de Lauretis (1987), Judith Butler (1990) e Paul Preciado (2000), objetiva discutir a invisibilidade e violência, vivenciada por crianças e adolescentes queers na escola. O problema que orienta a reflexão busca responder a seguinte problemática: há lugar para a infância queer nas escolas? O trabalho se organizará da seguinte maneira: em um primeiro momento, é discutido o lugar da infância ao longo da história da sociedade ocidental, e como esse conceito, destinou-se apenas a uma pequena parcela de crianças e adolescentes; após explanado os percursos históricos da instituição de uma infância, é discutido a compreensão do que é uma infância queer, bem como as dificuldades e limitações da definição de um conceito; no terceiro tópico do trabalho, é questionado o lugar das infâncias transviadas nas instituições escolares, e como, por diversas vezes, as instituições atuam muito mais como um lugar de exclusão, silenciamento e invisibilização, ao invés de um ambiente de acolhimento e proteção. Nesse tópico também é apresentado dados empíricos coletados pela da secretaria de educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, que realizou uma pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil em 2016, em relação as identidades de gênero e orientação sexual dos(as) estudantes. Os resultados indicam que as infâncias queer questionam o papel e a função das instituições educacionais na criação de uma sociedade mais justa, diversa e democrática, onde todos(as) tenham garantido seu direito a vir-a-ser o que bem entender.

Palavras-chave: Infância, Queer, Instituições Educacionais; VIR-À-SER.

Referências bibliográficas:

ARIÈS, Phillippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – ABGLT. Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil 2016: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 2016. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2016/03/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2021.

BASTOS, Amélia et al. Um olhar sobre a pobreza infantil: análise das condições de vida das crianças. Coimbra: Almedina, 2008.

BEBIANO, Adriana. "Gayatri Spivak: a teoria como prática de vida", *Imprópria: Política e Pensamento Crítico*, v.1, n, 1, 113-127, 2012.

BENTO, Berenice. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BRAIDOTTI, Rosi. Diferença, diversidade e subjetividade nômade. *Revista Labrys Estudos Feministas* v.1 n. 2, 1-16, 2002. Disponível em: https://www.labrys.net.br/labrys1_2/. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRITO, Camila Pina. "Já é negro e ainda quer ser travesti?" – Experiências trans de mulheres negras. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, BA, Brasil, 2016.

BUTLER, Judith. *Bodies that Matter. On the Discursive Limits of Sex*. London: Routledge, 1994.

BUTLER, Judith. *Deshacer el género*. Buenos Aires: Paidós, 2016.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. Uma analítica do poder: entrevista a Claire Pagès e Mathieu Trachman. *Revista Investigação Filosófica*, v.5 n.1, 2013.

COHEN, Jeffrey Jerome. A cultura dos monstros: sete teses. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Pedagogia dos monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. pp. 25-60.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e da civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: Seminário: Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas. Rio Grande. Anais. Rio Grande, RS: FURG, 2007.

KOEHLER, Sonia Maria Ferreira. “Homofobia, cultura e violências: a desinformação social”. Revista Interações, Santarém, v. 9 n. 26, 129-151, 2013. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/3361>. Acesso em: 20 dez. 2019.

KRISTEVA, Julia. Powers of horror. An Essay on Abjection. Nova York: Columbia University Press, 1982.

LAURETIS, Teresa. “A tecnologia do gênero”. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. Revista Tabula Rasa, n. 9, 73-102, dez. 2008. Disponível em: <http://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

PACHECO, Eduardo Felipe Hennerich; EYNG, Ana Maria. A educação intercultural como possibilidade em processos decoloniais na garantia dos direitos da infância. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 110-124, jan./mar. 2020.

PACHECO, Eduardo Felipe Hennerich; FILIPAK, Sirley Terezinha. Educação, relações de gênero e diversidade sexual nas escolas: uma questão de Direitos Humanos. In: OLIVEIRA, Lígia Ziggotti de; CUNHA, Josafá Moreira da; KIRCHHOFF, Rafael dos Santos (Orgs). Educação e interseccionalidades. Curitiba: Ed. NEAB-UFPR, 2018.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: a invenção política da sexualidade em tempos do slogan “ideologia de gênero”. In: PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva (orgs.). Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades. Belo Horizonte: Mazza, 2018. pp. 23-52.

PARAISO, Marlucy Alves. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 34, n. 122, p. 283-303, Ago. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 jul. 2021.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

PORTINARI, Denise. O discurso da homossexualidade feminina. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PRECIADO, Paul. Qui défend l'enfant queer? Libération, 2013. Disponível em: https://www.liberation.fr/societe/2013/01/14/qui-defend-l-enfant-queer_873947. Acesso em: 06 jul. 2021.

RAMALHO, Maria Irene. "Difference and Hierarchy Revisited by Feminism". Revista Anglo Saxonica, n. 6, 23-45, 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/144049106.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2021.

SAFATLE, Vladimir. Posfácio. Dos problemas de gênero a uma teoria da despossessão necessária: ética, política e reconhecimento em Judith Butler. In: BUTLER, Judith. Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 79, p. 71-94, Nov. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 jul. 2021.

SILVA, Joao Paulo Lorena. Infâncias queer nos entre-lugares de um currículo: a invenção de modos de vida transviados. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

OS PERCURSOS HISTÓRICOS DA ELABORAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS NO BRASIL

Renato Marcondes I Sani de Carvalho Rutz da Silva I Silvio Luiz Rutz da Silva

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia - UTFPR/PPGECT I

Resumo:

Compreender como reformas curriculares podem impactar diretamente e indiretamente diferentes esferas sociais, profissionais e educacionais é de suma importância, para que suas reais intencionalidades possam ser avaliadas, e para além, seus impactos estimados, pois, o currículo é um documento que reflete relações de poder, de classe e de hegemonia, ou seja, não é um documento neutro (APPLE, 2008). Sendo que um dos meios para tal compreensão, é o estudo cronológico de tais reformas. Portanto, objetiva-se neste trabalho, apresentar a construção de uma cronologia da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e dos Itinerários Formativos (IF). Adotou-se como fonte de dados, documentos oficiais, tais como: Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/1996 (BRASIL, 1996), Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000), Lei Nº 13.005 de 25 de Julho de 2014 (BRASIL, 2014), Base Nacional Comum Curricular - BNCC 2018 (BRASILa, 2018) e os Itinerários Formativos (BRASILb, 2018), entre diversos outros documentos que perpassam este período temporal. A metodologia empregada foi a Análise Documental (ROSA, 2013), pois, “é utilizada como ferramenta de coleta de registros para um trabalho de pesquisa baseado na interpretação de documentos” (p. 53). Também se empregou análises estatísticas lexicais por meio do Software IRaMuTeQ. Os principais resultados versam sobre a importância da compreensão dos acontecimentos que envolveram a elaboração e homologação da BNCC e dos IF, para que assim, críticas substanciadas possam ser construídas, bem como compreender os impactos que estas leis e reformas representam no contexto nacional brasileiro, o que por vezes não se mostra explícito, como no discurso neoliberal da década de 1990 ainda presente na proposta da BNCC (GOLÇANVEZ; DEITOS, 2020), ou os desafios de implementação e participação docente (JOLANDEK; PEREIRA; MENDES, 2021), compreendendo que a formação inicial e continuada também é impactada neste processo.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Palavras-chave: Itinerários Formativos, Base Nacional Comum Curricular, Estudo Cronológico, Currículo.

Referências bibliográficas:

APPLE, M. Ideologia e Currículo. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASILa. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASILb. Ministério da Educação. Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018. Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrW0TZC2Mb/content/id/70268199. Acesso em: 12 jul. 2021.

GOLÇALVEZ, A. M.; DEITOS, R. A. Competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Fundamentos teóricos e ideológicos. Revista Científica Eccos. n. 52, p. 1-19, jan./mar. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n52.10678>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/10678/8275>. Acesso em: 12 jul. 2021.

JOLANDEK, E. G.; PEREIRA, A. L.; MENDES, L. O. R. Desafios e impactos da implementação da Base Nacional Comum Curricular: O que dizem professores de matemática. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar – RECEI. v. 7, n. 21, jun. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.21920/recei72021721496510>. Disponível em:

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

<http://natal.uern.br/periodicos/index.php/RECEI/article/view/3129/2698>. Acesso em: 12 jul. 2021.

ROSA, P. R. S. Uma introdução à pesquisa qualitativa em ensino de ciências. Campina Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2013.

CURRÍCULOS EMPREENDEDORES: A POLÍTICA DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA BAHIA - PEE (2016-2026) E A TENTATIVA DE MERCANTILIZAÇÃO DO SOCIAL

João Paulo Lopes dos Santos

Resumo:

O objetivo é tratar a política do Plano Estadual de Educação da Bahia - PEE, Brasil, como dispositivo da racionalidade neoliberal, cujo empreendimento parece ser a definição, na esfera micro, de currículos empreendedores, consoantes às demandas de mercado. Desse modo, questiono: de que forma o PEE tem operado na tentativa de fazer cumprir currículos supostamente ajustados aos princípios neoliberais e às disciplinas de mercado? Argumento que ele apresenta diretrizes que atendem aos princípios neoliberais e de mercado. Nesse sentido, o Plano em questão se configura como política performática a serviço da normatividade neoliberal, cujos objetivos, presumivelmente, são de economização da vida e de governamentalidade. Para desenvolver esse debate, tomo, como referência, o pensamento de Ball (2014) para dizer que as políticas educacionais hodiernas, as quais tentam fixar currículos, são manifestações “de uma reformulação global das bases econômicas, sociais, morais e políticas do fornecimento do serviço público” (BALL, 2014, p. 43). Isso implica na realização do neoliberalismo via parceria público-privado vista como uma nova forma de governamentalidade. Essa noção de governamentalidade é profícua para o estudo sobre as políticas educacionais contemporâneas, pois ela possibilita refletir como práticas dessa racionalidade conduzem as condutas, produzem sujeitos e governam populações (FOUCAULT, 2008). Como possibilidade metodológica, assumo a perspectiva Pós-estrutural e recorro à abordagem de redes de política em Ball (2014). Como resultado, o estudo aponta que o PEE atua como instrumento que tenta fixar sentidos de currículo com objetivos óbvios de conduzir condutas, bem como incitar alunos/as a serem empreendedores de si a serviço do mercado. Desse modo, tal documento se caracteriza como instrumento da governamentalidade neoliberal.

Palavras-chave: Governamentalidade. Neoliberalismo. Plano Estadual de Educação da Bahia. Política de currículo.

Referências bibliográficas:

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

BAHIA. Lei nº 13.559 de 11 de maio de 2016. Aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia e dá outras providências. Disponível em: < <https://portal.uneb.br/prograd/wp-content/uploads/sites/63/2019/09/Lei-13559.2016-Plano-Estadual-de-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BALL, S. J. Educação Global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

NÓS TEMOS VOZ!!????

Adelina Silva | Carla Sousa | Sandra Melro

Escola Secundária de Paços de Ferreira

Resumo:

Assistimos, hoje em dia, a uma mudança na sociedade que exige aos cidadãos uma participação, de forma ativa, na tomada de decisões e na resolução de problemas. À escola e aos professores compete-lhes desenvolver nos alunos competências que visem alcançar estes objetivos e competências, plasmados no Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Para cumprir esses objetivos, os professores têm vindo a implementar diversas metodologias ativas, exercendo uma pedagogia participativa para que o aluno possa viver a experiência, envolver-se no processo de aprendizagem e construir as suas próprias aprendizagens. O projeto BePart, no qual a escola está envolvida, visa desenvolver, implementar e avaliar uma abordagem participativa e inovadora, com vista à promoção de uma educação inclusiva, desenvolvendo, ao mesmo tempo, competências de cidadania e a capacitação dos jovens.

Para cumprir os objetivos preconizados no projeto BePart foi constituído um grupo de trabalho que envolveu 14 jovens e 3 professores, que desenvolveram diversas atividades e projetos, inseridos no currículo, e que tinham como premissa a participação ativa dos jovens em assuntos que lhes eram pertinentes e que lhes diziam respeito, dando voz à ideia de que participar é uma forma de educar para a cidadania através da prática. A metodologia implementada foi a Aprendizagem por Projeto, permitindo uma aprendizagem ativa, na qual os professores atuaram como facilitadores do processo de aprendizagem.

Palavras-chave: Aprendizagem Baseada em Projetos, Inclusão, Cidadania, Transversalidade Curricular

Referências bibliográficas:

Chodasz A. & Cykowski P. (2013). Youth Participation. Fundacja Rozwoju “Dobre Życie”. <http://www.dobrezycie.org/en/publications/youthparticipation>

Eduthink21. (2017). EDUTHINK.21’s project-based learning model: from theory to practice <https://www.eduthink21.com/eduthink21s-projectbased-learning-model-from-theory-to-practice/>

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Farrow, A. (2018). Youth Participation: closer to the edge of participation and activism. SALTO Think Tank on Youth Participation. https://www.saltoyouth.net/downloads/4-17-3830/Raport_210x210mm_sm.pdf

Farthing, R. (2012). Why Youth Participation? Some Justifications and Critiques of Youth Participation Using New Labour's Youth Policies as a Case Study. https://www.youthandpolicy.org/wp-content/uploads/2017/06/farthing_why_youth_participation.pdf

Francis, Erik M. (2018). Why Must It Be Doing Projects vs. Project-Based Learning? Why Not. Maverik Education. <https://maverikeducation.com/blog/f/why-must-it-be-doing-projects-vs-project-based-learning-why-not>

Gail T. Schneider & Linda J. Mack, School-Based Decisionmaking, disponível em <https://education.stateuniversity.com/pages/2386/School-Based-Decisionmaking.html>

MindShift. (2015). Sir Ken Robinson: Creativity Is In Everything, Especially Teaching. <https://www.kqed.org/mindshift/40217/sir-ken-robinsoncreativity-is-in-everything-especially-teaching>

Nicolás Pino-James (2015) Golden Rules for Engaging Students in Learning Activities, disponível em <https://www.edutopia.org/blog/golden-rules-for-engaging-students-nicolas-pino-james>

Robinson, K. (2006, February). Do schools kill creativity? https://www.ted.com/talks/sir_ken_robinson_do_schools_kill_creativity?language=en

Robinson, K., & Aronica, L. (2015). Creative schools: Revolutionizing education from the ground up. Penguin UK.

Skiada M. & Georgiadou I. (2019). Applying the "Project Method" in Second Language

O ENSINO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA À LUZ DO CURRÍCULO DE PORTUGUÊS E DE MANUAIS ESCOLARES DE TERCEIRO CICLO EM PORTUGAL

Cinthia Ferreira Monteiro

FCSH-UNL e UAb

Resumo:

O presente trabalho tem por objetivo analisar manuais escolares adotados em escolas públicas de terceiro ciclo em Portugal e a sua abordagem sobre variação linguística.

O ensino da variação representa um importante contributo ao ensino de português nas escolas. Ele colabora para o sucesso escolar, pois ao trazermos para a sala de aula não só o português escrito formal, mas também a compreensão do processo de variação linguística de maneira mais ampla, podemos ajudar o aluno a perceber como ele usa a língua e a adequar tais usos às situações em que estiver. (Bertucci, 2008, Duarte, 2018)

O Programa de Português para o Ensino Básico, atualizado em 2010, e o quadro das Aprendizagens Essenciais (homologado em 2018-2019 e utilizado nos exames nacionais e nas escolas com contrato de autonomia e flexibilidade curricular) preveem o ensino da variação linguística, no terceiro ciclo, em suas múltiplas dimensões: diacrónica, diatópica, diastrática e diafásica.

A análise dos manuais revelou que o ensino da variação linguística privilegia a variação diatópica, em detrimento das restantes. Mesmo no tratamento daquela, ainda se adota uma perspectiva predominantemente bicêntrica de variação, comparando-se o português europeu com o brasileiro. Corroboramos a análise de Marques e Sebastião (2013) que destacou a prevalência do tratamento da variação diatópica nos manuais de português. Todavia, verificamos um avanço, pois foi dado um espaço às variedades africanas, vistas separadamente, mesmo que de forma ainda reduzida.

Pretendemos com este estudo reforçar a necessidade de se expandir o ensino da variação em português. Quanto à dimensão diatópica, é preciso oferecer mais exemplos de variedades do português além do PB e do PE, para que de fato se represente o português como uma língua pluricêntrica. Quanto às outras dimensões, percebemos nesta pesquisa que faltam registros da variação diafásica e diastrática e uma discussão sobre isso em relação aos usos do português trazidos pelos alunos.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

A compreensão das modalidades linguísticas empregadas pelos estudantes é fundamental para a construção de estratégias pedagógicas mais adequadas ao ensino do português; a formação de falantes efetivamente proficientes e o combate ao preconceito linguístico.

Palavras-chave: Variação Linguística, Manual Escolar, Ensino, Sociolinguística Educacional

Referências bibliográficas:

Bertucci, Marie-Madeleine. “Quelles descriptions de la langue parlée à l'école?” *Le Français aujourd'hui*, Descriptions de la langue et enseignement Março de 2008: 59-70. <https://doi.org/10.3917/lfa.162.0059>. 29 de jun. de 2021.

Bortoni-Ricardo, Stella Maris. *Manual de Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014. livro.

Coelho, Paula Maria Cobucci Ribeiro. “O tratamento da variação linguística no livro de português.” tese de mestrado em Linguística. Universidade de Brasília, 2007.

Duarte, Isabel Margarida. “Vantagens de uma gramática de usos para o Português Europeu. Alguns exemplos de análise de expressões extraídas de usos orais informais.” *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, n.4 15 de out. de 2018: 1-17. <https://doi.org/10.26334/2183-9077/rapln4ano2018a32>. 29 de jun. de 2021.

Hudson, R. A. *Sociolinguistics*. Segunda edição. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2001.

Marques, Isabelle Simões e Isabel Sebastião. “O papel dos manuais escolares no processo de sensibilização à diversidade e variação linguísticas.” Teixeira, M. et al. *Ensinar e aprender num mundo plural*. Santarém: Escola Superior de Educação de Santarém e Universidade Federal de Uberlândia, 2013. 137-172. capítulo de livro. 29 de jun. de 2021. <<http://hdl.handle.net/10400.2/6319>>.

Trudgill, Peter. *An introduction to language and society*. Quarta Edição. Suffolk: Penguin, 2000.

ENSINAR, APRENDER E AVALIAR EM MEIO À UMA PANDEMIA: DISCURSOS DE PROFESSORES SOBRE OS COTIDIANOS ESCOLARES REMOTOS

Crislainy de Lira Gonçalves | Priscila Maria Vieira dos Santos Magalhães | Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida

Resumo:

O cotidiano escolar que emergiu das contingências produzidas pela COVID-19 no Brasil, tem evidenciado as desigualdades sociais reverberadas no sistema de educação brasileiro (FERREIRA; BARBOSA, 2020), descortinando interesses outrora estabelecidos, porém, que adquiriram novos contornos e maior abrangência no período da crise sanitária, acompanhada de crises políticas e econômicas. Partindo desta realidade, tomamos por objeto de estudo, os processos de ensino-aprendizagem-avaliação desenvolvidos no cotidiano projetado para as atividades remotas. Para tanto, acessamos por meio de um questionário on-line, a percepção de vinte e cinco professores do Ensino Fundamental de escolas públicas da região agreste de Pernambuco. Analisamos os dados a partir dos estudos do Cotidiano, na perspectiva de Michel de Certeau (2014) - destacando as artes de fazer como um ato de politização; e da Teoria do Discurso (LACLAU; MOUFFE, 2015) – apresentando as artes de fazer como exterior constitutivo que impede a suturação dos cotidianos que, a partir da premissa de universalidade, hegemonomizam-se. As análises apontam para a emergência de cotidianos que expõem a crise da linearidade dos processos de ensino-aprendizagem-avaliação, destacando que, no contexto remoto, tais processos são permeados pelo esmaecimento de fronteiras entre o escolar e o doméstico. Destacam ainda que os discursos dos professores expõem tensões e desacordos em um cotidiano que se pretende homogêneo, e que são evidenciadas pelas concepções e saberes profissionais dos mesmos enquanto artes de fazer/dizer/pensar. Assim, concluímos que, em oposição a discursos de normalização, os professores apontam para um cenário cotidiano marcado por impossibilidades e consciência tática na intenção de minorar os efeitos das crises (social-política-sanitária) sobre os processos de ensino-aprendizagem-avaliação, e as tentativas de controle impostas por uma estrutura que, no contexto das atividades remotas, evidencia-se de modo mais incisivo, porém, proporcionalmente mais fluído.

Palavras-chave: Processos de ensino-aprendizagem-avaliação; cotidianos; atividades remotas.

Referências bibliográficas:

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: artes de fazer. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

FERREIRA, Luciana Haddad; BARBOSA, Andreza. Lições de quarentena: limites e possibilidades da atuação docente em época de isolamento social. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, e2015483, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

MÉNDEZ, Juan Manuel Álvarez. Avaliar para conhecer, examinar para excluir. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

MORGADO, José Carlos; SOUSA, Joana; PACHECO, José Augusto. Transformações educativas em tempos de pandemia: do confinamento social ao isolamento curricular. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, e2015483, p. 1-10, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>

OLIVEIRA, Inês. Currículos e pesquisas com os cotidianos: o caráter emancipatório dos currículos pensados/praticados pelos praticantes/pensantes dos cotidianos das escolas. In: FERRAÇO, C.; CARVALHO, J. (Orgs.). Currículos, pesquisas, conhecimentos e produção de subjetividades. Petrópolis: DP et Alit; Vitória: Nupec/UFES, 2012

VEIGA, Ilma. Passos Alencastro. Aula: gênese, dimensões, princípios e prática. São Paulo: Papirus, 2008.

PRÁTICAS PARA A PROMOÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PERSPETIVAS DE PROFESSORES

Rita Barros | Carlinda Leite | Angélica Monteiro | Nicole Ferreira

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

Resumo:

Com a entrada em vigor da resolução da Organização das Nações Unidas relativa à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, os 17 objetivos que a constituem têm orientado práticas pedagógicas/curriculares que se pretendem em linha com uma pedagogia transformativa (Gaard, Blades & Wright, 2017). Um destes projetos é o 21st Century Skills in the Context of the UN's Social Development Goals for Pupils, cujo objetivo é promover as competências para século XXI em alunos entre os 10 e os 15 anos, tendo como enquadramento as seis competências transversais a que se referem Fullan e Langworthy (2013). Tendo este referencial como base, foi realizado o estudo que se apresenta e que dá conta da perspetiva de 20 professores envolvidos neste projeto europeu, relativamente à utilidade das práticas pedagógicas/curriculares na promoção da consciencialização dos alunos face aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e do desenvolvimento das suas competências transversais. Paralelamente, foram explorados os obstáculos experienciados pelos professores no desenvolvimento das práticas pedagógicas/curriculares, assim como os benefícios a elas associadas e a sua disponibilidade para nelas investir futuramente.

Os dados foram recolhidos através de um questionário construído para o efeito, do qual constam questões abertas e questões fechadas. O tratamento dos dados quantitativos traduziu-se numa análise descritiva de frequências relativas e os dados qualitativos foram analisados à luz de um referencial previamente construído a partir de uma série de indicadores relacionados com a pedagogia transformativa e as competências transversais.

Os resultados mostram que todos os professores reconhecem a utilidade das práticas pedagógicas/curriculares na promoção da consciencialização dos alunos relativamente aos ODS e no desenvolvimento das suas competências transversais. O principal constrangimento associado à implementação destas práticas é a escassez de tempo e os principais benefícios traduzem-se no questionamento, indutor de reflexão, e na possibilidade dos alunos se pensarem como agentes capazes de promover transformações positivas, como é proposto pela pedagogia transformativa.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Os professores mostram também grande disponibilidade para continuarem a investir nestas práticas, não apenas no seu aprofundamento junto dos alunos já abrangidos pelo projeto como no seu alargamento a outros alunos.

Palavras-chave: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Práticas pedagógicas/curriculares; Pedagogia Transformativa

Referências bibliográficas:

Fullan, M., Langworthy, M. (2013) Towards a New End: New Pedagogies for Deep Learning. Retrieved from <http://www.newpedagogies.org/>

Gaard, G. C., Blades, J. & Wright, M. (2017). Assessing sustainability curriculum: from transmissive to transformative approaches. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 18(7), 1263-1278. DOI 10.1108/IJSHE-11-2015-0186

EDUCAÇÃO INTEGRAL NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE CARUARU – PE BRASIL: CONCEPÇÕES E VIVÊNCIAS CURRICULARES

Samanta Gabriely Alves dos Santos | Joselha Ferreira da Silva | Carla Patrícia Acioli Lins

Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste - UFPE/CAA;

Resumo:

Este trabalho é um desdobramento de pesquisa, ainda inicial, no curso de mestrado em Educação Contemporânea / Centro Acadêmico do Agreste /Brasil que possui como tema a Escola de Tempo Integral (ETIs). Em 2018 o município de Caruaru, situado na região do Agreste de Pernambuco, passou a ofertar Educação Integral ao Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais. Atualmente, o programa vem se consolidando, orientado pela Lei Complementar nº 068/2019, com um currículo específico e diferenciado das escolas regulares. Considerando a configuração da ETI, em Caruaru, propomos nesse trabalho pensarmos acerca dos aspectos que distinguem o currículo das Escolas de Tempo Integral possibilitando o desenvolvimento de uma Educação Integral em Tempo Integral na rede de ensino. Assim, propomos analisar as orientações curriculares indicadas na Lei Complementar nº 068/2019 bem como a concepção de Educação Integral, orientadora do currículo do Programa, através dos Cadernos que definem e orientam tal proposta. Analisaremos também as proposições curriculares tanto das ETIs quanto das escolas regulares. Tomaremos, como referências iniciais para pensarmos o tema de estudos que problematizam tanto o currículo quanto a concepção de Educação Integral, a exemplo, entre outros de CAVALIERE (2002), GADOTTI (2009), FANK; HUTNER (2013), WEFFORT; ANDRADE; COSTA (2019), ALMEIDA; MAGALHÃES; GONÇALVES (2019). Assim, os achados iniciais indicam que as diferenças entre os currículos das Escolas de Tempo Integral e das escolas regulares estão inicialmente na ampliação do tempo de permanência na escola bem como nas vivências curriculares orientadas pelas concepções de Educação em Tempo Integral – Educação Integral e Escola da Escolha.

Palavras-chave: Educação Integral, Escola de Tempo Integral, Currículo e ETI.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Lucinalva A. A.; MAGALHÃES, Priscila M. V. S.; GONÇALVES, Crislainy de Lira. Direito à educação como princípio de justiça social: um olhar para as políticas avaliativas e suas reverberações no cenário curricular. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.17, n.3, p. 1075-1100 jul./set. 2019.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

CAVALIERE, Ana Maria Villela. EDUCAÇÃO INTEGRAL: UMA NOVA IDENTIDADE PARA A ESCOLA BRASILEIRA? - Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 81, p. 247-270, dez. 2002.

FANK, Elisane. HUTNER, Mary Lane. Escola em Tempo Integral e a Educação Integral: Algumas reflexões de contexto e de concepção. XI Congresso Nacional de Educação EDUCERE. II Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividades e Educação – SIRSSE. IV Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente – SIPD/CATÉDRA UNESCO. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, de 23 a 26/2013, págs. 6154 – 6167.

GADOTTI, Moacir. Educação Integral no Brasil: inovações em processo / Moacir Gadotti. – São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

WEFFORT, Helena Freire. ANDRADE, Julia Pinheiro. COSTA, Nayacha Gonçalves da. Currículo e educação integral na prática: uma referência para estados e municípios – 1. Ed. – São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2019.

_____. Currículo e educação integral na prática: como fazer – 1. Ed. – São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2019.

REFLEXÕES AUTOBIOGRÁFICAS PERFORMATIVAS SOBRE O ATO DE ENLUTAR

Virginia Maria Barcellos

ProPED UERJ- Brasil

Resumo:

Esta pesquisa mescla fragmentos autobiográficos e perturbações no campo do currículo, interpelados pela fala do pesquisador Dominic Barter sobre o ato de enlutar, um verbo tão desconhecido como pouco praticado. Por que é preciso viver o luto? Por que essa necessidade de viver algo que vai na contramão do que a sociedade contemporânea prega e valoriza? Nunca na história brasileira perdemos tantas pessoas para uma só doença em tão pouco tempo. O momento atual força a olhar o luto como ele realmente é: um ato coletivo, pois a perda de alguém não impacta somente em uma célula, mas todo um grupo de pessoas. Impulsionada pela pandemia, a cada minuto a morte nos chega mais perto. Como um coringa sem senso de humor, ela aponta uma lupa para as imbricagens políticas-econômicas-sociais (MACEDO, 2020). Se o luto é interligado, se as pessoas que perdem e são perdidas habitam também o espaço escolar, pergunto: por que não fazê-lo de forma coletiva? Como orquestrar os interesses presentes na agência, e os necessários ao corpo? Mais adiante, desdobro: qual o espaço do luto na escola? Guiada pela literatura pós-estrutural e pós-feminista de Butler (2010) e Derrida (2004), especialmente as ideias de autobiografia, assembleia e mobilização da vulnerabilidade, provooco: com a reabertura das escolas ainda em situação de pandemia, é possível criarmos espaços coletivos para o luto? Início o trabalho problematizando o luto: seus movimentos, natureza, seguindo para os espaços onde esse pode ser performado ou não, advogando pela sua inexorável organicidade. A seguir, tento problematizar os efeitos que a negação da vivência dessa experiência – especialmente no corpo- pode causar. Ao final defendo que a pandemia quebra a ilusão de uma vida sem morte e que no luto, descubro que tenho alianças muito mais fortes e profundas das que tenho com o Estado, o Governo e normas de convivência na sociedade. Ao romper com o pacto de desconhecimento do luto; intencional e coletivo que fazemos na nossa sociedade, temos a oportunidade de nos familiarizarmos novamente com o assunto da perda e da morte favorecendo assim, novas perspectivas a explorar.

Palavras-chave: Pandemia, Luto, Escola.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Referências bibliográficas:

BARTER, Dominic. IGTV no canal @contatodominic (acessado em 17/01/2021)

BUTLER, Judith. *Corpos em Aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2010.

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. *De que amanhã: diálogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

MACEDO, Elizabeth. Aula expositiva da pós-graduação.

RODRIGUES, Carla. A função do luto na filosofia política de Judith Butler, 2001. Disponível em

https://www.academia.edu/37972677/A_fun%C3%A7%C3%A3o_do_luto_na_filosofia_pol%C3%A9tica_de_Judith_Butler (acessado em 20 de maio de 2021).

A ARTE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL: DESAFIOS E INVENTIVIDADES

Fernanda Maria Santos Albuquerque | Nádia Priscila de Lima Carvalho | Conceição Gislane Nóbrega Lima de Salles

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.

Resumo:

O presente texto parte de uma cartografia dos (des)encontros (im)possíveis da infância, da experiência estética e da arte em uma escola de anos iniciais do Ensino Fundamental no agreste pernambucano, nordeste brasileiro. A pesquisa foi realizada com inspiração metodológica cartográfica (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015; PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2016), portanto, pôde ser traduzida enquanto um caminho trilhado com 41 (quarenta e uma) crianças e 06 (seis) professoras no espaçotempo escolar, com destaque para os momentos despontados pelo componente curricular arte. A cada passo dado, traçamos um plano comum e heterogêneo, que se compôs com conversas, observações, diário de campo, correspondências, construção de mapas e uma instalação. Neste momento, em específico, tecemos reflexões em torno da arte a partir, sobretudo, de dizeres infantis, desde as próprias experiências estéticas das crianças, contudo, sem negar as proposições docente – perspectivas igualmente imbuídas de inventividades, apesar dos desafios apresentados. Para tecer estas reflexões junto às crianças e às professoras participantes da pesquisa, consideramos as contribuições de Corazza (2001) e Skliar (2003, 2019) no que se refere ao currículo e à alteridade, problematizando a Base Nacional Comum Curricular que normatiza as aprendizagens das etapas e modalidades da Educação Básica no Brasil. Ainda neste sentido, consideramos também as contribuições de Kohan (2007; 2004), Pagni (2014) e Lapoujade (2017) para pensar as inventividades das crianças e das professoras em meio aos desafios que permeiam as políticas e práticas curriculares deste contexto. Os dados produzidos permitem-nos compreender que o tratamento desigual frente a outros componentes curriculares constitui desafios para a arte nos anos iniciais do Ensino Fundamental no Brasil. No entanto, este componente curricular parece ainda saltar neste espaçotempo escolar através de (re)criações provocadas, sobretudo, pelas crianças. Desse modo, a arte invade e evade as salas de aula e a própria escola. Os (im)possíveis da arte na escola encontram a experiência estética e a infância e, juntas às crianças, às professoras, à pesquisa e a nós, resistem.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Palavras-chave: Infância. Arte. Escola. Anos iniciais do Ensino Fundamental. Educação Básica no Brasil.

Referências bibliográficas:

CORAZZA, Sandra Mara. Pedagogia dos sentidos: a infância informe no método Valéry-Deleuze. In: KOHAN, Walter Omar. (Org.) Devir-criança da filosofia: infâncias da educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

KOHAN, Walter Omar. Infância, estrangeiridade e ignorância – Ensaio de filosofia e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

KOHAN, Walter Omar. A infância da educação: O conceito devir-criança. In: _____. (org.) Lugares da infância: filosofia. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

LAPOUJADE, David. As Existências Mínimas. São Paulo: n - 1 Edições, 2017.

PAGNI, Pedro Angelo. Experiência estética, formação humana e arte de viver: desafios filosóficos à educação escolar. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana (Org.). Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia (Org.). Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum. Porto Alegre: Sulina, 2016.

SKLIAR, Carlos. A escuta das diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2019.

SKLIAR, Carlos. Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí? Tradução Giane Lessa. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PERCEÇÕES DE PROFESSORES DE HISTÓRIA SOBRE A ÁREA CURRICULAR DE HISTÓRIA, GEOGRAFIA E CULTURA DOS AÇORES (HGCA).

Emanuel Areias

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Resumo:

Em 2014, foi criada, na Região Autónoma dos Açores, a área curricular de História, Geografia e Cultura dos Açores (HGCA) (Dinis, & Sousa, 2018; Dinis, & Sousa, 2020), com o pretexto de garantir a defesa e promoção da identidade açoriana, no âmbito do sistema educativo regional. Subjacente à criação desta área curricular está um conjunto de referenciais culturais, sociais e legais que encontram sustentação no conceito de Açorianidade (Nemésio, 1932; Ribeiro, 1936; Almeida, 2011; Machado Pires, 2013), no triunfo da autonomia político-constitucional pós-25 de abril (Ferreira, 1993; Barreto, 1994; Ferreira, 1994) e no desenvolvimento de uma política curricular regional (Pacheco, 2000; Sousa, 2007; Alonso, & Sousa, 2012). O trabalho que se apresenta pretendeu conhecer as perceções e experiências dos docentes de História (grupo 400) a exercer funções na Região Autónoma dos Açores, no ano letivo 2020/2021, sobre HGCA, no plano curricular, educativo e profissional. Para o efeito, foi aplicado, entre outubro de 2020 e janeiro de 2021, um inquérito por questionário (Bell, 2004; Moreira, 2004) dirigido aos professores de História, tendo sido recolhidas e tratadas 50 respostas de docentes das nove ilhas do arquipélago. As respostas recolhidas permitiram-nos verificar que a grande maioria dos professores de História: reconhece a mais-valia de HGCA para os alunos açorianos, assumindo que a mesma deve continuar a ser de oferta obrigatória; que há um reconhecimento generalizado que HGCA deve ter tempos letivos próprios estabelecidos, seguindo uma abordagem curricular autónoma em formato transdisciplinar (Smith & Karr-Kidwell, 2000); que a abordagem interdisciplinar impede que os conteúdos de HGCA sejam efetivamente lecionados em contexto de aula; que, quanto à prática letiva em HGCA, os inquiridos pretendem que os alunos fiquem sensibilizados para a conservação do património histórico e cultural e para a defesa da identidade cultural da Região; e que um dos alertas dos docentes de História tem que ver com a necessidade de reforçar as ações de formação científica em torno desta área curricular. Sem prejuízo desta inquirição aos professores de História, e sendo HGCA uma área curricular com conteúdos provenientes de diferentes áreas científicas, uma das recomendações deixadas passa por estender este inquérito por questionário a todos os professores que possam lecionar HGCA.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Palavras-chave: HGCA; Açores; Açorianidade; professores de História.

Referências bibliográficas:

Alonso, L. & Sousa, F. (2012). A emergência de uma política curricular nos Açores: sentidos e interrogações. In A. Estrela, L. Marmoz, M. Esteves, M. J. Mogarro, & L. Tinoca (Orgs.), *Revisitar os Estudos Curriculares: onde estamos e para onde vamos?* Atas do XIX Colóquio da AFIRSE, Lisboa: AFIRSE, pp. 456-466.

Almeida, O. T. (2011). *Açores, Açorianos, Açorianidade. Um Espaço Cultural*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.

Barreto, A. (1994). Autonomia regional, descentralização e limites do poder político: reflexões sobre o caso açoriano. In *Análise Social*, Vol. XXIX - 125-126, pp. 267-286.

Bell, J. (2004). *Como realizar um projeto de investigação*. Lisboa: Gradiva

Correia, L.G. (2017). *Aprender História em democracia*. In David Justino (Dir.), *Lei de bases do sistema educativo: Balanço e prospetiva: Volume I*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação.

Dinis, R. & Sousa, F. (2020). Autonomia e flexibilidade curricular com nuances insulares: a disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores e outras particularidades. In J. Sousa, J. A. Pacheco, J.C. Morgado & I. C. Viana (Orgs.), *Currículo, Inovação e Flexibilização em Educação*. Atas do II Seminário sobre Currículo, Inovação e Flexibilização (pp. 131-140). Braga: Instituto de Educação, Universidade do Minho.

Dinis, R. & Sousa, F. (2018). *Conceção de estratégias de ensino e materiais pedagógicos para uma oficina de formação: que tendências?* Comunicação apresentada ao XIII Colóquio sobre questões curriculares, IX Colóquio Luso-Brasileiro de Currículo e IV Colóquio Luso-Afro-Brasileiro de Currículo, Lisboa.

Felgueiras, M. L. (1994). *Pensar a História, Repensar o seu ensino – A Disciplina de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico: Alguns Princípios Orientadores da Metodologia de Ensino*. Porto: Porto Editora.

Ferreira, E. P. (1994). *O poder autonómico em Portugal*. In Reis, A., *Portugal 20 Anos de Democracia*, Lisboa: Círculo de Leitores.

Ferreira, J. M. (1993). *Portugal em Transe (volume VIII)*. In Mattoso, J., *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Machado Pires, A. M. B. (2013), *Páginas sobre Açorianidade*. Ponta Delgada: Letras Lavadas Edições, pp. 85-87.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Moreia, J. M. (2004). Questionários: Teoria e prática. Coimbra: Almedina.

Nemésio V. (1928). O Açoriano e os Açores. In Gouveia, M.M. (ed.), Vitorino Nemésio. Estudo e Antologia. Lisboa: ICALP, 1986, pp. 317-329.

Nemésio, V. (1932). Açorianidade. In Gouveia, M. M. (ed.), Vitorino Nemésio. Estudo e Antologia. Lisboa: ICALP, 1986, pp. 401-402.

Osborne, J. (2015). Problematizing Disciplinarity, Transdisciplinarity Problematics. In Theory, Culture & Society, Vol. 32 (5-6). 3-35.

Pacheco, J. A. (2000). Territorializar o currículo através de projetos integrados. In Pacheco, J. A. (org.), Políticas de Integração Curricular. Porto: Porto Editora.

Ribeiro, L. S. (1936). Subsídios para um Ensaio sobre a Açorianidade. In Enes, C (org.), Obras II. História, Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira e Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1983, pp. 515-556.

Smith, J. & Karr-Kidwell, P.J. (2000). The Interdisciplinary Curriculum: A Literary Review and a Manual for Administrators and Teachers. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED443172.pdf>.

Sousa, F. (2007). Construir currículo na ultra-periferia da Europa em tempo de globalização: dois cenários alternativos. In Transnational Curriculum Inquiry, 4 (2), pp. 11-22.

O GESTO DE PENSAR O CURRÍCULO A PARTIR DOS DIZERES DAS CRIANÇAS E DA INFÂNCIA

Vanessa Galindo Alves de Melo | Juliana Silva Almeida | Conceição Gislane Nóbrega Lima de Salles

Universidade Federal de Pernambuco – CAA, Caruaru-PE

Resumo:

O presente texto se constitui a partir de reflexões oriundas de duas pesquisas concluídas durante o curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea do Centro Acadêmico do Agreste, CAA/UFPE. Objetivamos cartografar os gestos e dizeres infantis que nos deram a pensar outros modos de fazer/inventar currículo na Educação Infantil e nos Anos Iniciais. A referida pesquisa delimitou como território existencial um Centro Municipal de Educação Infantil- CMEI e um Anexo de uma Escola Municipal que atendia a Educação Infantil e o 1º ano do ensino fundamental, ambas situadas na região do agreste pernambucano. O percurso teórico-metodológico de inspiração cartográfica, para a produção e apresentação dos dados, tomou o gesto de dar a escuta como possibilidade de hospedar os dizeres minoritários da infância e seus gestos inventando um caminho outro para a pesquisa com crianças, a partir de um movimento de instaurações e conversações, como forma de dar passagem a língua que anuncia a existência dos (im)possíveis, dos (des)encontros e (des)convites a composições com a Infância, a escola e o currículo. Deslocamentos que possibilitaram encontros potentes com intercessores teóricos e suas contribuições: Agamben (2008) Kohan (2004), Skliar (2019), Larrosa (2006), Carvalho (2009; 2012), Corazza (2001; 2013; 2017), Lopes (2015), Derrida (2003) e outros. Os gestos e dizeres infantis na escola nos levaram de um modo geral, a perceber que as crianças e a infância tensionavam as formas universalizadas e majoritárias que envolviam os currículos. Os deslocamentos com as crianças e suas invenções anunciam e afirmam o currículo como movimento de vida pulsante e os possíveis para composições de currículos plurais, minoritários, coloridos, divertidos, que a partir dos muitos olhos emprestados pela infância nos possibilitam ver outras coisas no território currículo-escola da Educação Infantil e dos anos iniciais.

Palavras-chave: Infância; Gesto; Currículo

Referências bibliográficas:

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

AGAMBEN, Giorgio. Notas sobre o gesto. In. *Artefilosofia* / Instituto de Filosofia, Artes e Cultura / Universidade Federal de Ouro Preto/IFAC, n.4, (jan.2008). Ouro Preto: IFAC, 2008.

CARVALHO, Janete Magalhães (Org.). *Infância em territórios curriculares*. Petrópolis, RJ: DP&A, 2012.

CARVALHO, Janete Magalhães. *Cotidiano escolar como comunidade de afetos*. Petrópolis, RJ: DP et alii; Brasília, DF: CNPq, 2009.

CORAZZA, S. M. *O que quer um currículo? Pesquisas pós-críticas em Educação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

CORAZZA, S. M. *O que se transcria em educação?* Porto-Alegre-RS: Doisa, 2013.

CORAZZA, S. M. *Pensamento da diferença na pesquisa em educação: Era uma vez ... Quer que conte outra vez? As gentes pequenas e os indivíduos*. In: ABRAMOWICZ, Anete e TEBET, G.. *Infância e pós-estruturalismo*. São Paulo: Porto de Ideias, 2017.

DERRIDA, J. Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar *Da Hospitalidade*. Tradução de AntonioRomane. São Paulo: Escuta, 2003.

KOHAN, Walter Omar. *A infância da educação: O conceito devir-criança*. In: KOHAN, Walter Omar. (org.) *Lugares da infância: filosofia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

LARROSA, Jorge. *Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LOPES, Alice Casimiro. *Por um currículo sem fundamentos*. *Linhas Críticas*, vol. 21, núm. 45, maio-agosto, 2015, pp. 445-466 Universidade de Brasília Brasília, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/1935/193542556011.pdf>. Acesso em: 24 mai.2019.

SKLIAR, Carlos. *A escuta das Diferenças*. Ed. Mediação. 1ª ed. 2019.

MEMÓRIAS VIVIDAS DO SENTIR: IDENTIDADES E (IN) VISIBILIDADES DE ESTUDANTES AFRO-BRASILEIRAS

Joelma Floriano Tosta Gomes

Secretaria de Educação de Salvador (SMED)

Resumo:

Este texto sistematiza reflexões produzidas no processo dissertativo “Meu Corpo, Meu Jeito: Identidades e (In) Visibilidades de Estudantes Afro-brasileiras do Ensino Médio no Colégio Estadual Professora Marileine da Silva” objetiva compreender quais as percepções e os sentimentos das jovens estudantes afro-brasileiras relacionados às identidades étnico-raciais nas relações que estabelecem entre si e outros sujeitos inseridos na cultura escolar do referido Colégio. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, das observações registradas no cotidiano da sala de aula e de outros espaços de convivência, na escuta sensível de relatos e silêncios sobre os estereótipos corporais, recorrendo à metodologia da história oral na produção da fonte compartilhada entre a pesquisadora e as entrevistadas, registros documentais e embasada em diálogos com a bibliografia: Arroyo (2013) dialogando sobre o currículo e o cotidiano escolar, Hall (2006), Munanga (2002), Gomes (2012) e Fanon (2008) acerca de conceitos de identidades e invisibilidades; Dayrell (2007) sobre o processo de socialização da juventude no mundo contemporâneo; Antonacci (2013) a respeito dos sentidos histórico e cultural que produzem significados nas vozes e memórias corporais, Silva (2009) que reflete sobre a dimensão histórico-política do corpo na educação brasileira e Vidal (1990) com a proposta do uso do método da história oral na educação. No exercício para responder a questão de pesquisa foi possível identificar tanto nos documentos, em especial o projeto político pedagógico, que integram a rotina escolar e nos indicadores na formação educacional, quanto nas manifestações corporais e lúdicas estabelecidas em movimentos individuais e atividades pedagógicas coletivas como a gincana escolar e, principalmente, a partir das histórias de vidas das estudantes que, apesar do esforço do Colégio em promover, em parceria com outras instituições, práxis que favorecem ampliar a visibilidade das estudantes através de ações sócio culturais relacionadas a dança e a cidadania, percebe-se que ainda há sentimentos de discriminações fora do Colégio evidenciados nos preconceitos a marcadores estéticos afro-brasileiros e às relações étnico-raciais. Nesse sentido, o currículo escolar necessita de reformulação, a fim de adequar-se às questões raciais e de gêneros vividas e vivenciadas pelos/as estudantes no ambiente de aprendizagem.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Palavras-chave: Corpos negros. Cultura Escolar. Identidades. Juventudes. (In) Visibilidade.

Referências bibliográficas:

ALVES, Nilda. Cultura e cotidiano escolar. Revista Brasileira de Educação, n. 23, maio/jun./jul./ago, 2003.

ANTONNACI, Maria Antonieta. Memórias Ancoradas em corpos negros. São Paulo: Educ, 2013.

ARROYO, Miguel G. Currículo, Território em Disputa. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CARVALHO Glauber. ROSEVICS Larissa (Orgs). Diálogos Internacionais: Reflexões Críticas do Mundo Contemporâneo. 1ª ed. Rio de Janeiro : Perse, 2017. 255 p.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A Escola “Faz” As Juventudes? Reflexões em Torno da Socialização Juvenil. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1110, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 29 dez. 2018.

EVARISTO, Conceição. Poemas da recordação e outros movimentos. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FANON, Frantz. Pele Negra, Máscaras Brancas. Tradução de Renato Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GATTI, Giseli Cristina do Vale. Tempo de Cidade, Lugar de Escola: Dimensões do Ensino Secundário no Gymnásio Mineiro de Uberlândia (1929-1950). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia. Minas Gerais, p. 284. 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13611/1/giseli.pdf>. Acesso em: 27 out. 2019.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Identidade Negra. 2002. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_pgs/Aletria%2009/03-Nilma%20Lino%20Gomes.pdf. Acesso em 18 jun. 2020.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Ed. Vozes, 2017.

HALL, Stuart. A identidade Cultural da Pós-Modernidade: Nascimento e Morte do Sujeito Moderno. 10. ed. Rio de Janeiro: Ed. DP&A. 2006. p. 38-39.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2010 – 2015.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

MATOS, Júlia Silveira. SENNA, Adriana Kivanski de. História Oral Como Fonte: Problemas e métodos. *Historiae*, Rio Grande, v. 2, n.1, 2011. P. 95-108. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2395>. Acesso em: 2 nov. 2019.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, em 5 nov. 2002.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo. Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. *Superando o Racismo na escola*. 2ª edição revisada – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p.28, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2011.

ENTREVISTADAS

ZEFERINA, 16 anos, preta.

MARIELLE, 17 anos, cor branca.

MIRÍADE, 17 anos, cor parda.

DANDARA, 18 anos, cor preta.

CONCEIÇÃO EVARISTO, 18 anos, cor preta.

ESTADO, GLOBALIZAÇÃO E POLÍTICA CURRICULAR: A BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM – BNCC NO BRASIL E SUAS (IN)VISIBILIDADES

Diana Cibele de Assis Ferreira | Janini Paula da Silva | Kátia Silva Cunha

UFPE

Resumo:

O trabalho que aqui se desenvolve tece breves considerações acerca do Estado enquanto representante dos discursos políticos e como principal entidade reguladora das políticas. Consideraremos em nossas discussões a globalização como representante de um projeto político mundial a favor das propostas políticas neoliberais e os efeitos de suas interferências nas políticas educacionais. E de forma mais específica discutiremos a Base Nacional Comum Curricular – BNCC enquanto política norteadora do currículo nacional e as invisibilidades apresentadas no discurso que constitui seu texto político. Para tanto, faremos uso do pensamento pós-estruturalista em nossa discussão teórica e trabalharemos com autores como Ball, 2006; Dale, 2004; Lander, 2005; Apple, 2002; Ferraço e Gomes, 2013; Alves, Ferraço e Gomes, 2019; Duran, 2007, dentre outros, para discutir o Estado enquanto representante dos discursos políticos e entidade ainda proeminente no campo das políticas públicas educacionais; pensarmos os efeitos que a globalização exerce no campo educacional, tomando por princípio a agenda do capitalismo e do pensamento neoliberal; analisarmos as tentativas de padronizações e processos homogeneizantes contidas no discurso textual da referida política - BNCC e; entendermos o currículo em sua verdadeira face, que se dá não apenas em função do prescrito, mas que se desenvolve também na prática, nas escolas, no que é vivido cotidianamente como resultado de falas e escutas, de diálogos e discussões, considerando as diferenças que são constitutivas dos processos sociais. Desta forma entendemos que os processos de padronização são sempre marcados por invisibilidades. O pensamento que colocados todos nos mesmos formatos e padrões em qualquer tempo e/ou espaço só fortalecem os processos de assujeitamentos que invisibilizam culturas, histórias e subjetividades. Uma violência que se apoia na justificativa de um modelo único de educação para a formação de um sujeito também único e universal, servindo à agenda capitalista neoliberal, retirando do discurso político a educação para formação humana como direito e transformando-a em domínio de competências e resultados.

Palavras-chave: Estado; Globalização; Políticas curriculares; BNCC.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Referências bibliográficas:

ALVES, Nilda Guimarães; FERRAÇO, Carlos Eduardo; GOMES, Marco Antonio Oliva. OS COTIDIANOS – espaçostempos de resistência e criação. Currículo sem Fronteiras, v.19, n. 3, p. 1026-1038, set./dez 2019.

APPLE, M. W. Podem as pedagogias críticas sustar as políticas de direita? Cadernos de Pesquisa, n. 116, p. 107-142, jul.2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14401.pdf>.

BALL, Stephen J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa critico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. Currículo sem Fronteiras, v.6, n. 2, p. 10-32, jul./dez 2006.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Perspectivas teóricas e metodológicas da pesquisa em política educacional na atualidade. MEC/Anped: Brasília, 3 a 5 de setembro de 2008.

CUNHA, Kátia; DA SILVA, Janini Paula. Sobre base e bases curriculares nacionais comuns: de que currículo estamos falando?. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 14, n. 04, p. 1236-1257, out./ dez. 2016.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”?. Educação e Sociedade, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

_____. A sociologia da educação e o Estado após a globalização. Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1099-1120, out/dez. 2010. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

DURAN, Marília Claret Geraes. Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau. In: Diálogo Educ., Curitiba, v. 7, n. 22, p. 115-128, set./dez. 2007.

FERRAÇO, Carlos Eduardo; Gomes, Maria Regina Lopes. Sobre as redes que tecem praticaspolíticas cotidianas de currículo e de formação de professores/as. Currículo sem Fronteiras, v.13, n. 3, p. 464-477, set./dez 2013.

FREITAS, Luiz Carlos. Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade. In: CAD.CEDES. v.36 n.99 Campinas Mai./Ago. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622016000200137&lng=en&nrm=iso&tlng=PT

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

LANDER, Edgardo; CASTRO-GÓMES, Santiago. A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 1- 128. (Biblioteca Ciências Sociais).

SANTIAGO, Eliete. Paulo Freire e as questões curriculares: uma contribuição a reflexão. Revista de Educação – AEC – Paulo Freire, ano 27, n. 106, jan-mar, 1998.

SERAFIM, Milena Pavan; DIAS, Rafael de Brito. Análise de Política: uma revisão da literatura. Cadernos de Gestão Social, v. 3, n. 1, p. 121-134, jan/jun 2012.

JUSTIÇA SOCIAL, AUTOAVALIAÇÃO E RESILIÊNCIA: ESTUDO EM ESCOLAS TEIP LOCALIZADAS EM REGIÕES DE FRONTEIRA DE PORTUGAL

Marta Sampaio

Resumo:

Em Portugal, políticas educativas associadas à promoção do sucesso escolar e à melhoria educacional foram implementadas e justificadas com base em princípios de justiça social. O programa TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária é uma dessas políticas. Este programa prevê a) a promoção da inovação e identificação de problemas em escolas localizadas em territórios mais vulneráveis e onde as taxas de abandono escolar e de insucesso escolar são mais evidentes; b) processos obrigatórios de autoavaliação das escolas. Atualmente, existem 137 agrupamento de escolas incluídos neste programa, dos quais 10 estão localizados em regiões de fronteira – Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta, Idanha-a-Nova, Castelo Branco, Portalegre, Serpa, Elvas, Mourão, Moura e Vila Real de Santo António. Estas regiões sofrem de desigualdades estruturais e despovoamento, bem como acesso mais reduzido a serviços locais, a perspectivas educacionais mais abrangentes e oportunidades de emprego quando comparadas com territórios localizados no litoral do país. Neste contexto, o principal objectivo desta investigação é reforçar o debate académico sobre o impacto do programa TEIP na promoção da justiça social e resiliência em escolas localizadas em regiões de fronteira de Portugal Continental. Com o principal objetivo de identificar indicadores de justiça social nestas escolas, pretende-se: (1) sinalizar condições que promovem percursos educativos de sucesso; (2) identificar especificidades de escolas TEIP em regiões fronteira e o seu impacto no desenvolvimento da política TEIP; (3) explorar influências de políticas territoriais europeias e nacionais em escolas TEIP; (4) mapear abordagens e práticas localmente fundamentadas que promovam práticas escolares e curriculares baseadas na justiça social e na consecução de uma educação inclusiva e equitativa; (5) estabelecer ligações entre as práticas identificadas e os processos de autoavaliação e abordagens resilientes implementadas nestas escolas que possam constituir características distintivas do programa TEIP. Seguindo abordagens metodológicas qualitativas e quantitativas - entrevistas, focus group, estudos de casos e um questionário - esta investigação visa desenvolver um quadro analítico que contribua para uma análise nacional aprofundada da situação de escolas TEIP localizadas em regiões de fronteira e o desenho de indicadores de justiça social que possam fornecer informações úteis para analisar contextos semelhantes.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Palavras-chave: Justiça Social, Regiões de fronteira, programa TEIP, autoavaliação, escolas resilientes

AÇÕES ARTICULATÓRIAS ENTRE A GESTÃO PÚBLICA E PROGRAMAS POLÍTICOS DO SETOR PRIVADO: A QUESTÃO DO PODER DE AGÊNCIA DOS PROFESSORES

Maria Julia Carvalho de Melo | Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida

Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste

Resumo:

Este trabalho tem por objetivo analisar como são produzidas as ações articulatórias entre a gestão pública da educação na cidade de Caruaru e os programas de políticas do setor privado. Nos vinculamos teoricamente à necessidade de captar o currículo em sua complexidade, na articulação entre o que é prescrito e sua reinvenção na prática (FERRAÇO; NUNES, 2012), bem como à ideia de currículo como instrumento de formação (PACHECO, 2005), evidenciando os contextos, os atores e as intenções que o constituem. Para atender a nosso objetivo, realizamos uma pesquisa bibliográfica no Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, das investigações desenvolvidas nos últimos cinco anos, entendendo que elas poderiam nos mostrar, a partir de seus diferentes objetos, as ações articulatórias entre o público e o privado que estão sendo forjadas na região. Tendo como percurso teórico-metodológico a Teoria do Discurso (LACLAU; MOUFFE, 2000), percebemos que a realidade social é discursiva e que os sentidos atribuídos aos objetos ou situações da realidade são sempre contingentes, ou seja, não são fixos ou previamente dados (BURITY, 1997). Isso implica dizer que evidenciamos as articulações entre diferentes demandas de diferentes grupos políticos que, diante de um contexto, são capazes de fabricar. Dessa forma, percebemos, nas pesquisas analisadas, a emergência de ações articulatórias com programas de políticas do setor privado, principalmente no que diz respeito a programas que promovem avaliações externas no município e contemplam ainda a distribuição de materiais pedagógicos para serem implementados nas salas de aula pelos professores. Há, portanto, em andamento um processo de expansão neoliberal representado pelo aumento das parcerias público-privadas (HYPOLITO, 2021), que não ocorre sem o enfrentamento dos professores inscritos no cotidiano de suas práticas curriculares, muito embora tenham que considerar as demandas postas por essas parcerias.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Palavras-chave: Práticas articulatórias. Parcerias Público-Privadas. Políticas e Práticas curriculares.

Referências bibliográficas:

BURITY, Joanildo. Desconstrução, hegemonia e democracia: o pós-marxismo de Ernesto Laclau. Recife: Fundaj, 1997, pp. 1-21.

FERRAÇO, Carlos; NUNES, Késia. Currículos, culturas e cotidianos escolares: afirmando a complexidade e a diferença nas redes de conhecimento dos sujeitos praticantes. In: FERRAÇO, C.; CARVALHO, J. (Orgs.). Currículos, pesquisas, conhecimentos e produção de subjetividades. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Vitória, ES: Nupec/UFES, 2012.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. padronização curricular, padronização da formação docente: desafios da formação pós-BNCC. Revista Práxis Educacional. v. 17, n. 46, Jul./Set., 2021, pp. 1-18.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Posmarxismo sin pedido de disculpas. In: Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tempo. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000, pp. 111-145.

PACHECO, José Augusto. Escritos Curriculares. São Paulo: Cortez, 2005.

A DOCÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL EM MUNICÍPIO DO AGRESTE PERNAMBUCANO: MOVIMENTOS DA PROFISSIONALIDADE A PARTIR DA RECONFIGURAÇÃO DO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO.

Márcia Cristina Xavier dos Santos | Carla Acioli Lins

PPGEDUC - UFPE/CAA

Resumo:

As políticas curriculares e educacionais chegam geralmente as redes de ensino como soluções para supostos problemas enfrentados por professoras (es) no exercício da docência em sala de aula. Algumas dessas, se configuram como programas e projetos pedagógicos elaborados como “receitas” para “ajudar” o professorado nos processos de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, estudos como por exemplo o de Frangella (2013) e Ramos e Dri (2012) ajudam a refletir sobre os impactos dessas políticas na formação docente e possíveis desafios a serem enfrentados pelo professorado, uma vez que tais políticas na maioria das vezes, apenas instrumentalizam professores e professoras para materializarem suas propostas nas salas de aulas posicionando o professorado mais como tarefeiro e menos como inventivo diante dos desafios cotidianos postos pelo exercício da docência. Nesse contexto, considerando a necessidade de maior problematização sobre as relações entre esses programas e o desenvolvimento da profissionalidade docente, neste texto buscamos pensar como a reconfiguração de políticas educacionais que assumem a forma de programas e projetos pedagógicos afetam o desenvolvimento da profissionalidade docente. Para problematizarmos tal questão, consideramos os movimentos do professorado pertencentes a rede pública municipal de ensino do Agreste pernambucano ao vivenciar o Programa Mais Alfabetização (PMALFA). Inicialmente dialogamos com Bourdoncle (1999) e Roldão (2005; 2007) para pensarmos a profissionalidade docente e com Mainardes (2006), Ball e Bowe (1992), Ball e Mainardes (2011), e Ball, Maguire e Braun (2016) para refletir sobre os movimentos de reconfiguração de políticas educacionais. Utilizamos as orientações metodológicas da etnografia e do modelo de jogos de Elias (2008) permitindo-nos observar que as tensões entre pares provocadas pelo PMALFA fragilizam a profissionalidade, a autonomia, conhecimentos e saberes que favorecem o desenvolvimento da profissionalidade docente.

Palavras-chave: Profissionalidade Docente; Programas Curriculares; Programa Mais Alfabetização

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Referências bibliográficas:

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BALL, Stephen J; MAINARDES, Jefferson. Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BALL, Stephen J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. Currículo sem fronteiras, v.1, n.2, p. 99-116, 2001.

BALL, S.J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. Journal of Curriculum Studies, London, v.24, n.2, p. 97- 115, 1992.

BOURDONCLE, Raymond. La professionnalisation des enseignants: analyses sociologiques anglaises et américaines. Revue Française de Pédagogie. n. 94, janvier-février-mars, p. 73-92, 1991.

ELIAS, Norbert. Introdução à sociologia. Reimpr.- (Biblioteca 70;16) Trad. Maria Luiza Ribeiro Ferreira. Edições 70, LDA. Outubro de 2008.

FRANGELLA, Rita de Cassia. “Essa é sua pasta e sua turma” – Inserção de professores na rede pública de ensino e suas implicações curriculares. Revista e-Curriculum, São Paulo, n.11 v.02 ago.2013, ISSN: 1809-3876. Programa de Pós- graduação Educação: Currículo – PUC/SP. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum> Acesso em: 15/07/2021.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educ. Soc., Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006.

RAMOS, Marilú Dascanio; DRI, Wisllayne Ivellyze de Oliveira. O setor privado no sistema educacional brasileiro: uma vertente da mercantilização da educação. Acta Scientiarum. Education. Maringá, v. 34, n. 1, p. 71-80, Jan.-June, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=303325322004> Acesso em: 15/07/2021.

ROLDÃO, Maria do Céu Neves. Profissionalidade docente em análise -especificidades dos ensinos superior e não superior. Revista: Nuances: estudos sobre educação – ano XI, v. 12, n. 13, 2005.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas



MESA REDONDA

POLÍTICAS E CONFIGURAÇÕES DE PRÁTICAS CURRICULARES NO CONTEXTO BRASILEIRO

Lucinalva Andrade Ataide de Almeida

Universidade Federal de Pernambuco

Resumo:

A investigação sobre políticas e configurações de práticas curriculares no agreste pernambucano/Brasil emergiu de pesquisas já realizadas e outras em desenvolvimento, nas quais identificamos que o currículo pensado-vivido, desenvolvido pelas Instituições de Ensino Superior (IES), na formação de professores, no curso de Pedagogia, no Estado de Pernambuco, apontava muitas vezes as dificuldades em implementar a perspectiva curricular do currículo pensado e formulado a partir das políticas curriculares trabalhadas pelas IES. Tendo esta situação por referência, nesta comunicação focamos relações entre as práticas curriculares e de avaliação a que recorrem professores do ensino básico e as políticas de formação de professores, desenvolvidas no Brasil.

Para a interpretação dessas relações, esclarecemos que entendemos que o currículo oficial, materializado nos cotidianos escolares, não é neutro, mas ancorado em vários discursos locais, nacionais e internacionais, sujeito a receber diversas influências dos contextos onde ganha forma. Através dessas influências, o currículo sofre reformulações e interpretações dos diferentes atores do cenário educativo, constituindo-se, assim, enquanto possibilidade de por vir, que não é possível de ser previsível (Lopes & Borges, 2017). A partir desse entendimento, observamos que é fundamentalmente em atividades de aula que as práticas curriculares, inicialmente pensadas para uma determinada realidade, são legitimadas. Neste entendimento, consideramos que os professores “apropriam-se dos discursos difundidos pelos documentos oficiais, dando-lhes novos significados” (Busnardo & Lopes, 2010, p. 99), contribuindo para a renovação destes textos e a reconfiguração das práticas previstas (Leite & Fernandes, 2010). Sendo as políticas uma construção inacabada, feita de acordos e negociações, influenciada por sujeitos e interesses diversos e influenciadora do contexto da prática (Ball, 2001), ressaltamos, com base nos dados das pesquisas que temos vindo a realizar, que as práticas também são fruto de acordos e negociações e que “a relação entre esses contextos não se dá de modo harmônico, dada as especificidades de apropriação desses espaços” (Magalhães, Almeida et al, 2018, p. 97). Compreendemos que as práticas curriculares não podem ser interpretadas como práticas docentes prontas e inquestionáveis, como se

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

fossem apenas executadas pelos sujeitos que atuam no campo da prática, sem nenhuma modificação entre o contexto do texto prescrito-vivido no ambiente educacional.

Palavras-chave: Políticas curriculares; Práticas curriculares; Práticas avaliativas.

Referências bibliográficas:

Ball, S. J. (2001). Diretrizes curriculares globais e relações políticas locais em educação. Currículo sem fronteiras. v. 1, nº 2, pp. 99-116. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.htm>

Busnardo, F. & Lopes, A. C. (2010). Os discursos da comunidade disciplinar de ensino de biologia: Circulação em múltiplos contextos. Ciência & Educação, vol. 16, nº 1, pp. 87-102. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/pCKgcrKrN8DhQfgrxdqVLCs/abstract/?lang=pt&format=html>

Leite, C. & Fernandes, P. (2010). [Desafios aos professores na construção de mudanças educacionais e curriculares: Que possibilidades e que constrangimentos](#). Educação – PUCRS (BR), 33(3), 198-204. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/8076>

Lopes, A. C. & Borges, V. (2017). Currículo, conhecimento e interpretação. Currículo sem Fronteiras. v. 17, n. 3, p. 555-573. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss3articles/lopes-borges.pdf>

Magalhães, P. M. V. S., Almeida, L. A. A., Gonçalves, C. L., & Oliveira-Mendes, S. A. (2018). Dos discursos aos sentidos: as práticas avaliativas de professores dos anos iniciais do ensino fundamental. Revista eletrônica de educação, v. 12, p. 90-103. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/issue/view/27/showToc>

CONHECIMENTO, CURRÍCULO E INCLUSÃO: O CASO DA HISTÓRIA

Luís Grosso Correia

CIIE/CAFTe/UPorto

Resumo:

Sob o signo de políticas de educação, de recontextualizações curriculares e da inclusão, a nossa intervenção debruçar-se-á sobre o caso específico da disciplina de História no 3º ciclo do ensino básico (do 7º ao 9º ano de escolaridade) e do ensino secundário (do 10º ao 12º ano) em Portugal. Tomaremos por base empírica da nossa reflexão as opções político-educativas, a(s) (re)organização(ões) curricular(es) dos dois níveis de ensino referidos e o lugar da disciplina de História, os programas curriculares de História e os resultados da avaliação externa relativos à disciplina (nomeadamente, os exames nacionais do ensino secundário e as provas de aferição do 8º ano de escolaridade), por um lado, e os resultados originados no quadro do projeto HistoMap – Mapeamento de Educação Histórica em Portugal, em curso no CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, por outro. Face aos resultados obtidos, tentaremos responder às perguntas de investigação subsequentes que se levantaram, a saber: Qual o espaço de decisão docente (e o tempo) para a integração de métodos de trabalho mais centrados sobre os estudantes? Como é possível agarrar o fugidio interesse dos estudantes e incluir novos temas e/ou experiências de aprendizagem significativas e inclusivas? Qual o papel do professor de História face às turmas e a órgãos de gestão central da Escola/Agrupamento de Escolas? Que oportunidades existem para a diferenciação curricular e pedagógica dentro das salas de aula de História?

Palavras-chave: Organização do ISCED2; Programas de História; pensamento histórico; diferenciação curricular; resultados escolares.

Referências bibliográficas:

Ercikan, Kadriye & Seixas, Peter (org.) (2015), *New directions in assessing historical thinking*. New York: Routledge.

Correia, Luís Grosso (2021), “Temas vivos”, in Luís Grosso Correia (org.), “O passado é um país estranho”. *Temas e estratégias para a educação histórica*. Porto: Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 23 pp. (in press).

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Correia, Luís Grosso (2017), “Aprender História em democracia”, in David Justino (org.), Lei de Bases do Sistema Educativo: balanço e prospetiva [Basic Law of the Educational System: balance and perspective], vol. I, Lisboa: Conselho Nacional de Educação, pp. 157-220.

Correia, Luís Grosso (2015), “A história no ensino básico em Portugal no último quartel: Perspectiva curricular”, Diálogos – Revista do Departamento de História e do Programa de Graduação em História [Maringá, Brasil], Vol. 19 (1), pp. 289-305.

Seixas, Peter &, Morton, Tom (2013), The Big Six. Historical Thinking Concepts. Vancouver: Nelson College Indigenou.

POLÍTICAS CURRICULARES EM PORTUGAL NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI: ENTRE LÓGICAS DE REGULAÇÃO COMPÓSITAS E DESLOCAMENTOS DA AÇÃO EDUCATIVA PARA O COLETIVO DA ESCOLA

Preciosa Fernandes

CIIE/CAFTe/UPorto

Resumo:

As políticas curriculares em Portugal têm sido caracterizadas por um certo hibridismo (Lopes, 2005) ao assumirem, ao mesmo tempo, orientações que prescrevem o que as escolas têm de fazer, e como fazer, e orientações que deslocam o poder de decisão curricular para as escolas parecendo desejar romper com uma cultura de centralização curricular (Leite, 2005; Fernandes, 2011; Pacheco, 2011). Esse caráter híbrido das políticas tem levado os professores a “desconfiarem” sobre os benefícios que essas propostas podem trazer quer para a melhoria da organização escolar e dos seus processos de trabalho, quer para as aprendizagens dos alunos (Figueiredo, Leite & Fernandes, 2019). Tendo estas ideias por base, foi realizada uma pesquisa que analisa a centralidade do professor expressa nas propostas políticas de autonomia e flexibilidade curricular (Decreto lei 55/2018) e de uma Educação Inclusiva (Decreto lei nº 54/2018), em curso desde 2017/2018 em Portugal, na sua relação com possíveis lógicas de regulação. De modo mais específico, o estudo teve como objetivo analisar que “lugares e que poderes de decisão” são conferidos nessas políticas curriculares à escola e aos professores e para que lógicas de regulação da ação docente apontam.

Conclui-se que os discursos são mais direcionados para a escola: a palavra “escola/escolas” ocupa um lugar central nesses documentos por relação com a palavra “professor/professores, denunciando um deslocamento do ônus da responsabilidade da decisão curricular do individual (professor) para o coletivo (escola). A análise evidencia ainda uma lógica de regulação híbrida/compósita do trabalho dos professores, (profissional híbrido), assente em ordens centralizadas e simultaneamente localizadas, de que é exemplo o discurso expresso no decreto 54/2018, em que surge, por um lado, o Governo como a entidade reguladora dos padrões de qualidade da oferta de educação e formação das escolas (Preâmbulo) e, por outro, o diretor a quem cabe decidir sobre quem constitui a Equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva (artigo 12.º).

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Palavras-chave: Políticas curriculares híbridas; Flexibilidade curricular; Educação Inclusiva Escola(s)/ Professore(s); Lógicas de regulação do trabalho do professor

Referências bibliográficas:

Celho, A. M. (2014). Regulação política e reconfiguração do perfil profissional do diretor de escola: a opinião dos membros do conselho das escolas. 2014. 268 p. Tese. (Doutoramento em Educação) - Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa.

Fernandes. P. (2011). O currículo do ensino básico em Portugal: Políticas, perspetivas e desafios. Porto: Porto Editora.

Figueiredo, C. Leite, C., & Fernandes. P., (2019). Entre os enunciados políticos e os “corredores de liberdade” nas práticas curriculares dos professores. Educação e Pesquisa, 45, e189917. doi:10.1590/s1678-4634201945189917.

Leite, C. (2005). A territorialização das políticas e das práticas educativas, in Leite, C. (Org). Mudanças Curriculares em Portugal. Transição para o século XXI (pp: 15-32). Porto: Porto Editora.

Lopes. A. C. (2005). POLÍTICA DE CURRÍCULO: Recontextualização e Hibridismo. Currículo sem Fronteiras, v.5, n.2, pp.50-64, Jul/Dez.

Pacheco, J. A (2011). Currículo e gestão escolar no contexto das políticas educacionais. RBPAE – v.27, n.3, p. 361-588, set./dez.

UNESCO (Coord., 2015). Education 2030 Framework for Action Towards inclusive and equitable quality education and lifelong learning for all. Incheon, Republic of Korea.

UNESCO (2017). A guide for ensuring inclusion and equity in education. Paris.

UNESCO (2017). A guide for ensuring inclusion and equity in education. Paris.

UNESCO (Coord., 2015). Education 2030 Framework for Action Towards inclusive and equitable quality education and lifelong learning for all. Incheon, Republic of Korea.

UNESCO (2017). A guide for ensuring inclusion and equity in education. Paris.

UNESCO (2017). A guide for ensuring inclusion and equity in education. Paris.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas



POSTERS

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O GOVERNAMENTO DAS INFÂNCIAS

Andreia do Nascimento Santos | Rochele da Silva Santaiana

Uergs

Resumo:

O presente resumo refere-se a uma pesquisa em andamento, que tem como tema a Base Nacional Comum Curricular e o governo das infâncias, no qual busca compreender o sentido atribuído às infâncias na política curricular vigente, frente às novas formas de pensar as crianças, mediante a uma racionalidade neoliberal. Nesse sentido, metodologicamente, a pesquisa traz contribuições de autores pós-estruturalistas e os estudos foucaultianos. Na contemporaneidade, a Educação Infantil têm ganhado grande destaque no contexto educacional e das políticas públicas, devido às intensas transformações relacionadas ao entendimento de que o campo é, historicamente, marcado por tensões, no que diz respeito às diferentes concepções e possibilidades de se pensar a educação das crianças pequenas. Com o processo de redemocratização e intensificação de movimentos sociais, o fortalecimento da Educação Infantil no Brasil ocorreu com os avanços nos estudos sobre criança e infâncias e o reconhecimento oficial da mesma como primeira etapa da Educação Básica, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1996, que reitera o direito das crianças à educação, afirmado na Constituição Federal de 1988. Considerando as especificidades da primeira etapa da Educação Básica, emerge por parte do Ministério da Educação, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), a atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), bem como a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), com a inclusão de um capítulo específico à Educação Infantil. Todas essas tramas fornecem condições de possibilidade para pensarmos a produção de uma infância governada, por meio de determinadas técnicas que objetivam conduzir a população infantil (ANFLOR; SANTAIANA, 2020). Nesse sentido, acreditamos que a Base Nacional Comum Curricular busca orientar a organização do trabalho pedagógico com os bebês e crianças pequenas, seguindo normalidades engendradas na lógica da racionalidade neoliberal.

Palavras-chave: Educação Infantil; Governo; Infâncias;

Referências bibliográficas:

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

ANFLOR, Patrícia Santos. SANTAIANA, Rochele da Silva. Base Nacional Comum Curricular: Estratégias de Governamento dos infantis e das práticas pedagógicas docentes. TEXTURA - Revista de Educação e Letras, v. 22, nº 51, p.317-338, jul./set. 2020.

PRÁTICAS CURRICULARES-AVALIATIVAS: SENTIDOS POLÍTICO-PRÁTICOS QUE PERMEIAM O COTIDIANO ESCOLAR NO AGRESTE PERNAMBUCANO

Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida | Letícia Myllena Alves da Silva | Luanna Karolyne Santos de Lima

Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste

Resumo:

O presente estudo intitulado “Práticas curriculares-avaliativas: sentidos político-práticos que permeiam o cotidiano escolar no agreste pernambucano”, se inscreve no debate brasileiro sobre as políticas-práticas curriculares e avaliativas, o currículo e a formação de professores. Tem como principal objetivo, analisar nas práticas curriculares-avaliativas discursos político-práticos que permeiam o cotidiano escolar no agreste pernambucano, como objetivos específicos, buscamos mapear políticas de formação de professores ao nível das concepções de currículo e de avaliação da aprendizagem; Identificar as práticas curriculares-avaliativas que os professores utilizam com maior frequência e o porquê do uso destas práticas do ponto de vista das aprendizagens dos alunos; e por fim, analisar discursos políticos nas práticas curriculares-avaliativas no cotidiano dos professores. Assim, analisamos os sentidos das práticas curriculares-avaliativas pensadas-vividas, produzidas pelos(as) estudantes-professores no cotidiano escolar e na sala de aula. Desse modo, buscamos as referências articuladas aos nossos respectivos temas em diferentes mídias, desde livros, dissertações, artigos e revistas eletrônicas como a Revista Portuguesa de Educação e a Revista Brasileira de Educação. Entretanto, selecionamos produções dos últimos anos (2017-2020), por entender que as produções mais recentes, nos possibilita uma análise mais atual para a presente pesquisa. Ainda, tomamos neste estudo, a teoria do discurso (LACLAU; MOUFFE, 2015) como instrumento teórico-metodológico, uma vez que a Teoria do discurso é um instrumento mediador, indispensável para entender o discurso como parcial e contingente. Para a coleta dos dados, utilizamos a aplicação de questionários com estudantes/professores(as), a partir do qual selecionamos cinco sujeitos. Assim, as análises apontam que as professoras participantes da pesquisa utilizam em sua prática docente o currículo local, a BNCC e o contexto local como base para suas aulas. Ressaltamos que os processos avaliativos aparecem múltiplos e expostos as incertezas do cotidiano, onde se adequam às necessidades de aprendizagem de seus alunos, desenvolvendo uma perspectiva formativa à medida que é

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

utilizada de forma processual e contínua buscando realizar o diagnóstico das dificuldades e das potencialidades do ensino e aprendizagem na sala de aula.

Palavras-chave: currículo pensado-vivido; políticas-práticas curriculares-avaliativas, formação docente.

Referências bibliográficas:

AGUIAR, M. A. S., DOURADO, L. F. A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. Organização: Márcia Angela da S. Aguiar e Luiz Fernandes Dourado [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, 2018.

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; JUNG, Hildegard Susana; SUDBRACK, Edite Maria. Políticas educacionais brasileiras: consecuencias de un currículo nacional. REDIE, Ensenada, v. 21, e02, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1607-40412019000100108&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BALL, S. Diretrizes curriculares globais e relações políticas locais em educação. In: Currículo sem fronteiras. v. 1, nº 2, pp. 99-116, Jul/Dez 2001.

BNC-FORMAÇÃO. Ministério da Educação. Base Nacional Comum para a Formação de Professores. 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>> Acesso em: 13 de fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BATISTA, Neusa Chaves. A gestão democrática da educação básica no âmbito do plano de ações articuladas municipal: tensões e tendências. Revista Brasileira de Educação, v. 23, 2018.

DCN's: Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

FILIPE, Fabiana Alvarenga; SILVA, Dayane dos Santos; COSTA, Áurea de Carvalho. Uma base comum na escola: análise do projeto educativo da Base Nacional Comum Curricular. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362021005003202&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 mar. 2021.

FUZA, Ângela Francine; MIRANDA, Flávia Danielle Sordi Silva. Tecnologias digitais, letramentos e gêneros discursivos nas diferentes áreas da BNCC: reflexos nos anos finais do ensino fundamental e na formação de professores. Revista Brasileira de Educação, v. 25, 2020.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

KAWAKAMI, Érica Aparecida. Currículo, ruídos e contestações: os povos indígenas na universidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, 2019.

LACLAU, E. MOUFFE, C. Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical. São Paulo: Entremeios; Brasília: CNPq, 2015.

LACRUZ, Adonai José; AMÉRICO, Bruno Luiz; CARNIEL, Fagner. Indicadores de qualidade na educação: análise discriminante dos desempenhos na Prova Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, 2019.

LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p.

MAGALHÃES, Priscila Maria Vieira dos Santos. As artes de fazer da avaliação fabricadas no cotidiano escolar; um olhar para as táticas avaliativas dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental. 2018.

MAGALHAES, P. M. V. S.; ALMEIDA L. A. A de; LINS, C. P. A. Práticas curriculares avaliativas: Inventar cotidianamente considerando os movimentos de influência. *Linhas Críticas (ONLINE)*, v. 25, p. 565-583, 2019.

MARTINS, Elita Betania de Andrade. A discussão de políticas educacionais no interior da escola: resistência e naturalização. *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, 2019.

MENDÉZ, J. M. A. Avaliar para conhecer, examinar para excluir. J. M. Alvaréz Mendéz. Trad. Magda Schwartzaupt Chaves- Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

MORAIS, Artur Gomes de; SILVA, Alexsandro da; NASCIMENTO, Gabryella Silva do. Ensino da notação alfabética e práticas de leitura e escrita na educação infantil: uma análise das três versões da Base Nacional Comum Curricular. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, 2020.

NUNES, MÁRIO LUIZ FERRARI; NEIRA, MARCOS GARCIA. O currículo de licenciatura em educação física e a fabricação do sujeito-cliente. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, 2018.

OLIVEIRA, Marcia Betania de. Pós-estruturalismo e teoria do discurso: perspectivas teóricas para pesquisas sobre políticas de currículo. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, 2018.

PATIÑO, Ramiro Gastón Lobatón. Modelos de competencias sobre formación política: aporte a la formación inicial docente en educación ciudadana. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, 2020.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágios supervisionados e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência: duas faces da mesma moeda?. Revista Brasileira de Educação, v. 24, 2019.

PIETRI, Émerson de; RODRIGUES, Livia de Araújo Donnini; SANCHEZ, Hugo Santiago. A construção da identidade profissional de professores de língua portuguesa em formação inicial. Revista Brasileira de Educação, v. 24, 2019.

RODRIGUES, Filomena Alves; MOGARRO, Maria João. Imagens de identidade profissional de futuros professores. Revista Brasileira de Educação, v. 25, 2020.

SILVA, Alexsandro da; MORAIS, Artur Gomes de. O livro didático de Português e a reflexão sobre a norma ortográfica. In: Ortografia na sala de aula / organizado por Alexsandro da Silva, Artur Gomes de Moraes e Kátia Leal Reis de Melo . – 1. ed., 1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TURA, Maria de Lourdes Rangel; FIGUEIREDO, Marize Peixoto da Silva. Conhecimento e políticas de formação docente. Currículo sem fronteiras, v. 17, n. 3, p. 741-755, set/dez, 2017.

SENTIDOS CURRICULARES PRODUZIDOS NAS PRÁTICAS CURRICULARES DOCENTES NO CONTEXTO PANDÊMICO DA COVID-19 EM PERNAMBUCO

Tamires Barros Veloso | Vanessa Azevedo Cabral da Silva | Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida

Universidade Federal de Pernambuco

Resumo:

Este artigo inscreve-se no debate sobre currículo e tem como objetivo analisar os sentidos curriculares emergidos nos discursos dos/as professores/as nas práticas curriculares docentes construídas no cenário pandêmico da COVID-19 em Pernambuco, Brasil. Para isso, partimos das discussões curriculares (SILVA; GONÇALVES; ALMEIDA, 2018; MELO, 2019; SILVA, 2020; FERRAÇO, 2017), que percebem as práticas curriculares e o currículo como práticas discursivas que se produzem histórica e contingencialmente a partir de disputas, articulações e negociações no cotidiano escolar (MELO; ALMEIDA; LEITE, 2020). Nessa direção, a pesquisa seguiu o percurso teórico-metodológico a partir da Teoria do Discurso – TD de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), em que buscamos na análise dos discursos de vinte e nove professores/as que exercem sua profissionalidade no estado de Pernambuco, obtidos através de formulário no Google® Forms, identificarmos os núcleos de sentido de currículo e prática curricular.

Como resultados, apresentaram a preocupação com o desenvolvimento da aprendizagem dos (as) alunos (as); as condições de organização e desenvolvimento do trabalho docente remoto, principalmente através do uso do WhatsApp; além disso, o uso de atividades impressas como recurso metodológico para os/as estudantes sem acesso à internet e o distanciamento social emergiram como marcas discursivas recorrentes no que se refere os sentidos produzidos sobre os currículos desenvolvidos nas práticas curriculares das professoras no contexto pandêmico da COVID-19. Assim, em nossas análises, evidenciamos que o sentido de currículo mobilizado pelas professoras não obedece a um sentido único e nesse cenário se mesclou aos desafios e as complexidades de uma crise sanitária, econômica e política. Contudo, isso não significou o aprisionamento da vida curricular em sua totalidade, sua existência ainda pôde ser percebida nos esforços de um ensino remoto, mesmo na precariedade dos recursos de tecnologias digitais, no risco de exposição ao entregarem atividades impressas nas comunidades escolares e tentativas das professoras da continuidade de suas práticas curriculares, mesmo quando se pareceu impossível ensinar-aprender nesse contexto.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Palavras-chave: Currículo, Práticas curriculares, Políticas curriculares, Sentidos, Contexto pandêmico.

Referências bibliográficas:

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Práticas-políticas curriculares cotidianas como possibilidades de resistência aos clichês e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Linhas Críticas*, v. 23, n. 52, 2017, p. 524-537. ISSN: 1516-4896.

LACLAU, Ernesto.; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015.

MELO, Maria Julia Carvalho de. *Ações articulatórias nos movimentos de recriação das práticas curriculares coletivas dos professores do ensino fundamental*. Orientadora: Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida. 2019. 238 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

MELO, Maria Júlia Carvalho de; ALMEIDA, Lucinalva Andrade Ataíde de; LEITE, Carlinda. Práticas curriculares coletivas de professores do 1º ciclo da Educação Básica de Portugal. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 15, n. 4, p. 2006-2021, out./dez. 2020.

SILVA, Maria Angélica da. *Práticas de traduções curriculares docentes: rastros do currículo da formação de professores*. Orientadora: Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida. 2020. 258f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

SILVA, Maria Angélica da; GONÇALVES, Crislainy de Lira; ALMEIDA, Lucinalva Andrade Ataíde de. Sentidos de Prática Curricular: uma construção cotidiana. In: LEITE, Carlinda et. al. *Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas (CAFTe): Contributos teóricos e práticos*. Porto – Portugal, Ed. CIIE; FPCE; UP, 2018, E-book, ISBN: 978-989-8471-32-1.

O NOVO CURRÍCULO DE ENSINO MÉDIO EM PERNAMBUCO: SENTIDOS E HIBRIDISMOS

Divane Oliveira de Moura Silva | Marcelo Ricardo Moreira | Neide Menezes Silva | Kátia Silva Cunha

Universidade Federal de Pernambuco

Resumo:

Propomos refletir sobre a política curricular da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. Assim, analisamos o Novo Currículo para o Ensino Médio Estadual (PERNAMBUCO, 2020) e os discursos proferidos na cerimônia oficial de entrega deste documento em meio a pandemia do novo coronavírus (CEE/PE, 2020). Nesta discussão qualitativa, ancorada nos estudos de Ball (MAINARDES, 2006) e na teoria do discurso de Laclau e Mouffe (MENDONÇA, 2008), buscamos compreender o processo político e seus contextos, os discursos presentes nos textos oficiais, e as articulações relacionadas a produção do currículo para o ensino médio. Identificamos a Lei 13.415/17, que trata da Reforma do Ensino Médio, como justificativa para a elaboração do novo documento curricular, que é construído em meio a um hibridismo de concepções e tentativas de fixar sentidos. Dentre os sentidos, destacamos o entendimento da garantia de aprendizagem por meio de habilidades e competências previstas na Base Nacional Comum Curricular, que são mensurados por avaliações externas. Deste modo, o sentido da avaliação é deslocado, passando a instrumento regulador do que deve ser ensinado. Considerando que as políticas educacionais são espaços de luta e negociação, identificamos que o ponto nodal para a hegemonia revelada nestas políticas educacionais em Pernambuco é a defesa da qualidade educacional como preparação do estudante para atuação no mercado de trabalho e consequente concretização dos projetos de vida dos estudantes. Os hibridismos estão presentes nesta produção textual para possibilitar as articulações no macro e no microcontexto, gerando incoerências, conflitos e paradoxos. Inferindo que as fixações de sentidos são sempre provisórias e contingentes, a pretensa implementação de políticas educacionais curriculares ou avaliativas, depende dos agentes da escola local e das ações destes, pois de forma cíclica e não linear, as políticas são construídas constantemente através de processos de tradução, interpretação e contextualização. Portanto, o texto oficial da política curricular não garante a - concretização dos seus intentos primários, quer seja controlar o trabalho docente ou definir o futuro dos estudantes pela demanda do mercado – formação docente ou discente, especialmente porque

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

os sentidos são produzidos mediante as subjetividades e movimentos dos sujeitos envolvidos nos diversos contextos.

Palavras-chave: Política Curricular. Avaliação. Ensino Médio. Pernambuco.

Referências bibliográficas:

- BALL, S.; MAINARDES, J. Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez. 2011
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.
- _____. Casa Civil. Lei 13.415 de 16 de fevereiro, 2017
- CEE/PE – Conselho Estadual de Educação de Pernambuco. ENTREGA DO NOVO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO. Vídeo (50min55). Publicado pelo canal CEE/PE. 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=quosb9eBU8w>
- DIAS, R. E.; ABREU, R. G.; LOPES, A. C. Stephen Ball e Ernesto Laclau na pesquisa em política de currículo. 2010
- LOPES, A. C.; LÓPEZ, S. B. A performatividade nas políticas de currículo: o caso do ENEM. Educação em revista, v. 26, p. 89-110. 2010.
- LOPES, A. C.; OLIVEIRA, M. B. Políticas de Currículo: Pesquisas e articulações discursivas. Curitiba: CRV. 2017.
- MAGUIRE, M.; BALL, S. J. Discursos da reforma educacional no Reino Unido e Estados Unidos e o trabalho dos professores. Práxis Educativa (Brasil) , v. 2, p. 97-104. 2007.
- MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas. Educ. Soc. , vol. 27, p. 47-69. 2006.
- MAINARDES, J. Políticas educacionais contemporâneas e algumas consequências para o trabalho docente. In: M. F. CÓSSIO, Políticas públicas de educação. (p. 65-80.). Pelotas: Ufpel. 2016.
- MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. Educação & Sociedade , 30, 303-318. 2009.
- MENDONÇA, D. D. Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau. EDIPUCRS. 2008.
- PARREIRA, A.; DA SILVA, A. L. A lógica complexa da avaliação. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação , v. 23, p. 367-388. 2015.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

PERNAMBUCO. Currículo de Pernambuco: ensino médio. Recife PE, 2020.

SCRIVEN, M. The logic of evaluation: department of Psychology. Claremont: Claremont Graduate University. 2007.

SEE, S. D. Modernização de Gestão. GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OS DESAFIOS PARA ELABORAÇÃO DE UM CURRÍCULO INTERCULTURAL

Diana Cibele de Assis Ferreira | Kátia Silva Cunha | Janini Paula da Silva

Resumo:

O presente artigo resulta das discussões e reflexões vivenciadas no componente curricular: “Currículo e Cotidiano” ofertado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE. Sabemos que no campo das políticas públicas, o Sistema de Ensino Brasileiro passou por uma ampla reformulação a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, no que referia aos direitos dos povos indígenas. Desse modo, buscamos trazer reflexões acerca da Educação Escolar Indígena e da luta do movimento indígena pela efetivação destas políticas públicas, dentre estas o processo de luta pela efetivação de uma educação específica e diferenciada na prática cotidiana de suas escolas. Dentro desta perspectiva, passamos a refletir sobre o processo de construção de um currículo intercultural das escolas indígenas. A partir da ótica dos seguintes autores: FERRAÇO (2013;2019); SANTIAGO(1998); ALMEIDA(2001); ESPAR(2014), dentre outros. Utilizaremos como aporte analítico em nossa discussão teórica o pensamento pós-estruturalista, fundamentando nosso estudo e reflexões a partir da Teoria do Discurso.

A partir das reflexões e análises realizadas podemos compreender que o Estado de Pernambuco, não tem avançado no sentido de atender as especificidades dos povos indígenas. Fato que acaba sendo refletido no cotidiano das escolas indígenas e no processo de elaboração de um currículo intercultural.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Eliene Amorim de. A Política de Educação Escolar Indígena: limites e possibilidades da escola indígena. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação - UFPE, Recife, 2001.

AZEVEDO, Marta Maria; SILVA, Márcio Ferreira da. Pensando as escolas dos povos indígenas no Brasil: o movimento dos professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. A Temática indígena na escola – novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

BONIN, Tatiana Iara. Educação escolar indígena e docência: princípios e normas na legislação em vigor. Povos Indígenas e Educação. Org. Maria Aparecida Bergamaschi. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.

BRASIL, MEC/SECADI. I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena –CONEEI de 2009. Documento Final. Brasília, 2014.

_____, Planejando a Próxima Década. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2014.

_____, Portaria Nº 13, de 21 de julho de 2005. Brasília: MEC, 2015.

_____, Portaria Nº 421, de 9 de maio de 2014. Brasília: MEC, 2015.

_____, RESOLUÇÃO Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015. Brasília: MEC, 2015.

_____, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____, Decreto 5.051, 19 de abril de 2004. <Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em: 09 set. 2017.

_____. Decreto Legislativo Nº 143, 20 de junho de 2002. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-convencao-1-pl.html>>. Acesso em: 09 set. 2017.

_____. Decreto nº 26, 4 de fevereiro de 1991. Dispõe sobre a educação indígena no Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0026.htm>. Acesso em: 09 set. 2017.

_____. Decreto nº 6861, 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm>. Acesso em: 09 set. 2017.

_____. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 59, de 11 de novembro de 2009.

_____. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

_____. Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

_____. Lei 13.005, de 25 de junho 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação -PNE 2014-2024 e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil.Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: DF, 2014.

_____. Lei 6001, Estatuto do Índio. Brasília. 1973.

_____. LEI Nº 12.416, de 9 de junho de 2011. Congresso Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12416.htm>. Acesso em: 09 set. 2017.

_____. Lei nº10.172, 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação 2001-2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 09 set. 2017.

_____. Ministério da Educação. Censo Escolar 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-mec-divulga-censo-escolar-2017/21206>. Acesso em: 20 mai. 2017.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica (CEB). Parecer nº14, 14 de setembro de 1999. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb014_99.pdf>. Acesso em: 09 set. 2017.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica (CEB). Resolução nº 03, 10 de novembro de 1999. Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_99.pdf>. Acesso em: 09 set. 2017.

_____. Parecer CNE/CEB nº 13/2012, aprovado em 10 de maio de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena.

_____. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____. Portaria Interministerial n. 559, de 16 de abril de 1991. Sobre a educação escolar para as populações indígenas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 abr.1991. n. 73, Seção 1, p. 7084-7085.

_____. Portaria Nº- 389, de 9 de maio de 2013.

_____. Portaria Nº- 734, de 7 de junho de 2010.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

_____. Referenciais para a formação de professores indígenas. 2. ed. Brasília: MEC/SECAD, 2005. 82 p.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. PORTARIA Nº 1.062, DE 30 DE OUTUBRO DE 2013. Institui o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais - PNTEE. Publicada no Diário Oficial da União.

_____: 2001-2005. São Paulo: Instituto Socioambiental. 2006. p. 50-54.

_____. [Constituição (1988)]. Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 2-4, 16 fev. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2MYxoFm>. Acesso em: 7 fevereiro 2019.

_____. Lei n.º 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n. os 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 1-7, 14 jul. 2017b. Disponível em: <https://bit.ly/2q-JhhBb>. Acesso em: 7 fevereiro 2019.

_____. Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n.os 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n.º 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 1-3, 17 fev. 2017a. Disponível em: <https://bit.ly/2uCEIxF>. Acesso em: 7 fevereiro 2019.

CONVENÇÃO Nº 169 SOBRE POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS E RESOLUÇÃO REFERENTE À AÇÃO DA OIT/ Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2011.

CUNHA JÚNIOR, José Lopes da. Educação escolar indígena em Pernambuco: interculturalidade, retomadas e sujeitos indígenas. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades). Universidade Federal Rural de Pernambuco / Fundação Joaquim Nabuco. Departamento de Educação da UFRPE, Recife, 2016.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

FERRAÇO, Carlos Eduardo; GOMES, M. A. O.; ALVES, N. Os cotidianos - espaçotempos de resistência e criação. CURRÍCULO SEM FRONTEIRAS, v. 19, p. 1026-1038, 2019. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol19iss3articles/alves-ferraco-gomes.pdf>

FERRAÇO, Carlos Eduardo; GOMES, Maria Regina Lopes. Sobre as redes que tecem práticas políticas cotidianas de currículo e de formação de professores/as. Currículo sem Fronteiras, v. 13, n. 3, p. 464-477, set./dez. 2013.

FERREIRA, Diana Cibele de Assis. "Primeiro nós somos indígenas e depois nós somos professores": educação escolar Kambiwá e identidade étnica. / Diana Cibele de Assis Ferreira. - 2018. 144 f.; il.: 30 cm.

FERREIRA, Mariana Kawall Leal. A Educação Escolar Indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In: Antropologia, História e Educação – A questão indígena e a escola (2ª ed.). São Paulo: Global Editora e Distribuidora. 2001.

_____, Mariana Kawall Leal. Da Origem do Homem à conquista da Escrita: Um Estudo sobre os Povos Indígenas e Educação Escolar no Brasil. 1992. ... 200f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Departamento de Antropologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

GRUPIONI, Luís Donisete (org.). Formação de Professores Indígenas: repensando trajetórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

LUCIANO, Gersem dos Santos. Educação Indígena. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje / Gersem dos Santos Luciano – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: eduel, 2003. p.11-25.

MINAYO, M. C. S. (Org); DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O. GOMES, R. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Kelly. O Movimento Indígena no Brasil: apontamentos básicos. Revista Antropologia & Sociedade, 2017. No prelo.

PANKARÁ, Luciete. V CONFERÊNCIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGEMA – PE. Slides apresentados na V CEEEI. Gravatá-PE. Novembro, 2017.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

PALADINO, M.; ALMEIDA, N. P. Entre a diversidade e a desigualdade: uma análise das políticas públicas para a educação escolar indígena no Brasil dos governos Lula. Rio de Janeiro: Contra capa Livraria; LACED/Museu Nacional/ UFRJ, 2012.

REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

SANTIAGO, Eliete. Paulo Freire e as questões curriculares: uma contribuição a reflexão. Revista de Educação – AEC – Paulo Freire, ano 27, n. 106, jan-mar, 1998.

SANTOS, Claudio Eduardo Felix dos. Uma Escola para “Formar Guerreiros”: Professores e Professoras Indígenas e a Educação Escolar Indígena em Pernambuco. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Federal de Pernambuco (UFPE), Recife. 2004.

SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil. – 3. Ed. rev. 1 reimp. – Campinas, SP: Autores associados, 2011. – (Coleção memória da educação).

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES, Governo do Estado de Pernambuco. Categoria de professor indígena discute políticas educacionais. Disponível em: <<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=&cat=37&art=3424>> Acesso em: 20 de março de 2018.

CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS DA FORMAÇÃO NAS PRÁTICAS CURRICULARES AVALIATIVAS DE PROFESSORES NO AGRESTE PERNAMBUCANO

Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida | Taísa da Silva | Maria Isabel Nunes dos Santos Torres
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Resumo:

A presente pesquisa se inscreve no debate nacional acerca dos rumos das políticas curriculares, do currículo e da formação de professores, tendo como principal objetivo analisar as construções discursivas da formação nas práticas curriculares-avaliativas de professores no agreste pernambucano. Para tanto, buscamos através dos nossos objetivos específicos, identificar os sentidos de práticas curriculares e avaliativas de professores da educação básica; bem como verificar os modos de organização do conteúdo curricular e avaliativo na rotina do cotidiano escolar; além de analisar como os saberes da formação inicial auxiliam na elaboração dos instrumentos avaliativos utilizados nas salas de aula. Assim, partimos de autores como Lopes (2018); Mainardes (2006); Silva (2020); Almeida, Magalhães e Gonçalves (2019); Nunes, Miranda e Hage (2020); dentre outros, para compreendermos a construção dos processos de significação do currículo e das práticas curriculares-avaliativas. Também dialogamos com algumas produções dos periódicos *Qualis: E-Curriculum* e *Currículo Sem Fronteiras* (2019-2020) buscando identificar os sentidos recentemente produzidos sobre as temáticas vinculadas ao objeto de pesquisa. Em nosso percurso teórico-metodológico nos pautamos na Teoria do Discurso de Laclau, o qual concebe o discurso enquanto fala, mas também enquanto prática (BURITY, 2014). Como procedimento de coleta de dados utilizamos questionários, os quais foram aplicados com professoras que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental. Os resultados do estudo apontaram que o currículo prescrito é tomado como referência para o desenvolvimento da prática, mas que adquire novas interpretações e sentidos a partir das demandas presentes no cotidiano da sala de aula, onde as professoras mobilizam saberes da formação inicial como uma ferramenta que possibilita ressignificar as suas práticas. Dessa forma, com este estudo foi possível destacar alguns pontos importantes acerca do currículo escolar na perspectiva docente, onde observamos que os sentidos atribuídos ao mesmo transitam entre a sua prescrição e sua contextualização, evidenciando que currículo não está posto de forma neutra, pois representa a seleção e organização de interesses. Destacou-se ainda a importância da formação inicial, por ser um momento preponderante de configuração

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

profissional, na medida em que os docentes são formados para o domínio dos saberes que precisam mobilizar na ação.

Palavras-chave: Práticas Curriculares-Avaliativas; Políticas Curriculares-Avaliativas; Formação

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Lucinalva Andrade Ataíde de; MAGALHÃES, Priscila Vieira; GONÇALVES,

Crislainy Lira. Direito à educação como princípio de justiça social: um olhar para as políticas avaliativas e suas reverberações no cenário curricular. *Revista e-Curriculum*, v. 17, n. 3, p. 1075-1100, 2019.

BURITY, J. A. Discurso, política e sujeito na Teoria da Hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo Peixoto (Orgs). *PósEstruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre, 2008.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

LOPES, Alice Casimiro. Apostando na produção contextual do currículo. In: *A BNCC na contramão do PNE*, v. 2024, p. 23-27, 2018.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise das políticas educacionais. In: *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, no 94, 47-69 p., Jan./ abr., 2006.

MAGALHÃES, Priscila Maria Vieira dos Santos; GONÇALVES, Crislainy de Lira; ALMEIDA, Lucinalva Andrade Ataíde de; OLIVEIRA-MENDES, Solange Alves de. Dos discursos aos sentidos: as práticas avaliativas de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. *REVISTA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO (SÃO CARLOS)*, v. 12, p. 90-103, 2018.

NÓVOA, António. Entre a formação e a profissão: ensaio sobre o modo como nos tornamos professores. *Currículo sem fronteiras*, v. 19, n. 1, p. 198-208, 2019. NUNES, Ana Lúcia Pereira; MIRANDA, Helga Porto; HAGE, Maria do Socorro Castro. Cultura e currículo: um diálogo a partir do contexto nos estágios supervisionados em espaços educativos não escolares. *e -Curriculum*, v. 18, n. 3, p. 1254-1274, 2020.

GONÇALVES, Crislainy de Lira; ALMEIDA, Lucinalva Andrade Ataíde de; LEITE, Carlinda Maria Ferreira Alves Faustino. Práticas avaliativas e profissionalização nos cotidianos - uma análise de produções acadêmicas. *Teias (Rio de Janeiro)*, v. 19, p. 209-225, 2018.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

SILVA, Maria Angélica da. Práticas de traduções curriculares docentes: rastros do currículo da formação de professores. 2020. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

TURA, Maria de Lourdes Rangel; FIGUEIREDO, Marize Peixoto da Silva. Conhecimento e políticas de formação docente. Currículo sem fronteiras, v. 17, n. 3, p. 741-755, set/dez, 2017.

**A INFÂNCIA E SEUS DIZERES, APRENDERES E FAZERES QUE ATRAVESSAM O
COTIDIANO ESCOLAR DAS CRIANÇAS NO TERRITÓRIO ESCOLA-CASA
EXPERIENCIADO EM UM CONTEXTO DE PANDEMIA.**

José Jardel Silva Mergulhão | Fernanda Santos da Cruz | Conceição Gislâne Nóbrega Lima de Salles

Universidade Federal de Pernambuco - Campus Acadêmico do Agreste (UFPE-CAA)

Resumo:

A pesquisa versa sobre a infância, a Educação Infantil e as potencialidades da experiência infantil no cotidiano escolar, em um contexto de pandemia, no qual os espaçostempos da escola se mesclam com o ambiente doméstico. O presente trabalho busca uma aproximação com os sentidos dos dizeres, fazeres e aprenderes das crianças e da infância no âmbito desse território escola-casa. Em nosso aporte teórico, partimos dos postulados de Kohan (2020), ao evidenciar as especificidades trazidas pelo contexto pandêmico para a educação das crianças. Na aproximação com as discussões acerca da infância, propostas por Kohan (2003, 2010, 2015), Skliar (2018, 2019), Fernandes e Kohan (2020) Kennedy e Kohan (2008) buscamos compreender a infância como algo que transcende a temporalidade e seu potencial transformador dos diferentes contextos. Sobre a discussão em torno da escola e educação, Masschelein e Simos (2014) nos apresenta a escola como espaçotempo de suspensão e profanação, no qual o mundo pode ser posto em questão. Para a realização da pesquisa adotamos uma metodologia qualitativa de inspiração cartográfica, nos detendo aos dizeres infantis sobre o cotidiano escolar, considerando o contexto atual, que impõe o distanciamento da criança em relação aos espaços escolares e o ensino de maneira remota. Na compreensão de Silva (2014) e Passos e Barros (2009), a cartografia possibilita-nos uma reflexão em conjunto com as crianças, reconhecendo-as como sujeitos pensantes e autônomos. Como procedimento metodológico, optamos pela conversa, como fundamentada por Ribeiro, Sampaio e Souza (2018), na tentativa de tornar linear o diálogo entre pesquisadores e sujeitos. Foi com dizeres permeados por sentidos diversos em torno das experiências educativas em um contexto de pandemia que percebemos a infância em suas tentativas incansáveis de ter suas vozes ouvidas, movimentando a vida que faz pulsar esse cotidiano no território escola-casa, nos provocando a pensar com a infância e não sobre ela. Na turma participante da pesquisa, verificou-se, principalmente, um sentimento de ausência e saudade em relação às possibilidades de

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

interações que integravam a educação presencial, havendo, contudo, a ressignificação desse contexto restritivo, por parte das crianças, para vivência do seu tempo infantil.

Palavras-chave: Infância; Escola; Educação Infantil; Dizeres Infantis.

Referências bibliográficas:

KENNEDY, D.; KOHAN, W. O. Aión, Kairós and Chrónos: fragmentos de uma conversa interminável sobre infância, filosofia e educação. In: KOHAN, W. O. *Childhood & Philosophy*, ISSN-e 1984-5987, Vol. 4, n. 8, 2008, pp. 5-22.

KOHAN, W. O. Vida e Morte da Infância, Entre o Humano e o Inumano. *Educ. Real.*, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 125-138, set./dez., 2010.

_____. Visões de Filosofia: Infância. ALEA | Rio de Janeiro | vol. 17/2 | p. 216-226 | jul-dez 2015.

_____. Tempos de Pandemia e Necropolítica: ainda há tempo de infância? *Revista Latinoamericana del Colegio Internacional de Filosofía*, Tiempos, saída 5, issn 0719-8310.

_____. Tempos da escola em Tempos de pandemia e necropolítica. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, e2016212, p.1-9, 2020.

_____. Não há Verdade sem Alteridade. A proposta do “Devir-criança da filosofia: infância e educação”. In: KOHAN, W. O. *Devir-Criança: infância da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 07-13, 2010.

_____. A conversation with children about children. State University of Rio de Janeiro. *Journal of Philosophy in Schools* 5(2), 2018.

KOHAN, W. O.; FERNANDES, R. A. Tempos da Infância: entre um poeta, um filósofo e um educador. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 46, e236273, 2020.

MASSCHELEIN, J.; SIMONS, M. *Em Defesa da Escola: uma questão pública*. Ed 2: Autêntica, Belo Horizonte, 2014.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓCIA, L. *pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre, Sulina, p. 17-31, 2009.

RIBEIRO, T.; SOUZA, R.; SMAPAIO, C. S. (Org.). 2018. *Conversa como metodologia de pesquisa uma metodologia menor?* In: RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SMAPAIO, Carmen Sanches. *Conversa como metodologia de pesquisa - por que não?* São Paulo: Ayvu. Cap. 1, p. 21.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

SILVA, T. G. Os aprenderes Docentes na Educação Infantil: um olhar cartográfico sobre o movimento tecido no cotidiano escolar de um CMEI da rede municipal de São Bento do Uma-PE. 2018, 195 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, 2018.

SKLIAR, C. Infâncias da linguagem, infâncias da infância, memórias de infâncias: depois é tarde demais. In: KOHAN, W. O. Childhood & Ohilosophy. Rio de Janeiro, v. 14, n. 30, pp. 245-260 2018.

A CORPORIFICAÇÃO CURRICULAR DE ITINERÁRIOS FORMATIVOS A PARTIR DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO

Almir Antonio Bezerra | Lucinalva A. Ataíde Almeida

UFPE/Caruaru

Resumo:

Nossa pesquisa, intitulada: A Corporificação Curricular De Itinerários Formativos a partir da Reforma do Ensino Médio Brasileiro, insere-se no debate sobre políticas educacional-curriculares, e mais especificamente sobre a Reforma do Ensino Médio no contexto do pós-golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016. Assim, tomamos por base teórico-metodológica a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015) para analisar que sentidos estão presentes na reforma do Ensino Médio, com destaque para a Lei nº 13.415/17 e a portaria nº 1.432/18 e como essas políticas estão sendo traduzidas, (re)significada, transformada no chão da escola através dos Itinerários Formativos. Dessa forma, depreendemos que essa reforma do Ensino Médio está inscrita em movimentos de Reforma do Estado, exclusões educacionais e sociais, que desconsidera ainda os/as professores (as) enquanto produtores (ras) de políticas educacional-curriculares.

Palavras-chave: Políticas curriculares; Ensino Médio; Sentidos; Reforma

Referências bibliográficas:

AGUIAR, Márcia Angela da S. Política Educacional e a Base Nacional Comum Curricular: o processo de formulação em questão. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 3, p. 722-738, 2018a.

ALMEIDA, Lucinalva; LEITE, Carlinda; SANTIAGO, Eliete. Um olhar sobre as políticas curriculares para formação de professores no Brasil e em Portugal na transição do século XX para o XXI. *Rev. Lusófona de Educação*, Lisboa, n. 23, p. 119-135, 2013. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502013000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 abr. 2021

ALMEIDA, Lucinalva Andrade Ataíde de; MAGALHÃES, Priscila Vieira; GONÇALVES, Crislainy Lira. DIREITO À EDUCAÇÃO COMO PRINCÍPIO DE JUSTIÇA SOCIAL: UM OLHAR PARA AS POLÍTICAS AVALIATIVAS E SUAS REVERBERAÇÕES NO CENÁRIO CURRICULAR. *Revista e-Curriculum*, [S.l.], v. 17, n. 3, p. 1075-1100, set. 2019. ISSN 1809-3876. Disponível em:

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

<<https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/43961>>. Acesso em: 22 ago. 2020.
doi:<https://doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i3p1075-1100>.

ARROYO, Miguel. Outros sujeitos, outras pedagogias. 2. Ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BALL, Stephen J. Educação global S.A. Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Trad. de Janete Bridon. 23. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2020.

BALL, Stephen J. Maguire, M.; Braun, A. Como as escolas fazem política: atuação em escolas secundárias. Tradução: Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BALL, Stephen J. Mainarde, Jefferson (organizadores). Políticas educacionais: questões e dilemas. - São Paulo: Cortez, 2011.

BURITY, Joanildo Albuquerque. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDOÇA, Daniel de. RODRIGUES, Léo Peixoto. (Org.). Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau.- 2. ed.- Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 21/12/2017b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file>> Acesso em: 18 de abril de 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm Acesso em: 04 de fevereiro de 2021.

BRASIL. Medida Provisória (MP) N. 746, de 22 de setembro de 2016. Diário Oficial da União. Ano CLIII No - 184-A. Brasília: DF, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=48601-mp-746-ensino-medio-link-pdf&category_slug=setembro-2016-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 03 de fevereiro de 2021.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 2017a. Disponível em:

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.

BRASIL. Portaria nº 649, de 10 de julho de 2018a. Institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para participação. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/29495231/do1-2018-07-11-portaria-n-649-de-10-de-julho-de-2018-29495216> Acesso em: 24 de março de 2021.

BRASIL. Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018b. Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70268199> Acesso em 24 de março de 2021

BRASIL. Resolução Nº 3, de 21 de Novembro de 2018c. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC/SEB. 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=102481-rceb003-18&category_slug=novembro-2018-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 20 de março de 2021.

CAMPANI, Adriana; MORGADO, José Carlos. Realidades Curriculares no Brasil e em Portugal. In: SOUSA, Joana; PACHECO, José Augusto; MORGADO, José Carlos; RODRIGUES, Natália (Organizadores). Flexibilizar e Inovar o Currículo para mudar e melhorar a Escola. Universidade do Minho, Portugal, 2018.

CATINI, C. de R. 2020. Para a crítica da educação neoliberal - Entrevista com Christian Laval. ETD - Educação Temática Digital. 22, 4 (nov. 2020), 1031–1040. <https://doi.org/10.20396/etd.v22i4.8658365>

COSTA, Hugo Heleno Camilo; LOPES, Alice Casimiro. A CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NO ENSINO MÉDIO: TENTATIVAS DE CONTROLE DO OUTRO. Educ. Soc., Campinas, v. 39, n. 143, p. 301-320, jun. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302018000200301&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 abr. 2021. Epub 26-Mar-2018. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302018184558>.

FERREIA, Luciana Haddad; BARBOSA, Andreza. Lições de quarentena: limites e possibilidades da atuação docente em época de isolamento social. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, e2015483, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa> Acesso em: 04 de julho de 2021.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. Organização e participação Ana Maria de Araújo Freire. 5ª ed.- São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. 1ª ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira. “Novo Ensino Médio” quem conhece, NÃO aprova!! In: REUNIÃO NACIONAL ANPED, 39. Niterói-RJ, 2019. Anais [...] Niterói-RJ, 2019.

GASKELL, G. Entrevista individuais e de grupos. In: BAUER, M. W; GASKELL, G. (Orgs). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem, e som. (um manual prático)*. Petrópolis: Vozes, 12ª ed. 2014.

GIACAGLIA, Mirta. Universalismo e particularismo: emancipação e democracia na teoria do discurso. In: MENDOÇA, Daniel de. RODRIGUES, Léo Peixoto. (Org.). *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau*.- 2. ed.- Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. Tradução de Joanildo A. Burity, Joasias de Paula Jr. E Aécio Amaral- São Paulo: Intermeios; Brasília:CNPq, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. *As Teorias Pedagógicas Modernas revisitas pelo Debate Contemporâneo na Educação*. In: *Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade*. Campinas: Alínea, 2005.

LOPES, A. C. Por um currículo sem fundamentos. *Linhas Críticas*, v. 21, n. 45, p. 445-466, 1 out. 2017.

LOPES, A. C. Itinerários formativos na BNCC do Ensino Médio: identificações docentes e projetos de vida juvenis. *Retratos da Escola*, v. 13, n. 25, p. 59-75, jan./mai. 2019a.

LOPES, A. C. (2019b). Articulações de demandas educativas (im)possibilitadas pelo antagonismo ao “marxismo cultural.” [Comentário]. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 27(109). <https://doi.org/10.14507/epaa.27.4881>

LOPES, A. C.; MACEDO, E. Apresentação: Uma alternativa às políticas curriculares centralizadas. *Roteiro*, [S. l.], v. 46, p. e27181, 2021. DOI: 10.18593/r.v46i.27181. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/27181>. Acesso em: 26 jun. 2021.

LOPES, Alice Casimiro Lopes; MENDONÇA, Daniel de; BURITY, Joanildo A., A contribuição de Hegemonia e estratégia socialista para as ciências humanas e sociais. In: LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Tradução de Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. E Aécio Amaral- São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

LINS, Carla Patrícia Acioli. Professor não dá aula, professor desenvolve aula: mudanças nas atividades docentes e o processo de profissionalização – o caso de professores do ensino médio. Recife, 2011. (298p.) (Doutorado em Sociologia – Tese) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

MACEDO, Elizabeth. A noção de crise e a legitimação de discurso curriculares. Currículo sem Fronteiras, v. 13, n. 3, p. 436-450, set./dez. 2013.

MACEDO, Elizabeth. AS DEMANDAS CONSERVADORAS DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E A BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM. Educ. Soc., Campinas , v. 38, n. 139, p. 507-524, June 2017 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000200507&lng=en&nrm=iso>. Access on 17 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302017177445>.

MACEDO, Elizabeth. A teoria do currículo e o futuro monstro. In: LOPES, Alice Casimiro; SISCAR, Marcos (orgs.) Pensando a política com Derrida: responsabilidade, tradução, povir. – São Paulo: Cortez, 2018

MELO, Maria Júlia Carvalho de. Ações articulatórias nos movimentos de recriação das práticas curriculares coletivas dos professores do ensino fundamental. (238 f.) Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação – Centro de educação, Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

MELO, Maria Julia C.; ALMEIDA, L. A. A. . Produção das práticas curriculares de professoras da educação básica: ações articulatórias com as políticas de avaliação. Linguagens, Educação e Sociedade, v. 43, p. 10-36, 2019. DOI: <https://doi.org/10.26694/les.v0i43.9607>

MELO, Maria Julia C.; LEITE, Carlinda ; ALMEIDA, L. A. A. . Sentidos de Inclusão Social e Educativa na Política Curricular de Portugal. In: Preciosa Fernandes; Francisca Costa; Ana Mouraz. (Org.). A DIVERSIDADE COMO OPORTUNIDADE: Contributos teóricos e práticos. 1ed.Porto: CIEE/FPCEUP, 2018, v. 1, p. 25-38.

MENDOÇA, Daniel de. RODRIGUES, Léo Peixoto. (Org.). Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau.- 2. ed.- Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

MENDONÇA, Daniel de. A impossibilidade da emancipação: notas a partir da teoria do discurso. In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. (org.) Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau. 2. ed. –Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

Miller, J. (2014). TEORIZAÇÃO DO CURRÍCULO COMO ANTÍDOTO CONTRA/NA CULTURA DA TESTAGEM. Revista e-Curriculum, 12(3), 2043-2063. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21679/15952>

MOUFFE, Chantal. Por um populismo de esquerda. Tradutor Daniel de Mendonça. -São Paulo, SP; Autonomia Literária, 2019.

MORGADO, José Carlos; SOUSA, Joana; PACHECO, José Augusto. Transformações educativas em tempos de pandemia: do confinamento social ao isolamento curricular. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, e2016197, p. 1-10, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa> Acesso em 03 de julho de 2021.

PACHECO, José Augusto (org.). Políticas educativas: o neoliberalismo em educação. Porto, Portugal, Editora Porto, 2000.

SAMPAIO, Marta.; LEITE, Carlinda. A territorialização das políticas educativas e a justiça curricular: o caso TEIP em Portugal. Currículo sem Fronteiras, v. 15, n. 3, p. 715-740, set./dez. 2015.

SARTI, Flávia Medeiros. O Professor e as Mil Maneiras de Fazer no Cotidiano Escolar. Educação: Teoria e Prática, v. 18, n. 30, 2008, p. 47. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/106942> Acesso em: 04 de julho de 2021.

SILVEIRA, Emerson Lizandro Dias; SILVA, Roberto Rafael Dias da. A flexibilização como um imperativo político nas políticas curriculares para o Ensino Médio no Brasil: uma leitura crítica. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, [S.l.], p. 1759-1778, oct. 2018. ISSN 1982-5587. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11226>>. Acesso em: 16 July 2019. doi:<https://doi.org/10.21723/riaee.unesp.v13.n4.out/dez.2018.11226>.

SILVA, S. G. DA; LIMA, I. G.; SILVA, M. E. DA. Redes de influência em políticas educacionais: o avanço neoconservador e neoliberal em cena. Teoria e Prática da Educação, v. 22, n. 3, p. 137-154, 28 nov. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/46255/751375149020> > Acesso em: 12 de julho de 2021.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil.- 4. ed.- Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SILVA, Maria Angélica da. Práticas de traduções curriculares docentes: rastros do currículo da formação de professores. (258 f.) Tese (Doutorado em educação). Programa de Pós-Graduação em Educação- Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

SOUZA, Jessé. A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

Zanatta, S., Branco, E., Branco, A., & Neves, M. (2019). UMA ANÁLISE SOBRE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A IMPLANTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS. Revista e-Curriculum, 17(4), 1711-1738. doi:<https://doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i4p1711-1738>

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

EIXO 2 - AVALIAÇÃO E QUALIDADE EDUCATIVA

COMUNICAÇÃO

A AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MACEIÓ: DAS DIRETRIZES DA AVALIAÇÃO DA/PARA A APRENDIZAGEM ÀS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS AVALIATIVAS EFETIVADAS PELOS PROFESSORES

Eliane Maria Teodoro | Carlinda Leite | Preciosa Fernandes | Paulo Marinho

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Portugal.

Resumo:

O tema da avaliação das aprendizagens vem, ao longo das décadas, sendo foco de estudos e discussões por parte de pesquisadores e profissionais da educação, contudo, é ainda um grande desafio, principalmente no que se refere à forma como são concretizadas as práticas avaliativas dos professores (Fernandes, 2004, 2005, 2006, 2009; Luckesi, 2003, 2006; Vasconcellos, 2005; Leite & Fernandes, 2014; Marinho, Leite & Fernandes, 2013, 2014). É no quadro destas ideias que, no âmbito da tese de doutoramento em curso, realizámos uma investigação que visou produzir conhecimento sobre as Diretrizes da Avaliação da/para a Aprendizagem na Rede Municipal de Educação de Maceió, Alagoas, Brasil (RME/Maceió). Nessa pesquisa, buscou-se compreender as práticas avaliativas desenvolvidas, identificando as aproximações e os distanciamentos entre as concepções contidas nas Diretrizes da Avaliação da/para a Aprendizagem e seus efeitos nas práticas de avaliação em uso pelos professores. A investigação, de natureza mista, foi realizada junto a professores e coordenadores pedagógicos da primeira etapa do ensino fundamental das escolas públicas municipais, utilizando como procedimento para recolha de dados o Inquérito por questionário (Hill & Hill, 2016) com os professores e o focus group (Amado & Ferreira, 2017) com os coordenadores pedagógicos. A análise dos dados coletados demonstrou que a maioria (51,3%) dos respondentes sustentam que a concepção de avaliação da aprendizagem que orienta a sua prática de avaliação é razoavelmente semelhante à contida no documento das Diretrizes, todavia, as coordenadoras pedagógicas afirmam que as orientações postuladas nas Diretrizes da Avaliação da/para a Aprendizagem têm sido pouco consideradas pelos professores no processo ensino-aprendizagem-avaliação.

Embora, no discurso os professores expressem uma compreensão da avaliação como um processo contínuo e dinâmico, a prática avaliativa desenvolvida na sala de aula, muitas vezes, demonstra uma dissonância entre a teoria e a prática efetivada. Estes dados revelam a necessidade de uma ação mais efetiva nos momentos coletivos de planejamento na escola e um maior investimento na formação continuada de todos os agentes educativos, de forma a

possibilitar a concretização de uma prática avaliativa pautada na perspectiva formativa e emancipatória.

Palavras-chave: Avaliação das aprendizagens; Concepções; Práticas

Referências bibliográficas:

Amado, J., Ferreira, S. (2017). Manual de Investigação Qualitativa em Educação. In J. Amado (Coord.), 227-234, 3ª edição. Imprensa Universidade de Coimbra.

Fernandes, D. (2004). Avaliação das aprendizagens: uma agenda, muitos desafios. Lisboa: Texto Editores.

_____. (2005). Avaliação das aprendizagens: desafios às teorias, práticas e políticas. Lisboa: Texto Editores.

_____. (2006). Para uma teoria da avaliação formativa. Revista Portuguesa de Educação, Braga, v. 19, n. 2, p. 21-50.

_____. (2009). Avaliação das aprendizagens em Portugal: investigação e teoria da actividade. Sísifo, Lisboa, n. 9, p. 87-100.

Hill, M. M., Hill, A. (2016). Investigação por Questionário. Edições Sílabo, Ltda. 2ª edição. Lisboa.

Leite, C.; Fernandes, P. (2014). Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, 421-438.

Luckesi, C. C. (2003). Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos.

_____. (2006). Avaliação da aprendizagem escolar. 18ª Ed. São Paulo: Cortez.

Marinho, P., Leite, C., Fernandes, P. (2013). A avaliação da aprendizagem: um ciclo vicioso de “testinite”. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 24, n. 55, 304-334.

_____. (2014). A avaliação da aprendizagem: da pluralidade de enunciações à dualidade de concepções. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 4, n. 55, p. 304-334.

Vasconcellos, C. dos S. (2005). Avaliação: Concepção Dialética Libertadora do Processo de Avaliação Escolar. 15ª edição. São Paulo, SP: Libertad. Cadernos Pedagógicos do Libertad; v.3.

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO COLABORATIVO NA APRENDIZAGEM: PERSPETIVAS DE PROFESSORES

Teresa Santos I Palmira Alves

Resumo:

Um dos grandes desafios das políticas educativas nacionais e internacionais é o de construir dispositivos curriculares que sejam suscetíveis de auxiliar o professor a colocar o aluno no centro do processo de ensino-aprendizagem. Este é o desafio da aquisição dos conhecimentos, das competências, das capacidades e dos valores indispensáveis para viver em grupo e em sociedade, com implicações no trabalho dos professores e, naturalmente, na qualidade das aprendizagens. O currículo abarca o conjunto de critérios, planos de estudo, programas, metodologias e processos que contribuem para a formação integral e para a construção da identidade cultural nacional, regional e local, incluindo também os recursos humanos, académicos e físicos para pôr em prática as políticas e realizar o projeto educativo de cada escola. Para tal, é urgente que os professores trabalhem em articulação e colaboração, sendo fundamental o papel das lideranças. Apresentamos um estudo, de natureza qualitativa, realizado num agrupamento de escolas públicas situado na região Norte de Portugal, cujos objetivos são: compreender como os professores e líderes perspetivam o trabalho colaborativo; analisar como orientam as suas práticas curriculares; e compreender o modo como perspetivam o desenvolvimento profissional dos docentes. O instrumento de recolha de dados foi a entrevista semiestruturada, tendo sido realizada a 10 professores que lecionam no ensino básico e desempenham cargos de coordenação e de direção. Os dados foram analisados com recurso à análise de conteúdo. Os resultados evidenciam que se criaram espaços e recursos que permitiram aos docentes a possibilidade de estarem mais tempo juntos, de modo a apoiar outros, partilhar experiências e aprender. Existem práticas pedagógicas e curriculares “inovadoras”, embora alguns professores tenham alterado, timidamente, as suas práticas. Existe algum trabalho colaborativo, mesmo que informal, na implementação de projetos interdisciplinares, na partilha de conhecimentos, ideias e experimentação de novas metodologias de ensino-aprendizagem, com resultados positivos no seu desenvolvimento profissional.

Referências bibliográficas:

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Aires, L. (2015) Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional. E-book: Universidade Aberta.

Alarcão, I. & Canha, B. (2013). Supervisão e Colaboração – Uma relação para o desenvolvimento. Porto Editora.

Alves, M.P. (2004). Currículo e Avaliação – Uma perspectiva integrada. Porto: Porto Editora.

Bardin, L. (2009). Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70

Bell, J. (2002). Como realizar um projeto de investigação. Lisboa: Gradiva

Day, C. (2001). Desenvolvimento Profissional de Professores: Os desafios da aprendizagem permanente. Porto: Porto Editora

Flores, M. A.; Machado, E. A. & Alves, M. P. (2017) (Orgs.) Avaliação das aprendizagens e sucesso escolar. Perspetivas internacionais. Santo Tirso: De Facto Editores

Formosinho, J. & Machado, J. & Mesquita, E. (2015) – Formação, trabalho e aprendizagem – Tradição e inovação nas práticas docentes. Edições Sílabo

Fullan, M. & Hargreaves, A. (2001). Por que é que Vale a Pena Lutar? O trabalho de equipa na escola. Porto Editora

Hargreaves, A. (1998). Os professores em tempo de mudança: O trabalho e a cultura dos professores na idade pós-moderna. Lisboa: Mc Graw-Hill.

Lima, J.A. (2002). As Culturas Colaborativas nas Escolas. Estruturas, processos e conteúdos. Porto Editora

Roldão, M.C. (2007). Colaborar é preciso: questões de qualidade e eficácia nos trabalhos dos professores. Revista Noesis, 71, 24-29. ME-DGIDC

Roldão, M., Helena P. & Martins, I., (2017). Currículo do ensino básico e do ensino secundário. Para a construção de aprendizagens essenciais baseadas no perfil dos alunos. Lisboa. Acedido em 5 março 2018 em http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/ae_documento_enquadrador.pdf

Roldão, M. (2013). Desenvolvimento do currículo e a melhoria de processos e resultados. In M. Alves et al.(orgs). Melhorar a Escola, sucesso escolar, disciplina, motivação, direção de escolas e políticas educativas. Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica: Porto, 2013. Acedido a 3 de Junho de 2014 em <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/14705/1/>

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Simão, A. (2008). Reforçar o valor regulador formativo e formador da avaliação das aprendizagens. In Alves, M.P. & Machado, E.A. Avaliação com sentido (s). Contributos e questionamentos. Santo Tirso: De Facto Editores.

POLÍTICAS GLOBAIS E ARTICULAÇÕES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL: AVALIAÇÕES EXTERNAS E O BABY PISA

Yaçanã Torres do Amaral Sant' Anna

Universidade Federal Fluminense

Resumo:

A presente pesquisa busca construir uma análise acerca da relação entre a recente inserção da Educação Infantil (EI) em 2019, no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o exame internacional apelidado de Baby PISA. Inicialmente o SAEB para esse segmento foi proposto para avaliar questões ligadas à oferta de Educação Infantil, porém, as avaliações externas em larga escala trazem consigo o germe da comparação. O SAEB está diretamente ligado aos conteúdos legitimados pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), aplicado nos alunos em torno dos 15 anos, com o discurso de possibilitar a partir dos resultados clareza quanto ao desempenho educacional dos países. Em 2017 começou a ser ventilado nos Estados Unidos da América, uma nova avaliação também desenvolvida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apelidada de Baby PISA, destinada a crianças de 5 anos. Como foco de minha análise, pretendo lançar luz nas articulações educacionais que vem sendo desenvolvidas no Brasil, para atender exigências e métricas internacionais do que os novos reformadores da educação entendem por qualidade na educação, tendo nos números a garantia de equidade das informações. As reflexões se formaram com base nas discussões de Lopes e Macedo (2011), entendendo o Currículo como uma arena de disputa de poder, Esteban e Fetzner (2015) apontando as consequências do reducionismo de experiências cotidianas, Popkewitz (2013), problematizando a relação dos números como o reflexo da verdade e Ball (2014) mapeando as redes políticas. Em termos teórico-metodológicos, essa é uma pesquisa bibliográfica e de campo, utilizando a internet como área de pesquisa para rastrear dados sobre o Baby PISA. O resultado esperado nessa pesquisa é conseguir investigar quais os reais interesses turvados por trás da chegada do SAEB a EI, e as consequências que um exame internacional em larga escala pode trazer para as crianças da Educação Infantil.

Palavras-Chave: Avaliação externa; Educação Infantil, Baby Pisa, SAEB

Referências bibliográficas:

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

BALL, Stephen J. Educação global S.A. Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Trad. de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

BALL, Stephen J. OLMEDO, Antonio. A 'nova' filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. In: PERONI, Vera Maria Vidal. (Org). Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação. Brasília: Liber Livro, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf)
[versaofinal_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf). Acesso em: 10 mar.2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA). 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>. Acesso em: 7 junho. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em: 8 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. [S. l.], 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 8 out. 2020.

BRASIL. Portaria nº 366, de 29 de abril de 2019. Estabelece as diretrizes para a realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no ano de 2019. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 abr. 2019.

ESTEBAN, Maria Teresa; FETZNER, Andréa Rosana. A redução da escola: a avaliação externa e o aprisionamento curricular. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 1/2015, p. 75-92

ESTEBAN, Maria Teresa; LOUZADA, Virgínia; ECKHARDT, Fabiana. Cotidianos, políticas e avaliação. Teias, Rio de Janeiro, v. 19, p. 3-9, 2018.

FLORES, Maria Luiza Rodrigues e SUSIN, Maria Otília Kroeff. Expansão da Educação Infantil através da parceria público-privada: algumas questões para o debate (quantidade versus qualidade no âmbito do direito à educação). In: PERONI, Vera Maria Vidal. (Org). Redefinições

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação. Brasília: Liber Livro, 2013.

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres; MENDES, Juliana Camila Barbosa. O que é o bom resultado? Indagando o sentido da avaliação e suas articulações curriculares. Ensaio, Online, v. 26, p. 296-315, 2018.

GIROTTI, Eduardo Donizeti. Pode a política pública mentir? A base nacional comum curricular e a disputa da qualidade educacional. Educ. Soc. , Campinas, v. 40, e0207906, 2019.

KRAMER, Sônia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no brasil: educação infantil e/é fundamental. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006.

LOPES, Alice; MACEDO, Elizabeth. Teorias de currículo. São Paulo: Cortez, 2011.

LOUZADA, Virgínia. A educação infantil no contexto das avaliações externas em larga escala. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017. 205 p.

MACEDO, Elizabeth Fernandes. Fazendo a Base virar realidade: competências e o germe da comparação. Retratos da Escola, v. 13, p. 39-58, 2019.

POPKEWITZ, Thomas. Números em grades de inteligibilidade: dando sentido à verdade educacional. In: TURA, Maria de Lourdes; GARCIA, Maria Manuela. (Org.) Currículo, Políticas e ação docente. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 19-50.

RAVITCH, Daiane. O horror: aí vem o Baby Pisa, testando crianças de 5 anos. 2017. Disponível em: <https://dianeravitch.net/2017/12/07/the-horror-here-comes-baby-pisa-testing-5-year-olds/>. Acesso em: 7 junho. 2021.

AVALIAÇÕES PROCESSUAIS, POR MEIO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS, NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

**Fernanda Klein Marcondes | Lais Tono Cardozo | Karina Reche Casale | Pamella Teles Pessoa
| Maria Antonia Ramos de Azevedo**

Universidade Estadual de Campinas, Piracicaba – SP, Brasil | Universidade Estadual de Campinas, Piracicaba – SP, Brasil | Universidade Estadual de Campinas, Piracicaba – SP, Brasil | Universidade Estadual de Campinas, Piracicaba – SP, Brasil | Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro – SP, Brasil

Resumo:

No ensino superior, as formas de avaliação influenciam as atitudes e a aprendizagem dos alunos (Garcia, 2009). Além de avaliações somativas, a utilização de avaliações processuais (formativas) com feedbacks frequentes, possibilita ao aluno identificar temas não compreendidos, reorganizar sua rotina de estudo, e perceber o avanço de seu aprendizado, influenciando positivamente seu interesse e engajamento (Garcia, 2009; Evans et al, 2014). Estas avaliações possibilitam, ao professor, rever e propor atividades, além de elaborar feedbacks que orientem o aluno, para promover a aprendizagem (Hoffman, 2012). No ensino presencial, o tempo necessário para correção de atividades e elaboração de feedbacks, escritos, dificulta o uso de avaliações processuais, em cursos de graduação. O objetivo deste trabalho é apontar em que medida o uso de tecnologias digitais, em aplicativos e plataformas gratuitas, permitiu a realização de avaliações PARA (processuais), e não somente da aprendizagem (somativas) (Hoffman, 2012), em aulas de Fisiologia Humana de um curso de graduação da área da saúde, durante o ensino remoto emergencial, em 2020. Para substituir parte da aula teórica, foram utilizados vídeos assíncronos pré-aula, com questões que permitiam ao aluno verificar sua compreensão, de forma imediata. Nas aulas síncronas, quizzes foram combinados com explicação oral da professora, discussões e atividades com jogos educacionais, realizadas em grupo, em salas simultâneas virtuais. Às atividades avaliativas com foco no âmbito atitudinal, foram atribuídas notas por participação, e às atividades com foco no domínio conceitual e de aplicação do conhecimento, foram atribuídas notas por respostas certas. Feedbacks foram fornecidos, por meio de mensagens, ou discussão em atividade síncrona, e as atividades seguintes eram reorganizadas, visando resolver as deficiências identificadas. Para mapear a percepção discente sobre as atividades avaliativas, os alunos responderam questões, à medida que as atividades eram realizadas. Na percepção

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

dos 46 alunos que concordaram em participar do estudo aprovado pelo comitê de ética institucional, as diferentes atividades e avaliações realizadas permitiram-lhes verificar seu aprendizado, durante, e não somente em momentos de prova, permitindo se tornar proativo, no processo metodológico avaliativo vivenciado e replanejar seu estudo extraclasse, assim como permitiu à docente ressignificar seu trabalho pedagógico a partir das demandas discentes.

Palavras-chave: metodologias ativas, aprendizado, ensino superior

Referências bibliográficas:

Evans, D.J.R, Zeun, P., Stanier, R.A. Motivating student learning using a formative assessment journey. *J. Anat.* 224: 296-303, 2014.

Garcia, J. Avaliação e aprendizagem na educação superior. *Est. Aval. Educ.*, São Paulo, 20(43): 201-213, 2009.

Hoffmann, J. O Jogo ao Contrário em avaliação. Ed. *Mediação*, 9ª. ed, 2012.

EVOLUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO UNIVERSITÁRIO DE PORTUGAL E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

João Carlos Nascimento | Carlinda Leite

Universidade de S. Tomé e Príncipe | FPCEUP/CIIE

Resumo:

Nesta comunicação é apresentada uma comparação entre as principais políticas públicas educacionais aplicadas, nos últimos 20 anos, no ensino universitário em Portugal e São Tomé e Príncipe de modo a tirar ilações que possam contribuir para uma evolução positiva. Seguindo tipologia apresentada por Vergara (2010, p.42), quanto aos fins, este estudo é de carácter exploratório e descritivo, pois “é realizado em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”, principalmente na comparação da situação em países com características e passados tão distintos. É descritivo porque “expõe características de determinada população ou de determinado fenómeno”, procurando relatar os factos como se apresentam. Para a recolha de dados que permitam essa descrição e comparação, foram feitos levantamentos de documentos, consultas de fontes primárias e secundárias, assim como obtenção de informação em diversos sítios ‘web’. A análise documental (Cellard, 2012; Sá-Silva et al, 2009) permitiu tirar como principal conclusão que o Ensino Universitário em Portugal, através do sector da estatística, disponibiliza dados atualizados que não existem no caso de São Tomé e Príncipe. Esta situação, para além de dificultar essa comparação, permite reconhecer como urgente a dinamização de um sector de estatística. Quanto à avaliação da oferta de formação universitária, conclui-se também pela importância de ser criada uma Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, tal como existe em Portugal, que possa contribuir para a qualidade dos cursos. Contudo, considerou-se que o sistema universitário de São Tomé e Príncipe é viável.

Palavras-Chave: Políticas Públicas Educacionais; Ensino Universitário; Formação; Qualidade de Ensino; Avaliação.

Referências bibliográficas:

Cellard André (2012). Análise documental. In: Poupart J., Deslauriers J.P., Groulx L.H., Laperrière A., Mayer R , Pires À. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Rio de Janeiro: Vozes, p. 295-316.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Sá-Silva, Jackson Ronie; Almeida, Cristóvão Domingos, Guindani, Joel Felipe (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. n. 1, p. 1-15, jul. Disponível: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6>.

Vergara, Sylvia Constant (2010). Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 12ª Ed. São Paulo: Atlas.

AVALIAÇÃO COMO ESPAÇO DE TENCIONAMENTOS PEDAGÓGICOS E SOCIAIS: UM OLHAR PARA PRODUÇÕES BRASILEIRAS.

**Priscila Maria Vieira dos Santos Magalhães | Crislainy de Lira Gonçalves | Lucinalva Andrade
Ataide de Almeida**

Universidade Federal de Pernambuco/UFPE

Resumo:

Ao longo das últimas décadas avaliação vem se apresentando como tema clássico no campo educacional, revelando questões epistemológicas, políticas e metodológicas que sinalizam a complexidade do ato avaliativo e a necessidade de maiores investimentos analíticos sobre suas dimensões e os sentidos que tencionam sua significação. Como fruto de articulações discursivas, seus sentidos têm revelado a expansão das significações em torno da avaliação e a emergência de processos de hibridização resultantes de uma flexibilização paradigmática (SILVA, GOMES; 2018) emergida face as mudanças sócio-político-educacionais em curso (MARINHO, FERNANDES, LEITE; 2014). A partir dessas compreensões nos voltamos para produções brasileiras, em especial para as revistas Estudos em Avaliação Educacional e Ensaio, intencionando acessar o debate acerca da avaliação empreendido por estes lócus de socialização do conhecimento. Assim, objetivamos analisar sentidos de avaliação revelados em produções acadêmicas, evidenciando os tencionamentos e negociações que os constituem. Entendendo que a avaliação inscreve discursos que significam, mantém, transformam ou são transformados nas formações sociais, mobilizamos a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015) para compreendermos o sistema discursivo relacional, aberto e instável que ergue a avaliação. Dessa forma, tivemos como procedimentos de coleta de dados a análise documental de trabalhos produzidos nos últimos dez anos no âmbito de periódicos especializados da área. Em nossas análises, identificamos a emergência de duas dimensões disputando pela significação da avaliação, a saber: a dimensão pedagógica-normativa e a dimensão social. A partir destas, visualizamos a produção de um sentido de avaliação como espaço de tencionamentos pedagógicos e sociais, que baseando-se em agendas diversas, evidencia está a avaliação assente “entre o polo da emancipação e da promoção da reflexividade dos atores, num extremo, e o polo do controlo e da vigilância panóptica, no outro” (SÁ, 2018, p. 801). As tensões entre essas duas vertentes têm configurado a produção discursiva da avaliação, e delineado múltiplos projetos educacionais, políticos e sociais em disputa (FRANGELLA E CAMPOS; 2019). Projetos que, constituídos por relações antagônicas, conflitam e tencionam

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

em direção a hegemonização de suas bases e exclusão do exterior constitutivo que opera tentando bloquear suas identidades.

Palavras-chave: Avaliação. Sentidos. Produções brasileiras.

Referências bibliográficas:

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres; CAMPOS, Maria Cristina Rezende de. Autoavaliação institucional: Outros sentidos de Avaliação (im)possíveis? *Estud. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 30, n. 74, p. 558-587, maio/ago. 2019.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical. Tradução de Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

MARINHO, Paulo; FERNANDES, Preciosa; LEITE, Carlinda. A avaliação da aprendizagem: da pluralidade de enunciações à dualidade de concepções. *Acta Scientiarum*. Maringá, v. 36, n. 1, p. 153-164, Jan.-June, 2014.

SÁ, Virgínio. Avaliação institucional de escolas de Educação Básica em Portugal: políticas, processos e práticas. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.26, n.100, p. 801-821, jul./set. 2018.

SILVA, Assis Leão da; GOMES, Alfredo Macedo. Avaliação educacional: concepções e embates teóricos. *Estud. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 29, n. 71, p. 350-384, maio/ago. 2018.

AVALIAÇÃO EXTERNA NO BRASIL: IMPLICAÇÕES PARA A ALFABETIZAÇÃO

Keyla Maria Bastos Gonçalves | Jack Márcio Maria Zimmermann | Jheniffer Ferreira de Oliveira | Kátia Cilene Camargo Silva

PPGF/FE/UFG.

Resumo:

Este artigo objetiva compreender o processo de implementação das avaliações externas na amplitude da educação básica, com foco nas avaliações da Provinha Brasil e da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e suas implicações no contexto das práticas de alfabetização no Brasil. A pesquisa parte da premissa de que avaliações externas têm produzido a ideia de melhoria da qualidade da educação pela via do esvaziamento dos currículos escolares, ou seja, pela negação às classes populares de conhecimentos essenciais para sua formação cidadã, para confrontar esse ponto são desenvolvidas análises fundamentadas em contribuições teóricas de Amaral (2016), Dias Sobrinho (2008), Dourado (2009), Freitas (2013), Janela (2000), Ravitch (2011), Schneider e Nardi (2019) e Torres (2000). A pesquisa utilizou-se para o levantamento dos dados a abordagem qualitativa, enquanto a metodologia escolhida foi o estudo documental e o levantamento bibliográfico das reuniões da Associação Nacional da Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), no GT10 que tem como foco de pesquisa Alfabetização, Leitura e Escrita. Para o desenvolvimento deste trabalho realizou-se um recorte temporal, percorrendo os anos de 2007 a 2019. O trabalho está organizado em dois eixos de discussão. No primeiro, realiza-se uma revisão de literatura com as discussões teóricas e das ações do governo federal para a implantação das avaliações externas. No segundo analisa-se artigos que discutem a avaliação externa na alfabetização. O estudo permitiu compreender que existem fatores externos e internos ao ambiente escolar que propiciam a reflexão sobre as contribuições dos resultados das avaliações externas para a alfabetização. Por fim, ressalta-se que entender os resultados das avaliações externas é compreendê-los não como um fim em si mesmo, mas como possibilidade de associá-los às mudanças essenciais para a alfabetização.

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação básica. Alfabetização. Avaliações externas.

Referências bibliográficas:

AMARAL, N. C. PEC 241/55: a “morte” do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

científico editado pela ANPAE, [s.l.], v. 32, n. 3, p. 653-673, dez. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/70262/>. Acesso em: 6 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, dispendo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11274.htm/. Acesso em: 7 mar. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. 2007a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm/. Acesso em: 7 mar. 2021.

BRASIL. Portaria Normativa nº 10, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a institucionalização da avaliação da alfabetização “Provinha Brasil”. 2007b. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/provinha_brasil/legislacao/2007/provinha_brasil_portaria_normativa_n10_24_abril_2007.pdf/. Acesso em: 4 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 867, de 4 de julho de 2012. Dispõe sobre a institucionalização do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (Pnaic). Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/provinha_brasil/legislacao/2013/portaria_n867_4julho2012_provinha_brasil.pdf/. Acesso em: 7 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013. Dispõe sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB. 2013a. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrW0TZC2Mb/content/id/30677986/do1-2013-06-10-portaria-n-482-de-7-de-junho-de-2013-30677978/. Acesso em: 7 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 304, de 21 de junho de 2013. Dispõe sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, 2013b. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrW0TZC2Mb/content/id/30688456/do1-2013-06-24-portaria-n-304-de-21-de-junho-de-2013-30688447/. Acesso em: 7 mar. 2021.

CORREIA, J. R. Provinha Brasil: Uma Análise da Concepção de Leitura. Porto de Galinhas, 2012. Disponível em <http://35reuniao.anped.org.br/trabalhos/111-gt10/>. Acesso em: 8 mar. 2021.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em:

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

<https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf/> . Acesso em: 7 mar. 2021.

DIAS, E. T. G. Provinha Brasil de leitura: Para além dos níveis de proficiência. Goiânia. 2013. Disponível em: <http://36reuniao.anped.org.br/trabalhos/168-trabalhos-gt10-alfabetizacao-leitura-e-escrita/>. Acesso em: 8 mar. 2021.

DIAS SOBRINHO, J. Qualidade, avaliação: do SINAES a índices. Avaliação. Campinas/ Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 817-825, nov. 2008.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. Cad. CEDES, Campinas, SP, v. 29, n. 78, p. 201-215, ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622009000200004&lng=en&nrm=iso/. Acesso em: 11 fev. 2019.

FONSECA, M. A. R. da. Qualidade da Educação Superior e a Distância: Entre o Revelado e o Velado. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2020.

FREITAS, D. N. T. de. Avaliação da Educação Básica no Brasil: Características e Pressupostos. In: BAUER, A.; GATTI, B. A.; TAVARES, M. R. (orgs). Ciclo de Debates: vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil, origens e pressupostos. Florianópolis: Insular, 2013. p. 117-133.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Índices de analfabetismos de crianças até oito anos de idade. 2010. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 7 mar. 2021.

JANELA, A. A. Avaliação Educacional: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000.

LIMA, D. da C. B. P.; ASSIS, L. M. Arena Constitutiva da Educação Superior a Distância: as regras do jogo e como o jogo é jogado. Dossiê (2018). Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/82461/48874/>. Acesso em: 5 jul. 2019. <https://doi.org/10.21573/vol34n1/>. Acesso em: 16 fev. 2021.

MACIEL, F. I. P.; BAPTISTA, M. C.; MONTEIRO, S. M. (orgs.). A criança de 6 anos, a linguagem escrita e o ensino fundamental de nove anos: orientações para o trabalho com a linguagem escrita em turmas de crianças de seis anos de idade. Belo Horizonte: Editora UFMG/FaE/CEALE, 2009.

MARTINS, R. F.; ROCHA, G. Meta-Avaliação da Alfabetização: Constituição de um Corpus de Escrita Infantil e suas contribuições para a avaliação da Alfabetização, Leitura e Escrita. 33ª

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

REUNIÃO da ANPEd. Caxambu, MG, 2010. Disponível em: <http://33reuniao.anped.org.br/internas/ver/trabalhos-gt10/>. Acesso em: 8 mar. 2021.

RAVITCH, D. Vida e morte do grande sistema escolar americano (como os testes padronizados e o modelo de Mercado ameaçam a educação). Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 11-132.

SCHNEIDER, M. P.; NARDI, E. L. Políticas de Accountability em Educação: perspectivas sobre avaliação, prestação de contas e responsabilização. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2019.

SILVA, M. A. da. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. CAD. CEDES. Campinas, SP, v. 29, n. 78, p. 216-226, ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622009000200005&lng=en&nrm=iso /. Acesso em: 11 fev. 2019.

TORRES, R. M. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, L. D.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (orgs). O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez, 2000. p. 125-193.

UNESCO/MEC. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; Ministério da Educação. Alfabetização como liberdade. Brasília: Unesco/ MEC, 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001303/130300por.pdf>/. Acesso em: 5 mar. 2021.

NEOLIBERALISMO E A AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO BRASIL

Jheniffer Ferreira de Oliveira | Jack Márcio Maria Zimmermann | Kátia Cilene Camargo Silva
| Keyla Maria Bastos Gonçalves

PPGF/FE/UFG

Resumo:

O artigo em tela apresenta uma pesquisa de cunho qualitativo e bibliográfico, trazendo um recorte histórico do processo de neoliberalização corrente entre as décadas de 1970 a 1990, considerando a consolidação da esfera supranacional e sua interferência nas políticas nacionais, de modo especial nas ações do Banco Mundial na esfera educacional. Como fruto das alterações políticas geradas pelo neoliberalismo, há no Brasil a implementação de um sistema de avaliação em larga escala destinado a avaliação para atuação política do Estado, contudo, na prática, tal avaliação se tornou instrumento de validação internacional vinculada ao jogo político de responsabilização, desresponsabilização estatal e interiorização da lógica de mercado na gestão do serviço público, resultando em um contexto de precarização do ensino público, reducionismo curricular voltado a formação para o mercado conforme interesses do mesmo e culpabilização da família e dos indivíduos pelo fracasso escolar. Para tal discussão foram abordadas as teorias de Assis (2017), Coraggio (2000), Gatti (2013), Harvey (2008), Miranda (2020), Pestana (2013), entre outros que contribuíram para o debate acerca do tema. Nesse sentido, espera-se por meio desse estudo contribuir para a compreensão dos processos políticos hegemônicos e gerencialistas vinculados às demandas internacionais e que impactam diretamente no atual contexto educacional brasileiro.

Palavras-chave: Avaliação em Larga Escala, Banco Mundial, Neoliberalismo.

Referências bibliográficas:

AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. *Educação & Sociedade*, v. 22, n. 75, p. 15-32, 2001.

ASSIS, L. M.; CARVALHO, R. R. S.; COSTA, A. F. C.. Avaliação da Educação Superior no contexto do PNE (2014-2024): tensões, desafios e perspectivas em construção. In: *Políticas de Educação Superior e PNE (2014-2024): expansão, qualidade e tendências*. Goiânia: Biblioteca ANPAE, 2019.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

ASSIS, Lúcia Maria de. A Avaliação e o Plano Nacional de Educação: concepções e práticas em disputa. In: DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017.

CARREIRA, Denise; PINTO, José Marcelino R. Custo aluno-qualidade inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil. Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2007.

CORAGGIO, José Luis (Trad. Mônica Corullón). Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, L. D.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs). O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez, 2000, p. 75-123.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação

GATTI, Bernadete A. Possibilidades e Fundamentos de avaliações em larga escala: primórdios e perspectivas contemporâneas. In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A.; TAVARES, Marialva R. (Orgs). Ciclo de Debates: vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil, origens e pressupostos. Florianópolis: Editora Insular, 2013, p. 47-69.

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Notas sobre a avaliação da qualidade de sistemas educacionais. In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A.; TAVARES, Marialva R. (Orgs). Ciclo de Debates: vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil, origens e pressupostos. Florianópolis: Editora Insular, 2013, p. 137-148.

MIRANDA, Marília Gouvea. O neoliberalismo como ofensiva neoconservadora à educação brasileira. Inter – Ação. Goiânia, v.45, n.1, p. 1-15, jan./abr. 2020.

MORAES, Reginaldo. Os neoliberais... por eles mesmos. In: Neoliberalismo: De onde vem, para onde vai? São Paulo, SENAC, 2001.

OLIVEIRA, Ney Cristina Monteiro. A relação público privada na educação básica brasileira: as implicações do neogerencialismo como modelo de gestão. Revista Margens Interdisciplinar, v. 11, n. 16, p. 11, 2017.

PESTANA, Maria Inês Gomes de Sá. A experiência em avaliação de sistemas educacionais. Em que avançamos? In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A.; TAVARES, Marialva R. (Orgs). Ciclo de Debates: vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil, origens e pressupostos. Florianópolis: Editora Insular, 2013, p. 117-133.

RAVITCH, Diane (trad. Marcelo Duarte). Vida e Morte do grande sistema escolar americano (como os testes padronizados e o modelo de Mercado ameaçam a educação). Porto Alegre: Sulina, 2011. superior. São Paulo: Cortez, 2003.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

TORRES, Rosa María. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, L. D.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs). O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez, 2000, p. 125-193.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

MESA REDONDA

O LUGAR DA AUTOAVALIAÇÃO DE ESCOLAS NA AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS – DOS REFERENCIAIS AOS RELATÓRIOS

Carla Figueiredo

CIIE/CAFTe/UPorto

Resumo:

A relação entre autoavaliação (AAE) e avaliação externa de escolas (AEE) tem vindo a ser defendida como complementar (Parlamento Europeu e Conselho, 2001; Devos & Verhoeven, 2003; Reezigt & Creemers, 2005; Brauckmann & Pashiardis, 2010). Mais ainda, a AEE é muitas vezes retratada como potencialmente promotora da AAE e capaz de apoiar o seu desenvolvimento (Sampaio et al, 2016). No contexto português os dois processos estão fortemente relacionados. Por um lado, a sua obrigatoriedade foi legislada em simultâneo, com a Lei no. 31/2002, que os concebe como essenciais e complementares. Por outro lado, a AEE tem como um dos aspetos em análise os próprios processos de autoavaliação desenvolvidos pelas escolas, concluindo sobre a sua qualidade e adequação, e formulando recomendações através dos relatórios de avaliação. Numa primeira leitura, pode ser assumido que, discursivamente, o panorama nacional vai ao encontro das considerações presentes na literatura pelo aparente papel que a AEE tem no apoio no desenvolvimento de processos AAE por via das recomendações que tece. No entanto, e uma vez mais considerando o potencial de influência e impacto da AEE na vida das escolas, nomeadamente na AAE, importa explorar a concretização desta relação.

Com base nestes argumentos, na presente comunicação na Mesa Redonda 'Avaliação educacional: políticas, perspetivas e práticas', apresentam-se algumas considerações sobre o lugar que tem sido ocupado pela autoavaliação de escolas nos processos de AEE, ao nível dos referenciais orientadores desta última e das conclusões plasmadas em relatórios de avaliação.

Explora-se o entendimento de autoavaliação subjacente aos referenciais, nomeadamente no que concerne às características destes processos, bem como as recomendações tecidas no sentido da melhoria e apoio ao desenvolvimento da AAE. Com base nesta análise infere-se, por um lado sobre a coerência entre os descritores de avaliação e as recomendações realizadas e, por outro lado, sobre o potencial ou limitações das recomendações no apoio à autoavaliação de escolas.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Pretende-se, trazer para o debate a relação entre os processos de conhecimento das escolas, de que é exemplo a avaliação de escolas, e a melhoria das práticas escolares, tomando por exemplo a relação entre autoavaliação e avaliação externa de escolas.

Palavras-chave: Autoavaliação de escolas; Avaliação externa de escolas; Recomendações; Efeitos

Referências bibliográficas:

Brauckmann, Stefan & Pashiardis, Petrus (2010). The clash of evaluations: in search of the missing link between school accountability and school improvement: experiences from Cyprus. *International Journal of Educational Management*, 24(4), 330-350

Parlamento Europeu e Conselho (2001). Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de fevereiro de 2001 sobre a cooperação europeia em matéria de avaliação da qualidade do ensino básico e secundário. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32001H0166&from=PT>

Devos, Gert & Verhoeven, Jef (2003). School Self-Evaluation Conditions and Caveats: The Case of Secondary Schools. *Educational Management, Administration & Leadership*, 31(4), 403-420. doi: 10.1177/0263211X030314005.

Reezigt, Gerry & Creemers, Bert (2005). A comprehensive framework for effective school improvement. *School Effectiveness and School Improvement*, 16(4), 407-424. doi: 10.1080/09243450500235200

Sampaio, Marta, Figueiredo, Carla, Leite, Carlinda, & Fernandes, Preciosa (2016). Efeitos da avaliação externa de escolas nos processos de autoavaliação: Convergências e tendências de ação. In Carlos Barreira, Graça Bidarra, & Maria da Piedade Vaz-Rebello (Eds.), *Estudos sobre avaliação externa de escolas* (pp. 37-54, ISBN 978-972-0-34910-1). Porto: Porto Editora

PERCURSOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGENS EM PORTUGAL - POLÍTICAS E CONCEÇÕES

Carlinda Leite

CIIE/CAFTe/UPorto

Resumo:

O discurso teórico tem veiculado o conceito de avaliação como promotora de aprendizagens ou mesmo como meio de aprendizagem (Earl, 2003; Earl & Katz, 2006; Wiliam, 2011, 2013; Baird et al, 2017). Também no discurso legal o conceito que circula apela a que a avaliação contribua para a melhoria das aprendizagens. Presente na legislação portuguesa da educação escolar desde 1992 (Despacho Normativo n.º 98-A/92), e embora tendo sofrido ao longo dos anos alguns atropelos, foi retomada com ênfase na Política de Educação que, depois de 2017, tem como orientação da formação escolar o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória (Despacho n.º 6478/2017).

Apesar desta orientação discursiva, nos quotidianos escolares, o conceito de avaliação ainda está muitas vezes associado à ideia de medida. Como foi lembrado por James (2010), o fim da medição é atribuir uma qualificação numérica, comparar alunos entre si, situar alguém ou algum serviço em uma escala, enquanto o da avaliação visa, no contexto escolar, obter informações que possam contribuir para o desenvolvimento e o progresso dos alunos.

Argumentos relacionados com o “peso” dos exames nacionais ou com a entrada no ensino superior têm servido de justificação para lógicas de “testinite” (Marinho, Leite & Fernandes, 2013) e de treino para exames nacionais que privilegiam estratégias limitadas à dimensão cognitiva, baseadas na reprodução de conhecimentos, desvalorizando aprendizagens mais amplas, que contemplem situações da vida e promovam competências para nela participar e intervir.

Foi tendo estas distintas funções da avaliação por referência que, a convite da Fundação Calouste Gulbenkian, foi realizado um estudo que, entre outros, teve os seguintes objetivos: caracterizar quadros de referência de indicadores de aprendizagem, focados na avaliação de aprendizagens, promovidos por entidades de vários países, com experiência e mérito reconhecidos; estruturar recomendações e propostas de ação para que Portugal possa dispor de um referencial que promova o desenvolvimento e consolidação de modelos de avaliação de aprendizagens com fins clarificados.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

São esses dados que esta comunicação apresenta na intenção de trazer ao debate académico caminhos que possam contribuir para a melhoria dos processos de Avaliação de Aprendizagens no dia-a-dia das escolas.

Palavras-chave: Avaliação de aprendizagens; Políticas de avaliação; Concepções de avaliação

Referências bibliográficas:

Baird, J. A., Andrich, D., Hopfenbeck, T. N. e Stobart, G. (2017). Assessment and learning: fields apart? *Assessment in Education-Principles Policy & Practice*, 24(3), 317-350.

Earl, L. (2003). *Assessment as learning: using classroom assessment to maximize student learning*. Thousand Oaks, CA: Corwin Press.

Earl, L. M. & Katz, S. (2006). *Rethinking classroom assessment with purpose in mind*. Manitoba: Minister of Education; Citizenship and Youth.

Marinho, P., Leite, C. & Fernandes, P. (2013). A avaliação da aprendizagem: Um ciclo vicioso de 'testinite'. *Estudos em Avaliação Educacional*, 24(3), 304-334.

William, D. (2011) What is assessment for learning? *Studies in Educational Evaluation*, 37(1), p. 3-14.

William, D. (2013). Assessment: The Bridge between Teaching and Learning. *Voices from the Middle*, 21(2), 15-20.

William, D. (2018). Assessment for learning: meeting the challenge of implementation. *Assessment in Education: Principles, Policy & Practice*, 25(6), 682-685. UNWIN, A. (2007). "The professionalism of the higher education teacher: what's ICT got to do with it?", *Teaching in Higher Education*, Vol.12, Nº 3, pp. 295-308.

ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DO ENSINO SECUNDÁRIO EM MOÇAMBIQUE: TENSÕES E DESAFIOS

Santa Mónica Julião Mugime | António Fernando Zucula

Academia de Ciências Policiais e membro da Equipa do CAFTe | Academia de Ciências Policiais e membro do Grupo de Pesquisa: Políticas de Avaliação, Desigualdade e Educação Matemática-PADEM-Brasil

Resumo:

Apresenta-se uma análise sobre as políticas de avaliação no contexto do Ensino Secundário (ES) em Moçambique e as tensões e desafios que a elas se apresentam. Para o estudo, partiu-se do pressuposto de que as políticas educacionais, tanto nos seus debates, quanto nos textos que delas emergem, sempre respondem, de algum modo, às demandas das práticas que se desenvolvem por meio de um diálogo entre aquilo que advém dos textos e discursos oficiais (Oliveira, 2013). Associou-se a esta ideia, a tese de que “toda a política expressa uma negociação de sentidos curriculares ambivalente” (Lopes e López, 2010, p. 90). Na concretização do estudo, seguiu-se uma metodologia qualitativa apoiada em procedimentos de análise bibliográfica e documental, e na administração, a funcionários do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano e a professores do ES selecionados intencionalmente, de um questionário de perguntas abertas. Os documentos oficiais analisados anunciam uma conceção de avaliação que vai para além de medida, percepcionando-a como meio de apoio ao processo educativo. Todavia, os professores inquiridos entendem a avaliação como algo orientado para os objectivos, ao mesmo tempo que revelaram pouco domínio dos conceitos, modalidades, técnicas e instrumentos de avaliação vinculados no Regulamento de Avaliação, entendendo-os como testes escritos e orais e participação do aluno. Conclui-se que o discurso das políticas de avaliação não é correspondido na prática avaliativa dos professores, o que significa que o diálogo entre os textos e discursos oficiais sobre avaliação no ES e a prática é deficitário. Neste sentido, o papel dos professores no processo de avaliação é limitado, o que cria tensões e desafia a própria política de avaliação.

Palavras-chave: Políticas; Políticas de avaliação educacional; Ensino Secundário em Moçambique; Tensões; Desafios.

Referências bibliográficas:

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Oliveira, I. B. (2013). Currículo e Processos de Aprendizagem Ensino: políticas práticas Educacionais Cotidianas. *Currículo sem Fronteiras*, V.13, n.3, pp. 375-391, set/dez. 2013.

Lopes, A. C. e López, S. B. (2010). Performatividade nas Políticas de Currículo. O caso do ENEM. *Educação em revista*. Belo Horizonte v.26, n.01. p. 89-110, abr, 2010.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas



POSTERS

FUNCIONÁRIOS DE ESCOLA E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO – PROPOSTA DE INCLUSÃO

Jack Marcio Maria Zimmermann | Jheniffer Ferreira de Oliveira | Kátia Cilene Camargo Silva | Keyla Maria Bastos Gonçalves

Resumo:

Esse estudo pretende se dedicar ao tema da avaliação de sistemas de educação, sobretudo no que diz respeito à ausência de dados sobre os “funcionários de escola” nessas avaliações. Justifica-se no fato de que o modelo de avaliação do sistema educacional implantado no Brasil não inclui dados referentes aos funcionários de escola, uma vez que se resume ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Esse índice, é calculado com base em: resultados de provas em larga escala aplicadas em estudantes de toda a educação básica; e fluxo escolar apurado no Censo Escolar. Pela limitação de dados incluídos na base do cálculo, o IDEB é considerado inadequado para a mensuração da qualidade educacional da escola ou do sistema. Uma possibilidade de substituir o IDEB é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação (SINAVE), proposta criada por Assis & Amaral (2013), com foco em abranger outros fatores no cálculo da qualidade da educação.

A metodologia utilizada será estudo documental e pesquisa bibliográfica. O aporte teórico envolverá conceitos de avaliação educacional conforme proposto por Afonso (2000), Assis (2017), Gatti (2013) e Minhoto (2013). No que diz respeito aos “funcionários de escola”, adota-se o disposto na legislação brasileira vigente, Brasil (2016) além dos conceitos apresentados por Monlevade (2009). Pretende-se, com os estudos, verificar a possibilidade da inserção de dados, referentes aos funcionários de escola, como sujeitos partícipes do processo, integrantes da política e da avaliação de um sistema educacional.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Avaliação da Educação Básica. Funcionários de escola.

Referências bibliográficas:

AFONSO, Almerindo Janela. Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas e contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2000.

ASSIS, L. M.; AMARAL, N.C. A avaliação da educação: por um sistema nacional. In: Retratos da Escola. Brasília, DF, v.7. N 12, p. 27-48, 2013.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

ASSIS, L. M. A Avaliação e o Plano Nacional de Educação: Concepções e Práticas em Disputa. In: Plano Nacional de Educação: PNE 201/2024: avaliação e Perspectivas. DOURADO, Luiz Fernando (Organizador). Campinas/SP: Mercado de Letras, 2017. Série As Dimensões da Formação Humana.

BRASIL. Decreto Nº 7.415, de 30 de Dezembro de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7415.htm Acesso em 16/05/2021.

BRASIL. Decreto Nº 8.752, de 09 de Maio de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm Acesso em 16/05/2021.

BRASIL. Lei Nº 12.014, de 6 de Agosto de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12014.htm Acesso em 20/03/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria nº 271, de 22 de março de 2019. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/68367719/do1-2019-03-25-portaria-n-271-de-22-de-marco-de-2019-68367454. Acesso em 14/05/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 25, de 31 de Maio de 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/2008/profunc_port25.pdf. Acesso em 16/05/2021.

CAMPANHA Nacional Pelo Direito à Educação. CAQi e CAQ no PNE: Quanto custa a educação pública de qualidade no Brasil?. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://media.campanha.org.br/caq/pdf/quanto-custa-a-educacao-publica-de-qualidade-no-brasil.pdf>. Acesso em: 16/05/2021.

CARVALHO, Renata Ramos da Silva; ASSIS, Lúcia Maria de. O regime de colaboração nos processos de avaliação institucional nas universidades estaduais da região Centro-Oeste: regulamentações e desafios. Avaliação (Campinas) [online]. 2018, vol.23, n.2.

GATTI, Bernadete A. Possibilidades e Fundamentos de Avaliações em Larga Escala: Primórdios e Perspectivas Contemporâneas. In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A; TAVARES, Marialva R. (Orgs). Ciclo de Debates: vinte cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil, origens e pressupostos. Florianópolis: Editora Insular, 2013. Disponível em:

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

<https://www.fcc.org.br/fcc/fcc-publicacoes/vinte-e-cinco-anos-de-avaliacao-de-sistemas-educacionais-no-brasil-origem-e-ppressupostos-volume-1> . Acesso em: 20/03/2021.

MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Notas sobre a avaliação da qualidade de sistemas educacionais. In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A; TAVARES, Marialva R. (Orgs). Ciclo de Debates: vinte cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil, origens e pressupostos. Florianópolis: Editora Insular, 2013. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/fcc-publicacoes/vinte-e-cinco-anos-de-avaliacao-de-sistemas-educacionais-no-brasil-origem-e-ppressupostos-volume-1> . Acesso em: 20/03/2021.

MONLEVADE, João Antônio Cabral de. História e construção da identidade: compromisso e expectativas. Retratos da escola: Funcionários de escola: identidade e profissionalização. Brasília, v.3, n.5. 2009.

POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS: PRÁTICAS AVALIATIVAS DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Ana Rinêlda Targino Alves | Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE-CAA

Resumo:

O presente estudo buscou analisar as práticas avaliativas de professoras dos anos iniciais da educação básica no contexto da pandemia. Assim, apresentamos como problema de pesquisa a seguinte questão: Como as professoras dos anos iniciais da educação básica avaliam diante do contexto da Pandemia COVID-19? Tal questão nos orientou a identificar nos discursos das professoras, práticas avaliativas que permitam perceber dificuldades e possibilidades às aprendizagens dos alunos no contexto pandêmico; e analisar as possíveis implicações que o contexto da pandemia traz as professoras em suas práticas avaliativas. A fim de dar conta dessa discussão, nos fundamentamos em autores que tratam de concepções de avaliação da aprendizagem como Méndez (2002), Freitas (2009), Marinho, Leite, Fernandes (2014), Magalhães (2018), entre outros, também autores que contribuem com as atuais discussões acerca da pandemia COVID-19 no contexto educacional, como Kohan (2020) e Oliveira e colaboradores (2020), entre outros. A pesquisa foi pautada numa abordagem qualitativa, onde tanto a subjetividade do pesquisador quanto a subjetividade dos sujeitos investigados fazem parte do processo de discussão teórico/prático. Nosso percurso teórico-metodológico tem como base a Teoria do Discurso de Laclau, que percebe o discurso enquanto fala, mas também enquanto prática (BURITY, 2014). Como procedimentos de produção dos dados, utilizamos as entrevistas semiestruturadas com duas professoras dos anos iniciais do ensino fundamental do agreste pernambucano. Os resultados do estudo apontam que, os discursos das professoras apresentam de forma explícita e implícita as implicações do contexto de pandemia, o que nos possibilitou identificar várias aproximações discursivas: o contexto desafiador para o ensino-aprendizagem; o processo de adaptação dos professores, pais e alunos às tecnologias; a participação muito reduzida dos alunos na modalidade de aulas remotas; a relação mais estreita entre escola e família; a possibilidade e a impossibilidade de avaliar as aprendizagens. Tal cenário apresenta-se desafiador as práticas avaliativas das professoras, no entanto, elas se utilizam de táticas para o enfrentamento das dificuldades que surgem no cotidiano das aulas remotas.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Palavras-chave: Avaliação da Aprendizagem, Práticas Avaliativas, Contexto de Pandemia COVID-19

Referências bibliográficas:

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2006.

BURITY, Joanildo Albuquerque. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso. Em torno de Ernesto Laclau / 2 ed.- Porto Alegre: EDIPUCRS. 2014.

DESLANDES, Suely Ferreira. O Projeto de Pesquisa Como Exercício Científico e Artesanato Intelectual. In: Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Petropolis, RJ: Vozes, 2009.

FARIAS, Isabel Maria Sabino. Didática e Docência – Aprendendo a Profissão. Brasília-DF. Liber Livro. 2011.

FREITAS, Luiz Carlos de. Avaliação educacional: caminhando pela contramão. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

GIESTA, M.C. Prática reflexiva no cotidiano escolar: o quê, para quê, quem e como? In: Cotidiano escolar e prática reflexiva do professor: moda ou valorização do saber docente? Araraquara. JM editora, 2001.

LOPES, Alice Casimiro. Apostando na produção contextual do currículo. In: A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas, Organização: Márcia Ângela da S. Aguiar e Luiz Fernandes Dourado [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE. 2018.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições / Cipriano Carlos Luckesi. – 17 ed. – São Paulo: Cortez. 2005.

MAGALHÃES, Priscila Maria Vieira dos Santos. As artes de fazer da avaliação fabricadas no cotidiano escolar; um olhar para as táticas avaliativas dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental. / Priscila Maria Vieira dos Santos Magalhães. - 2018.

MARINHO, Paulo; FERNANDES, Preciosa; LEITE, Carlinda. A avaliação da aprendizagem: da pluralidade de enunciações à dualidade de concepções. Acta Scientiarum Education (BR), 36(1), p. 153-164, 2014.

MELO, M. J. Os sentidos partilhados sobre estágio supervisionado e as contribuições para a prática docente do professor com experiência docente. Dissertação (mestrado) – Universidade

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Federal de Pernambuco, CAA, Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea, 2014.

MÉNDEZ, Álvaro. Avaliar para conhecer, examinar para excluir. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

MINAYO. M. C. S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 25 ed. revista e atualizada. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

NETO. Otavio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In.: MINAYO. M. C. S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 25 ed. revista e atualizada. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e; GOMES, Matheus; BARCELLOS, Thais. A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.28, n.108, p. 555-578, jul./set. 2020.

KOHAN, Walter Omar. Tempos da escola em tempo de pandemia e necropolítica. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, e2016212, p. 1-9, 2020.

SILVA, Maria Angélica da. Práticas de traduções curriculares docentes: rastros do currículo da formação de professores. / Maria Angélica da Silva. – Recife, 2020.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

AVALIAÇÃO NO ENSINO DE FÍSICA NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Andréia Caroline Félix da Silva | Kathia Maria de Melo e Silva Barbosa | Eduardo Padrón Hernández

UFPE

Resumo:

Nos últimos 50 anos, o Brasil tem caminhado na direção da inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino. Neste trabalho de pesquisa, apresentam-se publicações científicas da literatura nacional que abordam a temática da inclusão dos alunos com deficiência visual nas avaliações pedagógicas da disciplina de física. O objetivo é inteirar-se a respeito das estratégias e abordagens propostas em trabalhos científicos que possibilitam uma melhor avaliação do processo de aprendizagem destes estudantes nas aulas de física. Essa pesquisa foi baseada em artigos publicados em periódicos disponíveis na plataforma Scientific Electronic Library Online (SciELO), na Revista Brasileira de Ensino de Física (RBEF), na Revista Brasileira de Educação (RBE) e na Revista Educação Especial (RBEE). Os artigos foram analisados sob os temas Avaliação, Ensino de Física e Inclusão, tendo poucos trabalhos que intertextualizam simultaneamente esses temas e não sendo encontrado, no recorte dessa pesquisa, trabalhos com enfoque na diminuição de barreiras a avaliação do aluno com deficiência visual no ensino de física. O referencial teórico contou com os autores Benjamin Bloom (1983), Jussara Hofmann (1993), Philippe Perrenoud (1998), Charles Hadji (2001) e Carlos Luckesi (2005) subsidiando assim as reflexões. Conclui-se que por haver poucos trabalhos com essa temática, mostra-se necessária uma discussão mais ampla nos centros de produção acadêmica a respeito da avaliação nesse contexto, de modo a colaborar com uma melhor capacitação e novas metodologias para professores que lecionam também para alunos com deficiência visual.

Palavras-chave: Deficiência visual, Avaliação, Ensino de Física.

Referências bibliográficas:

ABE, Patricia Bettiol; ARAUJO, Rita de Cássia Tibério. A participação escolar de alunos com deficiência na percepção de seus professores. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 16, n. 2, p. 283-296, Aug. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-

65382010000200009&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Apr. 2021.
<https://doi.org/10.1590/S1413-65382010000200009>.

AZEVEDO, AC; SANTOS, ACF. Ciclos de aprendizagem no ensino de física para deficientes visuais. Rev. Bras. Ensino Fís., São Paulo, v. 36, n. 4, pág. 01-06, dezembro de 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-11172014000400017&lng=en&nrm=iso>. acesso em 28 de abril de 2021.
<https://doi.org/10.1590/S1806-11172014000400017>.

BASTOS, M. H. C. (2016). A educação dos escravos e libertos no Brasil: vestígios esparsos do domínio de ler, escrever e contar (Séculos XVI a XIX). Cadernos de História Da Educação, 15 (2), 743 – 768.

BEZERRA, GIOVANI FERREIRA. A inclusão escolar de alunos com deficiência: uma leitura baseada em Pierre Bourdieu. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 22, n. 69, p. 475-497, June 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782017000200475&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Apr. 2021.
<https://doi.org/10.1590/s1413-24782017226924>.

BLOOM, B. S.; HASTINGS, J. T.; MADAUS, G. F. Manual de Avaliação Formativa e Somativa do Aprendizado Escolar. S. Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983.

BRIANT, M. E. P.; OLIVER, F. C. Inclusão de Crianças com Deficiência na Escola Regular numa Região do Município de São Paulo: Conhecendo Estratégias e Ações. Rev. Bras. Ed. Esp., São Paulo, vol. 18, n. 1, 2012.

CAMARGO, Eder Pires de; NARDI, Roberto. Dificuldades e alternativas encontradas por licenciandos para o planejamento de atividades de ensino de óptica para alunos com deficiência visual. Rev. Bras. Ensino Fís., São Paulo, v. 29, n. 1, p. 115-126, 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-11172007000100018&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Apr. 2021.
<https://doi.org/10.1590/S1806-11172007000100018>.

CAMARGO, Éder Pires. Estrangeiro. São Paulo: Plêiade, 2017.

CAMARGO, Eder Pires de; NARDI, Roberto. O emprego de linguagens acessíveis para alunos com deficiência visual em aulas de Óptica. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 14, n. 3, p. 405-426, Dec. 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382008000300006&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Apr. 2021.
<https://doi.org/10.1590/S1413-65382008000300006>.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

CANTORANI, José Roberto Herrera et al . A acessibilidade e a inclusão em uma Instituição Federal de Ensino Superior a partir da lei n. 13.409. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro , v. 25, e250016, 2020 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782020000100214&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Apr. 2021. Epub Apr 06, 2020. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782020250016>.

CARMO, Apolônio A. Inclusão escolar: roupa nova em corpo velho. Revista Integração. Ano 13, n. 23, p. 43-48, 2001.

Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 04 de abril de 2021.

COSTA, Ailton Barcelos da; PICHARILLO, Alessandra Daniele Messali; ELIAS, Nassim Chamel. Habilidades Matemáticas em Pessoas com Deficiência Intelectual: um Olhar Sobre os Estudos Experimentais. Rev. bras. educ. espec., Marília , v. 22, n. 1, p. 145-160, Mar. 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382016000100145&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000100011>.

COSTA, C. L. da. (1858). Exposição do Estado do Imperial Instituto dos meninos cegos no ano de 1858 pelo seu diretor Dr. Cláudio Luiz da Costa. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Const. De J. Villeneuve. Disponível em: < <http://www.ibc.gov.br/acervo-bibliografico/obras-disponibilizadas/1226-historia-cronologica-do-imperial-instituto-dos-meninos-cegos>>. Acesso em: 03 de abril de 2021.

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Ministério da Educação. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>> Acesso em 04 de abril de 2021.

FERREIRA, Paulo Felicíssimo. Recorte Histórico do Imperial Instituto dos Meninos Cegos ao Instituto Benjamin Constant. Disponível em: < http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/revistas/benjamin_constant/2004/edicao-especial-01-setembro/Nossos_Meios_RBC_RevSet2004_E_Parte_1c.pdf> Acesso em: 03 de abril de 2021.

FIALHO, Sylvio de Abreu. O Instituto Imperial dos Meninos Cegos. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, v. 315, abr.-jun. 1977, p. 201-231, 1978.]

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

FRANCO, J. R., DIAS, T. R. S. A Educação de Pessoas Cegas no Brasil. Disponível em: http://www.feata.edu.br/downloads/revistas/avessodoavesso/v5_artigo05_educacao.pdf

Acesso em: 22 de março de 2021.

GRANDI, Samira Cassote; GOMES, Luciano Carvalhais. Experiência de Visitantes com Deficiência Visual na Sala de Física do Museu de Ciências da Universidade Estadual de Maringá. *Rev. bras. educ. espec.*, Marília, v. 23, n. 3, p. 423-428, Sept. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382017000300423&lng=en&nrm=iso>.

access on 28 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/s1413-65382317000300008>.

HADJI, Charles. *A Avaliação desmitificada*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

HARLEN, W. Teachers' summative practices and assessment for learning – tensions and synergies. *Curriculum Journal*, Londres, v. 16, n. 2 (special issue), p. 207-3, 2005. doi:10.1080/09585170500136093

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. Porto Alegre: Mediação, 1993a.

Imperial Instituto dos Meninos Cegos do Brasil. (1884). *Relatório de 31 de março de 1884*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Relatório. Manuscrito. Cód. AN IE551 de 1884, fl. Sem número.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Série Documental, Textos para Discussão, 2019. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 22 de março de 2021.

LAEMMERT, E. V. (1855). *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Côrte e Província do Rio de Janeiro para o anno de 1855 (Almanak Laemmert)*. Ano 12. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert.

LAVARDA, Santa Terezinha Falcade; BIDARRA, Jorge. A dêixis como um "complicador/facilitador" no contexto cognitivo e lingüístico em ambiente educacional face aos alunos com deficiência visual. *Rev. bras. educ. espec.*, Marília, v. 13, n. 3, p. 309-324, Dec. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382007000300002&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382007000300002>.

LEAO, Gabriel Bertozzi de Oliveira e Sousa; SOFIATO, Cássia Geciauskas. A Educação de Cegos no Brasil do Século XIX: Revisitando a História. *Rev. bras. educ. espec.*, Bauru, v. 25, n. 2, p. 283-300, Junho de 2019. Available from <<http://www.scielo.br/scielo.php?>

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

script=sci_arttext&pid=S141365382019000200283&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 Mar. 2021. Epub June 13, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-65382519000200007>.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e criando a prática. 2 ed. Salvador: Malabares Comunicações e eventos, 2005.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2002.

MARINS, Simone Cristina Fanhani; MATSUKURA, Thelma Simões. Avaliação de políticas públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Fundamental das cidades-pólo do Estado de São Paulo. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 15, n. 1, p. 45-64, Apr. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382009000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382009000100005>.

PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regularização das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre, Artmed, 1998.

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/edh/pnedhpor.pdf>> Acesso em: 04 de abril de 2021.

Plano de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>> Acesso em: 04 de abril de 2021.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ministério da Educação. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

QUEIROZ, Odoisa Antunes de; ENUMO, Sônia Regina Fiorim; PRIMI, Ricardo. Desempenho de crianças com e sem necessidades especiais em provas assistidas e psicométricas. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 19, n. 3, p. 425-446, Sept. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382013000300009&lng=en&nrm=iso>. access on 04 May 2021. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382013000300009>.

REILY, L. Escola Inclusiva: Linguagem e Mediação. Campinas: Papyrus, 2004.

Resolução N°4, de 2 de outubro de 2009. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf> Acesso em: 04 de abril de 2021.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Resolução CNE/CP1, de 18 de fevereiro de 2002. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf> Acesso em: 04 de abril de 2021.

SASSERON, L. H. Alfabetização Científica no ensino Fundamental: Estrutura e Indicadores deste processo em sala de aula. Tese – Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 2008.

SCRIVEN, Michael. The methodology of evaluation. In: STAKE, R. E. (ed.) Curriculum evaluation. Chicago: Rand McNally, 1967. (AERA. Monograph, n.1)

SILVA, Carla Cilene Baptista da; PORTUGAL, Gabriela. Avaliação e Inclusão na Pré-Escola: Experiências e Concepções de Professoras sobre a Utilização de um Sistema de Acompanhamento das Crianças. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 23, n. 3, p. 391-409, Sept. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382017000300391&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/s1413-65382317000300006>.

SILVA, Larissa Vendramini da; BEGO, Amadeu Moura. Levantamento Bibliográfico sobre Educação Especial e Ensino de Ciências no Brasil. Rev. bras. educ. espec., Bauru, v. 24, n. 3, p. 343-358, set. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382018000300343&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 maio 2021. <https://doi.org/10.1590/s1413-65382418000300003.4>

SILVA, Mariana Cesar Verçosa; MELETTI, Sílvia Márcia Ferreira. Estudantes com necessidades educacionais especiais nas avaliações em larga escala: prova Brasil e ENEM. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 20, n. 1, p. 53-68, Mar. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 04 May 2021. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000100005>.

UNESCO. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades educacionais especiais. Brasília: CORDE, 1994. ____.

UNESCO. Declaração mundial sobre educação para todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.

VIGINHESKI, Lúcia Virginia Mamcasz et al. O sistema Braille e o ensino da Matemática para pessoas cegas. Ciênc. educ. (Bauru), Bauru, v. 20, n. 4, p. 903-916, Dec. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

73132014000400009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 Mar. 2021.
<https://doi.org/10.1590/1516-73132014000400009>.

ZENI, M. (2005). Os cegos no Rio de Janeiro do segundo reinado e começo da república (Tese de Doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

EIXO 3 - POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES **COMUNICAÇÃO**

O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DIGITAIS DE PROFESSORES: A EXPERIÊNCIA DO CEARÁ - BRASIL.

Vagna Brito de Lima | Jacqueline Rodrigues Moraes | Karine Pinheiro de Souza

Coordenadoria de Formação Docente e Educação a Distância (CODED/CED) da Secretaria da Educação do Estado do Ceará.

Resumo:

O presente estudo resultou da análise sobre a experiência da rede pública estadual de ensino cearense com a formação continuada de professores voltada para o desenvolvimento de competências digitais. Desde 2018, a Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc-CE) por meio da Coordenadoria Estadual de Formação Docente e Educação a Distância (Coded/CED) promove o Programa de Formação Continuada de Professores: Itinerário Formativo com ofertas destinadas aos diferentes perfis de atuação na rede educacional. No contexto do ensino remoto emergencial, em 2020, foi mobilizado o Itinerário Formativo: Competências Digitais para a Docência, pela Coded/CED, com base no Quadro Europeu de Competência Digital para Educadores (2018), nos Padrões de Competências em TIC para Professores: Marco Político (2009), e, sobretudo, na Matriz de Competências Digitais de Professores, sistematizada pelo Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB, 2019). Tendo em vista o exposto, esta pesquisa, de cunho qualitativo, faz uso do método de estudo de caso associado à abordagem da análise de conteúdo (BARDIN, 1995) e tem como objetivo investigar as contribuições do referido programa na formação docente, considerando o contexto da pandemia da Covid-19, com vistas à construção do entendimento sobre ensino híbrido e educação híbrida. Para a composição do referencial teórico, recorreu-se aos especialistas na temática de formação de professores (COSME; TRINDADE, 2017; PIMENTA; ANASTASIOU, 2014; GATTI, 2009, 2010; NÓVOA, 2007; GADOTTI, 2005), além de estudos e documentos sobre as tecnologias aplicadas à educação (GOMES; PIMENTEL, 2019; DIAS, 2013; COSTA, 2013; BRASIL, 2007). A pesquisa empírica foi embasada pelos dados e documentos da supracitada coordenadoria, os quais são referentes à implementação da ação formativa. A mobilização de estratégias didáticas e pedagógicas para formação continuada de professores na perspectiva de rede de ensino, com material educativo destinado à atuação docente em sala de aula, foi ressaltada como fator imprescindível para o êxito no aprimoramento das competências digitais.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Palavras-Chave: Formação de professores. Tecnologias educativas. Educação a distância. Ensino híbrido. Educação híbrida.

Referências bibliográficas:

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1995.

BRASIL. Padrões de Competências em TIC para professores: marco político (UNESCO, 2009). Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012846.pdf>>. Acesso em 2 de jun 2021.

BRASIL. Competências de Professores e Multiplicadores para Uso de TICs na Educação, CIEB (2019). Disponível <<https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2019/06/CIEB-Notas-T%C3%A9cnicas-8-COMPET%C3%A7%C3%B5ES-2019.pdf>>. Acesso em 2 de jun 2021 .

BEHAR, Patricia Alejandra, SILVA, Ketia Kellen Araújo da. Competências digitais na educação: uma discussão acerca do conceito. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982019000100419&script=sci_arttext#fn2>. Acesso em 28 de ago de 2020.

CEARÁ. Secretaria da Educação. Disponível em: <<https://www.seduc.ce.gov.br/>>. Acesso em: 2 mar. 2020.

COSTA, F. A., Rodrigues, C., Cruz, E., & Fradão, S. Repensar as TIC na educação. O professor como agente transformador. Lisboa: Santillana, 2012.

COSME, Ariana. TRINDADE, Rui Eduardo. A atividade curricular e pedagógica dos professores como fonte de tensões e dilemas profissionais: contributo para uma interpelação sobre a profissão docente. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v22n69/1413-2478-rbedu-22-69-0565.pdf>>. Acesso em 1 de ago de 2020.

DIAS, P. Inovação pedagógica para a sustentabilidade da educação aberta e em rede. Revista Educação, Formação & Tecnologias, 6(2), 2013. Disponível em: <http://eft.educom.pt>. Acesso em 15 de jan de 2020.

GATTI, Bernadete. Formação de Professores no Brasil: Características e Problemas. Educ. Sociedade. Campinas, v31 n.113, p. 1355-13379, out-dez 2010. Disponível em : <<https://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/16.pdf>>. Acesso em 20.08.2020.

IBERNÓN, Francisco. Formação Continuada de Professores. Artmed, 2010

LOPES, Amélia et al. (2004). Estudo exploratório sobre currículo de formação inicial e identidade profissional de docentes do 1º CEB: indícios sobre o papel do envolvimento dos

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

estudantes na gestão do seu próprio currículo de formação. Revista Portuguesa de Educação, 17 (1), pp. 63-95.

YIN. Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

NÓVOA, A. Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo. São Paulo: Sindicato dos Professores de São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.sinprosp.org.br/arquivos/novoa/livreto_novoa.pdf>. Acesso em 10 mai de 2020.

PORTUGAL. Quadro Europeu de Competência Digital para Educadores (2018). Disponível em: <<https://erte.dge.mec.pt/noticias/digcompedu-quadro-europeu-de-competencia-digital-para-educadores>>. Acesso em 2 de jun 2021.

SANTOS, Edméa. Educação Online para além da EAD: Um Fenômeno da Cibercultura. Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia. Braga: Universidade do Minho, 2009. Disponível em: <<http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/congreso/xcongreso/pdfs/t12/t12c427.pdf>>. Acessado 20.08.2020.

SOUZA, Karine Pinheiro de. Tecnologias da Informação e Comunicação e Empreendedorismo: os novos paradigmas e aprendizagens de jovens empreendedores e as suas inovações tecnológicas. 2014. 659f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação - Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2014).

TORRES; IRALA, 2014. Aprendizagem Colaborativa: teoria e prática. Disponível em <https://www.agrinho.com.br/site/wp-content/uploads/2014/09/2_03_Aprendizagem-colaborativa.pdf>. Acesso em 20 de ago de 2020.

PIMENTEL, Edson Pinheiro; GOMES, Alex Sandro. Ambientes Virtuais de Aprendizagem para uma Educação mediada por tecnologias digitais. In: SANTOS, Edméa O.; PIMENTEL, Mariano; SAMPAIO, Fábio F. (Org.). Informática na Educação: autoria, mídia, letramento, inclusão digital. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2019. (Série Informática na Educação, v.5) Disponível em: <<https://ieducacao.ceie-br.org/ambientesVirtuaisDeAprendizagemParaUmaEducacaoMediadaPorTecnologiasDigitais/>>. Acesso dia 20 ago de 2020.

O PAPEL DA FORMAÇÃO CONTÍNUA NA MUDANÇA DE CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DOS PROFESSORES DE MATEMÁTICA ANGOLANOS ACERCA DA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS E DA AVALIAÇÃO FORMATIVA

Kengana Sebastião André João I Rosa Antónia Figueiredo Tomás Ferreira

Escola Superior Pedagógica do Bengo I Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

Resumo:

As práticas de ensino em Angola continuam muito centradas em tarefas fechadas e de reduzido nível de desafio cognitivo. Concomitantemente, as práticas de avaliação reguladora são quase irrelevantes. Contudo, a investigação recomenda a diversidade de tarefas e de metodologias de ensino (Brocardo et al., 2014; Canavarro et al., 2012; Ponte, 2005, 2014), assim como práticas de avaliação ao serviço das aprendizagens (Brunheira, 2020; Graça, 2003; Santos, 2020). É urgente os professores de matemática em Angola desconstruírem as suas concepções e práticas mais tradicionais para poderem proporcionar aos alunos experiências de aprendizagem ricas e motivadoras, em que o trabalho em torno da resolução de problemas e as práticas avaliativas formativas são fundamentais. Para tal, são necessárias ações de formação contínua adequadas, por exemplo, assentes em ambientes colaborativos (Boavida, 2006; Menezes & Ponte, 2009; Ferreira, 2006; Rey et al., 2006) fazendo uma ligação explícita com as práticas em sala de aula (NCTM, 2017; Serrazina, 2013; Serrazina et al., 2011). Este estudo, de natureza qualitativa, envolveu quatro professores angolanos de matemática do primeiro ciclo do ensino secundário (7.º, 8.º e 9.º anos), no contexto de um curso de atualização em ambiente colaborativo, durante quatro meses. Procurámos compreender qual o papel da formação contínua de professores, em ambiente colaborativo, na mudança das suas concepções e práticas, enfatizando a resolução de problemas como eixo orientador do currículo e o feedback escrito como uma prática de avaliação formativa. Os dados foram recolhidos através de notas de campo da observação participante realizada pelo formador (primeiro autor) das sessões presenciais do curso, das produções escritas dos formandos (nas sessões presenciais e nas escolas, com os seus alunos) e das entrevistas aos formandos. Os resultados sugerem uma ligeira mudança nas concepções dos professores acerca do papel dos problemas no processo de ensino-aprendizagem, compreendendo melhor a importância da resolução de problemas como transversal à aprendizagem de todos os tópicos matemáticos, e acerca da importância do feedback escrito para apoiar as aprendizagens dos alunos. O caminho

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

para práticas consolidadas mais alinhadas com as recomendações da investigação exige mais formação e apoio aos professores no terreno.

Palavras-chave: Formação contínua de professores; tarefas; práticas; concepções; avaliação.

Referências bibliográficas:

Boavida, A. M. (2006). Colaborando a propósito da argumentação na aula de Matemática. *Quadrante*, 65-93.

Brocardo, J., Boavida, A. M., Delgado, C., Santos, E., Mendes, F., Duarte, J., Santos, L., Baía, M., & Figueiredo, M. (2014). *Investigação em Educação Matemática-Tarefas Matemática*. Setúbal: SPIEM.

Brunheira, L. (2020). Avaliação da resolução de problemas, mais um problema? *Educação e Matemática*, 9-14.

Canavarro, A. P., Santos, L., Boavida, A. M., Oliveira, H., Menezes, L., & Carreira, S. (2012). *Investigação em Educação Matemática- Práticas de ensino da Matemática*. Portalegre: SPIEM.

Ferreira, A. C. (2006). Trabalho Colaborativo e desenvolvimento profissional de professores de Matemática: Reflexões sobre duas experiências Brasileiras. *Quadrante*, 121-144.

Graça, M. (2003). Avaliação da resolução de problemas: Que relação entre as concepções e as práticas lectivas dos professores? *Quadrante*, 53-73.

Menezes, L., & da Ponte, J. P. (2009). Investigação Colaborativa de professores e ensino da matemática. *Caminhos para o desenvolvimento profissional. Jornal Internacional de estudos em Educação Matemática*, 1-30.

NCTM. (2017). *Princípios para a ação: Assegurar a todos o sucesso em matemática*. Lisboa: APM.

Ponte, J. P. (2005). Gestão Curricular em matemática. In GTI (Org.). *O professor e o desenvolvimento curricular* (pp.11-34). Lisboa: APM.

Ponte, J. P. (2014). *Práticas profissionais dos professores de matemática* (Org.). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Rey, C., Penalva, C., & Llinares, S. (2006). Aprendizaje colaborativo y formación de asesores en matemáticas: Análisis de un caso. *Quadrante*, 95-120.

Santos, L. (2020). Reflexões em torno da avaliação Pedagógica. In *Avaliar para aprender no Brasil e em Portugal*.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Serrazina, L., Canavarro, A. P., Guerreiro, A., Rocha, I., & Portela, J. (2011). Programa de formação contínua em Matemática: contributos da Investigação. In A. Henriques, C. Nune, A. Silvestre, H. Jacinto, H. Pinto, A. Caseiro, & J. P. Ponte (Orgs.) Atas do XXI SIEM (PP595-608). Lisboa: APM.

Serrazina, M. d. (2013). O Programa de Formação Contínua em Matemática para Professores do 1.º ciclo e a melhoria do ensino da Matemática. Da Investigação às práticas. 3(2), 75-97.

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA NO IFAL: PERCEPÇÕES SOBRA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Jonas Alexandre dos Santos Silva | Renata Lúcia Sá Moreira | Regina Maria de Oliveira
Brasileiro

Instituto Federal de Alagoas

Resumo:

A educação brasileira tem passado por profundas transformações nas últimas décadas, especialmente a partir do início do século XXI, de modo que se faz necessário repensar a formação inicial dos professores. Políticas educacionais visando a valorização do magistério tem sido fomentadas pelo governo federal, estimulando a carreira docente enquanto profissão. Uma dessas políticas se evidenciou com a implantação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica a partir da Lei n. 11.892/2008, que cria os institutos federais e estabelece a oferta de 20% de suas vagas em cursos de licenciatura. Considerando a chegada da formação inicial de professores nos Institutos Federais, esta pesquisa tem como objetivo compreender se a formação inicial dos professores de matemática ofertada pelo Instituto Federal de Alagoas (Ifal) possibilita a articulação teoriaprática necessária ao exercício da docência na educação básica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que tem o estudo de caso como abordagem metodológica. Os sujeitos investigados são os egressos do curso de licenciatura em matemática, que concluíram o curso no período de 2013 a 2019 e atuam como professores de matemática na educação básica. Fundamenta-se em Gatti (2014); Lima, Silva (2011); Marinho (2014); Nóvoa (2009), entre outros. Os resultados mostram que a maioria dos egressos iniciaram o exercício da docência no decorrer do curso de licenciatura em matemática, em que suas percepções demonstram que a formação inicial realizada no curso de licenciatura em matemática do Ifal garante a articulação teoriaprática necessária à sua prática pedagógica desenvolvida como professor de matemática na educação básica. A pesquisa se faz relevante para a área educacional, contribuindo com o debate sobre a formação do professor de matemática a partir da percepção dos egressos acerca do seu processo de formação inicial que obtiveram no Ifal.

Palavras-chave: Formação Inicial; Professores de Matemática; Prática Pedagógica

Referências bibliográficas:

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Brasil. Lei nº 8.711, de 28 de setembro de 1993. Dispõe sobre a transformação da Escola Técnica Federal da Bahia em Centro Federal de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8711.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.711%2C%20DE%2028,Art.>

Gatti, B. A. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. Revista USP, São Paulo, n. 100, dez./jan./fev. 2013 – 2014, p 33-46. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i100p33-46>>

Lima, F.B. G. de; Silva, K. A. C. P. C. da. As licenciaturas nos institutos federais: concepções e pressupostos. In: IV Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino, 2011, Goiânia. Anais. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, mai. 2011. Disponível em: <<http://cepedgoias.com.br/edipe/ivedipe/pdfs/didatica/co/40-164-2-SP.pdf>>

Marinho, P. A avaliação da aprendizagem no ensino básico: contributos para a compreensão da sua relação como sucesso escolar. 2014. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 2014. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/10216/94300>>

Nóvoa, A. Para uma formación de profesores construída dentro de la profesión. Revista de Educación, Madrid, n. 350, set./dez. 2009, p. 203 – 218. Disponível em: <http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350_09por.pdf>

A FORMAÇÃO INICIAL E CONTÍNUA DE PROFESSORES EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NO QUADRO DE UM PROGRAMA DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (PAISE-STP): DA REFLEXÃO SOBRE A AÇÃO À CONTRIBUIÇÃO PARA AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO.

Wanda da Costa | Leonor Santos | Madalena Cardoso

Programa de Apoio Integrado ao Setor Educativo de São Tomé e Príncipe & CIDTFF/Universidade de Aveiro | Ministério da Educação e Ensino Superior, São Tomé e Príncipe

Resumo:

O Programa de Apoio Integrado ao Setor Educativo de São Tomé e Príncipe (PAISE-STP; 2019-2022) é um programa de cooperação para o desenvolvimento (financiado pelo Camões, I.P. e executado pelo Instituto Marquês de Valle Flôr, com assessoria das Universidade de Aveiro e de Évora) que visa, globalmente, contribuir para a melhoria do sistema educativo de STP. Sustentado por conclusões e recomendações de estudos recentes sobre o sistema educativo santomense (ex: Costa et al., 2017; Borralho et al., 2019; Fernandes et al., 2019) e na linha do preconizado no plano de ação da UNESCO (UNESCO, 2016) – em particular no âmbito da meta 4.c: (i) rever, analisar e melhorar a qualidade da formação inicial e contínua de professores; (ii) desenvolver referenciais de qualificação para professores, formadores e supervisores de professores, assim como de inspetores – o PAISE-STP contempla o desenvolvimento de ações em duas componentes de intervenção, a saber: Formação Inicial de Professores (FIP); Formação Contínua e em Exercício (FCE) dos Docentes do Ensino Secundário (7^a a 12^a classes).

Neste âmbito, durante o ano letivo 2020/21, tem-se vindo a colaborar com o Ministério da Educação e Ensino Superior (MEES) de STP na elaboração de uma proposta de Regime Jurídico de Qualificação para a Docência (para regulamentação da FIP, como preconizado na LBSE) e têm-se implementado programas de formação contínua para professores, nomeadamente de Matemática.

Nesta comunicação, as autoras (que são, respetivamente, a coordenadora adjunta do PAISE-STP para a área de formação, uma das formadoras do programa de FC de Matemática e a Diretora do Ensino Superior/MEES) propõem-se, a partir da análise de conteúdo de narrativas/reflexões autoetnográficas (Mitra, 2010; Lopes, Almeida, Martinho & Capelo, 2013)

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

sobre a experiência vivida no quadro das duas ações referidas, refletir sobre o potencial que um programa de cooperação desta natureza apresenta para o desenvolvimento profissional dos envolvidos e de que modo este desenvolvimento profissional se reflete nas potencialidades e constrangimentos das ações em curso, e na construção de conhecimento sustentado passível de contribuir para a definição de políticas e práticas de formação de professores adequadas ao contexto de São Tomé e Príncipe.

Palavras-chave: formação inicial e contínua de professores; São Tomé e Príncipe; reflexão autoetnográfica; desenvolvimento profissional; cooperação para o desenvolvimento.

Referências bibliográficas:

Borrvalho, A., Silvestre, M. J., Barbosa, E., & Latas. (2019). Plano de intervenção: melhoria das competências dos alunos em língua portuguesa e matemática. In ACES-STP (2019). Apoio à Consolidação do Ensino Secundário em São Tomé e Príncipe - Relatório Final (anexo I). São Tomé: Camões, I.P., IMVF e MECCC.

Costa, N., Lopes, B., M., Lucas, Cabrita, I., Gonçalves, M., & Diogo, S. (2017). Relatório final do estudo de avaliação externa à reforma do Ensino Secundário em São Tomé e Príncipe (2009-2016) (Relatório final). Aveiro: Universidade de Aveiro.

Fernandes, D., Ó, J. R. do, Paz, A. L., & Almeida, M. M. (2019). Avaliação das Competências dos Professores do Ensino Secundário de São Tomé e Príncipe - Relatório Final. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Mitra, R. (2010). Doing ethnography, being an ethnographer: The autoethnographic research process and I. *Journal of Research Practice*, 6(1), Article M4.

UNESCO. (2016). Education 2030: Incheon Declaration and Framework for Action towards inclusive and equitable quality education and lifelong learning for all (p. 51). PARIS. Retrieved from http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/ED/ED/pdf/FFA_Complet_Web-ENG.pdf

AUTOSSUPERVISÃO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA: UM ESTUDO EM TORNO DA APRENDIZAGEM NA NATUREZA NO 1º CEB

Maria do Sameiro Estrela | Fátima Sousa-Pereira

ESE-IPVCI | ESE-IPVC; CIIE-FPCEUP

Resumo:

A formação em Supervisão Pedagógica permite ao professor adquirir as qualificações e competências para se assumir como construtor do seu próprio desenvolvimento pessoal e profissional de forma continuada, nomeadamente através da autossupervisão. Não obstante este facto, a Supervisão Pedagógica transcende a ação sobre o professor ao assumir, como valor último, a melhoria da formação dos alunos, da escola, e da educação em geral (Alarcão, 2020). Ao assumir-se como investigador das suas práticas (Schön, 1992; Zeichner, 1993), com uma postura indagatória sobre o modo de melhorá-las, o professor envolve-se numa constante e cíclica busca criativa de inovações pedagógicas que vão sendo testadas em termos de validade e adequação aos seus propósitos.

Face ao exposto, nesta comunicação apresenta-se um estudo com o objetivo de indagar qual o contributo de uma práxis de autossupervisão pedagógica no desenvolvimento profissional da investigadora, na mudança e inovação das suas práticas curriculares e na criação de condições para aprendizagens significativas dos seus alunos, na relação com a natureza envolvente de uma escola de 1º Ciclo do Ensino Básico situada em meio rural no Parque Nacional Peneda-Gerês. O recurso a uma abordagem pedagógica centrada na natureza como estratégia exploratória de inovação pedagógica e de desenvolvimento profissional docente, baseia-se na convicção de que o professor deve ser um facilitador de aprendizagens significativas, tanto quanto possível induzidas pela realidade conhecida dos seus alunos.

O estudo recorreu à investigação-ação como abordagem metodológica, por se considerar a mais adequada para vincular dinamicamente a investigação, a ação e a formação (Cortesão, 1998; Latorre, 2003; Lessard-Hébert et al, 1994; Simões, 1990; Tripp, 2005), e à narrativa, na conceção formulada por Clandinin & Connelly (2011), como principal método de recolha de dados, de modo a colocar em evidência a voz do sujeito.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Em termos de resultados, nesta comunicação dar-se-á particular destaque aos contributos relevantes da praxis de autossupervisão ao nível do desenvolvimento pessoal e profissional da professora-investigadora, com repercussões positivas no processo de ensino-aprendizagem, fruto da intencionalidade educativa com que se recorreu à natureza envolvente enquanto contexto de aula privilegiado.

Palavras-chave: Autossupervisão; Desenvolvimento Profissional Docente; Inovação Pedagógica; Aprendizagem

Referências bibliográficas:

Alarcão, I. (2020). A supervisão no campo educativo. Aveiro: Universidade de Aveiro Editora. <https://doi.org/10.34624/11c4-1960>

Clandinin, D. J., & Connelly, F. M. (2011). Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEI/UFU. Uberlândia: Editora Universidade Federal da Uberlândia EDUFU. Acedido em https://docero.com.br/doc/n058018#google_vignette

Cortesão, L. (1998). Da necessidade de vigilância crítica à importância da prática da Investigação-Ação. *Revista de Educação*, VII (1), 27-33.

Latorre, A. (2003). *La Investigación-Acción*. Barcelo: Graó.

Lessard-Hébert, M.; Goyette, G. & Boutin, G. (1994). *Investigação Qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Schön, D. (1992). Formar Professores como Profissionais Reflexivos. In A., Nóvoa (Ed.), *Os Professores e a sua Formação* (pp. 79–91). Lisboa: Edições Dom Quixote.

Simões, A. (1990). Investigação-ação: natureza e validade. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XXIV, pp. 39-51.

Tripp, D. (2005). *Pesquisa-Ação: uma introdução metodológica*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Acedido em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf>

Zeichner, K. M. (1993). O Professor como prático reflexivo. In Zeichner (Ed.). *A formação reflexiva de professores: ideias e práticas* (pp. 13–28). Lisboa: Educa.

SUPERVISÃO PEDAGÓGICA ENTRE PARES E TRABALHO COLABORATIVO: CONTRIBUTOS PARA A INOVAÇÃO CURRICULAR E PARA O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE.

Ana Maria Sousa | Fátima Sousa-Pereira

ESE-IPVC; CIIE-FPCEUP

Resumo:

Dos alunos do século XXI espera-se um papel ativo no processo de ensino-aprendizagem, e dos professores a adoção de abordagens pedagógicas coerentes com este imperativo. As reformas educativas das últimas décadas têm remetido para a adoção de paradigmas sócio construtivistas, colocando a aprendizagem no centro do processo pelo recurso a metodologias ativas e a práticas de diferenciação pedagógica orientadas para a inclusão. Com efeito, os recentes normativos na área da educação constituem um impulsionador externo para que a escola se pense e se (re)construa de outra maneira, inovando práticas organizacionais e curriculares. Contudo, a resistência à introdução de novos métodos de ensino, à abertura da sala de aula e à partilha de práticas curriculares docentes continua a persistir. É neste enquadramento que se reconhece o potencial contributo da Supervisão Pedagógica para o desenvolvimento profissional docente, mas também para transcender a ação sobre o professor ao assumir, como valor último, a melhoria da formação dos alunos, da escola, e da educação em geral (Alarcão, 2020).

Nesta comunicação apresenta-se um estudo cujo objetivo é analisar o potencial contributo da implementação de processos de supervisão pedagógica entre pares, e do trabalho colaborativo associado, para a inovação pedagógica e para o desenvolvimento profissional docente. O estudo, de natureza qualitativa, centra-se na metodologia de investigação-ação (Formosinho, 2008; Latorre, 2003; Lessard-Hébert et al, 1994; Simões, 1990; Tripp, 2005), contemplando na recolha de dados, predominantemente, técnicas baseadas na observação (estruturada e não estruturada) e na conversação (entrevista semiestruturada).

Nesta comunicação dar-se-á particular destaque aos resultados que apontam para o valor acrescentado da supervisão entre pares e do trabalho colaborativo, nomeadamente, como elementos facilitadores do processo de experimentação/apropriação de metodologias ativas, que se concretizaram de forma regular e sistemática no contexto do estudo, e que se repercutiram de forma positiva nas aprendizagens dos alunos.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Palavras-chave: Supervisão entre Pares; Trabalho Colaborativo; Inovação Curricular; Desenvolvimento

Referências bibliográficas:

Alarcão, I. (2020). A supervisão no campo educativo. Aveiro: Universidade de Aveiro Editora. <https://doi.org/10.34624/11c4-1960>

Formosinho, J. O. (2008). A investigação-ação e a construção de conhecimento profissional relevante. In Pimenta, S.G. & Franco, M.A.S. (orgs), Pesquisa em educação. Possibilidades investigativas/formativas da pesquisa-ação. S.Paulo: Edições Loyola, 27-37.

Latorre, A. (2003). La Investigación-Acción. Barcelo: Graó.

Lessard-Hébert, M.; Goyette, G. & Boutin, G. (1994). Investigação Qualitativa: fundamentos e práticas. Lisboa: Instituto Piaget.

Simões, A. (1990). Investigação-ação: natureza e validade. Revista Portuguesa de Pedagogia, Ano XXIV, pp. 39-51.

Tripp, D. (2005). Pesquisa-Ação: uma introdução metodológica. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Acedido em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf>

MOTIVAÇÃO DOCENTE: INTERFACES, DIÁLOGOS E POSSIBILIDADES

Marcelo Guindani | Odilon Giovannini | Maristela Pedrini

Universidade Caxias do Sul - Brasil

Resumo:

A pesquisa “Motivação Docente: interfaces, diálogos e possibilidades” investigou junto a uma turma de 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede privada de Bento Gonçalves – RS, Brasil, de que forma a motivação docente pode contribuir para despertar o interesse do educando e mobilizar seu processo de aprendizagem de forma prazerosa e significativa. A investigação de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, descritiva quanto aos objetivos, participante, quanto aos procedimentos, utilizou como instrumento de coleta de dados a aplicação um questionário estruturado com questões abertas. Os dados coletados foram analisados através dos princípios da Análise Textual Discursiva (MORAES, 2013).

As vozes dos educandos apontaram que a motivação docente (DAVOGLIO, 2017) contribui para inspirá-los e mobilizá-los para a aprendizagem. Os estudantes destacaram que a empatia, motivação e interação do professor transformam a sala de aula num local prazeroso para a aprendizagem duradoura (POZO, 2002).

Diante dos resultados foi elaborado um produto educacional, na forma de um portfólio de sugestões de atividades práticas e dinâmicas para o Ensino de Ciências no Ensino Fundamental Anos Finais. As dinâmicas proporcionam vivenciar, experimentar, manusear, descobrir, pesquisar e construir conhecimentos de forma concreta e através da interação com seus professores e seus pares, mediada pela linguagem (VYGOTSKY, 1987), ressignificando o aprender e o ensinar. O portfólio de sugestões referido compreende as seguintes atividades para o nível de ensino em foco: atividade 1: Crânio humano e cérebro: funções e ligações com o sistema locomotor ; atividade 2, Confecção de um fóssil,; atividade 3, Stop - Motion da termodinâmica; atividade 4, O repórter do fenômeno da natureza; atividade 5, Mapa conceitual digital; atividade 6, Este físico sou: entendendo o átomo; e atividade 7, Paineis interativos com objetos recicláveis sobre a 1ª Lei de Mendel.

As atividades descritas no produto educacional incentivam o protagonismo dos estudantes, como refere a Base Nacional Comum Curricular (2018), propondo uma participação ativa, com emprego da tecnologia (MORAN, 2013) e de estratégias que mobilizam a construção do

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

conhecimento e o desenvolvimento de competências e habilidades para a formação de sujeitos críticos e participativos (FREIRE, 1994), num cotidiano e contínua transformação.

Palavras-chave: motivação docente, aprendizagem, mediação pedagógica,

Referências bibliográficas:

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (2018) .Brasília: MEC.

DAVOGLIO, T. SANTOS, B. (2017) Motivação docente: reflexões acerca do constructo. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 03, p. 772-792, nov.

FREIRE, P. Educação E mudança.(1994). 20ª ed. São Paulo: PAZ E TERRA.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. (2013) Análise Textual Discursiva, 2 ed. rev. Ijuí: Editora UNIJUÍ.

MORAN, J. M. Novas tecnologias e mediação pedagógica. (2013) 21ª ed.rev. atual.Campinas, SP: Papyrus,

POZO, J.I. . Aprendizes e Mestres:a nova cultura da aprendizagem. (2002) Porto Alegre: Artmed Editora.

TARDIF. M; LESSARD, C. (2005) O Trabalho Docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis, RJ:Vozes, 2005.

VYGOTSKY, L. S. (1998).O desenvolvimento psicológico na infância São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. (1'987)Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes.

A CONSTITUIÇÃO DA DOCÊNCIA EM CONTEXTOS EMERGENTES

Maristela Pedrini | Marcelo Guindani

Universidade de Caxias do Sul - Brasil

Resumo:

O debate sobre a chegada das novas tecnologias às salas de aula não é recente na área da educação e, notoriamente, foi potencializado com a pandemia do novo coronavírus. Face ao exposto, a mediação pedagógica, através das novas tecnologias, trouxe desafios, mas também, possibilidades para se repensar a educação e suas interfaces.

Assim, a investigação descrita buscou uma imersão à campo na Educação Básica para dar resposta à questão problema “ Quais as mudanças sentidas na sua prática docente, a partir do novo cenário educacional e quais sentimentos estão permeando seu fazer pedagógico nesse cotidiano pandêmico?” A pesquisa, de natureza qualitativa, de campo, exploratória quanto aos seus objetivos, desenvolvida através do procedimento de estudo de caso (GIL, 2008), propôs a escuta das vozes de um grupo de trinta educadores que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, através da aplicação de entrevistas semiestruturadas. Os dados coletados foram analisados através da técnica de análise textual discursiva (MORAES, 2006).

As vozes dos professores refletem a necessidade de se repensar muito mais do que a inserção da tecnologia na mediação pedagógica (MORAN, 2013). Os resultados apontam que é urgente visitar e repensar a docência enquanto um processo multifacetado que exige uma formação que contemple saberes e fazeres balizados pelos novos contextos, conhecimentos e desafios da educação para o século XXI (DELORS, 2001).

O estudo veio contribuir com a reflexão e problematização sobre a constituição da docência e o novo perfil do educador para dar conta das expectativas desse novo século que pressupõe uma educação para além do modelo instrucional, trazendo como premissa o professor como profissional reflexivo e pesquisador, cuja formação se dá na relação da teoria com a sua prática (TARDIF, 2002), no cotidiano da escola (NÓVOA, 2005).

Nesse sentido, para esse futuro incerto e para que a educação possa cumprir com seu papel na formação humana na “[...] construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social” (DELORS, 2001), o professor é essencial, daí a necessidade da formação docente inicial e

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

continuada multicultural (LEITE, 2005) com um olhar para os contextos emergentes (MOROSINI, 2017).

Palavras-chave: docências - contextos emergentes - formação inicial e continuada - professor pesquisador

Referências bibliográficas:

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. 6. Ed. São Paulo: Cortez: Brasília. DF: MEC:UNESCO, (2001).

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEITE, Carlinda (Org.). O currículo escolar e o exercício docente perante a multiculturalidade – implicações para a formação de professores. In: V Colóquio Internacional Paulo Freire. Recife, 2005.

MORAES, R. MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces, *Ciência & Educação*, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

MORAN, J.M. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica. 21 ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2013.

MOROSINI, M. C. Qualidade da Educação Superior e contextos emergentes. *Revista de Avaliação*, Campinas; Sorocaba, v. 19, n. 2, p. 385-405, jul. 2014. Um estudo acerca dos contextos emergentes nos cursos de licenciatura no Brasil *367 Educação (Porto Alegre)*, v. 40, n. 3, p. 357-367, set.-dez. 2017

NÓVOA, A. Evidentemente. *Histórias da Educação*. 1o ed. Lisboa: ASA, 2005.

TARDIF, Maurice. *Saberes Docentes e Formação Profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

A ESCOLA: UMA INSTITUIÇÃO PROMOTORA DE JUSTIÇA E FELICIDADE.

Kathia Maria de Melo e Silva Barbosa

UFPE / Alice Miriam Happ Botler - UFPE

Resumo:

A pesquisa tem por objetivo analisar concepções de felicidade e justiça em sujeitos escolares. As demandas sociais e políticas vividas no Brasil neste início de século, nos mobilizaram a compreender se as relações e interações entre gestor, professores e estudantes, vividas na escola são consideradas e reconhecidas como justas e promotoras de felicidade. Verificamos que apesar deste início de século ser fecundo nas pesquisas sobre o tema, as áreas que mais tem explorado este objeto são a da psicologia social, do direito e da economia. Estes campos, apresentam significativas análises e comungam da ideia de que ser feliz é a busca existencial do homem, mas não são suficientes para pensar o lugar da escola, o papel dos professores e das políticas educacionais. Os caminhos que traçam, para compreender e proporcionar condições ideais para que o homem encontre a felicidade nem sempre são virtuosos. Os interesses são demarcados por uma sociedade capitalista e manipulados de forma habilidosa acabam por induzir uma busca utópica e efêmera. Apresenta-se, portanto, resultados parciais de pesquisa bibliográfica que justifica e convida os profissionais da educação a realizarem estudos mais aprofundados sobre as categorias justiça e felicidade na escola. Promover este debate na escola é também uma forma de resistência e de preservação da educação humana. É ressignificar a política educacional exercitando e propiciando a justiça e a felicidade a partir dos seus próprios contextos. Para isso, discutimos o conceito de felicidade (Aristóteles) em diálogo com a abordagem utilitarista (Rawls), bem como análises contemporâneas da justiça na escola (Botler) e do currículo voltado à felicidade (Rios). Conclui-se pela necessidade de dar visibilidade aos acontecimentos da prática pedagógica comprometida com o desenvolvimento integral da comunidade escolar, sobretudo para o gestor escolar e os professores, como protagonistas que reconfiguram o espaço escolar.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Formação de professores. Escola. Felicidade. Justiça

Referências bibliográficas:

BARDIN, Lurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1977.

BARROS FILHO, Clóvis de. KARNAL, Leandro. Felicidade ou morte. Campinas, SP: Papirus 7 Mares, 2016.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Revista Brasileira de Educação, n. 19, Jan/ Feb/Mar/ Abr 2002.

BOTLER, Alice Miriam Happ. A escola como organização comunicativa. Tese de doutorado em Sociologia. Recife: UFPE, 2004.

BOTLER, Alice Miriam Happ (Org). Abordagens contemporâneas da gestão escolar. In Organização, financiamento e gestão escolar: subsídios para a formação do professor. Recife: Editora da UFPE/Edital PROACAD, 2009.

BOTLER, Alice Miriam Happ. Cidadania e justiça na gestão escolar nas escolas públicas e privadas. Perspectiva, Florianópolis, v. 31, n. 1, 317+336, Jan./Abr. 2013.

BOTLER, Alice Miriam Happ. Injustiça, conflito e violência: um estudo de caso em escola pública de Recife. Cadernos de Pesquisa, v. 46, n. 161, 2016, p.716-732

BOTLER, Alice Miriam Happ. Gestão escolar para uma escola justa. Educar em Revista. Curitiba, Brasil., v. 34, n. 68, p. 89-105, Mar/abr. 2018.

BOTLER, Alice Miriam Happ. Democracia. Aula ministrada no curso de doutorado do Programa de pós-graduação em Educação. Recife, UFPE, 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

CHALITA, Gabriel. Felicidade. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1994.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da Educação Básica no Brasil: limites e perspectivas. Educ. e Soc., Campinas, v. 28, n. 100, especial, p. 921 – 946, Out. 2007.

DUBET, François. O que é uma escola justa. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, p. 539/555, set./dez. 2004.

FERRAZ, Renata Barbosa. TAVARES, Hermano. ZILBERMAN, Mônica L. Felicidade: uma revisão. Revista Psiquiatria Clínica. 34(5); 234-242, 2007.

FOGAÇA, José. PEREZ, Clotilde. Felicidade adjetivada: polifonia conceitual, imperativo social. INTERCOM-RBCC. SP., v. 37, n.1, p. 217-241, Jan./Jun. 2014

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. Análise de conteúdo. Brasília, 4ª edição: Liber Livro, 2012.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

FROEHLICH, José Marcos. SOPEÑA, Mauro Barcellos. Sobre a noção de desenvolvimento baseada na felicidade: considerações críticas. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 20, n. 48, maio – ago 2018, p. 272 – 299.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Consulta em 26/06/2021. <https://portalibre.fgv.br/revista-conjuntura-economica/carta-da-conjuntura/reflexos-da-pandemia-na-pauta-economica>

KARNAL, Leandro. Entrevista ao <http://www.g1.com/sp/sao-carlos-regiao/jornal-da-eptv-videos/v/karnal-reflete-sobre-felicidade-democracia-e-epolitica-externa-brasileira-veja-entrevista/7990312/> em 10/09/2020. Consulta em 25/09/2020.

KRAWCZYK, Nora. A gestão escolar: um campo minado... Uma análise das propostas de 11 municípios brasileiros. *Educação & Sociedade*. Ano XX, n. 67. Agosto de 1999.

LARROSA, Jorge. Como entrar no quarto da Vanda: notas sobre a investigação como experiência (tendo como referência três filmes e alguns textos de Pedro Costa) e considerações sobre a investigação como verificação da igualdade (tendo como referência alguns textos de Jacques Rancière) In

Encontrar escola: o ato educativo e a experiência da pesquisa em educação. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2014

LENOIR, Frédéric. Sobre a felicidade: uma viagem filosófica. Rio de Janeiro: editora Objetiva, 2016.

LIMA, Paulo Gomes. ARANDA, Maria Alice de Miranda. LIMA, Antonio Bosco. Políticas educacionais, participação e gestão democrática da escola na contemporaneidade brasileira. *Rev. Ensaio*, Belo Horizonte, v. 14, n. 01, p. 51-64, jan/abr 2012.

MAINARDES, Jefferson. MARCONDES, Maria Inês. Entrevista com Esteffen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. *Educ. e Soc.*, Campinas, vol. 30, nº 106, p. 303-318, jan./abr. 2009.

MARQUES, Luciana Rosa. A formação de uma cultura democrática na gestão da escola pública: analisando o discurso dos conselheiros escolares. *Educ. e Soc.*, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1175-1194, out./dez. 2012.

MARSOLA, Mauricio Pagotto. A felicidade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

MARTINS, André Antunes. Democracia, micropolítica e os dispositivos de gestão educacional gerencial. *Ed. e Realidade*, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 453-465, abr./jun. 2016.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

MICHETTI, Miqueli. Entre a legitimação e a crítica: as disputas acerca da base nacional Comum Curricular. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 35, n. 102., São Paulo, 2020. EPUB 03-fev-2020.

PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz. Gestão escolar na educação básica: construções e estratégias frente aos desafios educacionais. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p 1301-1320, out./dez. 2018.

PATACHO, Pedro Manuel. Práticas educativas democráticas. *Educ. Soc.*, v. 32, n. 114, p. 2-8, jan./mar. 2011.

PEREIRA, Douglas da Silveira. Felicidade e significado: um estudo sobre o bem-estar em profissionais da educação do estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Psicologia da Educação. São Paulo, 2017.

POLON, Thelma Lúcia Pinto. BONAMINO, Alicia Maria Catalano de. Identificação dos perfis de liderança e características relacionadas à gestão pedagógicas em escolas eficazes. 25º Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação – Anpae, 2011.

RAWLS, Jonh. Uma teoria da Justiça. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RIOS, Terezinha Azêredo. Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade. São Paulo: Cortez, 2001.

SEM, Amartya. A ideia de justiça. Tradução Denise Bottmann, Ricardo Dminelli Mendes. 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

SEWAYBRCKER, Luciano Spósito. Felicidade: utopia, pluralidade e política a delimitação da felicidade enquanto objeto para a ciência. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

SOUZA, Ângelo Ricardo. Reformas educacionais: descentralização, gestão e autonomia escolar. *Educar*, Curitiba, nº 22, p. 17-49, 2003. Editora UFPR.

SOUZA, Ângelo Ricardo. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v.25, n. 03, p. 123-140, dez. 2009.

VALENTIN, Caio Costa; STREY, Diogo Fante Celle; FERREIRA, Esteffany Menezes; MACEDO, Rose Landeria de e; DESSOTTI, Vinícius. Adaptação do “índice de felicidade Interna Bruta” e avaliação entre estudantes da UNICAMP. *Rev. Ciências do ambiente on-line*. Dez., 2014, v. 10., n. 02.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

WALZER, Michael. Esferas da justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E INCENTIVO À GAMIFICAÇÃO NO ENSINO/APRENDIZAGEM: DESAFIOS EM MOMENTOS DE MUDANÇA NA MEDIAÇÃO DIGITAL EM EDUCAÇÃO.

Anabela Lopes Rodrigues | Angélica Maria Reis Monteiro | João Carlos de Matos Paiva

Faculdade de Engenharia Universidade do Porto | CIIE/Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto | FCUP / UEC (Unidade de Ensino das Ciências) e CIQUP (Centro de Investigação em Química da Universidade do Porto).

Resumo:

Devido ao atual contexto de instabilidade provocado pela crise pandémica COVID-19, surgem questões ligadas ao ensino a distância e ao uso de meios tecnológicos, cuja integração pedagógica representa um desafio para muitos professores do ensino básico e secundário.

Tendo em consideração as potencialidades pedagógicas das metodologias ativas, de que é exemplo a gamificação e o game based learning, pretende-se contribuir para a formação contínua dos professores no sentido de que estes entendam a noção destas, e que estas se tornem uma aposta, na sua prática letiva, de forma a: despertar interesse, desenvolver criatividade e autonomia, promover o diálogo.

O estudo contribuiu para o aumento da compreensão acerca da perceção dos professores sobre os fatores que motivam e os que dificultam a implementação de metodologias ativas, assim como a identificação de estratégias que motivem e incentivem para o uso da gamificação, em contexto de sala de aula.

Do estado da arte se concluiu que as áreas da formação de professores, metodologias ativas e gamificação têm vindo a serem estudadas, a originalidade deste estudo prende-se com a intenção de reunir estas temáticas num único estudo.

Do ponto de vista metodológico, optou-se por um estudo de caso exploratório, com caráter revelador, sem a pretensão de generalização. Para a recolha de dados, recorreu-se à análise documental, revisão de literatura e três inquéritos por questionários, submetidos antes e depois do processo formativo.

Os resultados obtidos através de análise estatística simples dos dados quantitativos e de análise de conteúdo das questões abertas, apontam para a satisfação da quase totalidade dos professores participantes, o desenvolvimento de competências digitais e pedagógicas e o

reconhecimento de que a formação contribuiu para que repensassem as suas práticas e que esta iria ter efeitos futuros nas aprendizagens dos seus alunos.

Como perspetivas futuras e tendo em consideração os resultados obtidos, ainda que não sejam generalizáveis, a oferta formativa deve ser adequada ao contexto, levar em consideração as características dos professores e contemplar questões tecnológicas e pedagógicas, de forma a dar resposta aos desafios contemporâneos e ao perfil que se espera que os alunos atinjam à saída da escolaridade obrigatória.

Referências bibliográficas:

Almeida, M. C., & Carvalho, E. A. (2007). Educação e Complexidade - Os sete saberes e outros ensaios 4ª Ed. Cortez Editora.

Alves, L. R., Minho, M. R., & Diniz, M. V. (2014). Gamificação: diálogos com a educação. São Paulo: Pimenta Cultural.

Lencastre, J. B. (2016). Tecnologias e processos inovadores na educação. Curitiba: CRV.

UNESCO - organização das Nações Unidas para Educação, e. C. (Abril de 2020). Nota informativa nº2.1, UNESCO- COVID-19 Resposta educacional. Obtido de unesdoc.unesco.org: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373305_por

Bergmann, J., & Sams, A. (2012). How the Flipped Classroom is radically transforming learning. Learning, Innovation & tech.

ChaiAI, C. S., KOH, J. H., & TSAI, C.-C. (2013). A Review of Technological Pedagogical Content Knowledge. Educational Technology & Society.

Del Moral Pérez, M. E. (2018). Game-Based Learning: Increasing the Logical-Mathematical, Naturalistic, and Linguistic Learning Levels of Primary School Students. Universal Journal of Educational Research. Obtido de Journal of New Approaches in Educational Research, 7(1), 31–39: <https://doi.org/10.7821/naer.2018.1.248>

Denzin, N., & LINCOLN, Y. (2000). The discipline and practice of qualitative research. In: N.K. DENZIN e Y.S. LINCOLN (eds.), Handbook of qualitative research. Sage Publications.

Freire, P. (2006). Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Ed. São Paulo: Paz e Terra.

Fulton, K. (2012). Upside down and inside out: Flip Your Classroom to Improve Student Learning. Learning & Leading with Technology, v. 39, n. 8.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Galego, C., & Gomes, A. (2005). Emancipação, ruptura e inovação: o “focus group” como instrumento de investigação. *Revista Lusófona de Educação*.

Gee, J. P., & Morgridge, T. (2007). Being a Lion and Being a Soldier Learning and Games. Savannah.

SAÚDE MENTAL DO PROFESSOR NA PANDEMIA: UM OLHAR PARA O PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Izadora Borges Jimenez Bassani | Maristela Pedrini

Universidade de Caxias do Sul - UCS (RS - Brasil)

Resumo:

O presente trabalho aborda o tema, “A saúde mental do professor na pandemia: um olhar para o profissional da Educação Infantil”, com o objetivo de investigar fatores que contribuem para o mal-estar dos professores que atuam neste nível de ensino, no cenário pandêmico e, também, explorar possíveis sugestões de prevenção à saúde mental dos mesmos. Para tanto, a referida investigação buscou resposta ao problema “Que fatores podem contribuir para o adoecimento mental do professor da Educação Infantil durante a pandemia do novo coronavírus e quais as possíveis sugestões de intervenções para o melhoramento da saúde mental deste profissional?” A investigação descrita, de natureza aplicada, qualitativa quanto à abordagem, exploratória em relação aos seus objetivos, na modalidade de campo, foi desenvolvida através da metodologia de estudo de caso (GIL, 2008) com aplicação de entrevistas semiestruturadas a quatro professoras que atuam na Educação Infantil da escola-campo de investigação e à diretora da referida escola. Os dados coletados foram analisados por meio da análise textual discursiva (MORAES, 2003) como maneira de analisar o conteúdo dos discursos, permitindo a livre expressão das participantes, a fim de construir respostas ao problema de pesquisa. Os estudos foram fundamentados em aportes teóricos entre os quais destaque Souza e Leite (2011), Souza, Santos e Almeida (2016), Ferreira (2016), Kawamura (2015), Jesus (2004), entre outros. A pesquisa possibilitou uma ampla compreensão acerca da temática em foco e como resultados é possível afirmar que a saúde do professor da Educação Infantil se configura como aspecto essencial, uma vez que este é responsável pela primeira etapa do desenvolvimento da criança. Ainda, a Educação Infantil é permeada em seu contexto histórico por uma grande fragilidade e desvalorização, porém as exigências dos profissionais atuantes nesse nível se ampliaram progressivamente, acarretando várias consequências no âmbito do mal-estar docente, que foram intensificadas com o cenário pandêmico. Neste sentido, é importante um olhar atento para promoção da saúde dos profissionais que atuam neste nível de ensino, para a elevação de sua saúde mental e a qualificação dos processos de ensino e aprendizagem, enquanto compromisso da escola como um todo.

Palavras-chave: Adoecimento, Saúde, Mal-estar, Professor, Pandemia.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Referências bibliográficas:

BECKER, Fernando. Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos. *EDUCAÇÃO E REALIDADE*. Porto Alegre, 19(1): 89-96, jan./jun. 1994.

BRASIL. LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: 23 mar. 2021.

CODO, Wanderley. MENEZES; Lône Vasques. Burnout: sofrimento psíquico dos trabalhadores em educação. *Cadernos de saúde do trabalhador*, Kingraf - gráfica e editora, São Paulo, 2000.

DE SOUZA, Aparecida Neri; LEITE, Marcia de Paula. Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, [s. n.] out.-dez. 2011, v. 32, n. 117, p. 1105-1121. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v32n117/v32n117a12.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

DE SOUZA, Indiará Rodrigues; DOS SANTOS, Maria Evany Rodrigues; DE ALMEIDA, Ilda Neta Silva. Mal-estar docente: a saúde do professor nos dias atuais. *Revista Humanidades e Inovação* – [S. l.: s. n.], 2016, v. 4, n. 2. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/180>. Acesso em: 25 mar. 2021.

DEJOURS, Christophe; DESSORS, Dominique; DESRLAUX, François. Por um trabalho, fator de equilíbrio. *Revista Administração de Empresas*, São Paulo, [s. n.], 1993. Traduzido por: Maria Irene S. Betiol

DIEHL, Liciane. MARIN, Angela Helena. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, Londrina, [s. n.], dez. 2016v. 7, n. 2, p. 64-85. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/eip/v7n2/a05.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

FERREIRA, Lenilson. Saúde emocional do professor. Rio de Janeiro – RJ, Litteris Editora. 2ª ed. 2016. Edição do Kindle

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

GRANDISOLI, Edson; JACOBI, Pedro Roberto; MACHINI, Silvio. Pesquisa Educação, Docência e a COVID-19. USP Cidades Globais e Instituto de Estudos Avançados da USP, Apoio RECONNECTTA, [S. l.: s. n.], 2020, SP.

JESUS, Saul Neves. Desmotivação e Crise de identidade Docente. Revista Katálisis, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil, [s. n.] juli-diciembre, 2004, vol. 7, núm.2, pp. 192-202.

KAWAMURA, Eduardo Alessandro. A saúde mental e a (re) organização do trabalho docente: trabalho coletivo e o poder de agir / Alessandro Eduardo Kawamura. – Campinas: PUC-Campinas, 2015. 119 p.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência&Educação*, v.9, n.2, p. 191-211, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ciedu/v9n2/04.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2021.

PACHIEGA, Michel Douglas; MILANI, Débora Raquel da Costa. Pandemia, as reinvenções educacionais e o mal-estar docente: uma contribuição sob a ótica psicanalítica. *Dialogia*, São Paulo set./dez. 2020, n. 36, p. 220-234. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/18323/8712>. Acesso em: 29 mar. 2021.

PSICOVIDA. Bem-estar no trabalho em tempos de pandemia: um guia para profissionais em Home Office. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: https://www.pucrs.br/coronavirus-provz/wp-content/uploads/sites/270/2020/06/2020_06_02-coronavirus-cartilhas-psicovida-bem-estar_no_trabalho_em_tempos_de_pandemia.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

REIS, Eduardo J. F. Borges dos et al. Docência e exaustão emocional. *Educ. Soc.*, Campinas, [s. n.] jan. /Abr. 2006 vol. 27, n. 94, p. 229-253. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a12v27n94.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SALAS, Paula. Ansiedade, medo e exaustão: como a quarentena está abalando a saúde mental dos educadores. [S. l.], Nova escola, 2020. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/19401/ansiedade-medo-e-exaustao-como-a-quarentena-esta-abalando-a-saude-mental-dos-educadores>. Acesso em: 29 mar. 2021.

SOUZA, Kátia R. et al. Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. *Trabalho, Educação e Saúde*, [S. l.: s. n.], v. 19, 2021, e00309141. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00309. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v19/0102-6909-tes-19-e00309141.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2021.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

ZANOL, Karolaine Moreira; NEIS, André Takahashi Maçanário; NEIS, NatalliêMaçanário. Cartilha de apoio a saúde mental do (a) professor (a) durante a pandemia de Covid – 19. USP 2020. Disponível em: https://www.sinesp.org.br/images/2020/Julho-2020/Cartilha_sa%C3%BAdede_mental_professores_1.pdf. Acesso em: 30 mar. 2021.

DIFERENCIAÇÃO PEDAGÓGICA EM MATEMÁTICA - PERCEÇÃO E PRÁTICAS POR ALUNOS, DOCENTES E FUTURAS DOCENTES DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO.

Isabel Cláudia Nogueira | Paula Martins

ESEPF-CIPAF/CIDTFF | ESEPF-CIPAF

Resumo:

Uma escola que pretenda dar resposta aos desafios que lhe são colocados necessita de se assumir como uma escola inclusiva e de equidade, promovendo o sucesso escolar de todos os seus alunos. (Cohen & Fradique, 2018). Com a autonomia de que atualmente usufruem a nível curricular e pedagógico (Cosme, 2018), escola e professores são decisores na definição e concretização de práticas que favoreçam a diferenciação pedagógica, medida universal de suporte à aprendizagem e à inclusão.

O presente contributo, focado em conceções e práticas de diferenciação pedagógica em Matemática, decorre de um estudo desenvolvido no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada de um mestrado de habilitação para a docência no 1º Ciclo do Ensino Básico ministrado por uma instituição de ensino superior do Porto. Com a sua realização, pretendeu-se identificar formas, potencialidades e constrangimentos decorrentes da sua aplicação, bem como caracterizar estratégias de diferenciação pedagógica que são utilizadas em sala de aula e seus principais destinatários.

Com uma natureza essencialmente qualitativa (Flick, 2015) e com a colaboração de docentes, futuras docentes e alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, este estudo incluiu a sua auscultação por aplicação de inquéritos por questionário, a professores e futuros professores, e constituição de grupos focais, com alunos de 1º CEB, desejando-se com esta opção aportar visões complementares sobre a temática em foco.

Como principais conclusões refiram-se uma razoável concordância nos resultados obtidos dos diferentes grupos de participantes, essencialmente ao nível concetual e de práticas implementadas, e a deteção de necessidade de uma maior capacitação destes profissionais de educação que lhes permita uma ação pedagógica verdadeiramente ajustada a cada aluno para a promoção das aprendizagens de todos.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Palavras-chave: Diferenciação pedagógica, Matemática, Ensino Básico, Formação de Professores.

Referências bibliográficas:

Cosme, A. (2018). *Autonomia e Flexibilidade Curricular*. Porto: Porto Editora.

Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor– Projetos e Edições, Lda.

Gonçalves, E. & Trindade, R. (2016). *Práticas de ensino diferenciado na sala de aula: “Se diferencio a pedagogia e o currículo estou a promover o sucesso escolar nos alunos com dificuldades de aprendizagem”*. Porto: Universidade Lusófona do Porto.

Gonçalves, L. (2016). *A Diferenciação Pedagógica na sala de aula de Matemática – um estudo exploratório nos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico*. (Trabalho de projeto para a obtenção do grau Mestre em Ciências da Educação na área de especialização em Supervisão Pedagógica). Porto: Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.

Tomlinson, C. (2008). *Diferenciação Pedagógica e Diversidade – Ensino de Alunos em Turmas com Diferentes Níveis de Capacidades*. Porto: Porto Editora.

PRÁTICAS DE DIFERENCIAÇÃO PEDAGÓGICA EM MATEMÁTICA NO CONTEXTO PRÉ-ESCOLAR E NO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO.

Isabel Cláudia Nogueira | Sara Medeiros

ESEPF-CIPAF / CIDTFF | ESEPF-CIPAF

Resumo:

O envolvimento ativo de todos os alunos nos seus processos de aprendizagem, permitindo que todos aprendam de forma eficaz, divertida e personalizada, será porventura o principal desígnio de qualquer profissional de educação. Os diferentes ritmos de aprendizagem e de trabalho que coexistem nas salas de aula exigem a organização de propostas pedagógicas que respeitem esses ritmos e a seleção de metodologias e estratégias de ensino que auxiliem e cativem todos os alunos para a aprendizagem: nesta perspetiva, a diferenciação pedagógica parece-nos um recurso valioso à disposição do docente.

Com este trabalho pretendemos partilhar uma experiência de docência e investigação desenvolvida num mestrado de habilitação para a docência, que foi sustentada na elaboração de propostas pedagógicas ajustadas à diversidade de alunos que compunham os 2 grupos-turmas em que foram implementadas. Com a pesquisa realizada em contexto pré-escolar e no 1.º Ciclo do Ensino Básico, pretendeu-se identificar oportunidades, práticas e constrangimentos relacionados com a utilização de estratégias de diferenciação pedagógica na exploração da Matemática. Para esse efeito, foi desenvolvido um estudo de natureza qualitativa, a partir da intervenção educativa concebida e concretizada por uma das autoras deste texto numa sala mista de uma instituição da educação pré-escolar e com uma turma do 1.º ano de escolaridade do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Os resultados obtidos permitiram caracterizar alguns modos de diferenciação pedagógica na realização de atividades de natureza lógico-matemática desenvolvidas nos dois contextos, assim como identificar potencialidades e obstáculos emergentes dessa opção pedagógico-didática.

Palavras-chave: Diferenciação Pedagógica, Matemática, Prática de Ensino Supervisionada, Educação Pré-Escolar, 1.º CEB

Referências bibliográficas:

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Amado, J. (Coord). (2014). Manual de Investigação Qualitativa em Educação. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Gonçalves, E. & Trindade, R. (2016). Práticas de ensino diferenciado na sala de aula: “Se diferencio a pedagogia e o currículo estou a promover o sucesso escolar nos alunos com dificuldades de aprendizagem”. Porto: Universidade Lusófona do Porto.

Morgado, J. (2012). O Estudo de Caso na Investigação em Educação. Santo Tirso: De Facto.

Perrenoud, P. (2001). A Pedagogia na Escola das Diferenças. Fragmento de uma sociologia do fracasso. Porto Alegre: Artmed.

Tomlinson, C. & Allan, S. (2002). Liderar projetos de diferenciação pedagógica. Porto: Edições Asa.

OS PERCURSOS NARRATIVOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Nilvânia Cardoso Almeida | Liliane Campos Machado

Universidade de Brasília -UNB

Resumo:

O presente artigo resulta da análise do diário reflexivo do curso de formação de professores, Letramento Lúdico e Criativo Para os Anos Iniciais, oferecido pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF no ano de 2015, por meio da Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais em Educação (EAPE) e seus formadores regionais na Coordenação Regional de Sobradinho. Este estudo de natureza qualitativa, com ênfase nas narrativas biográficas registradas no diário reflexivo do curso, teve o objetivo de revelar e discutir os percursos narrativos a partir dos registros reflexivos dos docentes cursistas em seus processos formativos e suas perspectivas pedagógicas. A implementação de políticas públicas definem, regulamentam e reestruturam os aspectos norteadores da formação de professores em serviço em todo território nacional. Assim, a descrição da proposta de formação desenvolvida pelo curso em questão; a exploração dos relatos sobre os percursos narrativos de formação dos professores e suas perspectivas pedagógicas evidenciadas ao longo do curso, motivaram a análise desse percurso formativo. O recorte neste estudo compreende a formação de professores e coordenadores, no sentido da construção de práticas pedagógicas voltadas a favorecer de forma lúdica e criativa os letramentos dos alunos de 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. A revisão de literatura pautou-se nos estudos de Frigotto; Ciavatta, (2003) e Souza (2006), Delory (2012), Matos e Souza (2015), Souza e Matos (2017), Larrosa (2002), os quais contribuíram para a compreensão das abordagens feitas a partir dos registros reflexivos dos cursistas. Considerar os elementos narrativos apreciados durante o curso de formação de professores oportunizou desvelar novas possibilidades de redesenhar a prática pedagógica. Os textos e seus pormenores, o desenvolvimento da leitura, as especificidades com que se desenvolveram o trabalho docente até então, evidenciaram com o transcorrer dos encontros à importância de se permitir experimentar o novo, ou, a oportunidade de repensar o modo de como o fazer pedagógico vinha sendo constituído nos espaços escolares com o intuito de provocar aprendizagens.

Palavras-chave: Formação de Professores. Diário Reflexivo. Percursos Narrativos de Formação.

Referências bibliográficas:

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Delory-Momberger, C. Introdução/ Há vida sem narrativa? In: Delory-Momberger, C. A. Condição Biográfico: ensaios sobre a narrativa de si na modernidade avançada. Natal: Editora da UFRN, 2012.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal-SEEDF. Currículo em Movimento da Educação Básica: Pressuposto Teóricos. Brasília, 2014.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. Educ. Soc., Campinas, v. 24, n. 82, p. 93 -130, abr. 2003.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Trad. de João Wanderley Geraldi. Revista Brasileira de Educação, Anped, São Paulo, n. 19, p. 20-28, jan./abr.2002.

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. de M. Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

SOUZA, E. C. de. Abordagem Biográfica e Formação de Professores: Conceitos, perspectiva formativa e autoformativa. In: Souza, E.C. O Conhecimento de si: Estágio e narrativas de formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SOUZA, E. C. de; MATOS, R de S. Literatura e Educação: narrativas na pesquisa educacional. In: OLIVEIRA, I. B. de; Graça Reis. (Org.). Pesquisas com formação de professores: rodas de conversa e narrativas de experiência. Petrópolis: DP et Alli, 2017, v. 1, p. 149-170.

MATOS, R de S.; SOUZA, E. C. de. O fenômeno da escrita (auto) biográfica: localizações teórico-históricas. In: SOUZA, E. C. de (Org.). (Auto) Biografias e Documentação Narrativa: redes de pesquisa e formação. Salvador: EDUFBA, 2015, v. 1, p. 173-184.

A ARTICULAÇÃO CURRICULAR NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: PERCEÇÕES NO ÂMBITO DE UMA EXPERIÊNCIA COM ESTUDANTES E PROFESSORES DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO BÁSICA.

Ana Raquel Rodrigues da Costa Aguiar | Maria de Fátima Pereira de Sousa Lima Fernandes

Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Resumo:

A Articulação Curricular (AC) tem sido considerada uma prática fundamental no processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista que a construção de conhecimento sólido e com compreensão requer abordagens holísticas não só dos conteúdos disciplinares, mas também de capacidades e competências (Cosme & Trindade, 2012; Cosme, 2018; Leite, 2012; Lima, 2001; Morán, 2017; Morgado & Tomaz, 2009; Roldão, 2007).

Com base nestes pressupostos, desenvolveu-se uma experiência numa unidade curricular anual do último da Licenciatura em Educação Básica de uma Escola Superior de Educação do Norte de Portugal, nos anos letivos de 2019/2020 e 2020/2021.

Esta experiência decorre da AC entre duas unidades curriculares: uma do âmbito das Didáticas, a Didática do Português, e outra com características de estágio – Iniciação à Prática Profissional 3. Tendo por base os objetivos gerais do ciclo de estudos, identificaram-se pontos de contacto relativos quer aos conteúdos quer às competências a desenvolver previstas para este processo formativo. Considerou-se, por isso, relevante pôr em prática a AC num curso de Formação Inicial de Professores, quer pela relevância da interligação de saberes quer pela importância de proporcionar vivências aos estudantes que influenciarão as suas práticas pedagógicas no futuro.

Em termos metodológicos, trata-se de um estudo exploratório por ser uma primeira experiência para os participantes e no âmbito destas unidades curriculares. Neste sentido, fez-se uma pesquisa sobre o referencial teórico associado à AC e ao destaque que lhe tem sido dado no âmbito das políticas educativas em vigor em Portugal.

Percebeu-se que a AC é vista de forma muito positiva quer pelos estudantes quer pelos professores. Os primeiros valorizam não só a realização de tarefas comuns, mas também a atividade avaliativa e reflexiva associada. Reconhecem a mobilização de conhecimentos, capacidades e competências transversais às duas unidades curriculares, a construção de

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

recursos e posterior (re)adaptação de modo a ir ao encontro das orientações que lhes são apresentadas e, ainda, o exemplo que esta experiência representa para as suas práticas profissionais futuras. Os docentes destacam a possibilidade de realização de trabalho colaborativo, reconhecendo que é fundamental, tendo em conta a necessidade constante de reajustar os recursos às especificidades das intervenções.

Palavras-chave: Articulação Curricular; Formação Inicial de Professores; Prática colaborativa

Referências bibliográficas:

Cosme, A. (2018). *Autonomia e Flexibilidade Curricular: Propostas e Estratégias de Ação*. Porto Editora.

Cosme, A., & Trindade, R. (2012). A gestão curricular como um desafio epistemológico: a diferenciação educativa em debate. *Revista Interações*, 8(22), 62 – 82.

Leite, C. (2012). A articulação curricular como sentido orientador dos projetos curriculares. *Educação Unisinos*, 16(1), 88–93. <https://doi.org/10.4013/edu.2012.161.09>

Lima, J. (2001). Forgetting about friendship: Using conflict in teacher communities as a catalyst for school change. *Journal of Educational Change*, 2, 97-122.

Morán, J. (2017). *Como transformar nossas escolas: novas formas de ensinar a alunos sempre conectados*. ECA.

Morgado, J. C. & Tomaz, C. (2009). *Articulação curricular e sucesso educativo: uma parceria de investigação*. In XVII Colóquio da Afirse. Universidade de Lisboa (documento policopiado).

Roldão, M. (2007). Colaborar é preciso: Questões de qualidade e eficácia no trabalho dos professores. *Noesis*, 71, 24-29.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Referências bibliográficas:

ANFOPE. Política de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação: Resistências propositivas à BNC da Formação inicial e continuada. In: **Documento Final Do XX Encontro Nacional da ANFOPE**, 2021. Disponível em: <http://www.anfope.org.br>. Acesso em 04/06/2021.

BRASIL. Resolução CNE/CP 02/2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC–Formação). **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, Seção I, p. 87-90, fev. 2020.

CUNHA, Kátia Silva. DOCENTE: identidade mítica. In: LOPES, Alice Cassimiro; OLIVEIRA, Márcia Regina de (Orgs.). **Políticas de Currículo: pesquisas e articulações discursivas**. Curitiba: CRV, 2017, p. 266-291.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Márcia Betânia. **Políticas de Currículo: Pesquisas e articulações discursivas**. Curitiba: CRV. 2017.

LOPES, Alice Casimiro. Democracia nas Políticas de Currículo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, n. 147, p. 700-715, set./dez., 2012.

LOPES, Alice Casimiro. **Políticas de integração curricular**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

MAINARDES, Jefferson. Políticas educacionais contemporâneas e algumas consequências para o trabalho docente. In: Maria de Fátima, CÓSSIO. **Políticas públicas de educação**. Pelotas: Ufpel. 2016, p. 65-80.

OLIVEIRA, Márcia Regina de. Pós-estruturalismo e teoria do discurso: perspectivas teóricas para pesquisas sobre políticas de currículo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018.

PRÁTICAS DE PROFESSORES NA REDE MUNICIPAL DE CARUARU EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19.

Joselha Ferreira da Silva | Samanta Gabriely Alves dos Santos | Carla Patrícia Acioli Lins

Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea – PPGEDUC – CAA – UFPE.

Resumo:

Este trabalho se origina de inquietações originadas por discussões sobre práticas docentes em tempos de pandemia ao longo do curso de Mestrado em Educação Contemporânea/ CAA/ UFPE. Assim, neste artigo buscamos problematizar práticas de professores da rede de Ensino de Caruaru, cidade do Agreste de Pernambuco – Brasil, considerando o contexto da pandemia do Covid – 19. Nesse cenário, destacamos que as orientações da Secretaria de Educação - SEDUC de Caruaru objetivam possibilitar maior engajamento do professorado à realidade de ensino remoto. Como é sabido, a pandemia acelerou o uso das novas tecnologias e requereu o distanciamento social, de tal modo que os professores (as) foram obrigados (as) a se deslocarem da atuação presencial para as telas dos meios digitais – TIC's, assim como a alfabetização midiática e informacional. No entanto, o que nos chama a atenção é como os professores vem sendo orientados a atuarem, e quais propostas de atividades prescritas estão presentes nesse contexto. Dessa forma, buscamos problematizar as práticas adotadas na pandemia para a atuação docente na respectiva rede de ensino, frente ao ensino remoto. Assim, propomos pensar as práticas docentes desenvolvidas no contexto da pandemia e a existência de parcerias do município com iniciativas privadas na elaboração dessas práticas. Para apoiar nossa discussão tomamos DOURADO e SIQUEIRA (2020), KOHAN (2020), FERREIRA e BARBOSA (2020), MORGADO, SOUSA e PACHECO (2020) e CHARTIER (2021). O estudo aponta para uma personificação dos conteúdos e atividades via ferramentas digitais e midiáticas em toda rede de ensino, cabendo aos docentes domínio das ferramentas do g- suite for Education para “aumentar a eficiência, a inovação e a personalização do ensino”, como posto pela SEDUC no site da prefeitura do município.

Palavras-chave: Práticas de Professores. Ensino Remoto. Parceria Público e Privado. Seduc

Referências bibliográficas:

CHARTIER, A-M. Sob que condições as inovações pedagógicas podem melhorar o desempenho dos alunos? In: GUARANÁ, C.A.L. et al. (orgs.) Infância, prática docente, cotidiano escolares. Curitiba: CRV, 2021.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

DOURADO, Luiz Fernandes; SIQUEIRA, Romilson Martins. Trabalho e formação de professores/as: retrocessos e perdas em tempos de pandemia. Revista Retratos da Escola, Brasília, v.14 n. 30, p.842857, set./dez. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>

FERREIRA, Luciana Haddad; BARBOSA, Andreza. Lições de quarentena: limites e possibilidades da atuação docente em épocas de isolamento social. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, e 2015483, p. 1-24, 2020. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>

KOHAN, Walter Omar. Tempos da escola em tempo de pandemia e necropolítica. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, e20166212, p. 1-9, 2020 Disponível em <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>

MORGADO, José Carlos; SOUSA, Joana; PACHECO, José Augusto. Transformações educativas em tempos de pandemia: do confinamento social ao isolamento curricular. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, e2016197, p. 1-10, 2020. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>

A CONSTRUÇÃO DE REFERENCIAIS TEÓRICOS DE APRENDIZAGEM EM UMA DISCIPLINA DE PÓS-GRADUAÇÃO UTILIZANDO O SOLE

André Maurício Brinatti | André Vitor Chaves de Andrade | Silvio Luiz Rutz da Silva

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Resumo:

A prática docente deve ser fundamentada nas teorias da educação, sem estas, aquela corre os riscos a que estão sujeitos os improvisos. Assim, o professor deve fundamentar a sua prática conhecendo e entendendo as teorias da aprendizagem e como elas se articulam com os métodos e técnicas de ensino. No entanto, muitos professores têm dificuldades em identificar os seus referenciais de ensino-aprendizagem, mesmo que intuitivamente ele acabe utilizando uma ou outra concepção no cotidiano da sala de aula (1). Com o objetivo de contribuir com a consolidação dos referenciais teóricos dos professores em formação continuada, abordamos estas teorias adotando uma visão holística baseada na organização de informações para a construção de significados. Assim, em uma disciplina de pós-graduação ofertada no ano de 2019, utilizamos o Ambiente de Aprendizagem Auto-organizado ou Self Organised Learning Environment (2) (SOLE) como motor do processo de aprendizagem, por entendermos que o ambiente não-diretivo proposto por Sugata Mitra (3, 4) proporciona uma excelente oportunidade de reflexão e aprofundamento a respeito das diferentes concepções apresentadas pelos teóricos. Para tanto, adotou-se a divisão das teorias pelas filosofias que as subjazem (5, 6): comportamentalismo, cognitivismo, sociointeracionismo e humanismo. Por ser uma disciplina compartilhada por três professores, dois desenvolveram os estudos sobre comportamentalismo e cognitivismo e um, sobre sociointeracionismo e humanismo, apresentando leituras prévias seguidas de uma sessão SOLE. Por ser uma disciplina de cunho teórico, as evidências de aprendizagem foram obtidas a partir da análise textual de sessões de perguntas e respostas escritas que ocorreram no ambiente hangouts do Google, atualmente conhecido como chat do Google, utilizando o software Iramuteq (7). Cada hangouts deu origem a um corpus textual que foi analisado de acordo com a Similitude das palavras e segundo a Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Os resultados da análise textual apontaram para construção dos significados de cada teoria dentro da estrutura cognitiva dos professores, os quais, por sua vez, relataram que conseguiram estabelecer relações entre as

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

suas práticas docentes com uma ou com outra teoria, consolidando assim, os seus próprios referenciais de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Teorias de aprendizagem, ambiente auto-organizado de aprendizagem, formação docente

Referências bibliográficas:

(1) OSTERMANN, F.; CAVALCANTI, C. J. de H. - Teorias de aprendizagem [Em linha]. Porto Alegre: Evangraf, 2011. [Consult. 23 Jul. 2021]. Disponível em WWW: <URL: <http://files.pibid-unibr-sao-vicente.webnode.com/200000051-0d0a70e086/Teorias%20de%20aprendizagem.pdf>>.

(2) MITRA, Sugata [et al.] – The Self Organised Learning Environment (SOLE) School Support Pack. Association for Learning Technology [Em linha]. (2010). [Consult. 23 Jul. 2021]. Disponível em WWW: <URL: [The Self Organised Learning Environment \(SOLE\) School Support Pack](http://www.alt.ac.uk/learning-technology/learning-environment). - ALT Open Access Repository>.

(3) MITRA, Sugata. – Children and the Internet: Learning, in times to come. Journal of Learning Development [Em linha]. 7:3 (2020). 19 p. Consult. 24 Jul. 2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://jl4d.org/index.php/ejl4d/article/view/445>>. ISSN 2311-1550.

(4) Mitra, Sugata. - Does Collaborative Use of the Internet Affect Reading Comprehension in Children?. Journal of Learning Development [Em linha]. 6:1 (2019). 16 p. Consult. 24 Jul. 2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://jl4d.org/index.php/ejl4d/article/view/323>>. ISSN 2311-1550.

(5) MOREIRA, Marco Antônio. Teorias de Aprendizagem. 2 ed. São Paulo: EPU, 2014. ISBN 978-85-123-2180-6.

(6) LEFRANÇOIS, Guy R. Teorias da Aprendizagem: o que o professor disse. São Paulo: Cengage Learning. 2016. ISBN 978-85-221-2504-3

(7) Iramuteq: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires [Em linha]. Version 0.7 alpha 2 2020. [Consult. 18 Jun. 2021]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.iramuteq.org/>>.

(DES)FORMAÇÃO DE PROFESSORES: TESSITURAS DE TERRITÓRIOS CURRICULARES DE OLHARES E VOZES DE CRIANÇAS E PROFESSORES/AS

Thiago Gonçalves Silva | Conceição Gislâne Nóbrega Lima de Salles | Joane Santos do Nascimento

Centro Acadêmico do Agreste (CAA) da Universidade Federal de Pernambuco

Resumo:

O presente trabalho problematiza os territórios da formação continuada de professores/as da Educação Infantil, provocando reflexões acerca de potentes espaçotempos de (des)formação que são praticados e vividos no cotidiano escolar, articulados aos fluxos, aos movimentos e acontecimentos sugeridos a partir da relação dos currículos e as infâncias. O texto aponta para três discursos recorrentes sobre a formação de professores: a formação normatizada como espaçotempo de compensação da formação inicial e preparação para docência; a formação normatizada que abissaliza e invisibiliza aprenderesfazer docentes; e (des)formação a qual a infância é formadora de professores a partir da inventividade. Para fundamentar os movimentos que defendemos sobre infância, Educação Infantil e formação de professores, partimos das contribuições de Dias (2012), Kohan (2004), Deleuze e Guattari (1997), Larrosa (2006), Carvalho (2008), Ronilk (2007), entre outros intercessores teóricos. Para elucidar nossas reflexões traremos elementos e dados de duas pesquisas realizadas no mestrado, ambas concluídas em 2018. Os trabalhos de pesquisa apresentam metodologias que envolvem a perspectiva etnográfica e cartográfica de desenvolvimento, tendo acampado fluxos de conversações tecidas pelas vozes de crianças e professoras de escolas Municipais de Educação Infantil no interior do Estado de Pernambuco. De um modo geral, o olhar etnográfico e os diálogos tecidos nos fazem vislumbrar, como leitura dos dados, a existência de outros possíveis no interior da escola, outras linhas de sentido que ensinam e nos formam enquanto educadores e profissionais da educação. Abandonamos a ideia de cristalização da formação docente e, neste texto, propomos encontros com a produção de aprenderesfazer produzidos pelas infâncias e seus currículos praticados na escola.

Palavras-chave: (des)formação de professores; territórios curriculares; infância.

Referências bibliográficas:

CARVALHO, Janete Magalhães. Cartografia e cotidiano escolar. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo; PEREZ, Carmen Lúcia Vidal; OLIVEIRA, Inês Barbosa de (orgs.). Aprendizagens cotidianas com a

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

pesquisa: novas reflexões em pesquisas nos/dos/com os cotidianos das escolas. Petrópolis/RJ: DP et alii, 2008. p.121-136.

_____. Infância em territórios curriculares. Petrópolis, RJ:DP et alii; 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia. Vol. 4. São Paulo: Editora 34, 1997.

DIAS, R. O. Formação inventiva de professores. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.

KOHAN, Walter O. A Infância da educação: o conceito devir-criança. In: KOHAN, W. O. (Org). Lugares da Infância: filosofia. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

LARROSA, Jorge. O enigma da infância – ou o que vai do impossível ao verdadeiro. In: _____. Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas. 4. ed. Trad. Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2007.

(RE)PENSANDO O FAZER DOCENTE DE PROFESSORES/AS DO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DO ENSINO HÍBRIDO: REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE Formação Continuada Implementadas Pela Secretaria De Educação E Esportes Do Estado De Pernambuco-See/Pe

Marcelo Ricardo Moreira | Divane Oliveira de Moura Silva | Neide Menezes Silva | Kátia Silva Cunha

Universidade Federal de Pernambuco

Resumo:

Esta pesquisa insere-se no campo das políticas de formação continuada de professores, com foco no processo formativo no contexto do ensino híbrido e emerge no cenário de pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), a partir da seguinte problemática: Quais as implicações das políticas de formação continuada implementadas pela SEE/PE no fazer docente de professores e professoras do Ensino Médio, no contexto do ensino híbrido? O objetivo do estudo é analisar as implicações das políticas de formação continuada implementadas pela SEE/PE no fazer docente de professores e professoras do Ensino Médio no contexto do ensino híbrido. Para fundamentar teoricamente esta discussão, evidenciaremos abordagens de Cunha (2016); Franco (2012); Freire (1996); Imbernón (2010); Pimenta (2012); Moran (2015); Moran e Bacich (2015). Em se tratando do percurso metodológico, de caráter qualitativo, dar-se-á a partir da aplicação de questionário, observação sistemática, entrevista semiestruturada e análise documental (Projeto Político Pedagógico – PPP), em duas escolas de tempo integral da rede pública estadual de PE, na cidade de Escada-PE. Para produção dos dados, contaremos com a participação de 02 Educadores de Apoio, do corpo docente dos referidos espaços de investigação, coordenadores/técnicos das Unidades de Formação Continuada da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco – SEE/PE e da Gerência Regional de Ensino da Mata Centro – GRE-Mata Centro, a qual as escolas campo de pesquisa estão jurisdicionadas. Os dados serão analisados à luz da Teoria do Discurso, a partir das abordagens de Laclau e Mouffe (MENDONÇA, 2008). Pensando na relevância do professor no processo de mediação para construção do conhecimento, torna-se fundamental discutirmos sobre o processo de formação continuada e suas implicações no fazer docente dos/das professores/professoras no contexto escolar. Assim, diante do novo cenário e da vivência no contexto do ensino híbrido,

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

consideramos fundamental refletir sobre políticas de formação continuada que possibilitem o (re)pensar do fazer docente no processo de ensino e aprendizagem. Para tanto, a partir deste estudo, esperamos compreender as políticas de formação continuada implementadas pela SEE-PE no contexto do ensino híbrido, como o processo vem acontecendo em rede e no espaço escolar e suas implicações no fazer docente de professores/professoras do Ensino Médio.

Palavras-chave: Políticas e práticas de formação de professores

Referências bibliográficas:

CUNHA, Kátia Silva. A Formação Continuada Stricto Sensu: sentidos construídos pelos docentes do ensino superior privado frente às exigências legais. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Pedagogia e prática docente. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, P. A Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IMBERNÓN, Francisco. Formação continuada de professores. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MENDONÇA, D. D. Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau. EDIPUCRS. 2008.

MORAN, J. M.; BACICH, Lilian. Aprender e ensinar com foco na educação híbrida. Revista Pátio, n. 25, junho, p. 45-47, 2015.

MORAN, José. Mudando a educação com metodologias ativas. Coleção mídias contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. vol. II. p. 15-33. 2015

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In. PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes Pedagógicos e atividade docente. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

MESA REDONDA

PERFIL DOS PROFESSORES, DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS DE HUAMBO, QUE LECIONAM UNIDADES CURRICULARES ESPECÍFICAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSOR

Albertina Lussinga | Bartolomeu Chindumbo Delfino

Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo (ISCED - Huambo)

Resumo:

As universidades públicas e privadas exigem professores com experiência e competência profissional. Nesta investigação objetivou - se caracterizar o estado atual do perfil dos professores, das universidades públicas e privadas do Huambo, que lecionam unidades curriculares específicas da formação de professor. Os fundamentos teóricos baseiam – se em Marcelo (2009), Rico (2010), Lussinga (2016), Coutinho (2018) e no Decreto Presidencial 193/18. Para o estudo optou-se por uma abordagem descritiva, de natureza qualitativa, com um alcance temporal longitudinal. Aplicou – se o inquérito por questionário aos professores de diferentes universidades públicas e privadas, através do Google drive, com indicadores de análise: categoria docente, grau académico, unidades curriculares lecionadas, equipas e projetos de investigação nacional e internacional, publicação de artigos científicos/texto/atas/E-BOOKS, participação em eventos académicos, orientação de trabalhos de investigação, revisão de artigos científicos, participação em algum órgão de direção, colaboração com grupos da comunidade, experiência no ensino não superior. A amostra alvo de investigação é composta por 61 professores que lecionam unidades curriculares específicas. Como resultado verificou-se que 37,7% dos professores têm a categoria de Professor Auxiliar, 19,7% com o grau de Doutor sem publicação em revistas de alto impacto como a SCOPUS/ Web Science, 60,7% não pertence em nenhuma equipa de investigação. Destes professores em referências nenhum orientou trabalho de investigação de doutoramento. Finalmente, foi possível constatar que 49,2% da amostra desenvolve atividades em outras áreas não docente e 32,8%, tem colaboração com a comunidade. No entanto, professores das universidades públicas e privadas no Huambo possuem um perfil regular quanto as condições necessárias exigidas.

Palavras-chave: Perfil dos professores; Unidades curricular específicas; Formação de Professores.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Referências bibliográficas:

Coutinho, Clara Pereira (2018). *Metodologia de Investigação em ciências sociais e humanas*. Coimbra: Almedina.

Leite, Carlinda. Sousa-Pereira, Fátima. (2019). Projecto: *Perfil académico e profissional de professores do ensino superior que asseguram a formação inicial de professores*. Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade do Porto: Portugal.

Hernández, Herminia (2003). *Diseño de Planes y Programas de Estudio. Curriculum y formación profesional*. CEPES. La Habana. ISBN 959-261-106-8.

Lussinga, Albertina. (2016). *Formação de professores no sistema educativo de angola uma análise focalizada na formação inicial de professores de Biologia e de Geografia no Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo*. (Tese doutoramento). Universidade do Porto. Porto. Portugal.

Marcelo, Carlos (2009). Desenvolvimento profissional docente: passado e futuro. *Sísifo Revista de Ciências de Educação*, 8, 7-22.

Rico, Ana Maria Ruiz Filipe. (2010). *PERFIL DO PROFESSOR A (in)sustentável diferença de Ser Professor, Hoje*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa. Portugal.

Veiga, Ilma (1994). *A prática pedagógica do professor de Didáctica*. Campinas: Papirus.

Villegas-Reimers, Eleonora (2003). *Teacher Professional Development: an International Review of Literature*. Paris: UNESCO/International Institute for Educational Planning.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Diário da República de Angola – Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior: Nº 191/18, de 8 de Agosto de 2018, Angola: Luanda.

Diário da República de Angola – Normas Curriculares gerais do subsistema do Ensino Superior: Nº 193/18 de 10 de Agosto de 2018, Angola: Luanda.

Diário da República de Angola – Lei de base do sistema de Educação e Ensino: Nº 17/16 de 7 de Outubro de 2016, Angola: Luanda.

PERFIS ACADÉMICOS E DE INVESTIGAÇÃO DE PROFESSORES QUE ASSEGURAM, NO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

Fátima Sousa-Pereira | Carlinda Leite

CIIE/CAFTe; ESE-IPVC | CIIE/CAFTe; FPCEUP

Resumo:

Nas últimas décadas tem sido produzido um discurso que alerta para a necessidade de priorizar a qualidade do corpo docente (Fullan, 2005; Darling-Hammond & Bransford, 2005; Hopkins, 2001, 2005; White, 2018), reconhecendo os professores, quer como elemento chave para a mudança positiva da educação (Goodson, 2001; Hargreaves et al, 2009), quer as responsabilidades que lhes são atribuídas nos processos de uma pedagogia transformativa (Michel et al., 2020) que contribua para a mudança social (Biesta, 2018).

De modo relacionado, estudos vários têm apontado para a importância de estudar quem são os formadores de professores (Snoek, Swennen & Klink, 2011; Cochran-Smith, 2003, 2005; Korthagen, 2000, 2010), no que se refere à formação que possuem e às competências que desenvolveram face às complexas exigências que a profissão coloca, nomeadamente por se considerar que a aprendizagem dos estudantes/futuros professores é mais influenciada por quem os está a ensinar do que pelos conteúdos que estão a ser ensinados (Furlong et al., 2000).

Tendo por base este enquadramento, nesta comunicação apresentam-se resultados de um estudo* que mapeou o perfil dos docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) público e privado que, em Portugal, asseguram a formação inicial de professores dos ensinos básico e secundário nas unidades curriculares relacionadas com ensino-aprendizagem-avaliação. Do ponto de vista metodológico, depois de identificados os cursos dos subsistemas universitário e politécnico acreditados pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), foi possível aceder às Fichas de Curriculum Vitae (CV) dos docentes que, depois de anonimizadas, foram analisadas com base em uma grelha construída para o efeito. Essa grelha continha elementos de caracterização geral dos docentes, habilitações académicas, atividades de investigação e atividades de desenvolvimento profissional. Com esses elementos foi mapeado (Paulston & Liebman, 2000; Petersen et al, 2015) o perfil dos docentes, esclarecendo-se que formação e que envolvimento em investigação têm estes docentes, informação a ter em conta para compreender possibilidades e constrangimentos que estão a

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

ocorrer ao nível da formação inicial de professores, bem como para apoiar a produção de recomendações orientadas para a melhoria.

Palavras-chave: Formação Inicial de Professores; Perfil académico e profissional de formadores de professores; Ensino Básico e Secundário.

Referências bibliográficas:

Biesta, G. (2018). O dever de resistir: sobre escolas, professores e sociedade, *Educação*, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 21-29, jan.-abr.

Cochran-Smith, M. (2003). Learning and unlearning: the education of teacher educators. *Teaching and Teacher Education*, 19, 5–28.

Cochran-Smith, M. (2005). Studying teacher education: What we know and need to know?. *Journal of Teacher Education*, 56(4), 301-306.

Darling-Hammond, L. & Bransford, J. (2005) - eds. *Preparing teachers for a changing world: what teachers should learn to be able to do*. San Francisco: Jossey-Bass.

Fullan, M. (Ed.) (2005). Fundamental Change. *International Handbook of Educational Change*. NY: Springer.

Furlong, J., et al. (2000). *Teacher education in transition*. Buckingham: Open University Press.

Goodson, I. F. (2001). Social histories of educational change. *Journal of Educational Change*, 2, 45–63.

Hargreaves, A. et al. (2009). *Second International Handbook of Educational Change*, London (UK): Springer.

Hopkins, D. (2001). *School Improvement for Real*. London: Routledge Falmer.

Hopkins, D. (Ed.) (2005). The practice and theory of school improvement. *International Handbook of Educational Change*. NY: Springer.

Korthagen, F. (2000). Teacher educators, from neglected group to spearheads in the development of education. In G. Willems, J. Stakenborg, & W. Veugelers (Eds.). *Trends in Dutch teacher education* (pp. 36–49). Leuvan-Apeldorn: Garant.

Korthagen, F. A. J. (2010). How teacher education can make a difference. *Journal of Education for Teaching*, 36(4), 407-423.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Michel, J. O.; Holland, L.; Ostrow, J. Brunnquell, C. & Sterling, S. (2020). The Ideal Outcome of Education for Sustainability: Transformative Sustainability Learning, *Teaching and Learning about Sustainability in Higher Education*, V. 20, 161, 177-188, <https://doi.org/10.1002/tl.20380>

Paulston, R & Liebman, M. (2000). "Social Cartography. A new metaphor/tool for comparative studies". In: R. Paulston, *Social Cartography. Mapping ways seeing social and educational change*. London: Garland Publishing, p. 7-28.

Petersen K., Vakkalanka S. & Kuzniarz, L. (2015). Guidelines for conducting systematic mapping studies in software engineering. *Information and Software Technology* 64(8), 1-18.

Snoek, M., Swennen, J. M. H., & van der Klink, M. (2011). The quality of teacher educators in the European policy debate: Actions and measures to improve the professionalism of teacher educators. *Professional Development in Education*, 37(5), 651-664. <https://doi.org/10.1080/19415257.2011.616095>

White, S. (2018). Teacher educators for new times? Redefining an important occupational group. *Journal of Education for Teaching*, DOI: 10.1080/02607476.2018.1548174.

* Estudo financiado pela Fundação Belmiro de Azevedo (EDULOG).

EDUCAÇÃO EM PRISÕES E FORMAÇÃO DOCENTE: EMBATES E POSSIBILIDADES

Conceição Valença

Universidade Federal de Alagoas – Ufal

Resumo:

Relato de experiências do Grupo de Pesquisa e Extensão Educação em Prisões (GPEP) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), que tem como objetivo apresentar o trabalho que vem sendo desenvolvido por este grupo por meio de estudos, pesquisas e ações extensionistas em unidades prisionais do estado de Alagoas, no Nordeste do Brasil. Trata-se de um grupo multidisciplinar que integra docentes da educação superior e da educação básica, estudantes da graduação e da pós-graduação de diferentes cursos e servidores do sistema prisional para estudos e ações interventivas no âmbito carcerário. Nesta exposição o destaque é para a formação de professores/as que exercem a docência em unidades prisionais. O GPEP/Ufal, com abordagem dialética (Freire, 1987; 1996) considera o caráter relacional dos processos educacionais e nega a dicotomização de elementos de uma mesma totalidade; ainda reconhece que no contexto da educação escolar e/ou não escolar emergem situações e desafios das variadas relações entre a educação e a sociedade. No que concerne à formação de professores/as que atuam na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no sistema prisional, ressalta a carência de políticas públicas e a desatenção das instâncias governamentais para com a formação docente, fator que só dificulta e aumenta os desafios para o/a profissional da educação (Silva, 2001; 2020), agravada ainda mais pelo locus de atuação: unidade prisional, caracterizada pela violência, medo, opressão, isolamento, além das contradições desse contexto para os processos educacionais numa perspectiva de educação ao longo da vida (Ireland, 2010). Nesse sentido, o GPEP/Ufal tem realizado estudos, pesquisas e ações extensionistas permeados por interlocuções dialógicas com professores/as e gestores/as escolares, bem como com profissionais de outras áreas de conhecimento que atuam no sistema prisional do estado de Alagoas, com o propósito de viabilizar reflexões, discussões e intervenções, por meio de parcerias entre a Ufal e o sistema prisional, que possam vislumbrar possibilidades que favoreçam a formação e, conseqüentemente, a prática docente.

Palavras-chave: Educação; Prisão; Formação Docente; Grupo de Pesquisa e Extensão Educação em Prisões/Ufal.

Referências bibliográficas:

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Freire, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Freire, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Ireland, Timothy. Anotações sobre a educação em prisões. In: CRAIDY, Carmem Maria. *Educação em prisões: direitos e desafios*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.

Silva, Maria da Conceição Valença da. EJA em penitenciária e a formação de professores: desafios de uma experiência. In: CALADO, Alder Júlio Ferreira. SILVA, Alexandre Magno Tavares da. (Org.). *Educação como Diálogo e Produção de Saberes*. João Pessoa: Ideia, 2001.

Silva, A. K. L.; Silva, M. C. V. Formação de professores/as no sistema prisional do Estado de Alagoas: avanços, limites e possibilidades. Dossiê: Educação em prisões: experiências educativas, formação de professores e de agentes socioeducativos. *Revista Eletrônica de Educação*, Reveduc. v.15, 1-19, e4757031, jan./dez. 2021.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas



POSTERS

UMA REFLEXÃO DIACRÔNICA DA EDUCAÇÃO A PARTIR DA PRODUÇÃO DO MODELO ESCOLAR E SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DA PROFISSÃO DOCENTE

Maria Luanara Barros e Silva | Maria Leticia da Silva

PPGEDUC – CAA – UFPE

Resumo:

Pensar na constituição do humano e de sua realização plena permite realçar o papel substancial da educação na formação e no desenvolvimento integral da pessoa humana desde a sua tenra idade. Portanto, quando falamos em educação, faz-se necessário (re)pensar o papel da escola e os processos formativos do profissional docente frente às novas urgências do mundo contemporâneo o qual exige a criação de significativos espaços para a “construção do comum”. Diante disso, o presente artigo busca refletir sobre a gênese da produção do modelo escolar em paralelo ao desenvolvimento da profissão docente numa perspectiva sócio-histórica. Temos como inquietação entender quais as implicações da produção do modelo escolar para o desenvolvimento da profissão docente. Fundamentando as discussões aqui abordadas, utilizamos como aporte teórico: Aristóteles (2001), Jaeger (1994), Nóvoa (1991), Nóvoa (2019), Tanuri (2000) e Tardif (2002). Assim, tecemos uma discussão a partir dos ideais e objetivos da ação educativa preconizada na cultura ocidental, fazendo uma relação com a gênese de produção do modelo escolar e a metamorfose da escola frente às novas transformações da contemporaneidade e suas consequências para os professores e sua formação. Nessa direção, adotamos a abordagem metodológica qualitativa a partir do levantamento bibliográfico, estabelecendo um diálogo sobre as proposições apresentadas pelos referidos autores. Como resultado das nossas discussões, compreendemos que as dimensões profissionais da docência, sejam elas sociais, experienciais, culturais, políticas ou ideológicas, poderão ser reforçadas e valorizadas através de um trabalho coletivo, que se constrói através de uma rede de interações e compartilhamento de saberes. A escola, portanto, é um lugar onde se produz significativas relações e dá aos professores a possibilidade de se comportarem como sujeitos, atores e de serem pessoas em interação com pessoas.

Palavras-chave: Educação. Modelo escolar. Profissão docente. Formação

Referências bibliográficas:

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

ARISTÓTELES. Política. Trad. Benjamin Jowet. São Paulo: Martin Claret, 2015.

JAEGER, Werner. Paidéia: a formação do homem grego/ Werner Wilhelm Jaeger: [Tradução Artur M. Parreira: adaptação para a edição brasileira Mônica Stahel; revisão do texto grego Gilson Cesar Cardoso de Souza]. - 3ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. Em defesa da escola: uma questão pública. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. Coleção: Experiência e Sentido.

NÓVOA, A. Os professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84910, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623684910>. Acesso em: 28/05/2021.

NÓVOA, A. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. In: Revista Teoria & Educação – Dossiê Interpretando o trabalho docente, Porto Alegre, Editora Pannonica, n. 4, 1991.

TARDIF, M. Saberes Docentes e Formação Profissional. 3.ed.Trad. Francisco Pereira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CRESCER SEM MUROS: UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO COLABORATIVA INOVADOR PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA, EM CONTEXTOS EXTERIOR/NATUREZA E INTERIOR

Raquel Ramos

Universidade de Aveiro, Departamento de Educação e Psicologia, CIDTFF

Resumo:

A presente investigação em curso, no âmbito do Programa Doutor em Educação, tem como objetivo conceber, implementar e avaliar um Programa de Formação Colaborativa (PFC), em formato online, para profissionais da Educação de Infância. Este PFC integra-se no projeto "Limites Invisíveis: Educação em Ambiente da Natureza" (LI) e emerge da necessidade do referido contexto em promover a articulação das práticas educativas dos educadores dos LI e dos educadores dos jardins-de-infância (JI) que nele participam.

O projeto surgiu, por um lado, da necessidade de fomentar a colaboração entre educadores dos LI e dos JI, e, por outro, das preocupações que emergem na literatura em Portugal, relativamente às escassas oportunidades de ação da criança na natureza (Figueiredo, 2015), problemática esta que, segundo os resultados das investigações atuais (Bento & Costa, 2018; Ramos & Figueiredo, 2021), tem implicações ao nível da sua saúde, desenvolvimento cognitivo, socioemocional, motor e consciência ambiental.

Através de um estudo de caso, de natureza qualitativa, pretende-se avaliar os contributos do PFC:

- i) na reorientação das conceções e práticas educativas de 5 educadoras, antes e depois da sua participação, utilizando múltiplas técnicas de recolha e tratamento de dados - diário do investigador, análise documental, entrevistas semi-estruturadas, observação participante, registos escritos, fotográficos e em vídeo e análise de conteúdo, com suporte do software Webqda;
- ii) e na qualidade da oferta educativa no momento das observações, através da avaliação dos níveis de bem-estar emocional e implicação de 16 crianças que participam no estudo, antes, durante e depois do PFC.

O estudo poderá contribuir para o desenvolvimento de estratégias inovadoras de articulação em contextos diversificados, através do trabalho colaborativo e articulado entre profissionais

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

- investigadores, coordenadores, educadores e especialistas em educação da natureza. Em última análise, a relevância deste projeto decorre da necessidade de investigação, formação e intervenção na área, nomeadamente no que respeita à articulação exterior/natureza e interior, bem como do contributo e implicações que aspira alcançar na qualidade das ofertas educativas e formativas em Portugal.

Referências bibliográficas:

Bento, G., & Costa, J. A. (2018). Outdoor play as a mean to achieve educational goals - a case study in a Portuguese day-care group. *Journal of Adventure Education and Outdoor Learning*, 18(4), 289–302. <https://doi.org/https://doi.org/10.1080/14729679.2018.1443483>

Figueiredo, A. (2015). *Interação criança-espaco exterior em jardim-de-infância* [Master's thesis, Universidade de Aveiro], Repositório Institucional da Universidade de Aveiro. <https://ria.ua.pt/handle/10773/14081>

Ramos, R., & Figueiredo, A. (2021). *Potencialidades da educação na natureza em contextos de infância: uma revisão sistemática de literatura*. 13(3), 363–391. <https://doi.org/https://doi.org/10.34624/id.v13i3.2556>

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: RESSIGNIFICANDO A RELAÇÃO COM A ESCOLA

Viviane Viana de Souza

Supervisora PIBID/Colégio Pedro II/ProPEd-UERJ

Resumo:

Este trabalho pretende abordar o processo de participação de estudantes dos primeiros períodos do curso de licenciatura em Artes Plásticas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bolsistas do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) nas aulas de Artes Visuais ocorridas no Colégio Pedro II, os desafios enfrentados e as implicações do contato e trabalho inicial junto a escola para a formação e profissionalização docente. Impactada pela pandemia de Covid-19 a partir de março de 2020 e consequente suspensão das aulas presenciais, a escola precisou se reinventar e se adaptar ao Ensino Remoto Emergencial (ERE), que impõe uma série de dificuldades na docência mediada pelas tecnologias digitais de informação com crianças entre 6 e 11 anos. Do mesmo modo, o projeto PIBID que intenciona suscitar ações em prol do diálogo das/dos licenciandas/os com a realidade educacional, teve que ser repensado para um esquema remoto. Portanto, algumas questões se colocam: como possibilitar o diálogo e a vivência na/com a escola no ERE? Como contribuir para a coformação docente não estando-se em sala de aula? Como lidar com a materialidade pressuposta no ensino pós-moderno de Artes Visuais (IAVELBERG, 2017) partindo-se da Abordagem triangular de Ana Mae Barbosa (BARBOSA, 2012) frente a efemeridade e liquidez das relações virtuais mediadas pela tela? Em diálogo com a ideia de desconstrução de Derrida (2002), o texto pretende abordar as mudanças e limites vivenciados no ERE para a formação docente no âmbito do PIBID e os caminhos encontrados na ressignificação da escola, do fazer artístico, das relações e dos afetamentos experienciados nos processos de subjetivação engendrados com o acompanhamento das aulas pelo grupo de licenciandos no primeiro semestre de 2021.

Palavras-chave: PIBID; formação docente; Artes Visuais; ERE

Referências bibliográficas:

BARBOSA, Ana Mae. A Imagem no Ensino de Arte: anos 1980 e novos tempos. São Paulo: Perspectiva, 2012.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

CORRÊA, Ayrton Dutra; MATTÉ, Simone Witt. A formação docente em Artes Visuais e sua relação com a pesquisa e as novas tecnologias. In: Revista entreideias: educação, cultura e sociedade, n. 6, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/2775/1953>>. Acesso em: 15 jul 2021.

DERRIDA, Jacques. A Escritura e a Diferença. Trad. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FERNANDES, Ana Alice Izidorio. Professor supervisor do PIBID como coformador e sua concepção de formação no trabalho com os licenciandos. In: XIII Educere - Congresso Nacional de Educação (p. -) Curitiba, PR: Educere. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24843_12744.pdf>. Acesso em: 15 jul 2021.

IAVELBERG, ROSA. Arte/Educação modernista e pós-modernista: fluxos na sala de aula. Porto Alegre: Penso, 2017.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

A FORMAÇÃO CONTÍNUA DE EDUCADORES/AS DE INFÂNCIA PARA A TRANSFORMAÇÃO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA.

Natália Gladcheff Zanon | Fátima Pereira | Ana Cristina Torres

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP) | Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal (CIIE – FPCEUP) | Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal (CIIE – FPCEUP).

Resumo:

Esta comunicação apresenta um projeto que enquadra-se nos estudos sobre formação contínua e práticas em Educação Ambiental Crítica. Pretende-se desenvolver um projeto de formação contínua de educadores/as de infância, através da metodologia de investigação-ação, com a finalidade de compreender os seus contributos para o desenvolvimento profissional e para a transformação de práticas educativas em Educação Ambiental Crítica. Um estudo exploratório, já iniciado por meio da aplicação de questionário a educadores/as de infância, e elaborado a partir da revisão bibliográfica e da análise documental das políticas educativas nacionais para a Educação Ambiental, terá como finalidade conhecer as perceções e práticas de educadores/as. As respostas coletadas serão analisadas e os resultados obtidos auxiliarão na compreensão do objeto do estudo. A formação contínua, inserida na modalidade de Oficina de Formação, será desenvolvida com dois diferentes grupos de educadores/as de infância. Estes grupos terão de 10 a 20 participantes, constituídos em agrupamentos de escolas da Região Norte, parceiros do Observatório de Vida nas Escolas (OBVIE), e que estejam envolvidos/as ou tenham interesse em projetos ou propostas voltadas para a Educação Ambiental ou para a Sustentabilidade. Antes do início da Oficina, será realizado um focus group, que contribuirá para a configuração de práticas de promoção de desenvolvimento profissional adequadas às características e às necessidades identificadas no grupo de educadores/as participantes do projeto de formação contínua. Em seguida, a Oficina de Formação será desenvolvida em três etapas, que seguirá um processo de problematização, construção, ação, reflexão e reconstrução de práticas educativas, próprio da investigação-ação. Desta forma, o objeto de estudo deste projeto constitui-se da formação descrita juntamente com as ações dos/as educadores/as diante das suas práticas educativas. Como resultado, espera-se que as

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

ações realizadas na formação contínua, em que se destaca o trabalho colaborativo e a reflexão crítica, favoreçam a implementação de práticas educativas em Educação Ambiental Crítica, pelos/as educadores/as participantes, no contexto da Educação Pré-Escolar.

Palavras-chave: Educação Ambiental Crítica; Educação Pré-Escolar; Formação contínua; Investigação-ação; Práticas Educativas.

Referências bibliográficas:

Stevenson, R. B., Wals, A. E., Heimlich, J. E., & Field, E. (2017). Critical environmental education. In A. Russ & M. E. Krasny (Eds.) *Urban Environmental Education* (pp. 51-58). New York: Cornell University Press. doi: 10.7591/9781501712791-007

Zanon, N. G. (2019). A inserção da Educação Ambiental em Centros Municipais de Educação Infantil em São Carlos (SP): uma análise a partir de uma perspectiva crítica. (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, Brasil. Retirado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181065>

Otto, S., Evans, G. W., Moon, M. J., & Kaiser, F. G. (2019). The development of children's environmental attitude and behavior. *Global Environmental Change*, 58, 101947. doi: 10.1016/j.gloenvcha.2019.101947

Sauvé, L. (2005). Currents in Environmental Education: Mapping a Complex and Evolving Pedagogical Field. *Canadian Journal of Environmental Education*, 10(1), 11-37.

Davis, J., & Elliott, S. (2014). *Research in early childhood education for sustainability: International perspectives and provocations*. New York, NY: Routledge.

Silva, I. L. (Ed.), Marques, L., Mata, L., & Rosa, M. (2016). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Lisboa: Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação. Retirado de http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Noticias_Imagens/ocepe_abril2016.pdf

Pedroso, J. V. (Coord.) (2018). *Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário*. Lisboa: Ministério da Educação. Retirado de https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/ref_sustentabilidade.pdf

Rodrigues, M. J., & Castanheira, L. (2012). A voz das educadoras sobre a Educação Ambiental no jardim de infância: um estudo de caso. In Dornelles, L.V., & Fernandes, N. (eds.) *Perspectivas sociológicas e educacionais em estudos da criança: as marcas da dialogicidades luso-brasileiras*. Braga: Universidade do Minho. Centro de Investigação em Educação. p. 511-525. ISBN 978-989-8525-22-2

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Folque, M. A., Aresta, F., & Melo, I. (2017). Construir a Sustentabilidade a partir da infância. *Cadernos de Educação de Infância*, 112, 82-91.

Schmidt, L., & Guerra, J. (2013). Do Ambiente ao Desenvolvimento Sustentável: Contextos e Protagonistas da Educação Ambiental em Portugal. *Revista Lusófona de Educação*, 25 (25), 193-211.

Conselho Nacional de Educação (CNE). Recomendação 1/2020. Recomendação sobre Educação Ambiental. Retirado de <https://dre.pt/application/conteudo/128828666.pdf>.

Nóvoa, A. (2019). Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. *Educação & Realidade*, 44(3). doi:10.1590/2175-623684910

Kemmis, S., McTaggart, R., & Nixon, R. (2014). *The action research planner: Doing critical participatory action research*. Springer Singapore. doi:10.1007/978-981-4560-67-2

Leonardo, Z. (2004). Critical social theory and transformative knowledge: The functions of criticism in quality education. *Educational Researcher*, 33(6), 11-18.

Creswell, J. W. (2003). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches (2ªEd.)*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Amado, J., Costa, A. P., & Crusoé, N. (2014). A técnica da Análise de Conteúdo. In J. Amado (Ed.). *Manual de investigação qualitativa em educação* (pp. 301-352). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Pestana, M. H., & G., J. N. (2008). *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS (5a ed.)*. Lisboa: Sílabo.

Kvale, S. (2007). *Doing interviews*. London: SAGE Publications.

Lopes, A., Neiva, M., & Pereira, F. (2015). Lechos de la actividad dramática para una investigación-acción en educación infantil. *Perspectiva Educacional, Formación de Profesores*, 54(2), 41-58.

Lopes, A., & Pereira, F. (2004). Escritos de trabalho e construção social da acção educativa institucional: (e)feitos de um processo de investigação-acção. *Educação, Sociedade & Culturas*, 22, 109-132.

A INTERFACE ENTRE A FORMAÇÃO DO(A) PROFESSOR (A)E SEU (RE) FAZER PEDAGÓGICO FRENTE À FORMAÇÃO CURRICULAR PARA AS TURMAS DE CORREÇÃO DE FLUXO NA REDE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA/MG .

Maria da Conceição Carvalho Brandt da Luz

UERJ

Resumo:

O presente trabalho visa socializar o primeiro movimento em torno da pesquisa em doutorado em educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), intitulado Tempos de Aprender e a interface entre a formação do(a) professor (a)e seu (re) fazer pedagógico frente à formação curricular para as turmas de correção de fluxo na rede municipal de Juiz de Fora/MG. Tal projeto tem como ponto de inspiração as discussões teóricas-epistemológicas ligadas aos cotidianos escolares onde, procuraremos entender como e se a história de vida e a formação do educador (a) interfere nessa construção curricular. Como uma pesquisa inicial, as discussões trazidas ainda estarão pautadas em um levantamento bibliográfico e à uma adequação metodológica. Por isso, seus resultados ainda são quantitativos. No entanto, já podemos afirmar que as narrativas é uma metodologia potente pois, oportuniza um novo olhar frente às experiências desses atores e conseqüentemente, traz uma reflexão sobre o nosso próprio fazer pedagógico. Segundo autores deste campo, as narrativas são resultadas da interrelação entre as ideias e crenças do professor (a) e os desafios encontrados no seu cotidiano familiar, social e escolar. O acesso às nar-rativas permite o estudo de aspectos como a construção da identidade docente ao contar sua história para apropriar-se dela em um pro-cesso, eminentemente formativo, de autoria. seu potencial coloca os professores no centro do processo, podendo também promover mu-danças nas práticas pedagógicas da escola. Outro ponto já elencado na pesquisa é que tanto as narrativas quanto a construção curricular não é algo neutro. Elas partem de concepções, ideias e formas de pensar o cotidiano escolar e que, as escolas são produtoras de políticas, na medida em que as reconfiguram.

Palavras-chave: Formação de Professores, Currículo, Correção de Fluxo

Referências bibliográficas:

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17ª edição, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra S/A, 1987.

_____. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25ª edição. RJ, Ed. Paz e Terra S/A, 1996.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

_____. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra, 1992, Rio de Janeiro, 15ª edição

_____. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. SP, Autores Associados, Cortez, 1989.

JUIZ DE FORA. Secretaria de Educação – Prefeitura de Juiz de Fora - Diretrizes para os Projetos de Aceleração da Aprendizagem “Tempos de Aprender”. SE/JF, 2015.

_____. Orientações para os Projetos de Aceleração da Aprendizagem “Tempos de Aprender”. SE/JF, 2016.

NÓVOA, Antônio. Os professores e as histórias de sua vida. In: Vida de Professores, Porto Editora, 1995.

_____. Formação de professores e profissão docente. In: Os professores e a sua formação. Lisboa, D. Quixote, 1992, p. 13 -33

_____. Antônio Nóvoa fala sobre a profissão e a prática na formação de professores em Uberaba. Fundação CAPES, 06/12/2013. <https://www.capes.gov.br/36-noticias/6682-antonio-novoa-fala-sobre-a-profissao-e-a-pratica-na-formacao-de-professores-em-uberaba>

THOMPSON, Paul. A Voz do Passado. 2ª edição, Paz e Terra, São Paulo, 1988



EIXO 4 - EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS DIGITAIS

COMUNICAÇÃO

DESAFIOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZÔNIA NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19

Carlinda Leite | Walter Lopes de Sousa

Universidade do Porto | Universidade do Oeste do Pará

Resumo:

Esse resumo tem por objetivo apresentar dados oriundos da pesquisa “Situação de ensino e aprendizagem nas universidades do interior da Amazônia brasileira e de Porto, Portugal, no enfrentamento da pandemia de 2020”, que está sendo realizada no âmbito de uma investigação de pós-doutoramento, na Universidade do Porto. Como resultados parciais, intentamos apresentar situações de duas universidades públicas de uma cidade do interior da Amazônia brasileira no enfrentamento da pandemia do SARS-CoV-2 e nos efeitos que ela teve no funcionamento dessas instituições de ensino superior. Do ponto de vista metodológico, o estudo recorreu à legislação brasileira publicada no período da pandemia e a entrevistas aos reitores e coordenadores dessas universidades, além de autores que versam sobre a temática relacionada à educação e tecnologias digitais e educação e pandemia. As entrevistas semiestruturadas foram guiadas a partir de categorias gerais, que nortearam as perguntas realizadas, que, depois de transcritas, foram comparadas para perceber similaridades e diferenças a partir dos discursos. Esses discursos foram interpretados por análise de conteúdo, o que permitiu identificar como cada instituição encontrou, à sua maneira, meios de lidar com as adversidades, face às realidades que as caracterizam. A situação emergencial, que passamos, como consequência da pandemia, compeliu ao isolamento social e redundou na suspensão das atividades, fazendo com que as aulas passassem de presencial para o ensino remoto, mediado pelas tecnologias digitais, o que suscitou uma série de adaptações e mudanças tanto no ensino quanto na aprendizagem dos alunos. Essa experiência, permitiu ainda reconhecer a importância de planos alternativos, para médio e longo prazos, como os definidos no âmbito da União Europeia, que visam alfabetizar digitalmente as pessoas, para que o uso das tecnologias digitais passe a fazer parte da vida pessoal e educacional de cada um e não apenas para serem utilizados como paliativo emergencial, tal como aconteceu quando foram necessários nessa pandemia.

Palavras chave: educação superior, universidades públicas, educação digital

Referências bibliográficas:

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Bardin, Laurence (1977), *Análise de conteúdo*, Lisboa: Edições 70,

<<https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/2%20Metodos%20quantitat%20e%20qualitat%20-%20IFES/Livros%20de%20Metodologia/10%20-%20Bardin,%20Laurence%20-%20An%3%A1lise%20de%20Conte%3%BAdo.pdf>> [Consulta: fevereiro 2021].

Batista, Eraldo Carlos et al., (2017), “A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa”, *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, v.11, n.3, p.23-38, ISSN 1980-703, Blumenau, <<https://rica.unibes.com.br/rica/article/view/768/666>> [Consulta: abril 2021].

Boni, Valdete; Quaresma, Sílvia J. (2005), “Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais”, *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul., <<https://www.journal.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>> [Consulta: abril de 2021].

Brasil (2020), Decreto Legislativo nº 6, 20 de Março de 2020, *Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil*, ano CLVIII, n. 55-C, Seção I, p. 1, Brasília - DF, <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/03/2020&jornal=602&pagina=1>> [Consulta: fevereiro 2021].

Brasil (1996), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, *Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil*, v. 134, n. 248, seção I, p. 27834-27841, Brasília, DF, <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> [Consulta: abril 2021].

Brasil (2009), Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, *Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil*, seção I, p. 2, Brasília - DF, <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947> [Consulta: abril 2021].

Brasil (2020), Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, *Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil*, n. 159, seção I, p. 4, Brasília - DF, <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14040.htm> [Consulta: abril de 2021].

Brasil (2020), Ministério da Educação, Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, Parecer CNE/CP nº 5/2020, Portal do Ministério da Educação, Brasília - DF, <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192> [Consulta: abril 2021].

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Brasil (2020), Ministério da Educação, Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, Parecer CNE/CP nº 9/2020, Portal do Ministério da Educação, Brasília - DF, <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=147041-pcp009-20&category_slug=junho-2020-pdf&Itemid=30192> [Consulta: abril 2021].

Brasil (2020), Ministério da Educação, Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, Parecer CNE/CP nº 11/2020, Portal do Ministério da Educação, Brasília - DF, <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=148391-pcp011-20&category_slug=julho-2020-pdf&Itemid=30192> [Consulta: abril 2021].

Brasil (2020), Ministério da Educação. Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, Parecer CNE/CP nº 15/2020, Portal do Ministério da Educação, Brasília - DF, <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=160391-pcp015-20&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192> [Consulta: abril 2021].

Brasil (2020), Ministério da Educação, Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, Parecer CNE/CP nº 19/2020, Portal do Ministério da Educação, Brasília - DF, <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167131-pcp019-20&category_slug=dezembro-2020-pdf&Itemid=30192> [Consulta: abril 2021].

Brasil (2020), Ministério da Educação. Gabinete do Ministro, Despacho de 10 de dezembro de 2020, Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil, ano CLVIII, n. 236, Seção I, p. 106, 10 dez, Brasília - DF, <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=10/12/2020&jornal=515&pagina=105&totalArquivos=223>> [Consulta: abril 2021].

Brasil (2020), Ministério da Educação. Gabinete do Ministro, Portaria nº 374, de 03 de abril de 2020, Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil, ano CLVIII, n. 66, Seção I, p. 66, 06 abril, 2020, Brasília - DF, <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-374-de-3-de-abril-de-2020-251289249>> [Consulta: abril 2021].

Brasil (2020), Ministério da Educação. Gabinete do Ministro, Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil, ano CLVIII, n. 114, Seção I, p. 62, Brasília - DF, <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>> [Consulta: abril 2021].

Brasil (2020), Ministério da Educação, Gabinete do Ministro, Portaria nº 1.030, de 1 de dezembro de 2020, Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil, ano CLVIII, n. 230,

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Seção I, p. 55, Brasília - DF, <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1.030-de-1-de-dezembro-de-2020-291532789>> [Consulta: abril 2021].

Brasil (2020), Ministério da Educação, Gabinete do Ministro, Portaria nº 1038, de 7 de dezembro de 2020, Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil, ano CLVIII, n. 233-A. Seção I - Extra A, p. 1, Brasília - DF, <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-1.038-de-7-de-dezembro-de-2020-292694534>>, [Consulta: abril 2021].

Charczuk, Simone Bicca (2020), “Sustentar a Transferência no Ensino Remoto: docência em tempos de pandemia”. Educação e Realidade, v. 45, n. 4, e109145, Porto Alegre, , <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362020000400206&lng=en&nrm=iso> [Consulta: maio 2021].

European Commission (2020a), Shaping Europe’s digital future, Bruxelas, European Commission, <<https://ec.europa.eu/digital-single-market/en>> [Consulta: abril 2021].

European Commission (2020b), Digital education action plan 2021 - 2027: Resetting education and training for the digital age, Buxelas, European Commission, <https://ec.europa.eu/education/education-in-the-eu/digital-education-action-plan_en> [Consulta: abril 2021].

Gestora da IEES (2021), Entrevista a Walter Lopes de Sousa, Brasil.

Gestor da IFES (2021), Entrevista a Walter Lopes de Sousa, Brasil.

Leal, Breno (2020), “Pedagoga ensina a diferença entre ensino remoto e EaD”, Recife, Centro Universitário Maurício de Nassau, <https://www.uninassau.edu.br/noticias/pedagoga-explica-diferenca-entre-ensino-remoto-e-ead> [Consulta: maio 2021]

Monteiro, F et al., (2021), “Ensino a distância - Percepções de estudantes de engenharia”, e-book Ensino Superior em Transição: Estudantes Online, Coleção Estratégias de Ensino e Sucesso Acadêmico: Boas Práticas no Ensino Superior, Coordenação da Coleção: Susana Gonçalves, ISBN: 978-989-54520-9-5, pp. 121 a 144, Coimbra, CINEP/IPC.

UFG, Universidade Federal de Goiás (2020), “Qual a diferença entre EaD e Ensino Remoto?”, Goiânia, Faculdade de Informação e Comunicação, <https://www.fic.ufg.br/p/34551-qual-a-diferenca-entre-ead-e-ensino-remoto> [Consulta: maio 2021]

Vercelli, Lígia de Carvalho Abrões (2020), “Aulas remotas em tempos de Covid-19: a percepção de discentes de um programa de mestrado profissional em educação”, Revista @mbienteeducação, Universidade Cidade de São Paulo, v. 13, n. 2, São Paulo, pp. 47-60,

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

<<http://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/932>>
[Consulta: março 2021].

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS AUDIOVISUALIDADES: A SOBREVIVÊNCIA DOS VAGALUMES NA PANDEMIA DO SÉCULO XXI.

Bruno Costa Lima Rossato

ProPEd/UERJ, Cecierj, PCRJ

Resumo:

Este ensaio tem como proposta pensar o percurso de uma disciplina curricular do curso de pedagogia - de uma universidade pública do Rio de Janeiro - e, oferecida no período pandêmico que ainda permanece latente no Brasil. Tal reflexão surge pelo fato das aulas terem acontecido - exclusivamente - no contexto online, com o uso das audiovisualidades (KILPP, 2012) para produzir aulas com conexões de afeto e aprendizagens inventivas (KASTRUPP, 2007), mesmo em tempos que resvalam o capitalismo e as noções opressoras no campo da governabilidade. O propósito é problematizar a produção performativa da formação de professores, considerando que as prescrições têm que ser praticadas pelas discentes, em suas articulações com os processos curriculares, e, que as aprendizagens se forjam em meio aos rituais e gestos (WULF, 2013), os quais têm como modelos e referências um cotidiano que é vivido e experimentado. Tais processos, que se realizam principalmente na relação docentediscente (ALVES;SOARES, 2012), expressam e criam relações com o mundo que se modificam permanentemente, produzindo diferença, sendo o audiovisual um disparador das convivências estabelecidas. Conforme a tendência em pesquisa conhecida como “pesquisas nos/dos/com os cotidianos”, na qual o ensaio se insere, assumimos que as inventividades das discentes, com os usos das audiovisualidades, impulsionaram a autoria na/com a formação. Desta maneira, os vínculos construídos, mesmo que num percurso totalmente online, alavancaram a reflexão sobre as normas, os estereótipos e os padrões nas relações docentediscente, visando produzir subjetividades que extrapolam às expectativas sociais sobre a atuação na sala de aula. Como pressuposto, esse ensaio pensa a formação, neste contexto pandêmico e online, entendendo essa experiência como dos vaga-lumes (DIDI-HURBEMAN, 2011), que, embora seja forjada na contingência das normas estabelecidas, atravessa e transborda as fronteiras do instituído como uma sobrevivência num momento tão duro da vida.

Palavras-chave: Formação de professores; currículos; inventividades; audiovisualidades; pandemia.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Referências bibliográficas:

ALVES, Nilda; SOARES, Conceição. Currículos, Cotidianos e Redes Educativas. In: SANTOS, Edmea et al. (Orgs.). Currículos: teorias e práticas. São Paulo: Grupo Gen Ed., 2012. p. 39-60.

DIDI-HURBEMMAN, Georges. Sobrevivência dos vaga-lumes. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

KASTRUP, Virgínia. A Invenção de si e do mundo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

KILPP, Suzana. Disperção-convergência: apontamentos para a pesquisa de audiovisuais. In: MONTANO, Sonia; FISCHER, Gustavo; KLIPP, Suzana. Impacto das novas mídias no estatuto da imagem. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 223-238.

WULF, Christoph. Homo Pictor: imaginação, ritual e aprendizado mimético no mundo globalizado. São Paulo: Hedra Ed., 2013.

CURRÍCULO E CIBERAPRENDIZAGENS: PERCEPÇÕES SOBRE O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO PROJETO “UM MONTE DE LETRAS”

Anderson Rabelo Pereira | Laila Sampaio Lima

Centro Universitário UNISBA | Universidade Federal da Bahia

Resumo:

Este artigo se propõe a um estudo epistemológico e conceitual que envolve questões contemporâneas na educação. Nesse sentido, apresentamos um relato de experiência sobre o projeto “Um monte de letras”, voltado para o ensino de língua portuguesa em ambientes digitais, especificamente na rede social Instagram. Tomamos como referência conceitos como ciberdocência, ciberaprendizagens e currículo multirreferencializado, a partir da perspectiva teórica da Teoria Etnoconstitutiva de Currículo que vislumbra a inclusão de orientações outras de ensino e aprendizagem, geralmente muito distantes dos tradicionalismos curriculares vigentes nas escolas. Do ponto de vista empírico, este trabalho faz uso das interações entre o professor criador do projeto e estudantes, a partir das postagens e respostas dos discentes sobre conteúdos de língua portuguesa compartilhados no canal do projeto. A partir disso, buscamos os diálogos epistemológicos com os conceitos da teoria referenciada, inter-relacionando a produção de sentido dos estudantes em um exercício hermenêutico, compreendendo o debate e relevância da cibercultura enquanto espaço inclusivo de possibilidades outras de ensino e aprendizagem no mundo digital. Por fim, este artigo sugere uma ampliação e aprofundamento sobre a prática e formação docente em rede, problematizando questões que envolvem os resultados significativos dessas iniciativas no ensino e aprendizagem de língua portuguesa. Dessa forma, a formação de professores para contextos digitais, assim como as possibilidades e garantias de um currículo que considere garanta outras formas de comunicação e alcance da docência, em um mundo cada dia mais conectado, se revelaram possíveis cenários propositivos de inclusão e formação em atos de currículo digitais.

Palavras-chave: Currículo; Ciberdocência; Teoria Etnoconstitutiva de Currículo.

Referências bibliográficas:

ARTOPULOS, Alejandro & LION, Carina. La escuela de las pantallas referentes y casos para la transición. Fundación Telefónica, 2016 Gran Vía, 28 28013 Madrid (España).

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

GALO, Silvio. Transversalidade e educação: pensando uma educação não-disciplinar. ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite (orgs.) O Sentido da Escola. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. P. 17-40.

LEITE, C & FERNANDES, P. Desafios para o currículo escolar comprometido com a inclusão. Educação: Temas e problemas, 3, 2007, p. 203-215

LEITE, Carlinda; FERNANDES, Preciosa. Desafios aos professores na construção de mudanças educacionais e curriculares: que possibilidades e que constrangimentos? Educação – PUCRS, v. 33, n. 3, p. 198-204, 2010.

LEITE, C.; FERNANDES, P.; FIGUEIREDO, C. National curriculum vs curricular contextualisation: teachers' perspectives, Educational Studies, 2019. DOI:10.1080/03055698.2019.1570083. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03055698.2019.1570083>

MACEDO, Roberto Sidnei. A teoria Etnoconstitutiva de Currículo: teoria-ação e sistema curricular formacional. Ed CRV. 166 p. 2 ed. Curitiba. 2017.

MACEDO, Roberto Sidnei. Etnopesquisa Crítica e Multirreferencial nas Ciências Humanas e na Educação. Salvador: EDUFBA, 2000.

MACEDO, Roberto Sidnei. ATOS DE CURRÍCULOS: uma incessante atividade etnometódica e fonte de análise de práticas curriculares. Currículo sem Fronteiras, v. 13, n. 3, p. 427-435, set./dez. 2013.

MACEDO, Roberto Sidnei. Currículo: Campo, Conceito e Pesquisa. Petrópolis. 7ª Edição. Vozes, 2018.

MORIN, Edgar. Ciência com consciência. Tradução: Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

PARAÍSO. Marluce A. A ciranda no currículo com genero, poder e resistencia. Currículo sem fronteiras. v. 16, n.3,p.388-415,set./dez2016.

SANTOS, Edméa de O. Pesquisa-formação na cibercultura. 1 ed. Santo Tirso: Whitebooks, 2014.

SANTOS, Edméa de O. A cibercultura e a educação em tempos de mobilidade e redes sociais: conversando com os cotidianos. In: FONTOURA, Helena; SILVA, Marco. (Org.). Práticas Pedagógicas, Linguagem e Mídias Desafios à Pós-graduação em Educação em suas múltiplas dimensões. 1ed.Rio de Janeiro: ANPED NACIONAL, 2011, v. 1, p. 138-160.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

SANTOS, Edméa de O. Educação online: cibercultura e pesquisa-formação na prática docente, 2005, 351p. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SILVA, Tomaz T. da. Documentos de identidade: uma introdução à teoria crítica do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

A PERSPECTIVA DE PROFESSORES NO ENSINO E APRENDIZAGEM DOS CONCEITOS MATEMÁTICOS A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (DI)

Rafaella Trindade Cunha Prates | Sani de Carvalho Rutz da Silva | Diego Roberto Antunes

UTFPR

Resumo:

Os alunos com deficiência intelectual (DI) segundo American Association on Intellectual and Developmental Disabilities apresentam uma limitação do seu funcionamento intelectual e no seu comportamento adaptativo, comprometendo muitas vezes sua compreensão de conceitos necessários para algumas disciplinas, como a matemática. Ao professor, cabe possibilitar a esses alunos uma aprendizagem que supere seus limites e que contribua com o seu desenvolvimento, através de recursos educacionais como o material dourado, ábaco, blocos lógicos e jogos que possibilitem auxiliar na apropriação do conhecimento.

Desta forma, esta pesquisa teve como objetivo desenvolver um levantamento fundamentado na teoria histórico-cultural de Lev Semenovitch Vygotsky sobre recursos didáticos utilizados por profissionais para auxiliar a aprendizagem e o desenvolvimento dos conceitos matemáticos em alunos com DI.

A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa por meio da aplicação de questionário online tendo em vista, a realidade das escolas brasileiras mediante a pandemia da Sars-CoV-2 e a dificuldade de acesso às instituições de ensino devido ao contexto do isolamento e distanciamento social. O estudo contou com a participação de profissionais de diferentes regiões do Brasil, na qual foram questionados sobre os recursos utilizados em suas abordagens educacionais, as dificuldades identificadas no ensino de sistema de numeração decimal a alunos com DI, o acesso a materiais didáticos, suas considerações e experiências com o uso de jogos, recursos tecnológicos e as práticas abordadas com estes alunos mediante a realidade do isolamento social.

Nos resultados obtidos, foram apontados diversos desafios pelos profissionais quanto ao ensino a alunos com DI e enfatizado a importância do uso de recursos como os materiais concretos no processo de apropriação do conhecimento. No entanto, foi evidenciado pelos participantes a escassez de recursos como literaturas, jogos e aplicativos destinados ao ensino de matemática a alunos com DI e destacado a necessidade do desenvolvimento de materiais como jogos para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem de matemática aos alunos

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

com DI. Deste modo, a partir dos resultados obtidos é possível verificar a importância de estudos e o desenvolvimento de novos recursos voltados às especificidades dos alunos com deficiência intelectual e que auxiliem os profissionais.

Palavras-chave: Inclusão; Deficiência Intelectual; Ensino; Recursos educacionais; Sistema de Numeração Decimal.

Referências bibliográficas:

American Association on Mental Retardation. Retardo mental: definição, classificação, sistema de apoio. 10ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. Base nacional comum curricular. Brasília-DF: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2017.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais. matemática. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. 2009. Ministério da Educação (MEC). Proinfo integrado. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13156>. Acesso em: 01 nov. 2019.

CARMO, J. S. Aprendizagem de conceitos matemáticos em pessoas com deficiência intelectual. Revista de Deficiência Intelectual, v. 2, n. 3, p. 43-48, 2012.

LITTLE, M. E. Teaching Mathematics: Issues and Solutions. Teaching exceptional children plus, v. 6, n. 1, p. n1, 2009.

MAMCASZ-VIGINHESKI, L. V. et al. Jogos na alfabetização matemática para estudantes com deficiência visual numa perspectiva inclusiva. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 14, n. 2, p. 404-419, 2019.

MALHEIROS, B. T. Metodologia da Pesquisa em Educação. 2ª ed. Rio de Janeiro: LCT, 2011.

MARCONI, M. D. A. LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

MORELLATO, C. A construção de habilidades para a resolução de problemas matemáticos em um sujeito com necessidades especiais educacionais alicerçado na informática da educação. Canoas. Universidade Luterana do Brasil. (Monografia de Especialização em Informática na Educação), 2004.

MOREIRA, C. J. M. Política Pública de Educação Inclusiva: Entre o Ideal Legal e o Real Existencial no Cotidiano Escolar. In: 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, São Paulo, 2011.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

SCHALOCK, R. L. et al. American Association on Intellectual and Developmental Disabilities. User's Guide Workgroup, 2012.

SANTOS, A.O.; OLIVEIRA, G.S.; OLIVEIRA, C.R. Ensinar e aprender Matemática com o uso do material dourado nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Revista Alpha, n.16, dez.2015, Centro Universitário de Patos de Minas, Patos de Minas, MG. p. 309-321.

WESTWOOD, P. S. What teachers need to know about students with disabilities. Aust Council for Ed Research, 2009.

THOMAZ, L. S. S.; MOREIRA, T. E. G. Somar: ferramenta educacional de apoio ao ensino da matemática aplicada ao cotidiano de jovens e adultos com deficiência intelectual. 2014.

VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes. Trad. José Cipolla Neto et al. 1994.

VYGOTSKY, L.S. Pensamento e Linguagem. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

TECNOLOGIA DIGITAL APLICADA COMO ENSINO REMOTO NO APRENDIZADO DA DINÂMICA NEWTONIANA

Richar Nicolas Duran | Marilise Silva Meister | Renato Marcondes | Silvio Luiz Rutz da Silva

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná - Brasil.

Resumo:

Este trabalho diz respeito a uma pesquisa que tem por objeto o uso de Tecnologias Digitais Educacionais (TDE), sendo uma pesquisa exploratória, cujo objetivo é avaliar TDE aplicadas no ensino de Física em nível universitário [1-4]. O campo experimental corresponde a uma turma do curso de Licenciatura em Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O trabalho fundamenta-se na metodologia proposta por Mishra e Koehler denominada Conhecimento Tecnológico e Pedagógico do Conteúdo (CTPC) [5] e metodologias ativas [6]. As TDE a serem utilizadas foram escolhidas com base em critérios de: acessibilidade, disponibilidade, uso didático e entendimento operacional, para o qual foi feita uma pesquisa na web, nos aplicativos dos telefones, entrevistas com alunos e a aplicação de alguns itens em um questionário relacionado a este tópico, tendo resultados: Google sala de aula, plataforma Youtube, aplicativos móveis (app) chamados: Física em Indagações: Dinâmica e Leis de Newton e Khan Academy – Física, simulações Phet Interactive Simulations e o Arduino. Logo, foram criadas cinco Sequências Didáticas (SD) para serem aplicadas nos sujeitos da pesquisa. A avaliação da efetividade das TDE para o ensino-aprendizagem de Dinâmica Newtoniana se deu pela coleta de materiais produzidos pelos alunos, e por meio de questionários realizados professor pesquisador no final de cada sequência aplicada. Dentro dos resultados se observou, que na maioria das avaliações em cada SD aplicadas abriu a possibilidade de ter alunos com uma visão mais crítica e reflexiva ante diversas situações de como abordar um conteúdo específico que no caso foi a Dinâmica Newtoniana, e como foi possível fazer um abordagem desse conteúdo utilizando diversas estratégias que permitiu ao aluno perceber a variedade que se tem hoje com relação ao métodos e ferramentas que se tem e como podem ser incorporadas nos processos de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Tecnologia digital, Física, Dinâmica Newtoniana, metodologia ativa. CTPC.

Referências bibliográficas:

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

- [1] AGUILAR, M. Aprendizaje y Tecnologías de Información y Comunicación: Hacia nuevos escenarios educativos. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 10 (2), 801-811, 2012.
- [2] ALMEIDA, M. E. Formando professores para atuar em ambientes virtuais de aprendizagem. Almeida, F. J. (Coord.). *Formação de professores em ambientes virtuais e colaborativos de aprendizagem*. São Paulo: s.n., 2001.
- [3] ALMEIDA, M. E. B. de; VALENTE, J. A.; KUIN, S. e SILVA, J. M. da. O currículo na cultura digital e a integração currículo e tecnologias. CERNY, R. Z. et al. (Orgs.). *Formação de Educadores na Cultura Digital*. Florianópolis: UFSC/CED/NUP. 2017.
- [4] SHULMAN, L. Those Who understand: knowledge growth in teaching. *Educational Researcher*, v 5, n 2, p 4-4, 1986.
- [5] MISHRA, P. e KOEHLER, M. J. Technological Pedagogical Content Knowledge: a framework for teacher knowledge. *Teachers College Record*, 108 (6), p.1017-1054, 2006.
- [6] BERBEL, N. A. N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de alunos. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, V. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA POR INTERMÉDIO DO ENSINO HÍBRIDO EM DISCIPLINAS DO CURSO LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO

Alan Pinheiro de Souza | Griscele Souza de Jesus Shiota | Luciano Rodrigues Duarte

IFMS Campus Jardim

Resumo:

Considerando um histórico de desinteresse dos estudantes quando suas expectativas não são atendidas ao longo do curso e o baixo rendimento em disciplinas técnicas quando lecionadas expositivamente, esse estudo realizou uma pesquisa-ação visando promover aulas mais instigantes por meio do ensino híbrido, estimulando papel ativo dos estudantes para alcançar uma aprendizagem significativa. O referencial bibliográfico aborda o Ensino Híbrido como Metodologia Ativa em busca de uma Aprendizagem Significativa, correlacionando com a Teoria de David Ausubel (AUSUBEL, 2003; BACICH; NETO; TREVISANI, 2015; MORAN, 2017). O estudo utilizou como técnicas e instrumentos de coleta de dados: observação, entrevista e questionário. Os dados coletados foram analisados na perspectiva quali-quantitativa, cujas respostas do questionário foram quantificadas, tabuladas e agrupadas visando identificar frequências, padrões, relevâncias dos valores e relações estatísticas entre as variáveis, do ponto de vista do público participante. Sobre esses dados, também foi realizada uma análise qualitativa, triangulando com as observações e entrevistas, de modo a promover uma compreensão aprofundada das percepções dos estudantes, evidenciando relações mais extensas sobre o ensino híbrido à luz da Teoria da Aprendizagem Significativa, visando validação das relações encontradas nos fenômenos particulares do estudo (SOUZA; SANTOS; DIAS, 2013; BONAT, 2009; LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Os resultados alcançados evidenciaram potencialidades da abordagem de sala de aula invertida quanto à aprendizagem nas propostas online e presenciais, bem como dificuldades vivenciadas pelos acadêmicos para conciliar atividades teóricas e práticas ao longo da intervenção. A pesquisa também estimulou percepções críticas sobre uso de tecnologias com propósito pedagógico entre os envolvidos, visando repensar abordagens didáticas, papéis, competências e atitudes dos sujeitos. A prática permitiu ainda ao professor refletir sobre seu papel, atribuições e competências para lidar com necessidades contemporâneas da formação, postura necessária para superar um paradigma hegemônico que prioriza “transmissão” de conteúdos em vez do estímulo ao desenvolvimento de habilidades e competências.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Palavras-chave: Ensino Híbrido, Metodologias Ativas, Aprendizagem Significativa, David Ausubel, Licenciatura.

Referências bibliográficas:

AUSUBEL, David Paul. Aquisição e Retenção de Conhecimento: Uma Perspectiva Cognitiva. Lisboa: Paralelo, 2003.

BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; TREVISANI, Fernando de Mello. Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologias na Educação. Porto Alegre: Penso, 2015.

BONAT, Debora. Metodologia da Pesquisa. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MORAN, José. Metodologias Ativas e Modelos Híbridos na Educação. IN: YAEGASHI, Solange. Novas Tecnologias Digitais: Reflexões sobre Mediação, Aprendizagem e Desenvolvimento. Curitiba: CRV, p. 23-35, 2017.

SOUZA, Girlene Santos de; SANTOS, Anacleto Ranulfo dos; DIAS, Viviane Borges. Metodologia da Pesquisa Científica: A Construção do Conhecimento e do Pensamento Científico no Processo de Aprendizagem. Porto Alegre: Animal, 2013.

O ENSINO REMOTO E A CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS – UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Catarina Amorim | Elsa Ribeiro-Silva

Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física

Resumo:

A pandemia da COVID-19 criou a maior disrupção da história no sistema educativo contemporâneo, afetando, com o encerramento das escolas, cerca de 1.6 biliões de estudantes dos cinco continentes, correspondendo a 94% da população estudantil mundial (United Nations, 2020). Subitamente, exigiu-se a professores e estudantes que prosseguissem o seu processo de ensino-aprendizagem de forma remota, sem que nenhum deles fosse devidamente preparado para tal. Com esta vivência ainda muito presente, decidimos propor aos estudantes a frequentarem a unidade curricular de Didática da Educação Física II do Mestrado em Ensino de Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário (2020-2021), que elaborassem um instrumento pedagógico em formato digital, facilitador do ensino remoto de uma modalidade desportiva.

O presente trabalho consiste na apresentação dos resultados desta experiência pedagógica, traduzida na análise do conteúdo dos 16 instrumentos produzidos, em grupos, por 79 mestrados (dos 21 aos 38 anos), quanto às suas opções e decisões sobre as tecnologias de informação e comunicação mobilizadas, das estratégias pedagógicas utilizadas, dos objetivos de aprendizagem definidos, dos conteúdos selecionados e das respetivas formas de avaliação.

Desta análise retirámos que o software foi pouco diversificado e que os instrumentos pedagógicos criados se centraram em propostas de ensino de conteúdos teóricos da modalidade desportiva em causa (normas e regras) ou de gestos técnicos isolados. Contudo, foi evidente o esforço na construção de instrumentos que apelassem à interatividade de toda a turma, sobretudo através de situações jogadas e/ou lúdicas, frequentemente de carácter competitivo (quiz, certo-errado, ...).

Dos resultados pudemos entender que as dificuldades dos nossos estudantes não estão tanto no domínio das novas tecnologias, mas no seu uso com propósitos educativos para um ensino não presencial, nomeadamente quanto à definição de objetivos de ensino-aprendizagem, à seleção e hierarquização de conteúdos, à definição de critérios de êxito e à definição de objetivos de avaliação. Não obstante, não podemos desligar estes resultados da corporalidade

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

que caracteriza a Educação Física, onde a ausência dos corpos (do professor e dos alunos) gera enormes desafios ao processo de ensino (Varea & González-Calvo, 2020).

Palavras-chave: Experiência pedagógica; Educação Física; Novas Tecnologias

Referências bibliográficas:

United Nations (2020). Policy Brief: Education during COVID-19 and beyond. Agosto 2020, p2.

Varea, V., & González-Calvo, G. (2020). Touchless classes and absent bodies: teaching physical education in times of Covid-19. *Sport, Education and Society*, 1-15. <https://doi.org/10.1080/13573322.2020.1791814>

EDUCAÇÃO DIGITAL EM PRISÕES DE PORTUGAL: CAMINHOS E POSSIBILIDADES PARA RE-CONEXÃO SOCIAL E INCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO – BRASIL

Armando Dantas de Barros Filho | Carlinda Maria Ferreira Alves Faustino Leite | Angélica Maria Reis Monteiro

CIIE / Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade do Porto

Resumo:

O estudo apresenta um projeto pesquisa de pós-doutoramento em educação que, focado nas políticas educacionais no sistema prisional de Portugal na sua relação com a educação digital, tem por objetivo contribuir para o avanço do conhecimento e para novos direcionamentos investigativos, que evidenciem o diálogo com a temática para além da ótica jurídica e normativa.

Ao longo de quase duas décadas de imersão científica na educação em prisões, no Brasil, desde a graduação até o doutorado, pudemos observar as lacunas existentes no âmbito da educação digital em prisões, em especial, no estado de Pernambuco (BARROS FILHO, 2020). Em Campos (2015) podemos compreender um pouco do modelo prisional de Portugal, onde buscaremos ampliar a nossa pesquisa fundamentada a partir dos pressupostos teóricos de Monteiro, Moreira e Leite (2016), Machado (2016), Monteiro, Leite e Barros (2018), Silva, Moreira e Alcofardo (2019), sobre a educação digital em prisões portuguesas, visando encontrar caminhos e possibilidades para re-conexão social e inclusão digital em formações de aprendizagem ao longo da vida, com foco na formação para cidadania.

No procedimento metodológico da investigação a realizar, optaremos predominantemente pela abordagem qualitativa, a partir de um estudo com os sujeitos envolvidos na oferta da educação digital em prisões de Portugal. Utilizaremos também algumas análises quantitativas.

Nesta fase da pesquisa, apresentaremos a análise documental construída para suporte de uma segunda fase onde serão realizadas entrevistas semi-estruturadas e questionários. Realçamos ainda que, como resultados do estudo, buscamos também o fortalecimento interinstitucional entre o Governo de Pernambuco, a Universidade Federal de Pernambuco, e a Universidade do Porto (Portugal), nas dimensões do ensino, pesquisa e extensão.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Palavras-chave: Educação em Prisões; Educação Digital; Políticas Educacionais; Aprendizagem ao longo da vida.

Referências bibliográficas:

BARROS FILHO, Armando Dantas de. Políticas de Educação em Prisões (2011-2020): conquistas e desafios no estado de Pernambuco. Tese de Doutorado em Educação – UFPB/CE/PPGE. João Pessoa, 2020.

CAMPOS, Sandra Maria C. S. Sistemas Prisionais Europeus. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Direito, 2015.

MACHADO, Ana Carla Anselmo da silva. Educação a distância e elearning no ensino superior em contexto de reclusão: um estudo de caso no estabelecimento prisional do porto. Dissertação de mestrado. Universidade aberta de Portugal, 2016.

MONTEIRO, Angélica; LEITE, Carlinda; BARROS, Rita. “Eu ganhei mais o gosto de estudar”: O e-learning como meio de aprendizagem ao longo da vida de reclusas de um estabelecimento prisional português. Educação & Sociedade (Brazil), 142, 129-150. (2018).

MONTEIRO, Angélica Maria Reis; MOREIRA, José António; LEITE, Carlinda. O eLearning em estabelecimentos prisionais: possibilidades e limites para a inclusão digital e justiça social. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 16, n. 47, p. 77-102, jan./abr. 2016.

SILVA, Séfora; MOREIRA, José António; ALCOFORADO, Luís. Educação a distância e elearning no ensino superior em portugal: o campus virtual eduonline@pris para estudantes reclusos. <http://www.eses.pt/interaccoes>. NO. 52, PP. 66-82 (2019).

ENSINO PRESENCIAL OU ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: O QUE PREFEREM E VALORIZAM ESTUDANTES E PROFESSORES DE PROJETO EM ENGENHARIA MECÂNICA

Marina Duarte | Fátima Monteiro

Instituto Superior de Engenharia do Porto -Politécnico do Porto / CIIE—Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

Resumo:

Em março de 2020, a pandemia forçou as instituições do ensino superior portuguesas a adotarem o ensino remoto emergencial suportado por tecnologia digital. Desde então, têm-se sucedido períodos alternados de aulas presenciais e remotas online (total e parcialmente). No Instituto Superior de Engenharia do Porto, e durante os vários estados de emergência, todas as aulas foram remotas, passando a ser parcialmente presenciais sempre que o alívio das restrições à circulação o permitiu. No caso particular do Departamento de Engenharia Mecânica, as aulas teóricas foram sempre remotas, mas as aulas teórico-práticas, e práticas-laboratoriais passaram a presenciais sempre que possível. Por isso, a maioria das aulas que os alunos de Engenharia Mecânica tiveram entre março de 2020 e julho de 2021 foram remotas. Este estudo tem como objetivo investigar se estudantes e professores de unidades curriculares de projeto consideram o ensino remoto emergencial uma boa alternativa ao ensino presencial, qual a sua preferência, e quais as características que as aulas remotas online devem ter para serem uma boa alternativa às aulas presenciais. No caso dos estudantes, o estudo é longitudinal, sendo ainda possível averiguar se as suas perceções mudaram com o passar do tempo e com a frequência de mais aulas de projeto quer presenciais quer remotas. Os resultados mostram que a maioria dos estudantes considera as aulas remotas uma boa alternativa e gostariam de vê-las substituir as aulas de projeto presenciais, o que não acontece com os professores. Os dados mais recentes mostram que os estudantes valorizam os aspetos que melhor replicam, em ambiente digital, as aulas presenciais, nomeadamente no que respeita a serem síncronas, à interação com o professor em pequenos grupos, a ver e ouvir o professor e poder mostrar-lhe o ecrã do computador. Os dados recolhidos junto dos professores na mesma altura, mostram-se concordantes com estes.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Palavras-chave: COVID-19; ensino remoto emergencial; ensino superior; educação em engenharia.

Referências bibliográficas:

Appenzeller, S., Menezes, F. H., Santos, G. G. dos, Padilha, R. F., Graça, H. S., & Bragança, J. F. (2020). Novos Tempos, Novos Desafios: Estratégias para Equidade de Acesso ao Ensino Remoto Emergencial. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 44(suppl 1). <https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.supl.1-20200420>

Assembleia da República. (2020, Novembro 29). Estado de emergência | COVID-19. <https://www.parlamento.pt/Paginas/covid19.aspx>

Bemposta Rosende, S., García García, M. J., & Escribano Otero, J. J. (2011). B-Learning Under Examination: Advantages, Disadvantages and Opinions. *Higher Learning Research Communications*, 1(1), 43–59. <https://doi.org/10.18870/hlrc.v1i1.36>

Blaga, P. (2019). Ethical Considerations in Human Resource Training Based on E-Learning. *Curentul Juridic, The Juridical Current, Le Courant Juridique*, 79, 42–51. <https://ideas.repec.org/a/pmu/cjurid/v79y2019p42-51.html>

Blaga, P. (2012). E-learning – a new paradigm for education and training of human resources. *The Proceedings of the Communication, context, interdisciplinarity Congress (Vol. 2)*, 1173–1177. https://old.upm.ro/cci12/volCCI_II/Pages from Volum_texteCCI2-139.pdf

Cabero Almenara, J. (2006). Bases pedagógicas del e-learning. *RUSC. Universities and knowledge society journal*, 3(1).

Direção Geral do Ensino Superior. (2021). COVID-19 | AVISOS | DGES. <https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/covid-19-avisos>

Henriques, S., Moreira, J. A., Goulão, M. de F., & Barros, D. M. V. (2015). Online Training of Trainers from the Open University, Portugal. *Expanding Learning Scenarios, Opening Out the Educational Landscape - Proceedings of the European Distance and E-Learning Network 2015 Annual Conference*, 798–804. <https://www.eden-online.org/proc-2485/index.php/PROC/article/view/1428/1136>

Hodges, C., Moore, S., Lockee, B., Trust, T., & Bond, A. (2020). The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning | EDUCAUSE. *Educause review; Educause*. <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning>

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Instituto Politécnico do Porto. (2021). P.PORTO COVID-19. <https://www.ipp.pt/covid19/plano.html>

Instituto Superior de Engenharia do Porto. (2020). Relatório de Atividades do ano 2019/2020. <https://www.isep.ipp.pt/ISEP/DocPub>

Instituto Superior de Engenharia do Porto. (2021a). Licenciatura em Engenharia Mecânica. <https://www.isep.ipp.pt/Course/Course/27>

Instituto Superior de Engenharia do Porto. (2021b). Plano de contingência. <https://www.isep.ipp.pt/New/ViewNew/6233>

Johnston, S., Lee, A., & McGregor, H. (1996). Engineering as captive discourse. *Society for Philosophy and Technology Quarterly Electronic Journal*, 1(3/4), 128–136. <https://doi.org/10.5840/techne199613/413>

Liaw, S., & Huang, H.-M. (2003). Exploring the World Wide Web for Online Learning: A Perspective from Taiwan. *Educational Technology*, 43(3), 27–32. <http://www.jstor.org/stable/44428833>

Morais, I. R. D., Garcia, T. C. M., Rêgo, M. C. F. D., Zaros, L. G., & Gomes, A. V. (2020). Ensino remoto emergencial: orientações básicas para elaboração do plano de aula. SEDIS/UFRN. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/571151/4/ENSINO_REMOTO_EMERGENCIAL_2.pdf

Moreira, J. A. M., Henriques, S., & Barros, D. (2020). Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. *Dialogia*, 34, 351–364. <https://doi.org/10.5585/dialogia.n34.17123>

Notariano Biotto, C., & Mara Baptista Serra, S. (2020). Experiência de ensino remoto emergencial na pós-graduação em engenharia. *Proceedings of the XLVIII Brazilian Congress of Engineering Education*. <https://doi.org/10.37702/COBENGE.2020.3232>

Nussbaum, M. C. (2014). *Educação e Justiça Social*. Edições Pedagogo.

Oliveira, R. M. de, Corrêa, Y., & Morés, A. (2020). Ensino remoto emergencial em tempos de covid-19: formação docente e tecnologias digitais. *Revista Internacional de Formação de professores*, 5, 1–18. <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rifp/article/view/179/110>

Rasoal, C., Danielsson, H., & Jungert, T. (2012). Empathy among students in engineering programmes. *European Journal of Engineering Education*, 37(5), 427–435. <https://doi.org/10.1080/03043797.2012.708720>

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Rondini, C. A., Pedro, K. M., & Duarte, C. dos S. (2020). Pandemia do Covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na práxis docente. *Interfaces Científicas - Educação*, 10(1), 41–57. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v10n1p41-57>

Sarmiento, I. (2020). Ficha de unidade curricular: projeto 1 [Documento interno]. Departamento de Engenharia Mecânica, Instituto Superior de Engenharia do Porto. https://portal.isep.ipp.pt/intranet/education/visualiza_ficha_uc_v7.aspx?cde=32270

Sarmiento, I. (2021). Ficha de unidade curricular: projeto/estágio [Documento interno]. Departamento de Engenharia Mecânica, Instituto Superior de Engenharia do Porto. https://portal.isep.ipp.pt/intranet/education/visualiza_ficha_uc_v7.aspx?cde=32276

Silva, J. F. (2020). Ficha de unidade curricular: anteprojecto [Documento interno]. Departamento de Engenharia Mecânica, Instituto Superior de Engenharia do Porto. https://portal.isep.ipp.pt/intranet/education/visualiza_ficha_uc_v7.aspx?cde=26358

Wagner, N., Hassanein, K., & Head, M. (2008). Who is responsible for e-learning success in higher education? A stakeholders' analysis. *Journal of Educational Technology & Society*, 11(3), 26–36.

Young, J. R. (1997). Rethinking the Role of the Professor in an Age of High-Tech Tools. *Chronicle of Higher Education*, 44(6).

ADULTIZAÇÃO INFANTIL E SUA RELAÇÃO COM AS MÍDIAS DIGITAIS.

Andressa Pietrobon Ambrosini | Maristela Pedrini

Universidade de Caxias do Sul- Brasil.

Resumo:

O presente trabalho aborda o tema “Adultização Infantil e sua relação com as mídias digitais” que está alinhado ao objetivo de investigar qual o papel das mídias digitais no processo de adultização, das crianças, bem como avaliar as consequências destas transformações dentro do campo de desenvolvimento humano e comportamental das crianças. Para tanto, a referida investigação buscou dar resposta ao seguinte problema de pesquisa: “Qual a influência das mídias digitais no processo de adultização das crianças na contemporaneidade? A investigação descrita é de natureza aplicada, qualitativa quanto à abordagem, exploratória em relação aos seus objetivos, na modalidade de campo, foi desenvolvida através da metodologia de Estudo de Caso (GIL, 2008), com aplicação de entrevistas semiestruturadas, aplicadas a um grupo de famílias. Os dados coletados através das referidas entrevistas foram analisados por meio da análise textual discursiva (MORAES, 2003) e fundamentados em aportes teóricos entre os quais destaco Áraujo, Niebuhr e Aguiar (2019), Piaget (1970), Vygotsky (1987) – (1989). Erbolato (1985) , Moran (2000) - (2009), Cannan, Ribeiro e Paola (2017), Nunes e Silveira (2015). A partir da análise dos dados foi possível fazer a identificação dos seguintes blocos de estudo: As mídias digitais e sua relação com o processo pedagógico; As famílias e sua relação com as mídias digitais e A influência das mídias no desenvolvimento das crianças enquanto processo de adultização. O estudo permitiu a construção de alguns conhecimentos que possibilitaram reflexão aprofundada acerca da infância e do desenvolvimento infantil na contemporaneidade, com enfoque na utilização da tecnologia. Ainda, possibilitou o reconhecimento da necessidade de um olhar atento da escola e da família sobre a forma de como este acesso está ocorrendo, pois a exposição sem critérios à multiplicidade de mídias digitais disponíveis na rede pode desencadear um adolescimento precoce, que provoca a perda da infância, da socialização e do mais importante, a fase da pureza da criança em sua infância, levando a sua adultização. Considerando a complexidade da temática em foco, o estudo promoveu muitas aprendizagens, mas também desencadeou algumas preocupações as quais são compartilhadas ao longo do texto.

Palavras-chave: Adultização. Infâncias. Mídias Digitais. Famílias. Processo Pedagógico.

Referências bibliográficas:

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

ALEMAGNA, Beatrice. O que é uma criança? Tradução Mônica Stahel. São Paulo: Martins fontes, 2019.

ARAÚJO, Delcimaria Dantas de. Adultização Infantil no Século XXI: uma abordagem histórica acerca das concepções de infância. 62 f. Monografia (Curso de Pedagogia) - Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/marci/Downloads/araujo%202016.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

ARAÚJO, Saraina Gonsalves de; NIEBUHR, Miriam Cestari; AGUIAR, Giancarlo de. A Adultização da Criança na Atualidade Face à Mídia Influenciadora. Anuário Pesquisa e Extensão UNOESC Videira, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/marci/Downloads/araujo,%20niebuhr%20e%20aguiar.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2021.

ARIÈS, Phillipe. História social da infância e da família. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília/DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 16 mar. 2021.

CAMPOS, Cristiana Caldas Guimarães de; SOUZA, Solange Jobim e. Mídia, cultura do consumo e constituição da subjetividade na infância. Psicologia: Ciência e Profissão, 23, n. 1, p. 12-21, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000100003>. Acesso em: 12 abr. 2021.

CANAAN, Mahara; RIBEIRO, Luciana; PAOLLA Yuki. Tecnologias Digitais e Influências no Desenvolvimento das Crianças. Consciência, Universidade, Ead e Software Livre, jun., 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/marci/Downloads/cannam,%20ribeiro%20e%20paola.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.

ERBOLATO, Mário. Dicionário de publicidade e jornalismo. Campinas: Papyrus, 1985.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MAGALHÃES, Augusto. Free Fire: um tiro mortal na educação. Central de Notícias das Favelas, 19 maio 2020. Disponível em: <https://www.anf.org.br/free-fire-um-tiro-mortal-na-educacao/>. Acesso em: 13 mar. 2021.

MALAGUZZI, Loris. História, idéias e filosofias básicas. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. As Cem Linguagens da Criança - a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre; Artmed, 1999. p. 59-104.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-73132003000200004>. Acesso em: 15 maio 2021.

MORAN, José. Ensino e Aprendizagem Inovadores com Tecnologias. *Informática na educação: teoria & prática*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, set. 2000. Disponível em: <file:///C:/Users/marci/Downloads/6474-20250-1-PB.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

MORAN, José. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. 16. ed. Campinas: Papirus, 2009.

NEU, Adriana Flávia; BERLEZE, Daniele Jacobi; KUNZ, Elenor. Criança adulta ou um adulto em miniatura? Reflexões sobre a adultização das crianças. *Universidad Nacional De La Plata*, 28 de setembro de 2015.

NUNES, Ana Ignez Belém Lima; SILVEIRA, Rosemary Nascimento. *Psicologia da aprendizagem*. 3. ed. Fortaleza: EdUECE, 2015. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/431616/2/Livro_Psicologia%20da%20Aprendizagem.pdf. Acesso em: 22 abr. 2021.

PIAGET, Jean. *A Construção do Real na Criança*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

PIAGET, Jean. *A Epistemologia Genética e a Pesquisa Psicológica*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974.

SETTON, M. das G. *Mídia e educação*. São Paulo: Contexto, 2010.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. *Saúde de Crianças e Adolescentes na Era Digital*. 2016. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2016/11/19166d-MOrient-Saude-Crian-e-Adolesc.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.

VIGOTSKI, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

YIN, K. Robert. *Estudo de Caso - planejamentos e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

EDUCAÇÃO, CIDADANIA AMBIENTAL E DIGITAL EM CONTEXTO PRISIONAL - UM PROGRAMA DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA CIDADÃOS RECLUSOS

Ana Machado | Carlinda Leite | Angélica Monteiro

Centro de Investigação e Intervenção Educativas, FPCEUP

Resumo:

As recomendações adotadas pelo Conselho da Europa (2018) acerca das necessidades e responsabilidades no que se refere à Educação nas Prisões sustentam programas de educação e formação, cujo propósito é a aquisição e o desenvolvimento de múltiplas competências para uma reintegração na sociedade e mercado de trabalho, que simultaneamente previnam a reincidência. Com base nestes pressupostos, foi desenvolvido um programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, num estabelecimento prisional de Portugal, com o objetivo de promover a aquisição de competências de cidadania e desenvolver competências sociais, emocionais e tecnológicas. O programa explorou os seguintes conceitos: cidadania ambiental, através da reflexão das causas dos problemas ambientais à escala global, para uma mudança de atitudes e comportamentos; e cidadania digital, considerando as tecnologias digitais e audiovisuais como uma oportunidade para diversificar a oferta de capacitação, o desenvolvimento de habilidades digitais e o incremento nas oportunidades de formação para os reclusos (Dias-Trindade; Moreira, 2019). A presente comunicação, tendo por referência este programa, analisa as participações dos dezoito formandos reclusos num ecossistema de aprendizagem híbrido (ambiente físico e digital), em que a estratégia pedagógica utiliza o cinema, como propício à reflexão e debate entre os reclusos. Para isso, recorreu-se à técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977) do que foi expresso pelos formandos no Ambiente Físico de Aprendizagem, durante a visualização e discussão dos filmes; e no Ambiente Virtual de Aprendizagem, onde foram estendidas as discussões que tiveram início no espaço físico. Os principais resultados do estudo permitem concluir que o ambiente físico proporciona o debate intenso e imediato após a visualização do filme e a respetiva desconstrução do objeto de aprendizagem, através dos referenciais teóricos previamente definidos. Quanto ao ambiente virtual, assente numa abordagem centrada na desconstrução de imagens em movimento (Moreira, 2017), permitiu a continuidade do debate e teve efeitos muito positivos na aquisição de conhecimentos de cidadania ambiental e digital e no desenvolvimento de competências como o pensamento crítico, a comunicação, a colaboração e a gestão e exploração de recursos

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

e ferramentas tecnológicas e foi considerado como inovador e muito motivador para a promoção da participação dos membros da comunidade.

Palavras-chave: educação nas prisões; aprendizagem ao longo da vida; cidadania ambiental; cidadania digital; ambi

Referências bibliográficas:

Comissão Europeia (2018). Recomendação do Conselho sobre as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida. Jornal Oficial da União Europeia 2018/C 189/01. Bruxelas. Retirado em fevereiro 20, 2019 de: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604\(01\)&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604(01)&from=EN)

Dias-Trindade, S.; Moreira, J. A. (2019). Pedagogical scenarios enriched with audiovisual technologies and their impact on the promotion of the learning skills of inmate students in Portugal. *Digital Education Review*, n.º 35, p. 97-110. Retirado em junho 20, 2021 de: http://revistes.ub.edu/index.php/der/article/view/27302/pdf_1

Moreira, J. A. (2017). A pedagogical model to deconstruct moving pictures in virtual learning environments and its impact on the self-concept of postgraduate students. *Journal of e-Learning and Knowledge Society*, v.13, n.º 1, p. 77-90. Retirado em julho 20, 2020 de: http://www.je-lks.org/ojs/index.php/Je-LKS_EN/article/view/1255.

TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA O ENSINO INCLUSIVO: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES RECENTES APRESENTADAS EM CONGRESSOS BRASILEIROS

Gustavo de Oliveira Andrade | Sani de Carvalho Rutz da Silva | Elsa Midori Shimazaki | Manuel Florindo Alves Meirinhos

UTFPR | UTFPR | UEM | IPB

Resumo:

A inclusão da pessoa com deficiência nas escolas é repensada nas escolas, que entendemos ser um espaço onde os alunos apropriam do conhecimento que possibilita uma vida mais autônoma aos alunos (SIMÕES, 2002; SOUZA, 2016). Uma das formas de acesso ao conhecimento é por meio do uso de tecnologias assistivas (TA) como instrumento de mediação pedagógica que amparam o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência, todavia precisa-se que profissionais da educação tenham formação para usar e criar TA (CARVALHO, 2018; FRAZ, 2018; GELLER; SGANZERLA, 2014). Consideramos os eventos científicos locais onde possibilita os profissionais divulgar e socializar conhecimentos elaborados por meio de pesquisas e vivências cotidianas. Desta forma, o presente estudo tem como objetivo analisar trabalhos, que tematizam a TA aos alunos com deficiência, publicados em anais de eventos realizados no Brasil. Identificamos anais de três eventos que apresentam como um dos eixos temáticos as tecnologias educacionais. Buscamos nos anais dos eventos pesquisas voltadas ao desenvolvimento de tecnologias digitais para inclusão de alunos com deficiência. Localizamos 130 artigos publicados nos três eventos e cinco edições avaliadas. Após análise das pesquisas identificamos que: i) a região Sudeste brasileiro tem a maior produção de pesquisa com o tema; ii) há maior número de pesquisas de TA voltada à deficiência visual; iii) os instrumentos desenvolvidos relataram casos específicos envolvendo pequenos grupos focais; iv) há um esforço em promover a informática educacional como veículo de inclusão do aluno com deficiência. Entretanto, verificamos a necessidade de divulgação e implementação das tecnologias, para a validação por outros profissionais da educação, para que seja um instrumento mediador para que as pessoas com deficiência apropriem do conhecimento e a educação inclusiva se efetive.

Referências bibliográficas:

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

CARVALHO, Gabriel Rios de. A importância dos jogos digitais na educação. 2018. Monografia (Tecnologia em Sistemas de Computação) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2018.

FRAZ, Joanne Neves. Tecnologia assistiva e educação matemática: experiências de inclusão no ensino e aprendizagem da matemática nas deficiências visual, intelectual e auditiva. *Revista de Educação Matemática*, v. 15, n. 20, p. 523–547, 2018. <https://doi.org/10.25090/remat25269062v15n202018p523a547>.

GELLER, Marlise; SGANZERLA, Maria Adelina Raupp. Reflexões de professores sobre Tecnologias Assistivas e o processo de ensino e aprendizagem de Matemática. *Acta Scientiae*, v. 16, n. 4, p. 116–137, 2014.

SIMÕES, Luiza Lúlia Feitosa. Aspectos Históricos da utilização da Informática em Ambientes Educacionais no Brasil: um Estudo Bibliográfico. *Faculdades Cearenses em Revista*, v. 2, n. 2, p. 43–54, 2002.

SOUZA, Amaralina Miranda. As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) na educação para todos. *Educação em Foco*, p. 349, 2016. (edição especial). <https://doi.org/10.22195/2447-5246v0n020152975>.

EXPERIMENTAÇÃO NO ENSINO REMOTO: ATIVIDADES EXPERIMENTAIS VISUAIS E ATIVIDADES EXPERIMENTAIS SIMULADAS

Silvio Luiz Rutz da Silva | André Maurício Brinatti | André Vitor Chaves de Andrade | Gabriel Roberto Garcia Levinski | Giovanni Borges Graciano | Ivo Patel | Luís Henrique Mendes de Souza | Márcia Antunes Alvarenga

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil | Departamento de Física, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil | Departamento de Física, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil | SEED-PR, Rio Negro, Brasil | SEED-PR, Jaguariaiva, Brasil | SEED-PR, Chopinzinho, Brasil | SEED-PR, Curitiba, Brasil | SEED-PR, Arapoti, Brasil.

Resumo:

Estudos relacionados à temática Atividades Experimentais consideram fundamental que o professor compreenda o papel dos experimentos na Ciência e no processo de construção do Conhecimento Científico. Essa compreensão determina a necessidade (ou não) das atividades experimentais nas aulas de Física. Em pesquisas, sobre essa temática observa-se categorias gerais de objetivos citados pelos professores para o uso de experimentos: motivacional; funcional; instrucional; epistemológico [1-7]. Nestes estudos argumenta-se que o trabalho prático nem sempre necessita incluir atividades que se desenvolvam em banco de laboratório, sendo apresentadas alternativas que podem alcançar os mesmos objetivos, citando o uso do computador, a demonstração de vídeos/filmes, completados por atividades de registro de tempo, estudos de caso, representações de papéis, testes escritos, pôsteres, álbuns e trabalhos de vários tipos em bibliotecas. Ainda os pesquisadores ressaltam que as atividades experimentais não requerem local específico e, portanto, podem ser realizadas a qualquer momento, tanto na explicação de conceitos, quanto na resolução de problemas. A questão problema abordada neste relato é: como organizar atividades experimentais para o ensino remoto? Para possíveis respostas à questão tomamos por base uma gradação das atividades experimentais segundo uma sequência de tipos de experiências que permitem atividades experimentais em diversas condições materiais e de tempo. Essa sequência se dá na ordem decrescente de condições ideais e de participação direta do aluno no trabalho, sendo ela: Experiência Plena do Aluno (EPA); Experiência Simplificada do Aluno (ESA); Demonstração (D); Experiência Visualizada (EV); e Experiência Simulada (ES) [8]. Neste trabalho apresentamos uma proposta de intervenção didática que contempla EV e ES. Faz-se uma análise de conteúdo e de contexto de uma disciplina de pós-graduação que contemplou a realização de oito

atividades experimentais em um modelo de ensino remoto. Como resultado temos que não há por que renunciar à realização de atividades experimentais, primeiro pela disponibilidade de grande número de tecnológicas digitais educativas; como segundo ponto destacamos que tais modalidades de atividades experimentais possibilitam introduzir o ensino com bases experimentais, mesmo em condições que aparentemente sejam pouco favoráveis.

Palavras-Chave: Aprendizagem. Ensino Remoto. Tecnologia Digital Educacional.

Referências bibliográficas:

- [1] CARVALHO, P. S.; SOUSA, A. S. e; PAIVA, J.; FERREIRA, A. J. Ensino experimental das ciências: um guia para professores do ensino secundário Física e química. Série Para Saber, 26. Porto, U. Porto editorial, Setembro 2012.
- [2] ALVES FILHO, J. de P. Regras da transposição didática aplicadas ao laboratório didático. Caderno Catarinense de Ensino de Física, v.17, n.2, ago. 2000, p.174-188.
- [3] FORÇA, A. C., LABURÚ, C. E. e DA SILVA, C. H. M. Atividades experimentais no ensino de Física: teoria e práticas. Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisa. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 5-9 de dezembro de 2011.
- [5] HODSON, D. Hacia un enfoque más crítico del trabajo de laboratorio. Enseñanza de Las Ciencias, v. 12, n.3, p. 299-313, 1994.
- [6] LABURÚ, C. E. Seleção de experimentos de Física no ensino médio: uma investigação a partir da fala dos professores. Investigação em Ensino de Ciências, v. 10, n. 2, 2005.
- [7] ROSITO, B. A. O ensino de Ciências e a experimentação. In: MORAES, R. (Org.) Construtivismo e Ensino de Ciências: Reflexões Epistemológicas e Metodológicas. 2 ed. Porto Alegre: Editora EDIPUCRS, 2003, p.195-208.
- [8] DOMÍNGUEZ, S. F. As experiências em química. São Paulo, EDART, 1975.

MUSEUS VIRTUAIS E SUAS TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA A EDUCAÇÃO.

Silvio Luiz Rutz da Silva | Marilise Silva Meister

PPG Ensino de Ciências e Educação Matemática, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná – Brasil

Resumo:

Os museus por meio de suas origens, buscam através de sensações, iluminar os valores essenciais dos seres humanos, procurando recuperar a dimensão humana que se esvai por horas buscando adaptações em meio as transformações tecnológicas impostas em nosso mundo atual, sem perder sua essência, e buscando alternativas de aproximação com a sociedade [1-5]. Por meio das novas tecnologias de informação e comunicação, os museus inserem-se mais neste cenário, principalmente no caráter da virtualidade para que professores, alunos e sociedade, obtenham mais informações e conhecimento por meio da aprendizagem que eles oferecem. Sendo assim optando pela escolha dos museus virtuais acessados por sites e aplicativos museológicos, objetivando quais potencialidades estes oferecem para a educação, ensino e aprendizagem e em prol da divulgação científica, buscando saber quais são as formas de acesso, quais conteúdos, ações e instrumentos estes oferecem, para ensino de Ciências e Biologia. Utilizando como metodologia para a coleta de dados, a netnografia [6]. Tendo como resultado 1.027 análises feitas entre sites e aplicativos descritos, somados aos objetivos propostos a esta pesquisa, tendo como conclusões que os museus são divulgadores, propagadores de informação e conhecimento em museus virtuais de Ciências e História Natural, para o processo de ensino e aprendizagem de Ciências e Biologia. Os museus virtuais, podem ser utilizados de diversas formas, e os objetivos propostos tiveram o seu alcance, principalmente quando pensou-se na criação desta pesquisa, oferecer informações, e uma pesquisa de compreensão a todos, permitindo a sociedade ser inserida neste campo que envolve o tripé universitário “pesquisa ensino e extensão”, pois é assim que se agrega a importância de uma pesquisa, e no caso desta, a importância dos museus em nosso meio na valorização de sua essência e significância.

Palavras-chave: Museus, Aprendizagem Móvel, Redes Sociais Virtuais, Internet.

Referências bibliográficas:

[1] CARVALHO, J. de S. Redes e comunidades: ensino-aprendizagem pela Internet. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

- [2] KALINKE, M. A. Internet na educação. Curitiba: Chain, 2003.
- [3] LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.
- [4] LÉVY, P. O que é o virtual? São Paulo: Editora 34, 1996.
- [5] UNESCO. Diretrizes de políticas da UNESCO para a aprendizagem móvel. UNESCO, 2014.
- [6] KOZINETS, R. V. Netnografia realizando pesquisa Etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014

POTENCIALIDADES DE ENSINO DE MATEMÁTICA UTILIZANDO O APLICATIVO GEOGEBRA: UMA INVESTIGAÇÃO COM FUTUROS PROFESSORES

Ágatha V. von Dentz Corrêa | Luiz Eduardo Rossatto | Lucieli Martins Gonçalves

Faccat

Resumo:

O presente artigo envolve a utilização do aplicativo GeoGebra no ensino e aprendizagem de ângulos complementares, desenvolvido com uma turma de futuros docentes no componente curricular Laboratório de Ensino I, oferecido pelo curso de Licenciatura de Matemática, das Faculdades Integradas de Taquara, durante o primeiro semestre de 2021. A pesquisa partiu de um grupo de graduandos e professora da instituição, pesquisadores do GeoGebra, que investigaram a ferramenta e fundamentaram a pesquisa a partir de subsídios teóricos como: formação de professores e as tecnologias digitais, Maissiat (2017), Borba (2015) e Perius (2012), documentos norteadores da educação brasileira, BNCC(2017) e PCNs (1997). O problema de pesquisa teve por questionamento analisar a possibilidade de o professor utilizar com os alunos, durante sua prática de ensino, a construção de um transferidor de ângulo reto no GeoGebra, a fim de construir conceitos de amplitude de ângulos e ângulos complementares. Partindo desse pressuposto, utilizou-se uma metodologia qualitativa, de cunho investigativo, com o objetivo de desenvolver subsídios para os docentes de matemática utilizarem durante o ensino e aprendizagem de geometria plana, mais especificamente sobre ângulos, no aplicativo GeoGebra, possibilitando aos discentes criar, demonstrar, manipular e construir conceitos matemáticos envolvendo o conteúdo. A implementação da atividade ocorreu durante uma aula síncrona de laboratório I, com 13 alunos, na qual cada graduando construiu em seu próprio dispositivo, a partir de uma sequência didática apresentada pelos autores, um ângulo reto e seus complementares. Após a construção, os pesquisadores questionaram sobre a elaboração, instruindo que os graduandos manipulassem a ferramenta a fim de analisar os resultados obtidos e responder os questionamentos. Logo a seguir, os participantes foram convidados a responderem um questionário no Google Forms que permitiu a análise da possibilidade de utilizar o aplicativo durante sua prática docente. Os resultados obtidos da implementação com os futuros professores foram satisfatórios, sendo que mais de 90% dos graduandos registrou que utilizaria essa atividade durante suas aulas, além de escreverem algumas sugestões de melhoria.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Palavras-chave: GeoGebra. Educação Matemática. Tecnologias digitais.

Referências bibliográficas:

ARBAIN, Nazihatulhasanah; SHUKOR, Nurbiha A. The effects of Geogebra on students achievement. Global Conference on Business & Social Science-2014, GCBSS-2015, 15th & 16th December.

ABRAMOVICH, Sergei. (2013). Computers in Mathematics Education: An Introduction. Computers in the Schools 30(1-2): 4-11. Gürsul, F. and H. Keser (2009). The effects of online and face to face problem based learning environments in mathematics education on student's academic achievement. Procedia-Social and Behavioral Sciences 1(1): 2817-2824

BORBA, Marcelo de Carvalho. Fases das tecnologias digitais em Educação Matemática : sala de aula e internet em movimento/ Marcelo de Carvalho Borba e Ricardo Scucuglia R. da Silva, George Gadanidis. - 1. ed. ; 1 reimpr. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. - (Coleção Tendências em Educação Matemática).

BORBA, Marcelo de Carvalho; PENTEADO, Miriam Godoy. Informática e Educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

DESCOVI, Lucieli Martins Gonçalves. Pesquisas científicas envolvendo a ferramenta GeoGebra: estudos promovidos nos cursos de Graduação e Pós-Graduação de Matemática/Faccat. Taquara: Revista Colóquio. v.9, n. 2. 2012.

FANTIN, Monica; RIVOLTELLA, Pier Cesare. Cultura digital e escola: pesquisa e formação de professores. 1. ed. Campinas: Papyrus, 2013

GÜRSUL, Fatil; KESER, Hafize (2009). The effects of online and face to face problem based learning environments in mathematics education on student's academic achievement. Procedia-Social and Behavioral Sciences 1(1): 2817-2824.

MAISSIAT, Jaqueline. Formação continuada de professores e tecnologias digitais em educação a distância. Curitiba: InterSaberes, 2017.

PERIUS, Ana Amélia Butzen. A tecnologia aliada no ensino de matemática. Cerro Largo: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2012.

SANTAROSA, Lucila Maria Costi (Org.) Tecnologias Digitais Acessíveis. Porto Alegre: JSM Comunicação, 2010.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

VICHESSI, Beatriz. Sete respostas sobre o software Geogebra. Nova Escola, São Paulo, n. 244, 2011, p. 61-63.

UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE O ENSINO HÍBRIDO NO ENSINO SUPERIOR DE LICENCIATURAS DE BIOLOGIA, FÍSICA E QUÍMICA NO BRASIL.

Marilise Silva Meister | Richar Nicolás Durán Andrades | Renato Marcondes | Silvio Luiz Rutz da Silva

Universidade Estadual de Ponta Grossa | Universidade Estadual de Ponta Grossa | Universidade Tecnológica Federal do Paraná - PPGECT/UTFPR | Universidade Estadual de Ponta Grossa - PPGECEM/UEPG

Resumo:

Tecnologias digitais são capazes de modificar o espaço em que estão inseridas, desenvolvendo a autonomia, reflexão e criticidade dos envolvidos. Diante disto, o ensino híbrido vem como uma tendência de mudança e implementação nos processos de produção que agrupam os recursos tecnológicos digitais, auxiliando na distinção da aprendizagem, e transformando a educação massiva da sala de aula tradicional. O ensino híbrido atua como expressão no sentido de que não existe uma única forma de aprender, sendo a aprendizagem um processo contínuo, que acontece de diferentes formas e espaços, desta maneira ele apresenta-se como “modelo presencial” - dentro da sala de aula, e “modelo on-line” - tecnologias digitais que promovem o ensino de forma complementar, para o ensino superior, o ensino híbrido é definido como blended learning, sendo uma mistura do método tradicional, presencial e o ensino a distância. Portanto, objetiva-se realizar um mapeamento das produções bibliográficas no ensino superior das Licenciaturas em Biologia, Física e Química, do período pré-pandêmico até o momento atual, sobre o ensino híbrido. A metodologia utilizada para realizar esta Revisão Sistemática foi o Protocolo PRISMA (MOHER et al., 2009). Utilizando como base de dados: Scielo Brasil, Scopus, Eric e OASIS. Os conjuntos de descritores foram “blended learning OR hybrid education OR hybrid teaching” e “higher education OR undergraduate OR university OR college”. O período adotado foi de 2011 à atual, selecionado documentos do tipo artigos, e restritos ao Brasil. Os resultados preliminares apontaram 41 documentos na Scielo Brasil, 80 documentos na Scopus, 01 documento na ERIC e 168 documentos na OASIS. O tratamento completo deste conjunto de documentos, bem como as considerações acerca do desenvolvimento do Ensino Híbrido, nos últimos anos, e em especial no período pandêmico, será apresentado no documento completo. Destaca-se que pesquisas como esta “possibilita a síntese das pesquisas disponíveis, relativas a um determinado problema, com a finalidade de direcionar a prática fundamentada em conhecimento científico” (GALVÃO; SAWADA;

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

TREVIZAN, 2004, p. 555), ou seja, permite conhecer os caminhos e desdobramentos do ensino híbrido no ensino superior em licenciaturas de ciências, para que práticas e pesquisas futuras possam ser desenvolvidas de maneira assertiva.

Palavras-chave: Ensino Superior, Tecnologias Digitais, Ensino de Ciências.

Referências bibliográficas:

MOHER, D. et al. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: The PRISMA statement. *International Journal of Surgery*. v. 8, p. 336-341, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371/journal.pmed.1000097>. Acesso em: 12 jul. 2021.

GALVÃO, C. M.; SAWADA, N. O.; TREVIZAN, M. A. Revisão Sistemática: Recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 12(3), p. 549-556, mai./jun. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692004000300014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/rlae/a/kCfBfmKSzpYt6QqWPWxdQfj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BACICH, L.; NETO, T. A.; TREVISANI de M. F. Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação [recurso eletrônico] / Organizadores, Lilian Bacich, Adolfo Tanzi Neto, Fernando de Mello Trevisani. – Porto Alegre: Penso, 2015. E-PUB. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/ensino-remoto/professor/apostilas-e-livros/ensino-hibrido.pdf>. Acesso em 12 jul. 2021.

MATEMÁTICA INCLUSIVA: MATERIAL DIDÁTICO 3D PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Thiago Roberto dos Santos | Sani de Carvalho Rutz da Silva | Hernani Batista da Cruz

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Ponta Grossa

Resumo:

Estudantes com deficiência visual há muito tempo têm buscado nas escolas regulares um espaço para aprenderem e se desenvolverem, mesmo antes de acontecerem discussões sobre a inclusão. No entanto, o cenário do ensino inclusivo de matemática no Brasil ainda se mostra um grande desafio, enfrentando obstáculos sociais e didáticos.

Neste sentido, o objetivo deste estudo é incorporar, no meio acadêmico, materiais didáticos 3D, fundamentados em princípios pedagógicos de literatura, para contribuir na apropriação dos conceitos matemáticos pelos estudantes com deficiência visual (SANTOS et al. 2020).

O desenvolvimento dos materiais Dominó da Tabuada e Material de Apoio para Adição e Subtração de Polinômios, frutos dessa pesquisa, ocorreu em duas etapas: etapa de pesquisa bibliográfica e etapa de montagem. Na etapa de pesquisa, realizou-se uma revisão sobre as dificuldades na aprendizagem de matemática de alunos com deficiência visual e dos obstáculos presentes, dentre eles destacam-se a falta de acessibilidade (MONTILHA et al.2009), dificuldade de socialização, proveniente da falta de inclusão (VIGINHESKI,2013) e a falta da percepção dos alunos sobre a utilidade da matemática no cotidiano (SILVA,2001). Na etapa de montagem, utilizou-se um software de modelagem 3D, para a criação e impressão de modelos computacionais dos materiais, de modo a conter principais recursos para auxiliar as pessoas com deficiência visual na apropriação de conceitos matemáticos.

Importantes aspectos para a assimilação de conteúdos matemáticos por deficientes visuais estão presentes nos materiais desenvolvidos, como texturas e escritas em braile, recursos importantes no aprendizado de deficientes visuais (VIGINHESKI et al.2019); presença de alegorias, ilustrando a matemática de maneira lúdica (SALOMÃO, MARTINI.,2007) e a possibilidade da formação de grupos durante aulas, promovendo inclusão (VIGINHESKI,2013).

Devido a pandemia de coronavírus COVID-19 que levou ao fechamento de escolas em um nível global, com medidas de distanciamento social e com aulas online, a utilização destes materiais por alunos com deficiência visual ainda não foi finalizada. No entanto, já existe o planejamento de avaliação para o segundo semestre deste ano. Espera-se esses materiais contribuam para

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

apropriação dos conceitos matemáticos pelos estudantes com deficiência visual inclusos no ensino regular e que sirva de alicerce para pesquisas futuras.

Palavras chave: Impressão 3D, Deficientes visuais, Tecnologia, Ensino, Inclusão.

Referências bibliográficas:

LIMA, L.M.S. Motivação em sala de aula: a mola propulsora da aprendizagem, In: SISTO, P.F.; OLIVEIRA, G.C.; FINI, L.T.D. (orgs.). Leituras de psicologia para a formação de professores. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004, p.149-162.

MONTILHA, RITA. TEMPORINI, EDMÉA. NOBRE, MARIA. GASPARETTO, MARIA. JOSÉ, NEWTON. Percepções de escolares com deficiência visual em relação ao seu processo de escolarização. Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 19, n. 44, p. 333-339, Dec. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/paideia/v19n44/a06v19n44.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

SALOMÃO, Hérica. MARTINI, Marilaine. A importância do lúdico na educação infantil: enfocando a brincadeira e as situações de ensino não direcionado. Acadêmicas do Curso de Pedagogia das Faculdades Integradas de Cacoal – UNESC/RO. 2007. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0358.pdf>. Acesso em 11 jun. 2021

SANTOS, Thiago. SILVA, Sani. JUNIOR, Albino. O uso de impressora 3D na inclusão de deficientes visuais na educação matemática. Paraná, Toledo, 2020. Disponível em: <https://eventos.utfpr.edu.br//sicite/sicite2020/paper/viewFile/5991/2940>. Acesso em: 13 jun. 2021

SILVA, Magda Vieira. Variáveis atitudinais e o baixo desempenho em matemática de alunos de 5º a 8ª série do ensino fundamental. Campinas, UNICAMP, 2001. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/252126/1/Silva_MagdaVieirada_D.pdf. Acesso em: 07 jun. 2021

VIGINHESKI, Lúcia. Uma abordagem para o ensino de produtos notáveis em uma classe inclusiva: o caso de uma aluna com deficiência visual. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2013. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/1455>. Acesso em: 13 jun. 2021.

VIGINHESKI, Lúcia. DA SILVA, Sani. SHIMAZAKI, Elsa. PINHEIRO, Nilcéia. Jogos na alfabetização matemática para estudantes com deficiência visual numa perspectiva inclusiva. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/download/8893/8026>. Acesso em 15 jun. 2021

O CASTELO DE SNELL: UMA PROPOSTA DE SALA DE AULA INVERTIDA E ATIVIDADE BASEADA EM GAMES PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE FÍSICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

André Maurício Brinatti | André Vitor Chaves de Andrade | Filipe Augusto Baier de Andrade | Franciele Pastori | Gabriel Roberto Garcia Levinski | Giovani Borges Graciano | Ivo Patel | Luís Henrique Mendes de Souza | Márcia Antunes Alvarenga | Silvio Luiz Rutz da Silva

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil | Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil | Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil | Colégio Estadual do Campo Cerrado das Cinzas, SEED-PR, Wenceslau Bras, Brasil | Colégio Estadual Lysímaco Ferreira da Costa, SEED-PR, Rio Negro, Brasil | Colégio Estadual Padre José de Anchieta, SEED-PR, Jaguariaiva, Brasil | Colégio Estadual José Armim Matte, SEED-PR, Chopinzinho, Brasil | Colégio Estadual Conselheiro Carrão, SEED-PR, Curitiba, Brasil | Colégio Estadual João Paulo II, SEED-PR, Arapoti, Brasil | Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Resumo:

Na aprendizagem da Física, além da passividade, o professor acaba enfrentando um problema maior, a desmotivação por parte do aluno, pois a Física que a ele é apresentada está muito distante da sua experiência cotidiana (1). As metodologias ativas de aprendizagem associadas à educação STEM podem oferecer um caminho que busca a superação desses dois desafios. O processo que antes era passivo, passa a estimular o desenvolvimento da capacidade de compreender e interpretar a complexidade do mundo atual. Nesta combinação o aluno se envolve, é motivado, adquire conhecimento e desenvolve as chamadas soft skills (2). Neste trabalho, associamos a Sala de Aula Invertida (3) à aprendizagem baseada em games (4) com o objetivo de oferecer a professores em processo de formação continuada frequentando uma disciplina de pós-graduação, uma experiência imersiva sobre o potencial uso dessa estratégia nos ensinamentos Fundamental e Médio mostrando os seus benefícios, principalmente com relação ao engajamento dos alunos e a manutenção da motivação. Invertendo a sala, no ambiente Google Sala de Aula, os professores assistiram um vídeo contendo o formalismo conceitual, teórico e de aplicações sobre o fenômeno da refração da luz. No contexto STEM, após o vídeo, os professores apresentaram resultados das suas pesquisas sobre um aparelho conhecido como refratômetro, utilizado para avaliar o teor de açúcares de frutas a partir da alteração do índice de refração do sumo. Na aula em tempo real utilizando o Google Meet, os professores participaram da atividade “O Castelo de Snell”, desenvolvida dentro do jogo Minetest (5). “O

Castelo de Snell” é uma história baseada em RPG (role playing game) onde cinco personagens tentam fugir das masmorras do castelo de um tirano resolvendo enigmas (problemas envolvendo conceitos e definições sobre a refração da luz) no prazo de cinquenta minutos. Três pontos fortes da combinação entre Sala de Aula Invertida e RPG emergiram como evidências de aprendizagem: o domínio do conteúdo, o pleno engajamento dos professores nas atividades, e o desenvolvimento das soft skills cooperação e colaboração durante o jogo que, no conjunto, possibilitou a fuga do castelo dentro do prazo previsto para a atividade.

Palavras-chave: Aprendizagem ativa, gamificação, STEM, RPG

Referências bibliográficas:

- (1) MAHLOW, Felipe Rodrigues Perche [et al.] – Um role-playing game (RPG) pedagógico para o ensino de astronomia. *Experiências em Ensino de Ciências* [Em linha]. 15:3 (2020). 20 p. [Consult. 24 Jul. 2021]. Disponível em WWW: <URL: https://if.ufmt.br/eenci/artigos/Artigo_ID780/v15_n3_a2020.pdf>. ISSN 1982-2413.
- (2) FORNDRAN, F.; ZACHARIAS, C. R. - Gamified experimental physics classes: a promising active learning methodology for higher education. *European Journal of Physics* [Em linha]. 40:4 (2019). 14 p. [Consult. 24 Jul. 2021]. Disponível em WWW: <URL: [Gamified experimental physics classes: a promising active learning methodology for higher education - IOPscience](#)>. ISSN 1361-6404.
- (3) BERGMANN, Jonathan. SAMS, Aaron. *Sala de Aula Invertida*. 1 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017. ISBN 978-85-216-3045-6
- (4) KIM, Sangkyun [et al.] - *Gamification in Learning and Education: Enjoy Learning Like Gaming*. Switzerland: Springer International Publishing, 2018. ISBN 978-3-319-47282-9.
- (5) MINETEST: An open source voxel game engine [Em linha]. Version 5.4.1 [Consult. 09 Abr. 2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.minetest.net/>>.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

MESA REDONDA

CIDADANIA ATIVA E INCLUSÃO DIGITAL

Angélica Monteiro

CIIE/CAFTe/UPorto

Resumo:

A premissa de “não deixar ninguém para trás” da Agenda 2030 (UN, 2015) representa um compromisso dos Estados membros em acabar com a discriminação e a exclusão e reduzir desigualdades sociais. Apesar desta intenção, o relatório de progresso acerca dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) (UN Economic and Social Council, 2019) deu conta de que ainda há um longo caminho a percorrer para o ODS 4 — educação de qualidade e inclusiva — sobretudo no que diz respeito aos desafios provocados pelas rápidas mudanças do mundo tecnológico. Tais necessidades foram, recentemente, evidenciadas pela transição digital das instituições de educação e formação acarretada, em parte, pela crise pandémica (Monteiro & Leite, 2020) que, segundo Şerban et al. (2020), desvelou um cenário de desigualdades causadas pelo acesso variável a tecnologias digitais (TD).

Os processos de digitalização têm suscitado interesse crescente nas políticas europeias, estando simultaneamente relacionados com a utilização de TD e com o fenómeno social (União Europeia e Conselho da Europa, 2020; Pekka, 2020). Disto são exemplos a “Agenda Digital para a Europa” (União Europeia, 2014), o “Plano de ação para a educação digital 2021-2027” (Comissão Europeia, 2020) e a iniciativa “Uma Europa preparada para a era digital” (Comissão Europeia, 2021).

Neste cenário de mudanças está a ser desenvolvido o projeto ERASMUS+ “MINDtheGaps: literacia mediática para a inclusão social de jovens” (Monteiro & Leite, 2021) com foco na educação para a cidadania digital ativa (Mitchel, 2016; Emejulu & McGregor, 2019; Soares & Lopes, 2020). O MINDtheGapsⁱ visa contribuir para o desenvolvimento de competências de literacia digital e mediática de jovens, entre os 15 e 18 anos, incluindo aqueles em situação de vulnerabilidade social.

Dados, recolhidos através de análise documental e das respostas a três questionários a professores, líderes escolares e jovens estudantes, dão conta da existência de algumas tensões entre as orientações políticas internacionais e nacionais e práticas promotoras de cidadania ativa e inclusão digital. O desenvolvimento de projetos europeus poderá contribuir para o

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

debate alargado e para a sensibilização acerca da importância desta temática, sendo estes os objetivos desta comunicação.

Palavras-chave: Cidadania Digital Ativa; Inclusão social; Literacia digital e mediática

Referências bibliográficas:

Comissão Europeia (2020). Plano de ação para a educação digital 2021-2027. Disponível em: https://ec.europa.eu/education/education-in-the-eu/digital-education-action-plan_pt

Comissão Europeia (2021). Orientações para a digitalização até 2030: A via europeia para a década digital. Disponível em https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:12e835e2-81af-11eb-9ac9-01aa75ed71a1.0023.02/DOC_1&format=PDF-

Emejulu, A. & McGregor, C. (2019). Towards a radical digital citizenship in digital education. *Critical studies in Education*, 60(1), 131–147. DOI: 10.1080/17508487.2016.1234494

Mitchel, L. (2016). Beyond digital citizenship. *Middle Grades Review*, 1(3). Disponível em: <http://scholarworks.uvm.edu/mgreview/vol1/iss3/3>

Monteiro, A. & Leite, C. (2021). Youth digital citizenship education. Disponível em: <http://toolbox.salto-youth.net/2964>

Monteiro, A. & Leite, C. (2020). Digital literacies in higher education: Skills, uses, opportunities and obstacles to digital transformation. *Revista de Educación a Distancia*, 65(21). DOI: 10.6018/red.438721

Pekka, M. (2020). Paradoxes of participation in the digitalization of education: A narrative account. *Learning, Media and Technology*, 45(2), 179-192. DOI: 10.1080/17439884.2020.1696362

Șerban, A.; Stefan, V.; Potočnik, D. & Moxon, D. (2020). Social inclusion, digitalisation and young people. Research study. Disponível em: https://pjp-eu.coe.int/documents/42128013/47261953/053120+Study+on+SID+Web.pdf/0057379c-2180-dd3e-7537-71c468f3cf9d?fbclid=IwAR3YTzRDSWCQ3trScoOxze-NoYYm-wJVmaydpB4Poz2kjs322NTK_t06U78

Soares, F. & Lopes, A. (2020). Active citizenship skills and active digital citizenship skills in teaching and learning in the digital age. EEPN Research paper. Disponível em: <https://educationpolicynetwork.eu/research/research-year-two/>

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

UN Economic and Social Council (2019). Special edition: Progress towards the sustainable development goals. Disponível em: <https://undocs.org/E/2019/68>.

UN (2015). Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. A/RES/70/1. Disponível em:

https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_70_1_E.pdf

União Europeia (2014). Agenda digital para a Europa. Disponível em: https://europa.eu/european-union/file/1501/download_pt?token=7ts4y-oP

EDUCAÇÃO *ONLINE* EM TEMPOS DE SOBREVIVÊNCIA (COVID-19): PERSPETIVAS DE ALUNOS

Fátima Delgado | Paulo Marinho

CAFTe | CIE

Resumo:

Em Portugal, devido à pandemia causada pela COVID-19, todas as escolas públicas foram encerradas por um período de dois meses, no ano letivo 2019-2020. As novas tecnologias permitiram instaurar novas lógicas de organização do “trabalho escolar” e de manutenção dos processos de ensino-aprendizagem. No entanto, a sua manutenção estava dependente de recursos e ferramentas tecnológicas que viabilizassem acesso a esta nova “gramática escolar”[1]. Esta situação requereu, em curto espaço de tempo, adaptações de natureza pedagógica, social e relacional, que implicaram mudanças nas vidas dos alunos, professores e famílias [2][3][4].

Esta comunicação dá conta de uma pesquisa que integra o projeto Plataformas digitais na Gestão Educacional dos Agrupamentos (PTDC/CED-EDG/29069/2017) e que procurou, através de um estudo de caso: i) caracterizar experiências de alunos em contextos de educação online em tempos de sobrevivência (COVID-19) e ii) identificar efeitos dessa “nova forma escolar” online na construção de sentidos sobre as suas aprendizagens. A investigação envolveu estudantes do 9.º ano de escolaridade de uma escola do ensino básico e secundário (norte de Portugal), ouvidos por meio de 10 Focus Group.

A análise dos dados aponta para o recurso diversificado de plataformas como forma de comunicação e apoio às aprendizagens. Na visão destes estudantes, esta “nova forma escolar” favoreceu as suas aprendizagens, na medida em que requereu, por parte dos professores, a adoção de estratégias pedagógicas mais diversificadas do que as que eram habituais no ensino presencial e que atenderam ao ritmo de aprendizagem de cada estudante. Contudo, salientam a vivência de tempos e espaços de aprendizagem tecnologicamente saturados em que a tela virtual surge como uma nova geografia de poder e controle na exposição, participação e na (re)construção do conhecimento na sala virtual. Foram também identificadas outras perspetivas, nomeadamente as que se relacionam com a emergência de novas subjetividades ao nível da relação pedagógica e sociabilidade virtual entre professor-aluno e entre os seus pares, caracterizada por olhares e vozes “inacessíveis” em um incógnito vazio.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Com esta comunicação e assente nos dados deste estudo, pretende-se proporcionar o debate sobre possibilidades de novas lógicas de organização e ação escolar, tendo como base princípios de inclusão e justiça curricular e social.

Palavras-chave: educação online; tecnologias educativas; aprendizagens; inclusão

Referências bibliográficas:

- [1] Bernstein, B. (1996). *A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle*. Vozes: Petrópolis.
- [2] Kuhfeld et al (2020). Projecting the Potential Impact of COVID-19 School Closures on Academic Achievement. *Educational Researcher*, 49(8), 549–565.
- [3] UNESCO (2020). *Responding to COVID-19 and beyond, the Global Education Coalition in action*. Paris, France: UNESCO.
- [4] Schleicher, A. (2020). *The impact of COVID-19 on education: insights from Education at a Glance 2020*. Paris, France: OECD.

COMPETÊNCIAS DIGITAIS DE ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR UNIVERSITÁRIO ANGOLANO - HUAMBO

Ana Alexandre Robalo | João Baptista Machado Sousa

Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo

Resumo:

O relatório da UNESCO sobre os padrões de competências no uso das tecnologias de informação e comunicação para docentes (UNESCO, 2008) remete-nos à ideia de que os alunos e professores devem usar a tecnologia de forma efetiva pois, em um ambiente educacional qualificado, a tecnologia pode permitir que os alunos se tornem: usuários qualificados das tecnologias da informação; pessoas que buscam, analisam e avaliam a informação; solucionadores de problemas e tomadores de decisões; usuários criativos e efetivos de ferramentas de produtividade; comunicadores (...). Com o estudo apresentado nesta comunicação pretendeu-se perceber qual é o nível de competências digitais que os estudantes do ensino superior angolano, especificamente da província do Huambo, possuem para lidar com estas ferramentas. Utilizou-se uma metodologia de cariz qualitativa, com uma amostra composta por 128 estudantes de três instituições públicas e duas privadas. Para a coleta de dados utilizou-se um inquérito por questionário, composto por questões abertas e questões fechadas. Como resultado, verificou-se que, apesar destes estudantes possuírem competências básicas para o manuseio de algumas aplicações do pacote office e de navegação na internet, consideram que um dos obstáculos está relacionado com o insuficiente número de laboratórios de informática ao nível das suas instituições, adicionado aos poucos computadores existentes para as aulas, o que condiciona o seu processo de aprendizagem. Relatam também que o escasso sinal de internet nas suas instituições de ensino, associado ao elevado custo de internet e a falta de equipamentos eletrónicos pessoais, têm sido das maiores dificuldades que enfrentam para solidificar as suas competências nestas matérias.

Palavras-chave: Competências digitais; Ensino Superior; Angola.

Referências bibliográficas:

Lucas, M., & Moreira, A. (2017). DigComp 2.1: quadro europeu de competência digital para cidadãos: com oito níveis de proficiência e exemplos de uso. Aveiro: UA

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2008). Padrões de competência em tic para professores. Módulos de padrão de competência. Paris: UNESCO

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Fundação Telefônica Vivo (2016). Experiências avaliativas de tecnologias digitais na educação [recurso eletrônico]. 1. ed. São Paulo, SP: Fundação Telefônica Vivo

Robalo, A. (2016). Proposta de estratégia metodológica para a promoção da cultura digital de professores do I e II ciclos do ensino secundário: O caso de estudo da Mediateca do Huambo, como agente na promoção da cultura digital. (Tese de Doutoramento) Universidade Fernando Pessoa

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas



POSTERS

REALIDADE AUMENTADA NA EDUCAÇÃO: HOLOGRAMA NO ENSINO DA MATEMÁTICA.

Suzany dos Santos Silva | Lucieli Martins Gonçalves Descovi

FACCAT(Faculdades Integradas de Taquara).

Resumo:

A presente pesquisa tem como tema a Realidade aumentada na educação, utilizando o Holograma no ensino da Matemática. Como este trabalho tem a finalidade de identificar a potencialidade da utilização do Holograma na educação matemática, pode-se questionar: Quais as contribuições da utilização do Holograma no ensino e aprendizagem dos alunos, na área de Geometria Espacial, em uma turma de segundo ano do ensino médio? O referencial teórico aborda: Formação de professores e a BNCC; Tecnologia na educação: estratégias de ensino; Realidade aumentada: Hologramas no ensino da matemática; e o uso do Smartphone na sala de aula. Inicialmente será aplicado um questionário para educadores sobre seus conhecimentos e métodos tecnológicos utilizados para o ensino e aprendizagem dos discentes. Posteriormente, será realizada uma oficina presencial ou online, dependendo como estará o sistema da escola durante a pandemia, com uma turma de segundo ano de uma escola estadual de ensino médio do Vale do Paranhana. Durante a oficina, acontecerá uma breve explicação envolvendo conceitos de geometria espacial, abordando os conceitos de arestas, vértices, faces e sua planificação, em seguida, será demonstrado com o uso da holografia. Os alunos serão instruídos a usarem seus próprios hologramas com o auxílio do smartphone. Nessa etapa, a pesquisadora apresentará, por meio de um vídeo, o holograma de um cubo, de autoria própria, implementado no software GeoGebra 3D e Power Point, com diferentes vistas, a fim de utilizar a estratégia de ensino de tempestade cerebral. Para concluir essa fase, as luzes serão desligadas, para que fique um ambiente escuro e ocorra a visualização do holograma para os alunos. Após a demonstração do holograma, os alunos receberão vários questionamentos para discussão no grupo, conforme a sequência didática e o questionário que será disponibilizado aos participantes. Pretende-se descobrir se o uso dessa ferramenta poderá ser usado no ensino e aprendizagem de geometria espacial, além de analisar o desenvolvimento e a percepção dos alunos. Conforme o cronograma, a implementação deste projeto será no mês de julho deste ano e em seguida a apresentação dos resultados obtidos.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

Palavras-chave: Holograma. Tecnologia. Ensino e aprendizagem. Matemática.

Referências bibliográficas:

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. Ensinar, aprender, apreender e processos de ensinagem. In: ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. (Orgs.). Processos de ensinagem na universidade: Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 10. ed. Joinville: Univille. p. 16-44.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui diretrizes curriculares 10205 nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF, 18 fev. 2002. Disponível em: . Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: . Acesso: 15 abr. 2021.

CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. Pesquisa científica: da teoria à prática. Curitiba: InterSaberes, 2012.

DUTRA, Flora. A história do telefone celular como distinção social no Brasil. Da elite empresarial ao consumo da classe popular. Revista Brasileira da História da Mídia , v. 05,n.2, p.102-116,jul/dez.2016. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4798>. Acesso em: 20 abr.2021.

FERREIRA,Cintia Prezoto, CURRIEL, Maicon Douglas. A Holografia como recurso de Ensino-aprendizagem na Metodologia Ativa. jul.2020. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2020/anais/trabalhos/55584.pdf>. Acesso em: 02 abr.2021.

FLORES, Mario Cesar Xavier. Introdução à holografia digital da transformada de Fourier. 2019, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Física) - Instituto de Física, Universidade Federal Fluminense- Rio de Janeiro , 2019. Disponível em: [em:https://app.uff.br/riuff/handle/1/11235](https://app.uff.br/riuff/handle/1/11235). Acesso em 15 mar.2021.

FORTE, Cleberson E. , KIRNER, Cláudio. Usando Realidade Aumentada no Desenvolvimento de Ferramenta para Aprendizagem de Física e Matemática. 2009. Disponível em :<https://sites.unisantabr.br/wrva/st/62200.pdf>. Acesso em 20 mar.2021.

FRIZON, Vanessa Frizon et al. A formação de professores e as tecnologias digitais. In: EDUCERE - CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12, out. 2015, Paraná. Anais... Paraná: PUCPR, ISSN

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

2176-1396. Disponível em : https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22806_11114.pdf. Acesso em 12 abr.2021.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos 2018/2019. Uso de internet, televisão e celular no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>. Acesso em 19 abr. 2021.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: O novo ritmo da informação. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2027/pdf/0?code=r2DU2VokKD86Z2RwIFR0uLCfhsKz3HBqAa95QTe1ojnMIYhia/2DCUqpWXwN4sOSvYsiGhHe3KTTB45jnsQYdQ==>. Acesso em: 15 mar.2021.

KLEIN, Danieli. CANEVESI, Fernanda. FEIX, Angela. GRESELE, Jizéli. WILHELM, Elizane. Educação: Evolução Histórica e Aplicação nos Diferentes Níveis de Ensino. Educere - Revista da Educação, v. 20, n. 2, p. 279-299, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/educere/article/viewFile/7439/3979>. Acesso em: 13 abr.2021.

LEAL, S.M.; BORGES, M.C.; RIBEIRO, B.O.L. Discussão sobre formação de professores, inicial e continuada e a relação com a nova BNCC. Educação e Fronteiras On-Line. Dourados/MS, v.9, n. 26, p. 6-21, maio/ago.2019. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/12771/6111>. Acesso: 29 set. 2020.

LIMA, Patrícia Rosane Borges. O uso do celular como recurso didático. Orientador Gilse Antoninha Morgental Falkembach.2012. 41f. Monografia (especialização em Mídias na Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/102848>. Acesso em 20 abr.2021.

LOPES, Priscila Almeida. PIMENTA, Cintia Cerqueira Cunha. O uso do celular em sala de aula como ferramenta pedagógica : Benefícios e desafios. Revista Cadernos de Estudo e Pesquisa na Educação Básica, Recife, v.3, n.1, p.52-66, 2017. Disponível em : <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernoscap/article/viewFile/229430/28802>. Acesso em: 15 mar.2021.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

MACHADO, Caetano. Simulações com hologramas são utilizadas em pesquisa para o ensino de geometria. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2018/11/simulacoes-com-hologramas-sao-utilizadas-em-pesquisa-para-o-ensino-da-geometria/>. Acesso em mai. 2021.

MARTINS, Valéria Farinazzo. GUIMARÃES, Marcelo de Paiva. Desafios para o uso de Realidade Virtual e Aumentada de maneira efetiva no ensino. Workshop de Desafios da Computação Aplicada à Educação (desafie), Porto Alegre-RS p.100-109, 2012.

MELO, Carolina Cardoal. Diferença entre realidade virtual e realidade aumentada.. Disponível em: <http://blog.integrate.com.br/2017/04/diferenca-entre-realidade-virtual-e.html>. Acesso em: 05 jun. 2021.

MORO, Francieli Freitas. DESCOVI, Luciele Martins Gonçalves. ALVES. Maiara Rosa. SANTOS, Marcio Gabriel dos. Utilização de ferramentas tecnológicas para incentivar meninas nas áreas de STEM: um plano de ensino com estratégias de metodologia ativa. REDIN(REVISTA EDUCACIONAL INTERDISCIPLINAR), Taquara, v. 8, n. 1, p. 1-14, nov. 2019. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/redin/article/view/1558/1015>. Acesso em : 27 abr. 2021.

PEIXOTO, Anderson Gomes. Formação de professores para a cultura digital: mediação pedagógica com as tecnologias digitais da informação e comunicação em oficinas de ensino. Orientador: Liliane Campos Machado. 2020. 140f. Dissertação (mestrado em Educação, linha de pesquisa: Profissão Docente, Currículo e Avaliação, eixo: Currículo e Formação de Profissionais da Educação). Universidade de Brasília- UNB. Brasília, 2020. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/39448/1/2020_AndersonGomesPeixoto.pdf: Acesso em 20 abr. 2021.

ROMANELLO, Laís Aparecida. O celular como recurso didático nas aulas de Matemática: a visão do professor. In: XX EBRAPEM- ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDANTES DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 12/14, nov. 2015, Paraná. Anais... Paraná: PUCPR, ISSN 2176-1396. Disponível em :

http://www.ebrapem2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2016/04/gd6_la%C3%ADs_romanello.pdf. Acesso em: 25 mar. 2021.

SOUSA, Romário Araújo de. CARNEIRO, Rogerio dos Santos. CARNEIRO, Raylson dos Santos. O uso do celular como recurso didático no ensino de Geometria para alunos do Ensino Fundamental. Revista de Ensino de Ciências e Matemática-RENCIMA, v.11, n.1, p.202-218, 2020. Disponível em: <https://revistapos.cruzeirodosul.edu.br/index.php/rencima/article/view/2169>. Acesso em: 01 abr. 2021.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

TORI, Romero. KIRNER, Claudio. SISCOOTTO, Robson. Fundamentos e tecnologias de realidade virtual e aumentada. Editora SBC – Sociedade Brasileira de Computação, Porto Alegre, 2006.

COMUNIDADE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

André Maurício Brinatti | André Vitor Chaves de Andrade | Franciele Pastori | Francieli Jaqueline Noll Della Vechia | Patrícia Lima de Andrade | Sílvio Luiz Rutz da Silva

Departamento de Física, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil | Departamento de Física, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil | Col. Est. do Campo Cerrado das Cinzas, Arapoti, SEED-PR, Brasil | Col. Est. Eng. André Guimarães Sobral, Mangueirinha, SEED-PR, Brasil | Col. Est. Profa. Elzira Correia de Sá, Ponta Grossa, SEED-PR, Brasil | Departamento de Física, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil.

Resumo:

Uma Comunidade Virtual de Aprendizagem (CVA) [1-5] é formada a partir de afinidades de projetos mútuos e valores de troca, estabelecidos num processo de cooperação que produz oportunidades de comunicação para o desenvolvimento pessoal e profissional, por meio da aprendizagem e consequente construção do conhecimento em rede. Os participantes da CVA interagem entre si por meio de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) e compartilham os seus trabalhos com o objetivo de proporcionar aprendizagem e conhecimento sobre os temas em que há interesse mútuo [6-10]. As ações da CVA tem por base o Conhecimento Tecnológico e Pedagógico do Conteúdo (CTPC) [11], proposta metodológica por meio da qual a interação entre tecnologia, pedagogia e conteúdo disciplinar possibilita identificar as qualidades do conhecimento que os professores precisam para integrar consistentemente a tecnologia ao ensino. Com a ocorrência da pandemia do Covid-19, implantou-se uma CVA entre professores da educação básica e do ensino superior dos municípios de Ponta Grossa, Mangueirinha, Arapoti, Guarapuava e Irati no estado do Paraná, Brasil. A implementação a CVA ocorreu em espaços e tempos além da sala de aula, por meio de TDIC, de modo a auxiliar o docente em seu processo de formação continuada e principalmente fornecer subsídios metodológicos para que adote práticas pedagógicas inovadoras, com a incorporação de tecnologias educativas em seu cotidiano de trabalho docente. Na CVA foram executadas as seguintes ações e atividades: Grupos Whatsapp: CVA SEXATAS (professores da UEPG), UNICENTRO (professores dos campi Guarapuava e Irati), SEED (professores da educação básica dos Núcleos Regionais de Ponta Grossa, Mangueirinha e Arapoti); Oficina - Uso das ferramentas google; Curso Formadores em Ação – Métodos e ferramentas digitais educativas. As ações e atividades foram realizadas com o uso de tecnologias digitais educacionais (TDE) especialmente por meio de grupos de WhatsApp e reuniões virtuais via Goggle Meet. As ações e atividades desenvolvidas pela CVA constituíram-

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

se em um processo de aprendizagem cooperativa e colaborativa por grupo de pessoas que interagiram, por meio de TDIC, aprendendo com o trabalho das outras, em relação a temas sobre os quais houve acordo de interesse mútuo.

Palavras-Chave: Aprendizagem. Ensino Remoto. Tecnologia Digital Educacional.

Referências bibliográficas:

- [1] SILVA, S. L. R. da; ANDRADE, A. V. C. de; A. M. BRINATTI. E-book ensino remoto emergencial. Anais 18º CONEX - Encontro Conversando sobre Extensão na UEPG e 3º EAEX - Encontro Anual de Extensão Universitária. Ponta Grossa, PREX-UEPG, 2020, p.1-6.
- [2] HRENECHEN, V. Professores do Departamento de Física lançam livro sobre Ensino Remoto. Notícias. Ponta Grossa: UEPG, 2020. <https://www.uepg.br/professores-do-departamento-de-fisica-lancam-livro-sobre-ensino-remoto/>.
- [3] TIRRI, K.; TOOM, A. (Eds.) (2020). Pedagogy in basic and higher education: current developments and challenges. (1st ed.) IntechOpen. <https://www.intechopen.com/books/pedagogy-in-basic-and-higher-education-current-developments-and-challenges>
- [4] CONCEIÇÃO, S. R. da; SANTOS, R. M. R. dos. Comunidades virtuais de aprendizagem em perspectiva. Revista RENOTE - Novas Tecnologias na Educação, V. 14 Nº 2, dezembro, 2016, p. 1-10.
- [5] BASSANI, P. B. S.; FRITZ, R. S. Aprendizagem em/na rede: comunidades virtuais de aprendizagem em blogs. Revista Diálogo Educacional, v. 13, n. 40, set./dez. 2013, p. 895-912.
- [6] RECUERO, R. C. Comunidades em redes sociais na internet: um estudo de caso dos fotologs brasileiros. Liinc em Revista, v. 4, n. 1, mar. 2008, p. 63-83.
- [7] SURRY, D. W. e ENSMINGER, D. What's Wrong with Media Comparison Studies? Educational Technology, Vol. 41, No. 4, pp. 32-35, July-August 2001.
- [8] EDUTRENDS. [online] Edu Trends Radar of Educational Innovation 2017. Disponível em: <http://bit.ly/RadarEducationalInnovation>. Acesso em jun. 2021
- [9] GAO, P. P.; NAGEL, A. e BIEDERMANN, H. Categorization of Educational Technologies as Related to Pedagogical Practices. TIRRI, K. e TOOM, A. (Eds.). Pedagogy in Basic and Higher Education - Current Developments and Challenges. IntechOpen, February 19th 2020, p. 248-366.

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

[10] SILVA, S. L. R. da; ANDRADE, A. V. C. de; A. M. BRINATTI. Ensino remoto emergencial [livro eletrônico]. Ponta Grossa, PR : Ed. dos Autores, 2020

[11] MISHRA, P. e KOEHLER, M. J. Technological pedagogical content knowledge: A framework for teacher knowledge. Teachers College Record, 108(6), 1017-1054, 2006.

ⁱ Projeto financiado pela União Europeia através Agência ERASMUS+ Juventude em ação (2019-2-PT02-KA205-006226)

III Seminário Internacional



Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas

<https://www.fpce.up.pt/cafte/3cafte/>

